



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem

FRANCISCO IOKLEYTON DE ARAUJO MATOS

Evidências de alinhamento entre a gramática e o processamento de elipses com *(mis)matches* sintáticos e morfológicos no português brasileiro

Campinas

2021

FRANCISCO IOKLEYTON DE ARAUJO MATOS

Evidências de alinhamento entre a gramática e o processamento de elipses com *(mis)matches* sintáticos e morfológicos no português brasileiro

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes

Coorientador: Prof. Dr. Juanito Ornelas de Avelar

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida pelo aluno Francisco Iokleyton de Araujo Matos, e orientada pela Prof^a Dr^a Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes.

Campinas

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

M428e Matos, Francisco Iokleyton de Araujo, 1991-
Evidências de alinhamento entre a gramática e o processamento de elipses com (mis)manches sintáticos e morfológicos no português brasileiro / Francisco Iokleyton de Araujo Matos. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes.

Coorientador: Juanito Ornelas de Avelar.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Elipse. 2. Recuperabilidade sintática. 3. Problema de subgeração. 4. Desalinhamento gramática-processamento. 5. Sistemas cognitivos. I. Lopes, Ruth Elisabeth Vasconcellos, 1960-. II. Avelar, Juanito Ornelas de, 1974-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Evidence of alignment between the grammar and the processing of ellipsis with syntactic and morphological (mis)matches in Brazilian Portuguese

Palavras-chave em inglês:

Ellipsis

Syntactic recoverability

Undergeneration problem

Grammar-processing (mis)alignments

Cognitive systems

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutor em Linguística

Banca examinadora:

Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes [Orientador]

Jairo Morais Nunes

Cilene Aparecida Nunes Rodrigues Nevins

Marcus Antonio Rezende Maia

Sonia Maria Lazzarini Cyrino

Data de defesa: 18-06-2021

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-7554-7348>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8087713722388060>



BANCA EXAMINADORA:

Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes

Jairo Morais Nunes

Cilene Aparecida Nunes Rodrigues Nevins

Marcus Antonio Rezende Maia

Sonia Maria Lazzarini Cyrino

**IEL/UNICAMP
2021**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

AGRADECIMENTOS

Seria bem menos arriscado dizer, de uma só vez, que sou grato a todos os que, de alguma forma, da mais simples à mais articulada, contribuíram para a execução deste projeto e para o percurso acadêmico que percorri até o presente momento. Mas eu mesmo não ficaria tão satisfeito. Preciso registrar aqui meu imenso agradecimento a algumas personalidades.

Sou muito grato à professora Ruth Lopes pela influência que ela exerceu para a construção deste projeto de pesquisa, desde os meus primeiros dias na Unicamp. Ruth não mediu esforços para contribuir com a minha formação. Foi uma honra e um imenso prazer tê-la como minha professora e orientadora.

Quero reconhecer também a contribuição do professor Juanito Avelar, que, além de me recepcionar na Unicamp e coorientar a minha pesquisa, foi também meu professor e supervisor em estágio de docência. As conversas com o professor Juanito foram sempre esclarecedoras.

Agradeço ao professor Jairo Nunes e à professora Cilene Rodrigues, que prontamente aceitaram compor a banca de qualificação e de defesa deste trabalho, e trouxeram contribuições significativas. Da mesma maneira, sou grato ao professor Marcus Maia e à professora Sonia Cyrino pela leitura do trabalho e pelas contribuições apresentadas na defesa da tese.

O trabalho experimental reportado no capítulo 4 não teria sido realizado sem a colaboração de inúmeros voluntários de dentro e de fora da universidade. A todos eles, quero deixar aqui meu muito obrigado. Agradeço também àqueles que me ajudaram a recrutar voluntários: Ruth Lopes, Lívia Oushiro, Thiago Sampaio, Mahayana Godoy, Peter Américo e Túlio Dantas.

Não fossem a disposição e a sensibilidade didática de Livia Oushiro e de Mahayana Godoy para preparar os melhores materiais *ever* de estatística para linguistas, eu teria terceirizado a análise estatística dos dados discutidos nesta tese. Meu imenso obrigado a essas duas brilhantes professoras.

Eu me sinto bastante privilegiado pela oportunidade que tive, no IEL, de ser aluno de professores e pesquisadores brilhantes. Sou muito agradecido a Charlotte Galves (que também foi minha supervisora em estágio de docência), Filomena Sandalo, Emilio Pagotto, Thiago Sampaio, Livia Oushiro, além de Ruth Lopes e Juanito Avelar.

Foi empolgante e prazeroso (e ainda é, na medida do possível) conviver com colegas como Letícia Kolberg, Maurício Resende, Williane Coroa, Antonio Codina, Tarcísio Dias, Anderson Almeida e Paulo Ângelo. Que bom foi caminhar com essa turma. Espero que possamos repetir muitas coisas.

Agradeço ao CNPq pelo fomento financeiro a esta pesquisa (processo: 141487/2017-8), ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do IEL pelo amparo acadêmico, e à Unicamp pelas bolsas PED (Programa de Estágio de Docência) concedidas para os três estágios que realizei na instituição.

Finalmente, mas não menos importante, agradeço à minha parceira de vida e melhor amiga, Lizandra Tavares, cuja companhia tem se tornado cada vez mais essencial. Também agradeço aos meus pais (os biológicos e aqueles que me adotaram), e a todos os meus familiares. Devo tudo a vocês.

Resumo

Esta tese é o resultado de uma investigação de aspectos gramaticais e psicolinguísticos de um fenômeno conhecido como *elipse*. Em particular, abordamos teórica e experimentalmente alguns potenciais casos de subgeração em elipse no português brasileiro, isto é, casos aceitáveis de elipse que, a rigor, não deveriam ser gerados pela gramática, já que, ao menos aparentemente, violam uma condição de identidade sintática esperada entre o material elidido e seu antecedente. Relativamente à discussão de aspectos gramaticais, argumentamos que alguns casos de *mismatch* entre um vP elidido e seu antecedente devem ser apropriadamente analisados como gramaticais, sendo o *mismatch* observado um *mismatch* meramente aparente, e a identidade sintática do material elidido e do seu antecedente calculada virtualmente, em termos de representações gramaticais abstratas. Quanto a aspectos psicolinguísticos do fenômeno, o nosso objetivo foi o de testar algumas previsões colocadas por uma literatura já ocupada com casos de subgeração em elipse (Cf. ARREGUI *et al.*, 2006; KIM *et al.*, 2011; PARKER, 2018). A principal previsão testada foi a de que haveria um claro desalinhamento entre a gramática e o processamento de elipse no português brasileiro. A partir de três ensaios experimentais (foram coletados dados de julgamento de aceitabilidade e dados de tempo de leitura por meio de uma técnica de leitura automonitorada), contrastamos respostas do processamento *offline* de elipse com respostas do seu processamento *online*, e verificamos um forte alinhamento entre a gramática e o processamento do fenômeno no português brasileiro. Os nossos achados são discutidos à luz do entendimento de Lewis e Phillips (2015), de que teoria gramatical e modelos de processamento são diferentes aspectos de um mesmo sistema cognitivo, mas não sistemas cognitivos distintos.

Palavras-chave: Elipse; Recuperabilidade sintática; Problema de subgeração; Desalinhamento gramática-processamento; Sistemas cognitivos.

Abstract

This dissertation is the result of an investigation of grammatical and psycholinguistic aspects of a phenomenon known as *ellipsis*. In particular, we address some potential undergeneration problems involving ellipsis in Brazilian Portuguese, that is, acceptable cases of ellipsis that, strictly speaking, should not be generated by grammar, since, at least apparently, they violate a condition of syntactic identity expected between the elided material and its antecedent. Regarding the discussion of grammatical aspects, we argue that some cases of mismatch between a elided vP and its antecedent should be appropriately analyzed as grammatical – the mismatch being merely apparent, and the syntactic identity of the elided material and its antecedent calculated virtually in terms of abstract grammatical representations. As for the psycholinguistic aspects of the phenomenon, our goal was to test some predictions made by a literature already concerned with undergeneration cases involving ellipsis (Cf. ARREGUI et al., 2006; KIM et al., 2011; PARKER, 2018). The main prediction tested was that there would be an evident misalignment between the grammar and the processing of ellipsis in Brazilian Portuguese. From three experimental tests (acceptability judgment data and reading time data were collected using a self-paced reading technique), we contrasted responses of the offline processing of ellipsis with responses of its online processing, and we verified a strong alignment between grammar and processing of the phenomenon in Brazilian Portuguese. Our findings are discussed in the light of the Lewis and Phillips's (2015) understanding, that grammatical theory and processing models are different aspects of the same cognitive system, but not different cognitive systems.

Keywords: Ellipsis; Syntactic recoverability; Undergeneration problem; Grammar-processing misalignments; Cognitive systems.

Lista de Figuras

FIGURA 1 - GEOMETRIA BÁSICA PARA REPRESENTAR VMMS LÍCITAS E ILÍCITAS, DE ACORDO COM A ALTURA DA ELIPSE	83
FIGURA 2 - PERCENTUAIS DE RESPOSTAS ACEITÁVEIS, OBTIDAS A PARTIR DO EXP. 1 DO ESTUDO DE ARREGUI <i>ET AL.</i> (2006)	106
FIGURA 3 - CONTRASTE ENTRE A ACEITABILIDADE DE VPE NO INGLÊS, EM SITUAÇÕES DE <i>MATCH</i> E DE <i>MISMATCH</i> DE VOZ VERBAL ..	114
FIGURA 4 - LIMITES DE BUSCA DO <i>PARSER</i> , EM SITUAÇÕES DE <i>MATCH</i> E DE <i>MISMATCH</i> DE VOZ EM VPE	115
FIGURA 5 - ACEITABILIDADE DA ELIPSE EM DIFERENTES CONDIÇÕES DE <i>MATCH</i> E DE <i>MISMATCH</i>	121
FIGURA 6 - INVERSA RELAÇÃO ENTRE TEMPO DE PROCESSAMENTO E ACEITABILIDADE, PREVISTA A PARTIR DE PARÂMETROS FORNECIDOS POR PARKER, EM SUA MODELAGEM COMPUTACIONAL	123
FIGURA 7 - MÉDIA (COM ERRO PADRÃO) DO TEMPO DE LEITURA DO SC1 NAS CINCO CONDIÇÕES TESTADAS (EXPERIMENTO I).	157
FIGURA 8 - MÉDIA (COM ERRO PADRÃO) DO TEMPO DE LEITURA DO SC2 NAS CINCO CONDIÇÕES TESTADAS (EXPERIMENTO I).	159
FIGURA 9 - DISTRIBUIÇÃO DOS NÍVEIS DE JULGAMENTO DE ACEITABILIDADE ENTRE AS CONDIÇÕES TESTADAS (EXPERIMENTO I)	162
FIGURA 10 - MÉDIAS (COM ERRO PADRÃO) DO TEMPO DE LEITURA DO SC1, CONSIDERANDO-SE AS VARIÁVEIS <i>MATCHING</i> E <i>MARCAÇÃO</i> (EXPERIMENTO II).	176
FIGURA 11 - MÉDIAS (COM ERRO PADRÃO) DO TEMPO DE LEITURA DO SC2, CONSIDERANDO-SE AS VARIÁVEIS <i>MATCHING</i> E <i>MARCAÇÃO</i> (EXPERIMENTO II).	177
FIGURA 12 - DISTRIBUIÇÃO DOS NÍVEIS DE JULGAMENTO DE ACEITABILIDADE, CONSIDERANDO-SE AS VARIÁVEIS <i>MATCHING</i> E <i>MARCAÇÃO</i> (EXPERIMENTO II)	179
FIGURA 13 - MÉDIAS (COM ERRO PADRÃO) DO TEMPO DE LEITURA DO SC1, CONSIDERANDO-SE AS VARIÁVEIS <i>MATCHING</i> E <i>MARCAÇÃO</i> (EXPERIMENTO III).	189
FIGURA 14 - MÉDIAS (COM ERRO PADRÃO) DO TEMPO DE LEITURA DO SC2, CONSIDERANDO-SE AS VARIÁVEIS <i>MATCHING</i> E <i>MARCAÇÃO</i> (EXPERIMENTO III).	190
FIGURA 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS NÍVEIS DE JULGAMENTO DE ACEITABILIDADE, CONSIDERANDO-SE AS VARIÁVEIS <i>MATCHING</i> E <i>MARCAÇÃO</i> (EXPERIMENTO III)	191

Lista de Tabelas

TABELA 1 - EXEMPLO DOS ITENS EXPERIMENTAIS USADOS NO EXPERIMENTO 1 DE PARKER (2018)	121
TABELA 2 - PONTOS DE (DES)ENTENDIMENTO ENTRE AS TRÊS ABORDAGENS PSICOLINGUÍSTICA DISCUTIDAS.	125
TABELA 3 - EXEMPLO DE SEGMENTAÇÃO USADA NO EXPERIMENTO I DE LEITURA AUTOMONITORADA	153
TABELA 4 - SINTETIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES DO EXPERIMENTO I.	155
TABELA 5 - MÉDIAS DO TEMPO DE LEITURA DO GRÁFICO NA FIGURA 7 (ERRO PADRÃO)	158
TABELA 6 - MÚLTIPLAS COMPARAÇÕES PAREADAS DO SC1 (EXPERIMENTO I).....	158
TABELA 7 - MÉDIA DO TEMPO DE LEITURA DO GRÁFICO NA FIGURA 8 (ERRO PADRÃO)	159
TABELA 8 - MÚLTIPLAS COMPARAÇÕES PAREADAS DO SC2 (EXPERIMENTO I).....	160
TABELA 9 - PROBABILIDADE DE CADA NÍVEL DE RESPOSTA DE JULGAMENTO DE ACEITABILIDADE SER ATRIBUÍDO A CADA UMA DAS CONDIÇÕES TESTADAS (EXPERIMENTO I).	161
TABELA 10 - MÚLTIPLAS COMPARAÇÕES PAREADAS DAS CONDIÇÕES QUANTO À ACEITABILIDADE (EXPERIMENTO I).	162
TABELA 11 - EXEMPLO DE SEGMENTAÇÃO USADA NO EXPERIMENTO II DE LEITURA AUTOMONITORADA.	173
TABELA 12 - SINTETIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES DO EXPERIMENTO II.	174
TABELA 13 - MÉDIAS DE TEMPO DE LEITURA DO GRÁFICO NA FIGURA 10 (ERRO PADRÃO) (EXPERIMENTO II).	176
TABELA 14 - MÉDIAS DE TEMPO DE LEITURA DO GRÁFICO NA FIGURA 11 (ERRO PADRÃO) (EXPERIMENTO II).	178
TABELA 15 - PROBABILIDADE DE CADA NÍVEL DE RESPOSTA DE JULGAMENTO DE ACEITABILIDADE SER ATRIBUÍDO, CONSIDERANDO-SE A VARIÁVEL MATCHING (EXPERIMENTO II).	179
TABELA 16 - EXEMPLO DE SEGMENTAÇÃO USADA NO EXPERIMENTO III DE LEITURA AUTOMONITORADA.	185
TABELA 17 - SINTETIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES DO EXPERIMENTO III.	186
TABELA 18 - MÉDIAS DE TEMPO DE LEITURA DO GRÁFICO NA FIGURA 13 (ERRO PADRÃO) (EXPERIMENTO III).	189
TABELA 19 - MÉDIAS DE TEMPO DE LEITURA DO GRÁFICO NA FIGURA 14 (ERRO PADRÃO) (EXPERIMENTO III).	190
TABELA 20 - PROBABILIDADE DE CADA NÍVEL DE RESPOSTA DE JULGAMENTO DE ACEITABILIDADE SER ATRIBUÍDO, CONSIDERANDO-SE A VARIÁVEL MATCHING (EXPERIMENTO III).	192
TABELA 21 - CONTRASTES ENTRE A NOSSA VISÃO DOS FATOS EM TORNO DO PB E AS PREVISÕES COLOCADAS POR DEMAIS ABORDAGENS PSICOLINGUÍSTICA DO FENÔMENO ESTUDADO.	199

Lista de Abreviaturas e Siglas

<i>a</i>	Categorizador adjetival
AdvP	Sintagma adverbial
Agr	Núcleo da projeção máxima AgrP
AgrP	Sintagma de concordância
AP	Sintagma adjetival
Aux	Verbo auxiliar
C	Núcleo complementizador
C-I	Sistema Conceitual-Intencional
CP	Sintagma complementizador
DP	Sintagma determinante
EPP	Princípio da Projeção Estendida
FL	Faculdade da Linguagem
GB	Modelo de Regência e Ligação
IL	Licenciamento Indireto
LF	Forma Lógica
ONA	Objeto Nulo Anafórico definidos
OP	Operador Nulo
ORPH	Constituinte Órfão
PF	Forma Fonética
PP	Sintagma Preposicionado
SC	Small Clause
SC1	Segmento Crítico 1
SC2	Segmento Crítico 2
S-M	Sistema Sensorio-Motor
T	Núcleo da projeção máxima funcional TP
TP	Sintagma de Tempo
Spec	Especificador

Subj	Sujeito
<i>t</i>	Vestígio/cópia
V	Verbo/raiz verbal
<i>v</i>	Categorizador verbal/núcleo introdutor de argumento externo
val	Traço valorado
VMM	<i>Mismatch</i> de voz verbal
VP	Sintagma verbal (camada lexical)
vP	Sintagma verbal (camada funcional)
VPE	Elipse do sintagma verbal
VSVPE	Elipse do vP seguida de movimento do verbo
WYSYWYG	Abordagem <i>What You See Is What You Get</i>

Lista de Símbolos

$\sqrt{\quad}$	Raiz verbal lexical
φ	Traços de concordância de número, gênero e pessoa
$i\varphi$	Tracos- φ interpretáveis
$u\varphi$	Tracos- φ não interpretáveis
θ	Papel temático ou traço temático
$\langle e \rangle$	elipse

Sumário

INTRODUÇÃO	17
QUESTÕES E HIPÓTESES A VERIFICAR	17
APRESENTAÇÃO	17
OS DESAFIOS DO DOMÍNIO EMPÍRICO	21
A HIPÓTESE DA RECICLAGEM	25
O ESTUDO EXPERIMENTAL	26
ORGANIZAÇÃO GERAL DA TESE	27

PARTE I ASPECTOS TEÓRICO-FORMAIS DE ELIPSE

CAPÍTULO 1 – ELIPSE: CONTRASTANDO ALGUNS NÍVEIS SINTAGMÁTICOS	30
1.1 MOVIMENTO DE VERBO E ELIPSE DO CONSTITUINTE VERBAL	31
1.2 OBJETOS NULOS ANAFÓRICOS E VSVPE NO PB	33
1.2.1 COMPARANDO VSVPE E OBJETO NULO NO PB: UMA RESPOSTA A LANDAU (2020A)	36
1.2.1.1 O FATOR DA RECUPERABILIDADE DE ADJUNTOS	37
1.2.1.2 A RECUPERABILIDADE DE ADJUNTOS E O FATOR DA IDENTIDADE VERBAL	40
1.3 ELIPSE DE SINTAGMAS PREDICATIVOS	42
1.3.1 SINTAGMAS PREDICATIVOS SOB ELIPSE NO INGLÊS	43
1.3.2 PREDICATIVOS ELIDIDOS NO PB	49
1.3.2.1 A SENSIBILIDADE A ALGUMA NOÇÃO DE PREDICAÇÃO	50
1.3.2.2 A NÃO RECUPERABILIDADE DE ADJUNTOS ADVERBIAIS	51
1.3.2.3 A NÃO NECESSIDADE DE IDENTIDADE VERBAL	52
1.3.2.4 <i>MISMATCHES</i> DE TRAÇOS- ϕ COMO EVIDÊNCIA PARA O TAMANHO DA ELIPSE	53
1.3 RESUMO E CONCLUSÃO	56
CAPÍTULO 2 PARA UMA NOÇÃO RELEVANTE DE IDENTIDADE EM ELIPSE	57
2.1 ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS DA PESQUISA SOBRE ELIPSE	58
2.2 ELIPSE: REPRESENTAÇÃO E DERIVAÇÃO	59
2.2.1 ABORDAGEM WYSIWYG	60
2.2.2 ABORDAGENS ESTRUTURAIIS	63
2.2.2.1 CONCORDÂNCIA	63
2.2.2.2 EFEITOS DE LOCALIDADE	64
2.2.2.3 EXTRAÇÕES REGULARES	66
2.3 A RECUPERABILIDADE DA ELIPSE	70
2.3.1 IDENTIDADE SEMÂNTICA: COMO E POR QUÊ?	71

2.3.2 IDENTIDADE SINTÁTICA: COMO E POR QUÊ?	77
2.3.2.1 INTOLERÂNCIA A DIFERENÇAS NA ESTRUTURA ARGUMENTAL DE VERBOS	78
2.3.2.2 INTOLERÂNCIA A VMM (ELIPSES ALTAS)	81
2.3.2.3 <i>MISMATCHES</i> MORFOSSINTÁTICOS EM ELIPSE DE SINTAGMAS PREDICATIVOS NO PB	85
2.3.2.3.1 A ASSIMETRIA NA POSSIBILIDADE DE <i>MISMATCH</i> DE GÊNERO: PREDICADOS DO TIPO <i>ATOR/ATRIZ</i>	87
2.3.2.3.2 A IMPOSSIBILIDADE DE <i>MISMATCH</i> DE GÊNERO: PREDICADOS DO TIPO <i>CONDE/CONDESSA</i>	91
2.3.2.3.3 TRAÇOS FLEXIONAIS EM ELIPSE DE SINTAGMAS PREDICATIVOS NOMINAIS E ADJETIVAIS	93
2.3.3 A QUESTÃO DA RECUPERABILIDADE NESTA TESE	95
2.4 RESUMO	96

PARTE II

ASPECTOS DA GRAMÁTICA E DO PROCESSAMENTO DE ELIPSE

CAPÍTULO 3 – *MISMATCHES* ESTRUTURAIS NA RELAÇÃO ANTECEDENTE-ELIPSE: EXPLORAÇÕES PRELIMINARES DA RELAÇÃO ENTRE TEORIA GRAMATICAL E MODELOS DE PROCESSAMENTO

3.1 A CONDIÇÃO DE IDENTIDADE SINTÁTICA E O PROBLEMA DE SUBGERAÇÃO	100
3.2 ABORDAGENS PSICOLINGÜÍSTICAS DO PROBLEMA DE SUBGERAÇÃO	102
3.2.1 A HIPÓTESE DA RECICLAGEM DE ARREGUI <i>ET AL.</i> (2006)	102
3.2.1.1 IMPLICAÇÕES DA PROPOSTA DE ARREGUI <i>ET AL.</i> (2006)	110
3.2.2 O MODELO DE PROCESSAMENTO DE KIM <i>ET AL.</i> (2011)	112
3.2.2.1 IMPLICAÇÕES DA PROPOSTA DE KIM <i>ET AL.</i> (2011)	116
3.2.3 EXPLICAÇÃO BASEADA EM MODELAGEM COMPUTACIONAL: PARKER (2018)	118
3.2.3.1 IMPLICAÇÕES DA PROPOSTA PARKER (2018)	123
3.2.4 RECAPITULANDO OS ASPECTOS RELEVANTES DAS TRÊS ABORDAGENS PSICOLINGÜÍSTICA	124
3.3 CONTORNANDO ALEGADOS PROBLEMAS DE SUBGERAÇÃO PARTIR DE UMA ABORDAGEM EXCLUSIVAMENTE GRAMATICAL	126
3.3.1 A DESCONTIGUIDADE SUPERFICIAL DO VP ANTECEDENTE: CONSTRUÇÕES <i>TOUGH</i>	128
3.3.2 RECUPERANDO O VP ELIDIDO DENTRO DE ADJETIVOS MODAIS	134
3.4 PROSPECTOS PARA OS PRÓXIMOS CAPÍTULOS	141
3.5 RESUMO	145

CAPÍTULO 4 – EXPERIMENTOS DE LEITURA AUTOMONITORADA COM JULGAMENTO DE ACEITABILIDADE: SOBRE O ALINHAMENTO ENTRE A GRAMÁTICA E O PROCESSAMENTO DE ELIPSE

4.1 EXPERIMENTO I: RECUPERANDO O ANTECEDENTE DE VPE EM CINCO CONDIÇÕES SINTÁTICAS	148
4.1.1 INTRODUÇÃO	148
4.1.2 MÉTODOS	151
4.1.3 ANÁLISE DOS DADOS	156
4.1.3.1 TEMPOS DE LEITURA	156
4.1.3.2 JULGAMENTOS DE ACEITABILIDADE	160
4.1.4 DISCUSSÃO	163
4.2 EXPERIMENTO II: <i>MISMATCH</i> DE NÚMERO EM ELIPSES DE PREDICADOS ADJETIVAIS	170
4.2.1 INTRODUÇÃO	170
4.2.2 MÉTODOS	172
4.2.3 ANÁLISE DOS DADOS	175
4.2.3.1 TEMPOS DE LEITURA	175

4.2.3.2 JULGAMENTOS DE ACEITABILIDADE	178
4.2.4 DISCUSSÃO	179
4.3 EXPERIMENTO III: MISMATCH DE GÊNERO EM ELIPSES DE PREDICADOS NOMINAIS (NOMES DO TIPO CONDE/CONDESSA)	180
4.3.1 INTRODUÇÃO	180
4.3.2 MÉTODOS	182
4.3.3 ANÁLISE DOS DADOS	187
4.3.3.1 TEMPOS DE LEITURA	187
4.3.3.2 JULGAMENTOS DE ACEITABILIDADE	190
4.3.4 DISCUSSÃO	192
4.4 DISCUSSÃO GERAL A PARTIR DOS EXPERIMENTOS	194
<u>CONCLUSÃO DA TESE</u>	<u>205</u>
QUESTÕES E HIPÓTESES VERIFICADAS	
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>207</u>
<u>APÊNDICE A – ITENS EXPERIMENTAIS USADOS NO EXPERIMENTO I</u>	<u>224</u>
<u>APÊNDICE B – ITENS EXPERIMENTAIS USADOS NO EXPERIMENTO II</u>	<u>229</u>
<u>APÊNDICE C – ITENS EXPERIMENTAIS USADOS NO EXPERIMENTO III</u>	<u>233</u>
<u>APÊNDICE D – ITENS DISTRADORES USADOS EM TODOS OS EXPERIMENTOS</u>	<u>236</u>
<u>ANEXOS</u>	<u>239</u>
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	239
AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE LABORATÓRIO E EQUIPAMENTOS	244

INTRODUÇÃO

Questões e hipóteses a verificar

Apresentação

Considere as sentenças em (1) e (2), e as seguintes duas perguntas que fazemos, inicialmente, em relação a elas: que fenômeno linguístico é comum a todas essas sentenças, e como elas poderiam ser julgadas, em termos de sua aceitabilidade, por falantes nativos do português brasileiro (PB)?

- (1) a. Poucas pessoas leram o documento sem usar uma lupa, mas José leu.
b. O documento era quase impossível de ler sem usar uma lupa, mas José leu.
c. O documento era quase ilegível sem ajuda de uma lupa, mas José leu.
d. José tentou ler o documento sem ajuda de uma lupa, mas o documento não podia ser.
- (2) a. Os amigos de Bruno são responsáveis, mas Bruno não é.
b. Essa mulher é princesa e aquele homem também é.

As sentenças em (1) e (2) guardam em comum o fato de instanciarem um fenômeno linguístico bastante pervasivo entre as línguas naturais, conhecido sob a rubrica de ELIPSE. Trata-se da omissão de elementos na estrutura da frase, os quais devem ser inferíveis a partir do contexto em que ocorrem. Considere (1a), por exemplo, e, por extensão, todas as demais sentenças de (1). A sentença em (1a) termina com uma frase muito curta, cujo

significado é “mais rico”, por assim dizer, que o material concretamente utilizado para a sua veiculação. A frase “*mas José leu*”, que encerra essa sentença, deve ser interpretada como “*José leu o documento sem usar uma lupa*”, e isso deve se dar a despeito da ausência de material fonológico para os constituintes “*o documento*” e “*sem usar uma lupa*”.

Da mesma maneira, apesar da ausência do predicado “*responsável*” em (2a) ou do predicado “*príncipe*” em (2b) – esperados para ocorrerem depois da cópula – essas frases são interpretadas como se esses constituintes predicativos estivessem concretamente ali presentes.

Em todos esses casos, é observada uma quebra do mecanismo padrão, utilizado pelas línguas naturais, para que se alcance uma determinada interpretação. Esse mecanismo, entende-se, é um pareamento entre forma e significado. Nos exemplos acima, essa quebra ocorre, porque um significado está sendo alcançado, mesmo na ausência de uma forma padrão de externalização que possa mapeá-lo. Nesses casos, torna-se relevante a noção de interpretação por recuperabilidade de um antecedente. Ou seja, nos casos em (1) e (2), o significado do material fonologicamente ausente deve ser recuperado a partir da identificação e interpretação de um material disponível na frase que antecede a elipse. Há, portanto, a necessidade de se postular, teoricamente, uma relação entre o material elidido e um antecedente linguístico.

Exposto, em linhas gerais, o fenômeno linguístico comum a todas as sentenças acima, passemos agora à segunda pergunta levantada, que busca saber como essas sentenças poderiam ser julgadas, em termos de sua aceitabilidade.

Consideremos (1d) e (2b), inicialmente. Suponha que um falante nativo do PB julgue essas duas sentenças como inaceitáveis¹. Um linguista poderia comentar tal julgamento de aceitabilidade, afirmando haver algo de *agramatical* nas estruturas subjacentes dessas sentenças, isto é, algo que viola alguma condição gramatical imposta para a sua boa formação. Esse linguista poderia detalhar, ainda, que essa agramaticalidade se deve, mais especificamente, à violação de uma condição gramatical que regula o licenciamento do fenômeno mencionado logo acima, isto é, a elipse. Tal condição gramatical poderia ser formulada da seguinte maneira.

¹ Aqui e ao longo desta tese, usaremos o termo “*inaceitável*” para nos referir a enunciados que não são perfeitamente naturais ou imediatamente compreensíveis, ou, ainda, enunciados que soam estranho por alguma razão não imediatamente clara. Não observada qualquer uma dessas características, o enunciado será considerado “*aceitável*”.

(3) *Para que uma elipse seja possível, o antecedente dessa elipse deve refletir a identidade sintática e de informações traçuais do material elidido.*

Observe que, em (1d), a frase com a elipse se encaminha para ter a interpretação segundo a qual “*o documento não podia ser lido sem ajuda de uma lupa*”, ainda que a estrutura “*lido sem a ajuda de uma lupa*” não esteja presente. Apesar de, em (1d), todos os constituintes da frase com a elipse poderem estabelecer uma relação com constituintes da frase antecedente, essa relação não está em linha com o estabelecido em (3), já que a estrutura sintática da frase antecedente, que está em voz ativa, não coincide com a estrutura sintática da frase na qual a elipse ocorre, notadamente um estrutura de voz passiva.

Algo semelhante se observa em relação a (2b), também julgada como inaceitável. Nesse caso, o predicado elidido não reflete uma informação traçual do antecedente que parece ser relevante para o licenciamento da elipse, a saber, a informação de gênero semântico, que no antecedente é feminino (*princesa*), mas no local da elisão é masculino (*príncipe*).

Deixando de lado, apenas por enquanto, outros possíveis julgamentos desse nosso hipotético falante nativo do PB às demais sentenças (1a,b,c) e (2a) – bem como as previsões que (3) faz para tais julgamentos –, queremos, antes de prosseguir, focar um aspecto fundamental para a nossa discussão, a saber, a ideia subjacente à explicação inicial do linguista para o julgamento das sentenças (1d) e (2b). Perceba que a explicação do linguista, para funcionar, precisa partir do pressuposto de que a gramaticalidade de uma estrutura linguística deve desempenhar um efeito causal bastante relevante para o julgamento de aceitabilidade dessa estrutura.

Entretanto, como se sabe já há um certo tempo, a aceitabilidade de uma construção pode ser afetada não apenas por sua gramaticalidade, mas por um conjunto de outros fatores, tais como tamanho da sentença, frequência de palavras empregadas, efeitos de *priming*, tipos de encaixamento, entre outros (ver discussão em CHOMSKY, 1965, p. 10-15). A rigor, podemos afirmar que (a)gramaticalidade não implica (in)aceitabilidade, nem vice-

versa². Ou seja, a relação entre gramaticalidade e aceitabilidade não é uma relação tão direta como muitas vezes somos levados a crer.

Como, então, é possível, ao linguista, fazer uma afirmação aparentemente tão convicta a respeito da gramaticalidade de uma certa estrutura, com base apenas em sua aceitabilidade? Em outras palavras, essa pergunta busca saber por que o julgamento de aceitabilidade de uma construção pode ser uma ferramenta tão útil para sondar a sua gramaticalidade, mesmo quando sabemos que a relação entre aceitabilidade e gramaticalidade não é uma relação tão direta.

Conforme discute Hornstein (2015), esse tipo de afirmação (a afirmação do linguista), é possível porque, apesar de indireta, a relação entre aceitabilidade e gramaticalidade é, com bastante frequência, estável. Ou seja, ao longo de um vasto e *quase* absoluto domínio empírico, aceitabilidade e gramaticalidade se alinham.

Chegamos, aqui, ao ponto central da discussão a ser encaminhada nesta tese: a hipótese de *alinhamento entre gramática e processamento*.

Esta tese discute teórica e experimentalmente o quão alinhados devem ser a gramática e o processamento do fenômeno exemplificado em (1) e (2).

O cálculo aqui empregado para chegar a esse resultado é bastante simples. Assumindo, com Lewis e Phillips (2015), que respostas *offline*³ – como é o caso de um julgamento de aceitabilidade – refletem representações da gramática, e que respostas *online* refletem mecanismos de processamento, gramática e processamento da linguagem se alinham quando nenhuma diferença entre respostas *online* e *offline* é observada.

Esta não será a primeira proposta a demonstrar quão alinhados são gramática e processamento linguístico. Alguns trabalhos já têm apresentado esse tipo de análise com base em diferentes domínios empíricos, e a partir de diferentes técnicas experimentais (Cf. LEWIS; PHILLIPS, 2015 para a revisão de alguns desses estudos, bem como algumas das principais referências). A novidade da pesquisa desenvolvida para esta tese está em levar esse tipo de discussão para um domínio empírico bastante controverso, como aquele exemplificado em (1) e (2), cujos aspectos de problematização introduziremos a seguir.

² Para uma excelente discussão desse assunto, além de referências, remetemos o leitor a Guimarães (2017, cap. 2).

³ Como define Kenedy (2015, p. 148), medidas *offline* são aquelas aferidas após a conclusão do processamento linguístico e, por essa razão, envolvem reflexões conscientes por parte daqueles que participam de uma tarefa experimental. Medidas *online*, por outro lado, são aquelas aferidas durante o processamento cognitivo que uma pessoa realiza inconscientemente enquanto recebe um estímulo linguístico, seja ele oral ou escrito.

Os desafios do domínio empírico

A condição gramatical exposta em (3) é, de fato, uma condição fortemente considerada pela literatura sobre elipse, principalmente desde discussões encaminhadas por Chomsky em *Aspects*⁴ (ver CHOMSKY, 1965; ROSS, 1969; SAG, 1976; HANKAMER; SAG 1976; WILLIAMS, 1977; HANKAMER, 1979; LAPPIN, 1992; FIENGO; MAY; 1994; LAPPIN, 1996; CHUNG *et al.*, 1995; TANAKA, 2011; MERCHANT, 2008; 2013; 2018, SAN PIETRO *et al.*, 2012; SAAB, 2016; THOMS, 2015; entre outros). A investigação dessa condição se torna extremamente relevante em contextos nos quais ela está, ao menos aparentemente, sendo violada, tal como é possível observar nos casos de elipse em (1b-d) e também em (2). Esses são casos em que podemos observar um *mismatch* entre antecedente e elipse, que em (1) é sintático, e em (2) é morfológico.

Como ficará mais claro no capítulo 1, a seguir, devemos assumir que nos casos em (1), o que está sendo elidido é um constituinte verbal (vP-VP), a ser reportado aqui como VPE (do inglês *Verbal Phrase Ellipsis*). Nesses casos, a sobrevivência do verbo à elipse não deve ser surpreendente, já que, como largamente assumido na literatura sobre o sintaxe do PB, o verbo principal, nessa língua, deixa o vP em sintaxe aberta. Sendo assim, todos os casos em (1) ilustram situações de elipse do constituinte verbal, sendo este o constituinte sobre o qual a condição em (3) deve se aplicar.

Observe que (1a,d), repetidos em (4), não desafiam o que se afirma em (3). (4a) parece respeitar (3), e, portanto, sob essa perspectiva, a elipse do constituinte verbal é bem formada, já que não se observa qualquer *mismatch* entre o vP elidido e o vP antecedente, isto é, o vP elidido, neste caso, reflete a exata identidade sintática do vP antecedente. (4b) também está em linha com o previsto em (3), já que um *mismatch* sintático está sendo observado, e parece ser esta a razão por que essa sentença é mal formada.

(4) a. Poucas pessoas leram o documento sem usar uma lupa, mas José leu_k <e>⁵.

<e> = [_{vP} ler_k o documento sem ajuda de uma lupa]

b. *José tentou ler o documento sem ajuda de uma lupa, mas o documento_j não podia ser <e>.

⁴ *Aspects of the theory of syntax*, publicação de Chomsky em 1965.

⁵ Ao longo desta tese, <e> será usado para denotar constituintes elididos.

<e> = [_{VP} lido t_j sem ajuda de uma lupa]

Os casos em (1b,c), por outro lado, repetidos em (5), a seguir, são bastante informativos, já que eles parecem colocar em dúvida a generalidade de (3).

(5) a. O documento era quase impossível de ler sem usar uma lupa, mas José leu <e>.

<e> = [_{VP} o documento sem usar uma lupa]

b. O documento era quase ilegível sem ajuda de uma lupa, mas José leu <e>.

<e> = [_{VP} o documento sem ajuda de uma lupa]

Apesar de um *mismatch* sintático entre elipse e antecedente poder ser descrito para as sentenças em (5), essas sentenças são aparentemente tão aceitáveis quanto (4a), um caso indiscutivelmente gramatical e aceitável de VPE. Em (5a), por exemplo, o vP elidido, tem como antecedente um vP envolvido em uma construção com predicado *tough*, conhecido por preservar certas peculiaridades sintáticas⁶. Assim, enquanto se espera que, em (5a), o vP antecedente tenha a estrutura [_{VP} ler o documento sem ajuda de uma lupa], o que assumidamente se encontra (Cf. ARREGUI *et al.*, 2006, p. 235) é algo como [o documento_j era quase impossível OP_j de ler t_j], em que, tecnicamente, o que estaria à direita do verbo infinitivo seria uma variável ligada por um operador nulo, por sua vez coindexado com o DP [o documento] na posição de sujeito da matriz, notadamente o constituinte esperado para estar no lugar ocupado pela variável. Sob esse tipo de análise de construções com predicado *tough*, o material elidido não reflete a identidade sintática do seu antecedente.

Em (5b), da mesma maneira, um *mismatch* sintático pode ser observado, já que, nesse caso, o vP elidido tem como antecedente um predicado cujo núcleo é um adjetivo, que, sob a análise mais corrente, estaria contido em uma estrutura de *small clause* (SC), tal como [o documento_j era [_{sc} t_j quase **ilegível** sem ajuda de uma lupa]]. Sob a análise mais comum, dentro dessa estrutura, o DP [o documento] seria o sujeito, mas não objeto do predicado *ilegível*, dentro do qual pode ser encontrado o verbo *ler*.

⁶ Detalhes acerca desse tipo de construção sintática são apresentados na seção 3.3.1 do capítulo 3.

Os dados em (5), levantam, portanto, um problema para a condição apresentada em (3). Esse é o principal problema teórico-gramatical que a presente pesquisa buscou resolver. A questão fundamental aqui é, portanto, a que segue.

(6) *Problema teórico*

Supondo que a aceitabilidade das sentenças em (5) reflete representações gramaticalmente bem formadas, como poderíamos explicar a boa formação gramatical dessas sentenças, sem, no entanto, abrir mão da condição formulada em (3)?

Observe que os casos de elipse em (2), repetidos em (7), espelham a mesma situação e o mesmo tipo de dificuldade. Em (7b), por exemplo, a elipse está de acordo com o previsto em (3), já que, nesse caso, parece ser um *mismatch* quanto à informação de gênero semântico a causa do ruído observado. (7a), por outro lado, também apresenta um *mismatch* – desta vez quanto à informação de número –, contudo essa sentença é completamente aceitável.

(7) a. Os amigos de Bruno são responsáveis, mas Bruno não é <e>.

<e> = responsável

b. *Essa mulher é princesa e aquele homem também é <e>.

<e> = príncipe

Até onde alcança o nosso conhecimento, são três os principais caminhos disponíveis na literatura, para tratar de problemas como o apresentado em (6), a saber:

- (i) negar que identidade sintática seja um mecanismo gramatical a ser levado em consideração na abordagem de elipse;
- (ii) assumir que *mismatches* sintáticos ou morfológicos, incluindo aqueles em (5) e (7a), são agramaticais, e explicar a aceitabilidade desses casos apelando para modelos de processamento de elipse;
- (iii) propor que as sentenças aceitáveis em (5), tanto quanto aquela em (7a), são gramaticais, e apontar como, de uma perspectiva teórico-gramatical, esses *mismatches* podem ser apenas aparentes.

A alternativa (i) não nos parece um bom caminho, dado o crescente corpo de evidências empíricas (ver capítulo 2) sugerindo a necessidade de (3). Esse caminho, portanto, não será seguido aqui. A alternativa (ii), embora bastante atraente, encontra alguns problemas, entre os quais podemos citar, antecipadamente, a necessidade de que se evidencie um desalinhamento entre a gramática e o processamento de elipse⁷, algo contra o qual a presente tese irá se opor, tendo em vista evidências experimentais a serem reportadas no capítulo 4.

Decidimos, então, seguir o caminho apresentado em (iii). Para isso, argumentaremos, em relação às sentenças em (5), que VPE nessas condições são gramaticais, a despeito da aparente violação à condição em (3).

Especificamente em relação a (5a), mostraremos que uma análise minimalista de construções com predicado *tough*, inspirada em Hornstein (2001), pode explicar a gramaticalidade da elipse, sem, no entanto, que se abra mão da condição de identidade sintática formulada em (3). Basicamente, defenderemos que o verbo infinitivo selecionado por predicados do tipo *tough* tem, em sua posição de complemento, uma cópia do DP que ocupa a posição de sujeito, mas não uma variável ligada por um operador nulo. Além disso, esse verbo infinitivo deve ser capaz de valorar Caso acusativo do DP em questão.

Quanto à condição da elipse em (5b), defenderemos, com base em Resende e Rech (2020), que adjetivos modais, como é o caso de *legível*, têm em sua estrutura interna um camada verbal (vP-VP), e que o DP considerado sujeito da SC é, na verdade, gerado como objeto do verbo cuja estrutura foi adjetivada.

Em relação a *mismatches* morfológicos em elipses de sintagmas predicativos, como em (7), seguiremos uma literatura que já os analisa de maneira bastante convincente, apontado que, no caso de (7a), a elipse é aceitável exatamente porque o *mismatch* em questão é apenas aparente (Cf. NUNES E ZOCCA, 2009). Em (7b), não há como impedir, tendo em vista o funcionamento da gramática, que o *mismatch* seja ignorado pelo cálculo de identidade, e com isso a elipse é agramatical e inaceitável. A novidade que apresentaremos em relação a essas condições tem a ver com o tratamento experimental dispensado a esses

⁷ Para outros problemas em torno desse tipo de abordagem, ver capítulo 3, especialmente a seção 3.2.

dados, partindo de previsões da literatura gramatical que os analisa (NUNES; ZOCCA, 2009; BOBALJIK; ZOCCA, 2011).

Os resultados alcançados nesta tese fazem contrapontos imediatos a uma literatura psicolinguística que trata da questão de *mismatches* em elipses. Resultados do nosso estudo experimental confrontam, sobretudo, aquela que ficou conhecida como a *abordagem da reciclagem para o processamento de elipse*, sobre a qual discorreremos brevemente a seguir.

A Hipótese da Reciclagem

O tipo de análise que acabamos de introduzir para os casos em (5) e (7) se distancia bastante da análise encaminhada em uma certa literatura que já se dedicou a casos de elipse nas condições em (5), no inglês, partindo, contudo, do pressuposto de que essas e outras condições sintáticas em que a elipse é aceitável são, de todo modo, agramaticais. Estamos nos referindo especificamente à conhecida *hipótese da reciclagem*, discutida pela primeira vez em Arregui, Clifton, Frazier e Moulton (2006), mas também revisitada em trabalhos mais recentes, como Frazier (2013) e Frazier e Duff (2019).

Assumindo (3), Arregui *et al.* (2006) levantam a hipótese de que sentenças como aquelas em (5) são gramaticalmente mal formadas, mas salvas em termos de processamento. Mais especificamente, a hipótese desses autores discute que deve haver diferenças significativas quanto à aceitabilidade das sentenças em (5), sendo (5a) mais aceitável que (5b). Isso se daria em razão da capacidade do *parser*⁸ de *reciclar* antecedentes não paralelos, com o propósito de tornar a elipse recuperável. Essa possibilidade seria maior em se tratando de uma sentença como (5a), por exemplo, mas não (5b), que, na hipótese desses autores, envolveria operações de reciclagem mais complexas e em maior volume. Note que um aspecto central da hipótese da reciclagem de Arregui *et al.* (2006) é que sentenças como em (5) devem ser analisadas como agramaticais. Além disso, essa hipótese prevê um desalinhamento entre a gramática e o processamento de elipse. Como ficará mais claro na discussão encaminhada no capítulo 3, este último pressuposto não é exclusivo da abordagem

⁸ O termo *parser* faz referência ao “aparato responsável pela construção de estruturas sintáticas a partir do reconhecimento de uma seqüência de elementos do léxico”, durante compreensão de um enunciado linguístico (CORRÊA, 2008, p. 234).

de reciclagem de Arregui *et al.* (2006), mas pode ser observado também em abordagens psicolinguísticas alternativas.

A questão do desalinhamento entre a gramática e o processamento de elipse foi aqui examinada experimentalmente.

O estudo experimental

Um dos objetivos da presente pesquisa foi testar experimentalmente o quão alinhados são a gramática e o processamento de elipse no PB. Para isso, realizamos testes de leitura automonitorada com julgamento de aceitabilidade, de modo a se obter informações quanto aos processamentos *online* e *offline* de sentenças elípticas com e sem *mismatch* dos tipos observados em (5) e (7). Foram realizados ao todo três experimentos, cujos resultados nos informariam, por um lado, como determinadas condições em que a elipse ocorre podem ser gramaticalmente representadas, e, por outro lado, como essas condições são processadas.

No primeiro experimento, queríamos verificar os processamentos *online* e *offline* de sentenças com VPE nas condições exemplificadas em (1). Constatamos o que podemos chamar de um forte alinhamento entre a gramática e o processamento VPE no PB. Sentenças nas condições (1a-c) foram julgadas como igualmente aceitáveis, isto é, sem diferenças estatísticas significativas entre si quanto à sua aceitabilidade. Tal resultado está em linha com a análise aqui proposta para as condições em (5)⁹, e vai contra as previsões de Arregui *et al.* (2006), que analisam essas sentenças como agramaticais. Sentenças na condição (1d), por outro lado, são expressivamente menos aceitáveis que as demais. Isso é interpretado por nós como reflexo de sua agramaticalidade. O processamento *online* das sentenças em (1) se alinha com o seu processamento *offline*: apenas a condição (1d), julgada como significativamente menos aceitável, apresentou algum efeito de custo de processamento; as elipses nas condições em (1a-c), não se diferenciaram significativamente entre si a esse respeito.

O segundo e o terceiro experimentos foram bastante importantes para o presente estudo, pelas seguintes razões. Primeiramente, eles foram importantes simplesmente por colocarem em perspectiva experimental abordagens gramaticais já apresentadas anteriormente pela literatura ocupada com dados como aqueles em (2)/(7), de *mismatches* de número e gênero em elipse de sintagmas predicativos no PB (cf. ZOCCA, 2003; NUNES;

⁹ As sentenças (5a,b) são as mesmas de (1b,c).

ZOCCA, 2009; BOBALJIK; ZOCCA, 2011). Depois, esses experimentos foram importantes para mostrar que, contrariamente ao que afirmam Arregui *et al.* (2006, p. 242), *mismatches* relacionados a informações/traços como de número ou de gênero podem ser aceitáveis ou não, mas isso deve depender de possibilidades da gramática, mas não de mecanismos particulares de processamento, como proposto por esses autores. Os resultados desses dois últimos experimentos serviram para reforçar o nosso entendimento de que a gramática e o processamento de elipse são mecanismos alinhados, ao menos como podemos observar no PB. Por último, mas não menos importante, os resultados do nosso estudo experimental são analisados como consistentes com a hipótese defendida por Phillips e colaboradores, segundo a qual gramática e processamento são diferentes aspectos de um mesmo e único sistema cognitivo, mas não sistemas distintos.

Organização geral da tese

Seguindo esta introdução, a tese se divide em duas partes, cada qual com dois capítulos. A **parte I** privilegia discussões gramaticais em torno do fenômeno linguístico. A **parte II** discute, além de aspectos gramaticais, aspectos de seu processamento.

No **capítulo 1**, realizamos uma descrição gramatical básica do fenômeno, com o propósito de comparar alguns níveis sintagmáticos em que elipse pode ocorrer no PB. Comparamos instâncias de VPE que ocorrem após o movimento do verbo para fora do vP com casos superficialmente semelhantes de objetos nulos anafóricos, recentemente tratados, na literatura, como casos de elipse no PB. Adicionalmente, colocamos em comparação duas abordagens possíveis para casos de elipse de sintagmas predicativos no PB: uma abordagem que, seguindo análises do inglês, propõe que a elisão se daria no nível da projeção verbal, incluindo, assim, uma cópia da cópula – portanto, uma análise em termos de VPE; alternativamente, DP/PP/AP seria o nível sintagmático afetado pela elisão, ou seja, não teríamos VPE. Esse capítulo é importante, porque ele apresenta uma definição clara dos níveis sintagmáticos que, em nossos estudos de caso, estarão precisamente sujeitos ao requerimento de paralelismo sintático formulado em (3).

O **capítulo 2** se dedica à revisão de discussões teóricas relevantes para o estudo apresentado nesta tese. Nesse capítulo, se destacam duas principais discussões. Uma delas diz respeito à questão da representação e derivação da elipse. A outra, com maior destaque,

diz respeito à questão da recuperabilidade. Por meio dessas discussões, explicitaremos as principais assunções teóricas trazidas para o presente estudo. Especificamente, assumiremos uma abordagem sintática de elipse, e perseguiremos a ideia de que a sua recuperabilidade deve ser garantida por uma condição de identidade morfossintática em termos derivacionais, mas não em termos superficiais.

O **capítulo 3** cobre diferentes abordagens do problema de subgeração encontrado em casos de *mismatches* estruturais ou traçais na relação antecedente-elipse, isto é, o problema relativo à aceitabilidade de sentenças que, por hipótese, não deveriam ser geradas pela gramática, tendo em vista a condição apresentada em (3). Basicamente, são apresentadas três abordagens psicolinguísticas e discutidas algumas de suas implicações para uma análise mais ampla do fenômeno. São elas a *hipótese da reciclagem*, de Arregui *et al.* (2006), a *hipótese de busca por estrutura baseada em considerações heurísticas do parser*, de Kim *et al.* (2011), e a *explicação baseada em mecanismos de acesso à memória*, de Parker (2018). É nesse mesmo capítulo que também apresentamos uma abordagem estritamente gramatical dos potenciais casos de subgeração expostos aqui em (5), e delimitamos previsões dessa abordagem, bem como de abordagens psicolinguísticas. Com isso, motivamos o estudo experimental cujos resultados são reportados no capítulo seguinte.

No **capítulo 4**, reportamos três experimentos psicolinguísticos de leitura automonitorada com julgamento de aceitabilidade, aplicados a falantes nativos do PB. O primeiro experimento faz um estudo de cinco condições de VPE, das quais quatro são as mesmas exploradas por Arregui *et al.* (2006), em seu estudo no inglês. Os outros dois experimentos são voltados para um estudo de *mismatch* morfológico em elipse de sintagmas predicativos. Os resultados alcançados apontam para um alinhamento entre a gramática e o processamento de elipse, e estão em linha com as análises gramaticais por nós aqui oferecidas ou simplesmente assumidas da literatura gramatical. Na discussão geral dos resultados, apontamos, ainda, que os nossos achados são consistentes com a visão de Lewis e Phillips (2015), de que gramática e processamento devem compor um único sistema, mas não sistemas distintos.

Parte I

Aspectos teórico-formais da gramática de elipse

CAPÍTULO 1

Elipse: contrastando alguns níveis sintagmáticos

Neste capítulo, discuto elipse em dois domínios sintagmáticos, a saber, o domínio do predicado verbal, e o domínio do predicado nominal. Relativamente ao domínio verbal, a discussão põe em foco construções com movimento de verbo, seguido de elipse do constituinte verbal (*Verb-Stranding VP-Ellipsis*), e contrasta esse tipo de elipse com casos de objetos nulos anafóricos no PB. Em relação ao domínio nominal, analiso casos de elipse de sintagmas predicativos no PB, e contrasto duas análises quanto ao domínio sintagmático da elisão: uma que entende ser DP/AP/PP o nível sintagmático afetado, e outro que entende ser o vP, tendo em vista que movimento de verbo é algo generalizado no PB. Argumento em favor da primeira análise, e, com isso, encerro o capítulo, concluindo que a presença/ausência de movimento do verbo em uma dada língua não é capaz de prever, por si só, o domínio sintagmático de uma elipse.

1.1 Movimento de verbo e elipse do constituinte verbal

Como já observado na introdução desta tese, uma elipse deve, em termos básicos, ser caracterizada como a omissão de alguma peça necessária para a estrutura sintagmática da sentença. Isso pode ser observado no exemplo a seguir, um caso muito claro de elipse do constituinte verbal.

- (1) Pedro vai gostar desse presente, mas Maria não vai <e>.

Em (1), <e> ocupa o lugar de uma estrutura sintagmática que deve incluir o verbo *gostar* e o seu complemento, o constituinte *desse presente*. Nesse caso, <e> é precedido por um verbo auxiliar, e temos um típico caso do que podemos denominar como elipse de vP ou simplesmente VPE (Cf. HANKAMER; SAG, 1976; SAG, 1976; WILLIAMS, 1977; ZAGONA, 1982; HARDT, 1993; FIENGO; MAY, 1994; LOBECK, 1995; FOX, 2000; JOHNSON, 2001, entre muitos outros).

Em algumas línguas, como é o caso do hebraico, do irlandês, do russo, do galego, do lituano, da língua banto suaíli, entre outras, o verbo pode escapar do vP antes mesmo que a elipse ocorra, o que, conseqüentemente, permite a ele ser pronunciado, a despeito de ser o vP o nível sintagmático afetado pela elisão. Isso é o que Goldberg (2005) chama de *V(erb)-Stranding* VPE. Esse subtipo de VPE será aqui referido como VSVPE.

VSVPE também é uma marca registrada no PB, língua em que o verbo principal, conhecidamente deixa o vP em direção a algum núcleo funcional, geralmente assumido como sendo T ou Asp (Cf. COSTA; GALVES, 2002; CYRINO, 2013; entre outros). Evidência de que, nessa língua, o verbo deixa vP pode ser explorada com base na sua posição em relação a certos advérbios que demarcam a fronteira do vP, como é o caso do advérbio *bem* (cf. COSTA, 2008).

- (2) João **vê bem** as condições de pagamento antes de comprar um carro.

(CYRINO, 2013, p. 302)

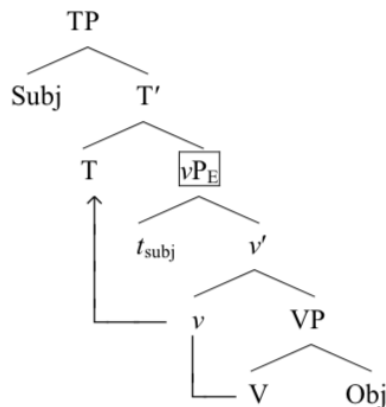
Diferentemente, línguas em que o verbo principal não deixa o vP, como é o caso do inglês (Cf. EMONDS, 1978; POLLOCK, 1989; LASNIK, 1999), são línguas que falham em mostrar VSVPE. Os exemplos a seguir mostram a possibilidade de VSVPE no PB (3), e sua

impossibilidade no inglês (4a), que deve licenciar elipse do verbo principal apenas na presença de um verbo auxiliar (4b).

- (3) Eu não comprei um presente para o Pedrinho, mas Maria comprou_j <e>.
 <e> = [_{VP} comprar_j um presente para o Pedrinho]
- (4) a. *I didn't buy a gift for Pedrinho, but Maria bought <e>.
 b. I didn't buy a gift for Pedrinho, but Maria did <e>.
 <e> = [_{VP} buy a gift for Pedrinho]

Seguindo Goldberg (2005), em termos derivacionais teríamos, no PB, o que pode ser observado em (5), a seguir, onde $\boxed{vP_E}$ indica a elipse do vP. A impossibilidade de o mesmo ocorrer no inglês, isto é, a impossibilidade da elipse na ausência de um verbo auxiliar, conforme denuncia (4a), estaria relacionada com o fato de não haver movimento do verbo na língua.

(5)



(adaptado de GOLDBERG, 2005, p. 4)

Uma análise de elipse como a colocada em (5) requer, especialmente no PB, alguns cuidados adicionais, considerando que essa é uma língua que também possibilita o que a literatura denomina como objetos nulos anafóricos, com os quais VSVPE pode guardar

algumas similaridades superficiais. A seguir, introduzimos uma discussão em torno desse assunto.

1.2 Objetos Nulos Anafóricos e VSVPE no PB

Como definem Cyrino e Matos (2016, p. 294), Objeto Nulo “designa a ausência da expressão fonológica do argumento interno nominal necessário de um verbo e corresponde a um DP silenciado que pode ser recuperado de um contexto situacional ou linguístico”¹⁰.

Essas autoras apontam pelo menos quatro tipos de objetos nulos no português: aquele cuja recuperação depende unicamente do contexto situacional (ver 6); aquele que é facilmente recuperado pelo conteúdo lexical do verbo que o seleciona (ver 7); aquele que é entendido como parte do significado lexical de alguns verbos (ver 8); e, finalmente, aquele que requer um antecedente linguístico, como exemplificado em (9).

- (6) [Situação: em um restaurante, alguém vê uma pessoa famosa e faz o seguinte comentário:]
Eu viu ___ na TV ontem.
- (7) Durante as minhas férias, quero sobretudo ler ___.
- (8) Isto leva ___ à seguinte conclusão: ...
- (9) **Ele comprou o casaco sem experimentar ___.**

(CYRINO; MATOS, 2016, p. 295)

Aqui, deixaremos de lado os casos de objetos nulos exemplificados em (6)-(8), e seguiremos com casos como aquele em (9), que podem, presumivelmente, receber uma análise em termos de elipse, e, em alguns casos, podem se confundir com VSVPE. O caso em (9), ilustra o que a literatura denomina como *Objeto Nulo Anafórico definido* (doravante ONA), e se distingue dos demais casos de objeto nulo pelo fato de ter a sua interpretação necessariamente ancorada em um antecedente linguístico, que, como discute uma parte da

¹⁰ Trecho original: “Null Object designates the absence of the phonological expression of the necessary nominal internal complement of a verb, and corresponds to a silent DP that could be recovered from a situational or linguistic context.”

literatura (Cf. CYRINO, 1997, BARRA FERREIRA, 2000, entre outros), deve ser preferencialmente [-animado].

A literatura dedicada à formalização daquilo que vem a ser um ONA no PB parece ainda não ter chegado a um consenso. Para alguns, como Farrell (1990) e Galves (2001), o vazio à direita do verbo em um dado como aquele em (9) deve ser analisado como um *pro*. Para outros estudiosos, como é o caso de Cyrino (1993, 1994), Cyrino e Lopes (2016), ONAs no PB são resultado de uma operação de elipse do objeto. A exemplo de Barra Ferreira (2000) e Panitz (2015), abordagens híbridas também podem ser sustentadas, segundo as quais o PB admite derivações em que ONA é um *pro*, e também derivações em que o fenômeno é resultado de uma elipse argumental. Esse tipo de discussão de maneira alguma interfere em nossa abordagem de elipse. A razão para trazê-la aqui é meramente didática: qualquer que seja a melhor abordagem de objeto nulo a ser adotada para o PB, ela precisa reconhecer que, em muitos casos, como aquele em (10), a seguir, há uma linha muito tênue separando o que deve ser resultado do silenciamento apenas do objeto do verbo – portanto um caso de objeto nulo anafórico –, e aquilo que de ser produzido por uma sintaxe de VSVPE.

- (10) Maria assou o bolo, mas João não assou_j <e>.
 <e> = [_{VP} assar_j o bolo] ou
 <e> = [_{DP} o bolo]

Suponhamos, apenas para fins “pedagógicos”, que uma análise de ONAs no PB como sendo elipse argumental seja aquela mais satisfatória. Sob esse ponto de vista, o caso em (10) seria superficialmente ambíguo entre uma análise de VSVPE, como apresentamos em (5), e uma análise de elipse apenas do DP argumento do verbo.

Em nossa tentativa de decidir entre uma análise de VSVPE e uma análise de elipse do DP, poderíamos, em princípio, focar a nossa observação sobre especificações traçuais do antecedente da elipse, de modo a empregar um dos seguintes raciocínios. Se ONA/elipse argumental deve ter um antecedente [-animado], como apontam alguns estudos, então quando esse antecedente for [+animado] será possível descartar uma análise de ONA/elipse do objeto, e acatar uma análise de VSVPE.

Deslocando a nossa atenção para o traço de definitude do DP silenciado, poderíamos, da mesma maneira, esperar, por exemplo, que VSVPE gerasse apenas

interpretações em que o DP argumento do verbo é indefinido, e que ONA/elipse argumental, por sua vez, envolvesse apenas objetos definidos.

Qualquer que seja o nosso critério para separar uma análise de VSVPE de uma análise de ONA/elipse argumental, se ele estiver baseado apenas em informações traçuais do DP envolvido, ele não será muito útil.

Relativamente ao traço de animacidade do DP em questão, devemos considerar que continuaremos com a mesma dificuldade para decidir entre as duas análises sempre que o antecedente for [-animado] como é o caso de (10), já que VPEs são indiferentes ao traço de animacidade do argumento do verbo antecedente, e, portanto, podem ocorrer quando o argumento do verbo é [+/-animado], como podemos observar em (11), onde a elipse do vP é licenciada por um verbo auxiliar, ou seja, temos um caso indiscutível de VPE.

- (11) a. Pedro vai comprar o presente, mas Maria não vai <e>.
b. Pedro vai comprar um cachorrinho, mas Maria não vai <e>.

Quanto ao traço de definitude do DP em questão, conforme argumenta Panitz (2018), assim como VSVPE, ONA/elipse argumental também produz leitura indefinida do objeto silenciado, como pode ser argumentado em face do dado a seguir, extraído de Panitz (2018, p. 84).

- (12) O João vai mostrar um livro pra Maria e o Pedro vai mostrar ___ pra Júlia¹¹.

Reunidos, esses fatos mostram que não podemos nos valer diretamente de informações traçuais do antecedente para decidir entre uma análise de ONA/elipse argumental e uma análise de VSVPE. De fato, parece ainda não haver uma definição muito clara, na literatura, acerca da natureza dos traços semântico-pragmáticos que condicionam uma retomada anafórica via objeto nulo. No início desta seção, quando explicitamos a necessidade de um antecedente para ONAs, mencionamos apenas uma das hipóteses sobre o quão restrito deve ser o antecedente desse tipo de elipse. No entanto, essa não é a única

¹¹ Panitz (2018) argumenta que, em adição a um *pro*_{def} – como proposto por Barra Ferreira (2000) –, deve haver algum método adicional capaz de gerar objetos nulos indefinidos no PB. A argumentação desse autor passa por mostrar que, enquanto alguns casos de objetos nulos podem ser gerados por VSVPE, outros casos, como aquele em (12), devem ser gerados por elipse argumental.

hipótese existente sobre o condicionamento da retomada anafórica de objetos diretos nulos no PB. Creus e Menuzzi (2004), por exemplo, propõem que o traço de gênero semântico do antecedente¹² é a restrição que deve, de fato, importar para ocorrência de um ONA. Othero e Schwanke (2018), por meio de um estudo sobre retomadas anafóricas de objeto direto no português brasileiro escrito, concordam com a hipótese de Creus e Menuzzi (2004), porém concluem que, além do traço semântico do antecedente, fatores outros que os autores chamam de “princípios discursivos particulares” devem, certamente, influenciar uma retomada anafórica por objeto nulo.

Ou seja, ainda há muito o que esclarecer, até que especificações traçuais do antecedente sejam um critério confiável para a desambiguação de análises de VSVPE ou de ONA.

Em alguns contextos, no entanto, outros mecanismos podem ser explorados, de modo a separar as duas análises, e também de modo a explicitar a necessidade dos dois tipos de análise no PB. A necessidade, em uma mesma língua, de análises de VSVPE e de elipse argumental tem, aliás, sido um tópico de discussão na literatura mais recente (LANDAU, 2018, 2020a,b). A seguir, comentaremos essa literatura, ao mesmo tempo em que, supondo que elipse argumental é uma análise viável para ONA no PB, explicitaremos os dois mecanismos aqui considerados como suficientes para separar as duas análises, bem como garantir a coexistência dos dois tipos de elipse nessa língua.

1.2.1 Comparando VSVPE e objeto nulo no PB: uma resposta a Landau (2020a)

Recentemente, tem repercutido na literatura uma certa problematização à possibilidade de que VSVPE e elipse do objeto sejam fenômenos coexistentes em uma mesma língua. Landau (2018, 2020a,b), particularmente, tem sugerido que movimento do verbo seguido de elipse do constituinte verbal (vP), ou seja, VSVPE, é uma análise que deve ser definitivamente descartada, e deve dar lugar a uma análise de elipse do objeto, isto é, elipse argumental, que, segundo esse autor, seria uma análise mais simples, e que alcançaria os mesmos resultados. A análise translingüística desse autor, incluiria, até mesmo, o PB.

¹² Em termos básicos, Creus e Menuzzi (2004) propõem que o traço de gênero semântico do antecedente atua como uma espécie de gatilho para a retomada do ONA. Assim, na visão dos autores, não se espera que ONA ocorra quando o seu potencial antecedente tem gênero semântico identificável; por outro lado, se o gênero semântico não é identificável no nome a ser retomado, então espera-se que ONA seja o recurso de retomada. Assim, segundo os autores dessa proposta, “o aspecto fundamental do traço de animacidade é que ele está associado com distinções de gênero semântico” (CREUS; MENUZZI, 2004, p.7).

A seguir, veremos, contudo, que o PB não pode ser usado para justificar a proposta de Landau.

1.2.1.1 O fator da recuperabilidade de adjuntos

Existem algumas maneiras de demonstrar como VSVPE e elipse do objeto podem se distribuir de maneira complementar em uma mesma língua. Uma dessas maneiras consiste em observar a possibilidade de que adjuntos adverbiais sejam recuperados no local da elisão. Mais consensualmente, apenas uma análise de VSVPE prevê que adjuntos adverbiais possam ser recuperados no local da elisão. Por outro lado, se a elipse é apenas do DP objeto do verbo, adjuntos adverbiais não podem ser recuperados, já que esse domínio sintagmático não deve incluir esse tipo de adjunto. Landau (2020a) problematiza esse modo de justificar uma análise de VSVPE, partindo da alegação de que esse tipo de análise muitas vezes gera interpretações não existentes.

Observando o português (brasileiro e europeu, tratados indistintamente), esse autor propõe que um dado como (13a) deve ser analisado como uma instanciação de múltiplas elipses independentes, como mostra (13b), o que incluiria até mesmo uma elipse independente do adjunto.

- (13) a. Eu devolvi a prova ao professor ontem e você também devolveu <e>.
 b. <e> = Elipse 1 = [DP a prova]
 Elipse 2 = [PP ao professor]
 Elipse 3 = [AdvP ontem]

A principal motivação que o autor encontra para sustentar esse tipo de análise, está no entendimento de que, muitas vezes, quando se prevê uma análise de VSVPE, o teste de recuperabilidade do adjunto nos mostra, inequivocamente, que o adjunto não pode estar sendo recuperado. Considere, por exemplo, casos de elipse envolvendo o que Landau chama de predicados com verbos de criação. Predicados com verbos de criação, como é o caso do verbo *escrever*, em (14), são capazes de demonstrar uma diferenciação definitiva entre uma leitura que é privativamente possibilitada por uma sintaxe de VSVPE, e uma leitura privativamente possibilitada por uma sintaxe de elipse apenas do objeto. Quando usamos

esse tipo de predicado em contexto de negação, como em (14), a existência do objeto selecionado pelo predicado é, inevitavelmente, também negada. Com isso, espera-se que, sob uma leitura de elipse apenas do objeto, seja completamente inapropriado qualquer comentário que façamos em seguida, indicando, ou mesmo pressupondo, a existência do objeto.

- (14) O João escreve poemas por desespero. O Pedro não escreve <e>. #Os dele são alegres. (LANDAU, 2020a, p. 14)

De fato, o comentário seguindo a elipse em (14) soa inapropriado. Se <e> leva ao entendimento de que *Pedro não escreve poemas*, então não cabe o comentário de que *os poemas escritos por Pedro são alegres*. Teríamos, nesse caso, segundo Landau, uma elipse apenas do objeto, o que não inclui o adjunto adverbial. Entretanto, algumas particularidades do dado em (14), explorado por Landau, merecem ser levadas em consideração.

Sabemos que, no PB, sob determinadas condições, muitos verbos geralmente transitivos podem ter uma leitura intransitiva. O contraste a seguir, explorado a exemplo disso, mostra que o verbo *escrever* – um verbo tipicamente transitivo –, quando conjugado no presente do indicativo, pode ter leitura intransitiva. Em (15a), essa leitura intransitiva nos leva à simples interpretação, por exemplo, de que *João é alfabetizado*, e por isso *escreve*, ou, ainda, à interpretação de que *João é escritor*. As mesmas leituras não são alcançadas quando, simplesmente, alteramos o tempo do verbo, que, agora, passa a exigir um objeto, como observado em (15b).

- (15) *Frases produzidas out-of-the-blue*
 a. João escreve. {João é alfabetizado/João é escritor}
 b. #João escreveu.

Considerando isso, é bastante provável que uma leitura intransitiva do verbo *escrever*, em (14), mas não uma elipse propriamente, seja a causa do ruído gerado pelo comentário pressupondo a existência do objeto. Observe que, em (14), a ausência de um argumento interno para o verbo *escrever*, associada à conjugação desse verbo no presente do indicativo, nos induz a uma leitura intransitiva. Deve ser, portanto, a leitura intransitiva do

verbo *escrever*, mas não uma elipse, o problema a ser descrito a partir de (14). Naturalmente, se alteramos o tempo do verbo nessa sentença, uma análise em termos de elipse se torna plausível e, desta vez, o comentário seguindo a elisão passa a ser apropriado.

- (16) O João escreveu poemas por desespero. O Pedro não escreveu <e>. Os dele foram alegres.

Contrariamente ao que sugere Landau (2020a), elipse no contexto de negação de verbos de criação devem corroborar uma análise de VSVPE no PB. De modo a tornar essa compreensão ainda mais clara, vejamos mais um exemplo, dessa vez com o predicado *assar*, também considerado por Landau como um verbo de criação, portanto bastante informativo a respeito do que estamos aqui explorando.

- (17) Maria assou o bolo usando fermento em pó, mas João não assou <e>.

Sob a hipótese de que <e>, em (17), representa a elipse apenas do objeto do verbo *assar*, mas não do vP inteiro, faz-se a previsão de que qualquer comentário seguindo essa elipse, pressupondo a existência do objeto, será inapropriado. Entretanto, esse não é o caso, como podemos ver em (18).

- (18) Maria assou o bolo usando fermento em pó, mas João não assou <e>. O bolo não cresceu.

O dado em (18) nos indica que VSVPE é uma análise bastante apropriada, e que uma análise de elipse apenas do DP objeto não caberia. Perceba que, sob a análise de que apenas o objeto estaria sendo elidido, deveríamos ter a interpretação segundo a qual *João não assou o bolo, logo, nenhum bolo foi assado*. Entretanto, se o nível sintagmático da elipse é todo o vP, o adjunto adverbial deve ser recuperado, e, nesse caso, a negação deve ter escopo apenas sobre o adjunto. Isso gera uma interpretação que nega apenas o modo de *assar o bolo*, mas não o evento de *assar* propriamente: *o bolo foi assado, mas não cresceu, porque João não usou fermento em pó*.

Se, por um lado, VSVPE é a análise mais adequada para os dados em (16)-(18), por outro lado, elipse apenas do objeto deve ser a melhor análise mesmo no PB, indicando que esses dois tipos de elipse coexistem nessa língua. Além do teste de recuperabilidade do adjunto, um outro fator pode explicitar a coexistência dois tipos de elisão no PB, a saber, o fator de *identidade verbal*.

1.2.1.2 A recuperabilidade de adjuntos e o fator da identidade verbal

Uma discussão que geralmente vem a reboque da análise de VSVPE diz respeito ao que Goldberg (2005) chama de condição de identidade verbal. Trata-se da generalização apresentada em (19), observada em diferentes línguas, entre as quais estão o hebraico (GOLDBERG, 2005), o irlandês (McCLOSKEY, 2017), o gaélico escocês (THOMS, 2016), o Uzbeque (GRIBANOVA, 2017), o lituano (PORTELANCE, 2019) e o PB (KATO, 2003; CYRINO; MATOS, 2005; CYRINO; LOPES, 2016).

(19) *Condição de Identidade Verbal*

O verbo principal antecedente e o verbo principal elidido de uma elipse de vP devem ser idênticos, minimamente, quanto às suas raízes e morfologia derivacional¹³.

(Cf. GOLDBERG, 2005, 186)

No PB, língua em que VSVPE deve coexistir com elipse do objeto, espera-se que a condição em (19) seja observada apenas sob situações em que VSVPE é a única análise plausível, como quando adjuntos adverbiais são, inequivocamente, recuperados no local da elisão. Isso é explorado nos exemplos a seguir.

(20) Ele leu a mensagem em voz alta, mas eu não li <e>, aí as pessoas não me ouviram bem.

<e> = [_{VP} a mensagem em voz alta]

¹³ Trecho original: “The antecedent- and target-clause main Vs of VP Ellipsis must be identical, minimally, in their root and derivational morphology.”

- (21) Ele leu a mensagem inteiramente, mas eu não ouvi <e>. #Algumas partes da mensagem eu entendi.

<e> = [DP a mensagem]

Observe que, em (20), temos evidência de que todo o vP está sendo elidido, já que o adjunto *em voz alta* está sendo recuperado. Com isso, a negação tem escopo sobre o adjunto, mas não sobre o evento, e a interpretação é a de que *a mensagem foi lida, porém não em voz alta*. O comentário seguindo a elipse corrobora essa interpretação. Crucialmente, nesse caso, o verbo elidido é lexicalmente idêntico ao verbo antecedente, em conformidade com a condição em (19).

Por outro lado, (21), em que os verbos são distintos (*ler/ouvir*), não possibilita uma análise de VSVPE. Observe que, nesse caso, o comentário seguindo a elipse, pressupondo que *algumas partes da mensagem foram ouvidas*, entra em choque com a interpretação gerada por uma sintaxe de elipse apenas do objeto do verbo *ouvir*. Uma vez que <e>, nesse caso, corresponde à elipse apenas do DP objeto, a única interpretação disponível é aquela segundo a qual *a mensagem não foi ouvida*. Ou seja, o adjunto *inteiramente* não está sendo recuperado neste caso, e, por essa razão, o comentário seguindo a elipse é inapropriado.

Assim, não deve ser meramente acidental que, no BP, a recuperabilidade do adjunto esteja condicionada ao fator de identidade verbal: adjuntos só podem ser recuperados em situações de paralelismo verbal, porque apenas nesses casos temos VPE; na ausência de paralelismo verbal, a análise de VPE deve ser descartada e deve dar lugar a uma análise de elipse do objeto, cuja sintaxe impossibilita a recuperabilidade do adjunto.

Em resumo, VSVPE e elipse do objeto são tipos de elisão claramente disponíveis no PB. Uma observação indireta que podemos fazer com base na discussão realizada até aqui é que a escolha por uma das duas análises – isto é, elipse no domínio do sintagma verbal ou elipse no domínio do sintagma nominal – não pode ser simplesmente argumentada em termos da presença de movimento do verbo. Ou seja, o simples fato de haver movimento de verbo na língua não deve nos instruir, diante de casos de *gaps* que se seguem ao verbo, a uma análise de elipse do sintagma verbal.

Esse é um assunto a ser diretamente tratado na seção a seguir, destinada a uma discussão de elipse de sintagmas predicativos no PB. A discussão de elipse nesse domínio

sintagmático é aqui importante, porque esse tipo de elipse está incluído em nossos estudos de caso.

1.3 Elipse de sintagmas predicativos¹⁴

O PB, assim como o grego, o inglês, entre outras línguas, permite um tipo raramente discutido de elipse, que van Craenenbroeck e Merchant (2013) chamam de elipse de sintagmas predicativos. Trata-se da elisão de um XP logo após um verbo copular, podendo esse XP ser superficialmente um DP (ver 22a), um AP (ver 22b) ou um PP (ver 22c).

- (22) a. Maria é um amor de pessoa, mas o irmão dela não é <e>.
 <e> = um amor de pessoa
- b. Esse lacinho não ficou bacana, mas aquele ficou <e>.
 <e> = bacana
- c. O seu país está em boas mãos, mas o meu não está <e>.
 <e> = em boas mãos

Ao investigarmos o domínio exato da elisão que inclui esse XP, nos deparamos com uma certa problematização que, mais uma vez, passa pelo fato de ser, o PB, uma língua de movimento de verbo (cf. COSTA; GALVES, 2002; CYRINO, 2013; TESCARI NETO, 2013; SHEEHAN, 2017; entre outros). A literatura aqui citada a esse respeito é clara ao afirmar que movimento de verbo é um fenômeno generalizado no PB. Isso implica que mesmo verbos copulativos, como aqueles em (22), também se movem.

Considerando isso, seria possível, então, encaminharmos para os casos de elipse em (22), inicialmente, uma análise de VSVPE, em linha com o que propõem Sato (2014) e Akmajian e Wasow (1975) para casos de elipse de sintagmas predicativos do inglês, envolvendo a cópula *be*. Uma análise oposta, que também podemos encontrar na literatura, é a de que tais casos constituiriam elipse de DP/AP/PP (McCawley, 1998; Baltin, 1995; Williams, 1984), a despeito do movimento da cópula. Teríamos, assim, as possibilidades representadas a seguir.

¹⁴ Esta seção é uma versão revisada de Matos (2019).

(23) *Análise de VPE*

- a. Maria é um amor de pessoa, mas o irmão dela_j não [_T é [_{VP} t_e [_{SC} t_j DP ~~um amor de pessoa~~]]].
- b. Esse lacinho não ficou bacana, mas aquele outro_j [_T ficou [_{VP} t_{ficou} [_{SC} t_j AP ~~bacana~~]]].
- c. O seu país está em boas mãos, mas o meu país_j não [_T está [_{VP} t_{está} [_{SC} t_j PP ~~em boas mãos~~]]].

(24) *Análise de elipse de um predicado não verbal*

- a. Maria é um amor de pessoa, mas o irmão dela_j não [_T é [_{VP} t_e [_{SC} t_j DP ~~um amor de pessoa~~]]].
- b. Esse lacinho não ficou bacana, mas aquele outro_j [_T ficou [_{VP} t_{ficou} [_{SC} t_j AP ~~bacana~~]]].
- c. O seu país está em boas mãos, mas o meu país_j não [_T está [_{VP} t_{está} [_{SC} t_j PP ~~em boas mãos~~]]].

As análises em (23) e (24) encerram as duas principais propostas que a literatura tem apresentado na discussão desse tipo de elipse no inglês, especialmente considerando estruturas com o verbo copular *be*. Antes de discutirmos os dados do PB propriamente, vejamos um pouco da análise oferecida para o inglês, que propõe que casos semelhantes com a cópula *be* devem constituir VPE, seguida de movimento da cópula, isto é, uma elipse um pouco mais alta que aquela apenas do DP/AP/PP.

1.3.1 Sintagmas predicativos sob elipse no inglês

Sato (2014) discute qual, entre as duas abordagens representadas em (23) e (24), é a mais adequada para o inglês, considerando a interação entre movimento do verbo copular¹⁵ e a disponibilidade de VPE na língua. Um importante fato observado no inglês é que, assim como verbos auxiliares licenciam a elisão de predicados verbais, a cópula *be* pode licenciar a elipse de um predicado não verbal.

- (25) a. You are a good teacher, and John is <e> too.
 Você é um bom professor e John é. cópula também
 ‘Você é um bom professor, e João também é.’
- b. You are angry, and John is <e> too.

¹⁵ Para um entendimento fundamentado teórica e empiricamente a respeito do movimento de *be* no inglês, sugerimos a leitura de Lasnik (1999) e referências lá citadas.

Você está irritado e John está. cópula também
 ‘Você está irritado, e João também está.’

c. You are in good shape, and John is <e> too.
 Você está em boa forma e John está. cópula também
 ‘Você está em boa forma, e João também está.’

(SATO, 2014, p. 71)

Conforme discute Sato, uma análise de elipse do DP/AP/PP poderia, em princípio, ser motivada em face da observação dos dados a seguir, que mostram que, a despeito do aparente não movimento da forma não finita da cópula *be* (comparar 26 e 27), a elipse é licenciada (ver 28) da mesma maneira que quando licenciada pela forma finita dessa cópula, que notadamente se move. Em relação a esse tipo de elipse, não teríamos, portanto, qualquer implicação gerada pelo movimento do verbo, razão pela qual não poderíamos ver qualquer vantagem em empreender uma análise do tipo VSVPE para esses casos.

(26) a. John will not be late.
 John aux não estar. cópula atrasado
 ‘João não vai se atrasar.’

b. * John will be not late.
 John aux estar. cópula não atrasado

(27) a. John is not late.
 John está não atrasado
 ‘João não está atrasado.’

b. * John not is late.
 John não está atrasado

(28) a. You will be a good teacher, and John will be <e> too
 Você aux ser um bom professor e John aux ser também
 ‘Você vai ser um bom professor, e João também (vai ser).’

b. You will be angry, and John will be <e> too.
 Você aux estar irritado e John aux estar também
 ‘Você vai ficar irritado, e João também (ficar irritado).’

c. You will be in good shape, and John will be <e> too.

Você aux estar em boa forma e John aux estar

‘Você vai ficar em boa forma, e João também (vai ficar).’

(SATO, 2014, p. 73)

(26) e (27) mostram que a forma não flexionada segue a negação sentencial, enquanto a forma finita a precede. (28) mostra que, independentemente disso, a elipse é possível. Teríamos, então, um argumento em favor da análise de que o nível sintagmático alvo da elipse seria, em todo caso, apenas o do DP/AP/PP.

Um argumento adicional para essa análise no inglês viria da observação de *small clauses*. Segundo Baltin (1995), o tipo de elipse aqui em tela seria sensível a alguma noção de predicação, visto que, como os dados a seguir mostram, o antecedente da elipse pode ser de qualquer categoria gramatical, desde que seja um predicativo. Em (29), o predicado não verbal pode ser elidido a despeito de a sentença antecedente não conter a cópula *be*. E como nos mostra (30), enquanto um DP predicativo pode servir como antecedente para elipse, um DP não predicativo não o pode.

(29) a. I consider Fred an excellent teacher, but I
Eu considero Fred um excelente professor mas eu
don't think that Mary is <e>.
aux'não penso que Mary é.cópula
‘Eu considero Fred um excelente professor, mas eu não acho que Maria é.’

b. I consider Fred crazy, but I don't think that Mary is <e>.
Eu considero Fred louco mas eu aux'não penso que Mary é.cópula
‘Eu considero Fred louco, mas eu não acho que Maria é.’

c. I wanted Sally in Boston, but she's not <e>.
Eu queria Sally em Boston mas ela'está não
‘Eu queria Sally em Boston, mas ela não está.’

(BALTIM, 1995, p. 233)

(30) a. * I look for an excellent teacher for my children, but
Eu procuro por um excelente professor para meus filhos mas
I don't think that Fred is.
Eu aux'não penso que Fred é.cópula

b. I look for an excellent teacher for my children, but

Eu procuro por um excelente professor para meus filhos mas
 I don't think that Fred is an excellent teacher.
 Eu aux'não penso que Fred é.copula um excelente professor
 'Eu procuro um excelente professor para os meus filhos, mas eu não acho
 que Fred é um excelente professor.'

(BALTIM, 1995, p. 233)

Reunidos, todos esses fatos poderiam sugerir que os casos de elipse em (29) constituem elipse de um DP/AP/PP, a despeito de haver, nessas situações, movimento da cópula. Sato (2014) aponta, contudo, um considerável problema desse tipo de análise para o inglês. Se o nível sintagmático da elisão fosse de fato o DP/AP/PP, esperaríamos que a elipse fosse possível também nos casos em que o predicativo é selecionado por outros verbos copulares diferentes de *be*. Esse, no entanto, não é o caso, mesmo quando os XPs predicativos são idênticos, como nos mostra (31).

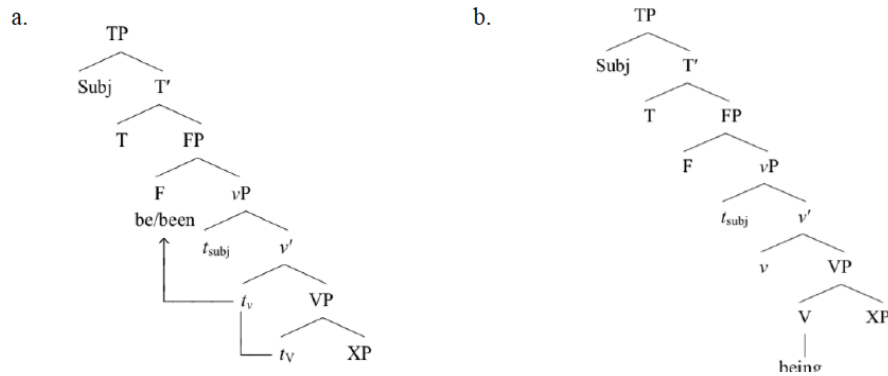
- (31) a. * You seem a good teacher, and John seems [a good teacher] too.
 Você parece um bom professor e John parece também
- b. * They sound intelligent, and John sounds [intelligent] too.
 Eles parecem inteligentes e John parece também
- c. * Mary looks in good shape, and John looks [in good shape] too.
 Mary parece em boa forma e John parece também

(OKU, 1998, apud SATO, 2014, p. 74)

Sato (2014) descarta, então, uma análise de elipse do DP/AP/PP para os casos sob discussão no inglês, e argumenta em favor de uma análise do tipo VSVPE. A argumentação desse autor consiste, inicialmente, em demonstrar que, contrariamente ao que se imagina, mesmo a forma *be* não flexionada deve deixar o vP, com destino a algum núcleo funcional, a partir de onde é deixado como remanescente daquilo que seria, em sua proposta, uma elipse de vP.

Assim como propõem Akmajian e Wasow (1975), Lobeck (1987), Blight (2000), Bošković (2004, 2014) e outros, Sato argumenta que *be* e *been* se movem para uma projeção funcional que domina a projeção vP do verbo principal, enquanto que *being* não faz o mesmo. Essa proposta está representada em (32).

(32)



(SATO, 2014, p. 75-6)

Para argumentar a respeito da presença ou ausência do movimento de *be*, como proposto em (32), esse autor levanta algumas evidências, entre as quais estão fatos relacionados ao frenteamento de vP e também à distribuição de quantificadores. Passaremos ao largo dessa argumentação, cuja conclusão deve ser a de que *be* e *been* sofrem um curto movimento de verbo, diferentemente de *being*, que não se move, e avançaremos para as consequências dessa análise para casos de elipse. Como mostra (33), enquanto *be* e *been* podem ser deixados como remanescentes daquilo que seria uma elipse de vP, a forma *being*, que, opostamente, não se move, não pode licenciar a elipse. O contraste entre essas formas de *be*, observado em (33), quanto à possibilidade da elipse, estaria, portanto, relacionado à possibilidade de movimento do verbo, cujo vP será elidido.

- (33)
- Popeye was being obnoxious, and Olive **was** <e>, too.
 - * Popeye was being obnoxious, and Olive was **being** <e>, too.
 - Popeye can be rather obnoxious, and Olive can **be** <e>, too.
 - Popeye has been rather obnoxious, and Olive has **been** <e>, too.

(HARWOOD, 2014, apud SATO, 2014, p. 82)

O que mais nos interessa da proposta de Sato (2014) são as previsões que a proposta desse autor faz, considerando os critérios já discutidos aqui, nas seções 1.2.1.1 e 1.2.1.2, para diferenciar VSVPE de elipses no nível do constituinte nominal, como elipse de DPs objetos. São duas as previsões apresentadas por uma análise de elipse no nível do vP: (i)

constituintes internos ao vP podem ser recuperados no local da elisão; e (ii) o verbo da frase que contém a elipse deve ser idêntico ao verbo da frase antecedente (ver 19).

Sato (2014) explora a previsão (i) utilizando um advérbio considerado “alto” no inglês, que assumidamente não modifica predicados não verbais, e que pode se adjungir ao vP, tal como o advérbio *probably*. O seguinte dado é trazido para discussão em Sato.

- (34) You are probably a good teacher, and John is <e> too.
 ‘Você é provavelmente um bom professor, e João também (é).’
 a. <e> = probably a good teacher
 b. <e> = a good teacher

De acordo com Sato, a sentença em (34) permite a interpretação em que o advérbio *probably* é de fato interpretado no local da elisão (cf. 34a). Dentro de uma análise de elipse do DP, essa não seria uma opção. Ou seja, a possibilidade de interpretação do adjunto na frase elíptica corrobora uma análise de elipse de vP para o dado acima¹⁶.

Para testar o critério da identidade verbal, Sato (2014) explora a possibilidade da elipse sob *mismatch* entre os verbos, considerando o *be*, e o auxiliar *have*, que, no inglês britânico, sofre movimento de T para C e também licencia a elisão do XP que o segue. Os dados em (35) justificam tal afirmação a respeito do *have*.

- (35) A: Have you a good dentist?
 B: No, but my cousin has <e>.

(SATO, 2014, p. 86)

O dado que segue põe, portanto, sob discussão a razoabilidade de uma análise de VPE, tendo em vista a condição de identidade verbal.

- (36) A: Have you a good dentist?
 B: * Yes, my cousin is <e>.

¹⁶ Conforme demonstra Sato (2014, p. 95-7), mesmo quando a cópula *be* toma um AP ou um PP como complemento, o constituinte elidido pode ter uma interpretação contendo o advérbio sentencial. Além disso, o mesmo ocorreria com a forma não flexionada.

(SATO, 2014, p. 86)

Sato (2014) considera que, se (36B) contém uma instância de VPE, a causa para a agramaticalidade da sentença elíptica nesse caso se segue naturalmente de uma violação da condição de identidade entre os verbos. Se a elisão em (36) fosse apenas do DP, a sentença não estaria sujeita à condição de identidade verbal, e seria, conseqüentemente, bem formada, desprezando o *mismatch* entre os verbos. Se, por outro lado, a elipse é mal formada em razão do *mismatch* entre os verbos, temos uma evidência em favor de uma análise do tipo VSVPE.

Em resumo, a proposta de Sato (2014) faz a previsão de que, uma vez que uma determinada língua apresente movimento do verbo copular para fora do vP, para todo caso de elipse de sintagmas predicativos, a elisão incluirá uma cópia do vP, que se move e é deixado como remanescente do constituinte verbal elidido. Essas serão, portanto, instanciações de VPE, assim como sustenta Sato em relação a construções copulares com o *be* no inglês.

Ao considerarmos que o PB é uma língua em que o verbo copular se move para fora do vP, e, assim como o inglês, também licencia elipse de sintagmas predicativos, somos levados a prever que VPE será, também para essa língua, a melhor análise. Entretanto, com base nos mesmos argumentos apresentados por Sato (2014), e com um argumento adicional, a seguir demonstraremos que esse tipo de elipse no PB deve ser um pouco mais baixa que a elipse de um vP (ver também MATOS, 2019).

1.3.2 Predicativos elididos no PB: elipse do DP/AP/PP versus VSVPE

A despeito da provável perda parcial de movimento de verbo pela qual o PB passou – o que pode ser argumentado tendo em vista a perda de algumas formas verbais sintéticas, e o esvaziamento de significado temporal original de algumas dessas formas (cf. CYRINO, 2013) –, ainda podemos assumir que, nessa língua, o verbo ocupa alguma projeção funcional acima do vP, conforme literatura já citada aqui.

Apesar de a literatura considerar generalizado o movimento de verbo no PB – o que nos faz tomar por garantido que verbos copulares também se movem – os mesmos argumentos utilizados para diagnosticar o movimento de verbo principal (ver 2) não são

convincentemente aplicáveis a verbos copulares. Todavia, um argumento plausível parece poder ser explorado a partir de construções com fronteamento de vP¹⁷.

Huang (1993) e Takano (1995) mostram que vários tipos de efeitos de reconstrução induzidos por fronteamento de predicado podem ser explicados se assumirmos que sintagmas predicativos fronteados contêm um vestígio/cópia do sujeito, e que esse vestígio/cópia causa violações de princípios de ligação. Com base nessa análise, podemos entender, seguindo Sato (2014, p.77) ao analisar o fenômeno no inglês, que o constituinte fronteado em (37) é um vP.

- (37) João disse que ele seria chato e
 a. chato ele foi.
 b. [_{vP} t_{ele} t_{foi} chato]_i [_{TP} ele foi t_i].

Se essa análise estiver correta, ela representa um argumento indicando que o verbo copular deixa o vP no PB. (37) demonstra que, se a cópula é deixada para trás, isto é, não sofre fronteamento, e, se o constituinte fronteado é de fato um vP, conforme discute Sato (2014) com base em Huang (1993), então devemos concluir que o vP fronteado contém uma cópia da cópula, deixada lá em razão de ter se movido para T ou qualquer núcleo funcional acima do vP.

Contrariamente ao que se prevê da proposta de Sato (2014), apesar de haver movimento da cópula, uma análise do tipo VSVPE para esses casos não parece apropriada para o PB. As razões em torno desse entendimento são apresentadas a seguir.

1.3.2.1 A sensibilidade a alguma noção de predicação

Tal como demonstrado em Baltin (1995) em relação ao inglês, no PB também, a elipse de sintagmas predicativos se mostra sensível a alguma noção de predicação que prescindir do verbo. Isso significa que a presença de um verbo copular na sentença antecedente não é uma exigência para esse tipo de elipse, como podemos ver em (38). Além

¹⁷ Uma certa literatura, especialmente dedicada à análise do inglês, tem utilizado casos de fronteamento como o exemplificado em (28) – uma versão do fenômeno no PB – como evidência do movimento do verbo copular *be*. A esse exemplo, vejam-se Roberts (1998), Harwood (2014), Sato (2014) entre alguns outros.

disso, enquanto um DP predicativo pode servir como antecedente para a elipse, um DP de outra natureza parece não poder (ver 39).

- (38) a. Eu acho Maria uma excelente pessoa, mas o irmão dela não é <e>.
 <e> = uma excelente pessoa
 b. Eu acho João louco, mas o primo dele não é <e>.
 <e> = louco
 c. Eu queria os pratos em cima da mesa, mas eles não estão <e>.
 <e> = em cima da mesa
- (39) a. ??Eu procuro por um bom professor para o meu filho, mas eu não acho que Pedro é <e>.
 b. Eu procuro por um bom professor para o meu filho, mas eu não acho que Pedro é um bom professor.

Como vemos, desde que o XP antecedente seja um predicativo, não há a necessidade de uma cópula na sentença antecedente. Além disso, se o DP não for um predicativo, a resolução da elipse deve causar um considerável ruído.

Não poderíamos, no entanto, chegar a uma conclusão com base apenas nos dados em (38) e (39), pois algumas simples suposições poderiam sugerir que, em tais casos, a sensibilidade da elipse a uma estrutura de predicação é apenas ilusória. Poderíamos admitir, por exemplo, a existência, em (38), de uma estrutura de *small clause* com uma cópula fonologicamente nula. Em relação a (39a), poderíamos entender sua degradação exatamente como resultado da ausência de um VP antecedente. Essas suposições iriam ao encontro de uma análise de elipse de VPE.

Todavia, quando consideramos fatos ainda mais diretamente relacionados ao domínio sintagmático desse tipo de elipse, uma análise de elipse do DP/AP/PP firma-se como a mais promissora no PB.

1.3.2.2 A não recuperabilidade de adjuntos adverbiais

Se adjuntos relacionados à cópula não podem ser interpretados no local da elisão, então temos um forte argumento em favor de uma análise de elipse de DP/AP/PP. Vejamos esse fato a partir do advérbio “ainda”, que, como mostra (40), modifica a cópula, seja quando ocorre à sua esquerda seja quando ocorre à sua direita.

- (40) a. João **ainda é** muito rico.
 b. João **é ainda** muito rico.

Agora vejamos que, em (41), o advérbio “ainda” – que, assim como em (40), deve ter escopo apenas sobre a cópula – não é recuperado no local da elisão.

- (41) João é ainda muito rico, mas o irmão dele não é <e>.
 a. <e> = muito rico.
 b. *<e> = ainda muito rico.

A indisponibilidade de (41b) mostra, portanto, que o advérbio não está incluído no domínio sintagmático da elipse, e, por essa razão, não pode ser interpretado. Observe que o advérbio “muito”, que modifica o adjetivo “rico”, é obrigatoriamente recuperado, visto trata-se da elisão de um AP por ele modificado.

Temos, dessa forma, mais uma razão para sustentar que, a despeito do movimento da cópula, a elipse atinge apenas o XP predicativo, mas não o vP. Veja, que, no dado em (41), uma elisão no nível do vP deveria invariavelmente incluir o advérbio modificador da cópula e levar à sua recuperabilidade, algo que não acontece.

Um argumento adicional para essa análise pode ser levantado com base no fato de que esse tipo de elipse não observa uma condição de identidade verbal.

1.3.2.3 A não necessidade de identidade verbal

É um fato que o tipo de elisão aqui sob análise não requer que o verbo da sentença elíptica seja idêntico ao verbo na sentença antecedente, como vemos em (42) e (43). Esse fato é contrário à previsão de identidade verbal encaminhada por Sato em sua análise de VPE para os dados do inglês.

- (42) A: Você conhece um bom dentista?
 B: Sim, meu primo é <e>.
 <e> = um bom dentista
- (43) A: Você ficou surpreso com o resultado bom da prova?
 B: Não. Mas os meus amigos todos estão <e>.
 <e> = surpresos com o resultado bom da prova

Os dados acima mostram que os verbos da frase elíptica e da frase antecedente podem diferir, sendo ambos verbos copulares (43), ou não (42). O fato de que esse tipo de elisão dispensa uma condição de identidade verbal que é requerida em casos de VPE sugere que esse tipo de elipse no PB se conforma mais a um caso de elipse argumental.

A disponibilidade, no PB, de elipse argumental, como supostamente é o caso dos conhecidos objetos nulos anafóricos (ver seção 1.2), reforça o entendimento acerca do tipo de elipse que estamos aqui analisando como sendo elipse de DP/AP/PP.

Para finalizar esta seção, vejamos, ainda, um último argumento em favor da atual análise, derivado da proposta de Nunes e Zocca (2009), a ser discutida com maiores detalhes no capítulo 2. Esses autores discutem a (im)possibilidade de alguns casos de *mismatch* de número e gênero em elipses de sintagmas predicativos no PB. Da proposta desses autores, podemos extrair mais um argumento para a análise encaminhada aqui.

1.3.2.4 Mismatch de traços- ϕ como evidência para o tamanho da elipse

Nunes e Zocca (2009) analisam casos gramaticais e agramaticais de elipse, em que não se observa uma completa identidade morfológica entre o antecedente e o constituinte elidido, seja a elisão no nível verbal ou nominal (essa proposta será vista com detalhes no capítulo 2). Assumindo a ideia de que, em uma elipse, o material elidido deve refletir a identidade sintática do antecedente, esses autores propõem que casos gramaticais de *mismatch* podem ser devidamente explicados dentro de uma abordagem que considere que o material flexional de certos verbos e nomes é hospedado por categorias funcionais, e

valorado ao longo da derivação, como em um sistema baseado em *Agree* (Cf. CHOMSKY, 2001).

Consideraremos aqui a proposta dos autores para os casos de falta de isomorfia envolvendo predicados adjetivais, como exemplificado em (44), a seguir.

- (44) a. O João é **alto** e a Maria também é <e>.
 <e> = **alta**
- b. O João é **alto** e aqueles meninos também são <e>.
 <e> = **altos**

Em (44a), observamos um *mismatch*, entre os adjetivos elidido e antecedente, relativamente à informação de *gênero*. Em (44b), a informação relevante é de *número*. A despeito da clara não isomorfia morfológica, Nunes e Zocca (2009) propõem que a identidade sintática está garantida, em termos derivacionais, para os exemplos em (44).

A explicação desses autores se baseia no entendimento de que predicados adjetivais entram na derivação em sua forma nua, isto é, não flexionados para traços- ϕ , sendo tais traços flexionais gerados e hospedados em uma projeção funcional que domina o adjetivo, e dedicada a esse fim, tal como AgrP. Os traços flexionais de adjetivos no PB seriam, portanto, valorados ao longo da derivação.

A derivação da primeira frase em (45a), por exemplo, que inclui o antecedente da elipse, se daria conforme os dois passos representados em (46).

- (45) a. [_{AgrP} Agr _{masc.sg} [_{AP} alt- o João]]
 b. [[O João] é [_{AgrP} Agr_{masc.sg} [_{AP} alt-]]]

(NUNES; ZOCCA, 2009, p. 189)

Como propõem os autores, primeiramente o núcleo Agr sonda o AP e valora como masculino/singular os seus traços- ϕ [-interpretáveis] (ver 45a). Em seguida, o DP “o João”, gerado dentro do AP, sobe para [Spec, TP], como mostra (45b). Ficam inexploradas, na proposta de Nunes e Zocca, considerações a respeito de onde/como se dá a concatenação entre Agr e o adjetivo: se na sintaxe, por meio de movimento de núcleo ou no componente fonológico, por meio de *morphological merger*. Para os nossos propósitos aqui, o aspecto

crucial da proposta desses autores é que a elipse do adjetivo na segunda frase, em (44a), pode ser licenciada se a condição de identidade é calculada com respeito a adjetivos nus, como visto em (46) a seguir. O mesmo valeria para (44b), em que está em jogo um *mismatch* quanto à informação de número.

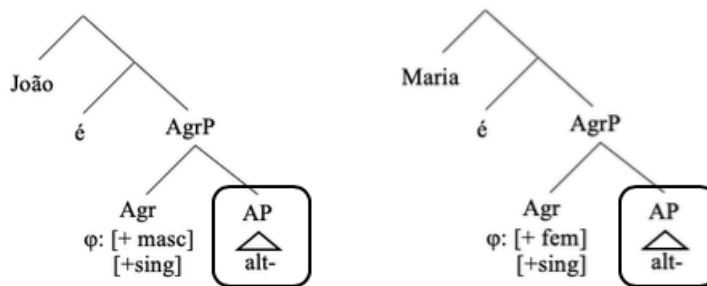
- (46) a. [[O João] é [_{AgrP} Agr_{masc.sg} [AP **alt-**]]]
 b. [[a Maria] também é [_{AgrP} Agr_{fem.sg} [AP **alt-**]]]

(NUNES; ZOCCA, 2009, p. 189)

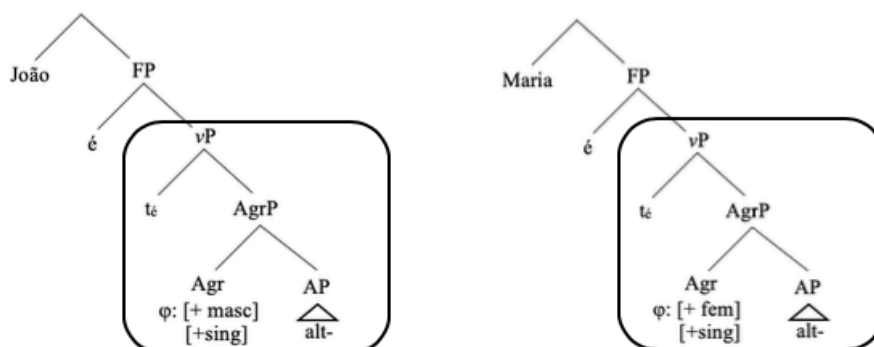
Se esse tipo de elipse é licenciada por um núcleo funcional do tipo Agr, posto entre a cópula e o sintagma adjetival, mas não por um outro núcleo funcional (FP, em 47b) que tome a cópula como seu complemento – tal como observado na proposta de Sato (2014) –, então a condição de identidade em tais casos está garantida. As representações em (47), extraídas de Matos (2019, p. 31), tornam mais clara essa proposta.

(47)

a. Sítio de elisão baixo



b. Sítio de elisão alto



Essencialmente, se o sítio de elisão é mais baixo e inclui apenas o AP, como observado em (47a), podemos corretamente explicar não só a disponibilidade de *mismatch* quanto a traços- ϕ , como também podemos agregar mais um argumento em favor da análise de elipse de DP/AP/PP.

1.4 Resumo e conclusão

Neste capítulo, apresentamos uma discussão, cujo propósito foi o de tornar claros alguns mecanismos de análise utilizados para determinar o nível sintagmático de uma elipse. Mais amplamente, discutimos elipse em dois níveis sintagmáticos: o nível do predicado verbal e o nível do predicado nominal.

Em relação ao nível verbal, a controvérsia perseguida dizia respeito à coexistência, no PB, de dois tipos de elipse que em algumas ocasiões podem ser superficialmente idênticos, notadamente, VSVPE e ONA – este segundo tratado, por parte da literatura, como elipse do DP objeto. Critérios como a recuperabilidade de adjuntos adverbiais e também a condição de identidade verbal foram apontados como bastante úteis para separar VSVPE de elipse do objeto. Por ocasião dessa discussão, encaminhamos uma crítica à proposta de Landau (2020), em que esse autor sugere não haver VSVPE no PB.

Tornou-se evidente, a partir da nossa exposição, que a presença/ausência de movimento do verbo em uma língua não é capaz de prever, por si só, e adequadamente, o domínio sintagmático de uma elipse. Isso pôde ser observado indiretamente quando mostramos que elipse de DP objeto coexiste com VSVPE no PB, mas foi a partir de uma discussão de elipse de sintagmas predicativos que essa compreensão foi diretamente mobilizada aqui. Argumentamos que, a despeito de VSVPE indicar ser a melhor análise para elipse de sintagmas predicativos licenciada pela cópula *be* no inglês, essa não pode ser uma análise adequada para esse mesmo tipo de elipse no PB, muito embora o PB seja uma língua de movimento generalizado do verbo, o que nos diz que mesmo verbos copulares se movem.

Tendo discutido elipse nos níveis verbal e nominal, teremos condições de avançar em uma discussão de natureza ainda mais teórica, que coloca esses dois níveis sintagmáticos como estando sujeitos, em situações de elipse, a uma condição de recuperabilidade sintática, a ser detidamente discutida no capítulo que segue.

CAPÍTULO 2

Para uma noção relevante de identidade em elipse

Neste capítulo, reviso algumas abordagens teóricas de elipse que podem ser amplamente categorizadas como abordagens orientadas para a semântica ou abordagens orientadas para a sintaxe. Seguindo trabalhos já desenvolvidos na área, destaco alguns efeitos de conectividade que apontam a abordagem sintática como um caminho necessário. Adicionalmente, discuto a noção de recuperabilidade da elipse, perseguindo a ideia de que entre o material elidido e seu antecedente deve haver, em um nível derivacional abstrato, uma combinação de informações sintáticas e traçuais, necessária para garantir a resolução da elipse.

2.1 Algumas questões teóricas da pesquisa sobre elipse

Abordagens teórico-formais de elipse podem se diferenciar umas das outras em função do tratamento que dispensam a três questões fundamentais em torno do fenômeno. Essas questões são:

- (1) Sob quais condições gramaticais o silenciamento de uma estrutura é permitido?
- (2) Qual a natureza, isto é, a representação formal do material silenciado?
- (3) **De que maneira é possível, à gramática, garantir a resolução de uma elipse?**

Apesar de extremamente relevante para a composição de qualquer modelo teórico-gramatical de elipse, a questão (1) não nos exigirá um posicionamento específico, e, por essa razão, não será discutida nesta tese. A rigor, essa questão, que se traduz como a questão do licenciamento da elipse, revela o interesse em que se entendam as condições sintáticas e os mecanismos gramaticais por meio dos quais a elipse de um constituinte se torna possível¹⁸.

Respostas às questões (2) e (3), por outro lado, merecerão aqui a nossa atenção. A questão (2) pode ser diretamente traduzida da seguinte maneira: o local da elisão contém alguma estrutura sintática que apenas não foi pronunciada, ou simplesmente inexistente estrutura sintática nesses casos? A questão (3), em destaque, será a mais discutida neste capítulo, pois ela é a que trará maior impacto para o desenvolvimento de aspectos teórico-gramaticais desta tese. Essa questão busca entender aquilo que tem sido usualmente denominado como *condição de recuperabilidade da elipse*. Em situações nas quais um verdadeiro diagnóstico desse fenômeno está disponível, a resolução da elipse, isto é, a inferência de significado a partir do “silêncio”, deve ocorrer mediante a recuperação de algum antecedente linguístico¹⁹. Um dos consensos a esse respeito é o de que essa recuperabilidade deve ser garantida por meio de uma *relação de identidade* entre o material silenciado e um antecedente linguístico. A recuperação/identificação do antecedente, entende-se, deve estar

¹⁸ Explorações dessa questão podem ser encontradas em trabalhos como Lobeck (1995), Merchant (2001, 2005), Aelbrecht (2010), Thoms (2010), entre muitos outros.

¹⁹ É por essa razão que elipse deve ser considerado um mecanismo anafórico por natureza. Quanto ao caráter linguístico do antecedente de uma elipse, ver trabalho clássico de Hankamer e Sag (1976), em que esses autores estabelecem uma distinção entre anáforas de superfície e anáforas profundas (*deep vs surface anaphora*).

sujeita a algum tipo de paralelismo, que uma parte da literatura argumenta ser de natureza sintática, e outra parte diz ser de natureza semântica²⁰.

Como dissemos, abordagens formais se diferenciam em função do tratamento que dispensam, direta ou indiretamente, às questões acima. Por exemplo, para teorias que assumem, em relação a (2), que não há qualquer estrutura no local da elisão, a relação de identidade da elipse com o seu antecedente, algo que tem a ver com a questão (3), deve ser, por definição, não sintática. Abordagens que entendem haver estrutura no local da elisão, por outro lado, podem diferir quanto à resposta apresentada para a questão (3).

Não é objetivo do atual capítulo discutir exaustivamente as questões (2) e (3), mas as motivações de algumas abordagens a essas questões precisarão ser aqui discutidas, a fim de que os objetivos teóricos da nossa pesquisa com elipse sejam adequadamente justificados.

Neste capítulo, duas grandes seções sustentam a nossa discussão: uma na qual são discutidos aspectos relevantes da questão (2), e outra seção em que se discutem aspectos associados à questão (3). Dado o caráter central que a questão (3) tem nesta tese, a discussão em torno dessa questão será um pouco mais elaborada, e, relativamente, mais extensa.

A seguir, exploramos as principais propostas da literatura a respeito da representação e derivação de elipses.

2.2 Elipse: representação e derivação

O que diferencia abordagens de elipse no que diz respeito à sua representação e derivação está inicialmente orientado por alguma compreensão a respeito daquilo que “habita” o local da elisão. Essa diferenciação também depende, em certa medida, do grau de estrutura sintática assumido, quando esse é o caso.

Enquanto abordagens sintáticas preconizam a existência de estrutura sintática interna ao local da elisão, abordagens semânticas dão mais ênfase a aspectos da interpretação da estrutura elidida. A exemplo de como bem fazem van Craenenbroeck e Merchant (2013), Aelbrecht (2015), Merchant (2018), entre alguns outros, apresentaremos, a seguir, uma revisão de diferentes abordagens de elipse, buscando privilegiar, na medida do possível, fatos em torno de construções com VPE e com elipse de sintagmas predicativos, já que esses dois

²⁰ A rigor, a prosódia também pode ser um nível de descrição a partir do qual a relação entre antecedente e elipse pode ser formalizada. Ver Ruijgrok (2018) e referências lá citadas.

tipos de elipse estão na base do nosso estudo experimental, a ser apresentado no capítulo 4. Iniciaremos com a breve apresentação de uma abordagem não estrutural de elipse.

2.2.1 Abordagem WYSIWYG

Uma abordagem de elipse que podemos considerar ainda “tímida” – sobretudo quando comparada a outras abordagens disponíveis – propõe a inexistência de qualquer estrutura sintática no local de elisão. Esse ponto de vista é, por vezes, denominado como abordagem WYSIWYG (do inglês, ‘*what you see is what you get*’).

WYSIWYG talvez encontre a sua implementação mais sofisticada na obra de Culicover e Jackendoff (2005)²¹, em que esses autores sintetizam um modelo conhecido como *Sintaxe Mais Simples*. Culicover e Jackendoff dão um tratamento unificado para diferentes tipos de elipse, em termos do que esses autores chamam de *Licenciamento Indireto* (IL, do inglês *Indirect Licensing*), isto é, uma interpretação da elipse ancorada na estrutura sintática e na representação semântica de um antecedente (Cf. CULICOVER; JACKENDOFF, p. 235.).

Esse mecanismo de Licenciamento Indireto pode ser formulado como em (5) para o caso de VPE em (4). Uma representação sintática mais didática está dada em (6), como proposta por Culicover e Jackendoff (2005, p. 291).

(4) Sue sneezed on Thursday and Sam will <e> on Friday.

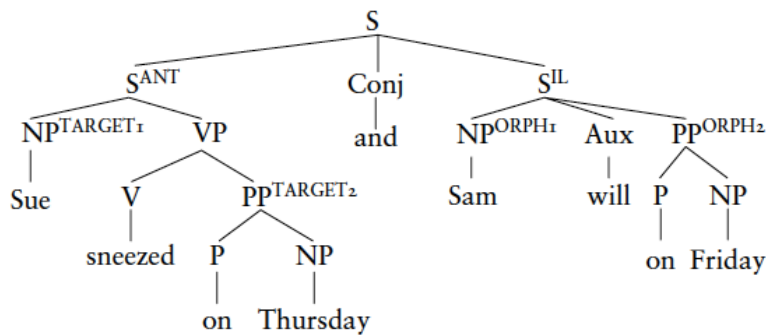
(5) VPE

Sintaxe: [<NP_i ORPH1 > Aux <YP_j ORPH2 >]^{IL}

Representação Conceitual: [Situation^F (<X_i> , . . .); . . . <Y_j> . . .]

²¹ Entre alguns precursores dessa abordagem, são considerados os trabalhos de Van Riemsdijk (1981), Ginzburg e Sag (2000), Schlangen (2003).

(6)



De acordo com (5) e (6), o constituinte marcado para Licenciamento Indireto no caso de VPE em (4) não seria um VP, mas sim um constituinte S (de sentença), que conteria apenas o auxiliar *will* e dois constituintes órfãos, o NP *Sam* e o PP *on Friday*. O nó S no qual está contida a elipse (S^L) estaria conectado, por Licenciamento Indireto, como mostra (6), a um nó S antecedente (S^{ANT}). Na semântica, a interpretação do constituinte S^L seria estipulada como uma *Situação*, que poderia envolver eventos ou estados. Isso restringiria o antecedente da elipse igualmente a uma *Situação*. Ainda em relação à representação conceitual da elipse, é postulada uma função aberta \mathcal{F} , em cujo domínio estariam os dois constituintes órfãos, o NP e o PP, licenciados indiretamente por meio de uma combinação sintática com o NP e o PP da sentença antecedente (ver 5).

Essa engenharia, segundo Culicover e Jackendoff (2005), dispensaria a necessidade de um constituinte VP vazio, e, assim, se adequaria à hipótese desses autores, de uma *Sintaxe Mais Simples*, como apresentada em (7).

(7) Hipótese de Sintaxe Mais Simples²²

A teoria sintática mais explicativa é aquela que coloca o mínimo necessário de estrutura sintática para fazer a mediação entre fonologia e significado.

(CULICOVER; JACKENDOFF, 2005, p. 5)

Opostamente a abordagens como a de Culicover e Jackendoff (2005), existem abordagens ditas estruturais, que aparentam desfrutar de uma maior aceitação entre os

²² Trecho original: “Simpler Syntax Hypothesis (SSH): The most explanatory syntactic theory is one that imputes the minimum structure necessary to mediate between phonology and meaning.”

estudiosos de elipse do meio gerativista. Tais abordagens se justificam por uma questão de necessidade indireta, como pontua Merchant (2018). Esse autor apresenta uma analogia muito útil a esse respeito, a qual reproduzimos a seguir.

Detectar e argumentar por essas estruturas "ausentes" é algo análogo a procurar e determinar as propriedades de um buraco negro: pode-se dizer que ele existe apenas pelos efeitos no material circundante. A lógica da busca pela estrutura elidida é semelhante. Se alguém encontrar efeitos que parecem ser devidos à existência de um material omitido, há, então, um argumento de que essa estrutura existe. Em outras palavras, se forem encontrados efeitos que, de outra forma, atribuiríamos às propriedades da estrutura X em casos semelhantes, não elípticos, mas a estrutura X é, por hipótese, interna ao local de uma elipse, então X existe. Se, por outro lado, faltam propriedades esperadas, podemos concluir que a estrutura X está de fato ausente (MERCHANT 2018, p. 8)²³.

Merchant vem elaborando esse raciocínio em termos do que esse autor denomina como “efeitos de (des)conectividade”. Dão fôlego a abordagens não estruturais de elipse – e, portanto, operam em favor de sua legitimação – casos que falham em mostrar uma conexão entre diferentes partes da sentença, ou, ainda, casos que mostram ausência de uma sensibilidade gramatical naturalmente esperada quando não se tem elipse. Assim, a ausência de efeitos de localidade (insensibilidade a ilhas) em alguns tipos de elipse, *mismatch* de Caso em algumas situações, exceções à *P-stranding generalization*, entre alguns outros fatos²⁴, são exemplos geralmente apontados pela literatura “negacionista”, como possíveis efeitos de desconectividade.

Por outro lado, provavelmente em um número ainda mais expressivo, existe uma diversidade de dados capazes de ilustrar efeitos de conectividade, e, com isso, mostram a necessidade de se postular a existência de estrutura sintática não pronunciada. Merchant

²³ Trecho original: “Detecting and arguing for such ‘missing’ structures is analogous to searching for and determining the properties of a black hole: one can tell it’s there only by its effects on surrounding material. The logic of the hunt for elided structure is similar. If one finds effects that seem to be due to missing material, there is an argument that such structure exists. In other words, if effects are found which we would otherwise attribute to properties of structure X in similar, nonelliptical, cases, but structure X is, by hypothesis, internal to the ellipsis site, then X exists. If, on the other hand, expected properties are missing, one could conclude that structure X is absent.”

²⁴ Remetemos o leitor a Merchant (2018) para uma apreciação mais detalhada desses potenciais efeitos de desconectividade. Ver também Culicover e Jackendoff (2005, p. 286-289) para uma argumentação nesse sentido, considerando, particularmente, casos de VPE.

(2018) lista vários desses casos e discute muitos deles. Alguns desses efeitos são vistos na seção que segue. Conforme argumenta Merchant (2018, p. 22), enquanto podemos imaginar diferentes maneiras possíveis de explicar efeitos de desconectividade em algumas construções com elipse, é essencialmente impossível imaginar a abordagem de alguns efeitos gramaticais – como é o caso de efeitos de ilhas sintáticas – supondo apenas que sua existência em construções elípticas é meramente acidental ou ortogonal à sua presença em estruturas sem elipse. Isso certamente implicaria o descarte de muitos avanços descritivos e explicativos da teorização gramatical.

2.2.2 Abordagens estruturais

Abordagens orientadas para a sintaxe ecoam a tradição *chomskyana* de assumir, em algum ponto da derivação, estrutura sintática não pronunciada. Uma série de observações nos conduzem a esse entendimento, pois elas dão forma ao que nos referimos antes, citando Merchant (2018), como efeitos de conectividade. Esses efeitos são observáveis em diferentes tipos de elipse.

Assim, assumir estrutura sintática não pronunciada no local da elisão nos ajudaria a justificar, em muitos casos, os seguintes fatos.

2.2.2.1 Concordância

(8) A: There were many people at the party.

B: a. No, there weren't <e>.

b. *No, there wasn't.

<e> = many people at the party.

Como observado por Ross (1969, p. 34-35), enquanto a posição de sujeito em (8) deve ser preenchida pelo expletivo *there*, a concordância realizada no auxiliar deve ser, nesse caso, determinada por um constituinte interno ao local da elisão, o DP associado *many people*.

Se uma relação de concordância, como a que ajusta a informação de número no verbo em (8), necessita sempre, para se materializar, colocar em relação dois elementos sintaticamente representados e distintos, um controlador e um alvo da concordância, então

precisamos assumir estrutura sintática no lugar de <e>, em (8). Do contrário, concordância sintática não explicaria a forma do verbo nesse caso, opostamente ao que a literatura gerativista entende ser o caso.

Para além do nível verbal, o mesmo raciocínio também pode ser empregado em instâncias de elipse no nível nominal, como é possível verificar no espanhol e no PB, (9) e (10) respectivamente.

(9) ¿Cuáles libros de Borges y { *qué/√cuáles } <e> de Bioy te gustan?

<e> = livros

‘Quais livros de Borges e quais (livros) de Bioy você gosta?’

(SAAB; LIPTÁK, 2016, p. 68)

(10) Que/quais livros de Guimarães Rosa e { *que/√quais } <e> de Graciliano Ramos você gosta?

<e> = livros

Em (9) e (10), os determinantes dos nomes elididos devem, obrigatoriamente, apresentar reflexos de concordância em sua morfologia. Isso certamente se dá em razão de uma relação que só é passível de ser materializada mediante a assunção de que o NP *libros/livros*, com traço de [plural], esteve, em algum momento, presente e ativo na sintaxe do DP, cujo NP encontra-se elidido. Note-se, em relação ao PB, que, na ausência de elipse, o determinante pode se apresentar tanto na forma singular (*que* livros) quanto na forma plural (*quais* livros). Sob elipse do NP, no entanto, o determinante deve necessariamente realizar uma morfologia de número que combine com a do NP controlador da concordância²⁵.

2.2.2.2 Efeitos de localidade

Elipses de diferentes tipos e domínios sintagmáticos mostram sensibilidade à conhecida violação de ilhas sintáticas²⁶: VPE (Cf. LASNIK, 2001; MERCHANT, 2001b; 2008; FOX;

²⁵ Saab e Lipták (2016) apresentam uma explicação convincente desses fatos, a qual pressupõe a existência de material sintático no local da elisão.

²⁶ Uma importante exceção é encontrada em *Sluicing*, que mostra insensibilidade a violação de ilha. Ver o contraste em (i) e (ii), do inglês. Tal fato é, geralmente, imputado como um argumento em favor de abordagens WYSIWYG.

LASNIK, 2003), respostas fragmentadas (do inglês, *fragment answers*) analisadas como elipses (Cf. TEMMERMAN, 2013; GRIFFITHS; LIPTÁK, 2014), *stripping/despojamento* (elipse de TP) (Cf. DEPIANTE, 2001; MERCHANT, 2009, WURMBRAND, 2017), *Gapping* (elipse apenas do verbo) (Cf. COPPOCK, 2001; JOHNSON 2004; WINKLER 2005).

A seguir, exemplificamos essa sensibilidade à violação de ilha, considerando casos de VPE. Para todos os casos listados a seguir, uma versão da sentença sem a elipse permanece ruim, exatamente em razão de termos em jogo, com ou sem elipse, uma violação de ilha sintática.

Extração de sintagma Wh de uma relativa

(11) *Inglês*

- a. *Abby wants to hire someone who speaks a Balkan language, but I don't remember which (Balkan language)_j Abby does <e>.
<e> = *want to hire someone who speaks t_j*
- b. *Abby wants to hire someone who speaks a Balkan language, but I don't remember which (Balkan language)_j Abby does want to hire someone who speaks t_j. (MERCHANT, 2018, p. 10)

(12) *Português Brasileiro*

- a. *Ana vai contratar uma pessoa que fala uma língua Bálcã, mas eu não lembro que/qual língua Bálcã_j ela vai <e>.
<e> = *contratar uma pessoa que fala t_j*
- b. *Ana vai contratar uma pessoa que fala uma língua Bálcã, mas eu não lembro que/qual língua Bálcã_j ela vai contratar uma pessoa que fala t_j.

Topicalização de constituinte extraído de uma relativa

-
- (i) They want to hire someone who speaks a Balkan Language, but I don't know which Balkan language <e>. <e> = *they want to hire someone who speaks t*
- (ii) *They want to hire someone who speaks a Balkan Language, but I don't know which Balkan language_i; they what to hire somene who speak t_i.

Entretanto, uma vasta literatura, inspirada sobretudo em Merchant (2001b), tem argumentado que esse tipo particular de elipse mais alta, isto é, *sluicing*, atende a condições que lhe permitem *reparar violações* a ilhas (Cf. MERCHANT, 2001b; 2007; LASNIK, 2001; van CRAENENBROECK; den DIKKEN, 2006).

(13) *Inglês*

- a. *Abby knows five people who have dogs, but cats_j, she doesn't <e>.
 <e> = know five people who have t_j
- b. *Abby knows five people who have dogs, but cats_j, she doesn't know five people who have t_j . (MERCHANT, 2018, p. 10)

(14) *Português Brasileiro*

- a. *A clínica veterinária vai sortear cinco pessoas que têm cachorro, mas gato_j, a clínica não vai <e>.
 <e> = sortear *cinco pessoas que têm* t_j
- b. *A clínica veterinária vai sortear cinco pessoas que tem cachorro, mas gato_j, a clínica não vai sortear cinco pessoas que tem t_j .

Os fatos observados em (11)-(14) apoiam, portanto, o argumento de que o local da elisão abriga estrutura sintática não pronunciada, já que a má formação dessas sentenças deve, invariavelmente, estar vinculada a condições sintáticas específicas do material elidido.

2.2.2.3 Extrações regulares

Vimos, em (11)-(14), que a extração de um constituinte a partir do local da elisão é impossível no contexto em que essa extração é proibida por razões independentes, tal como em contextos de ilha sintática. Isso deriva, segundo a literatura, do entendimento de que haveria, nesses casos, estrutura sintática não pronunciada. Se isso é verdade, então esperamos que extrações regulares de constituinte, isto é, extrações naturalmente permitidas pela gramática, sejam possíveis quando o local de origem do constituinte supostamente extraído coincide com o local da elipse. A seguir, mostramos isso também a partir de casos de VPE.

Movimento-A

(15) *Inglês*

- a. John was arrested, and Bill_i was <e> too. <e> = arrested t_i
- b. John arrived at the party before Nika_i did <e>. <e> = arrive t_i

- c. John seems to be happy, but Mary_i doesn't <e>. <e> = seem to be t_i happy
(van CRAENENBROECK; MERCHANT, 2013, p.706)

(16) *Português brasileiro*

- a. João foi enganado e Bill_i também foi <e>. <e> = enganado t_i
 b. João vai chegar tarde e Ana_i também vai <e>. <e> = chegar t_i tarde
 c. João parece ser feliz, mas Ana_i não parece <e>. <e> = ser t_i feliz

Movimento A-barra

(17) *Inglês*

- a. I know which books you like and which ones_i you don't <e>. <e> = like t_i
 b. Potatoes I like, but tomatoes_i I don't <e>. <e> = like t_i

(van CRAENENBROECK; MERCHANT, 2013, p.706)

(18) *Português brasileiro*

- a. Eu sei de qual livro você vai gostar e de qual_i você não vai <e>. <e> = gostar t_i
 b. Das batatas eu vou gostar, mas dos tomates_i eu não vou <e>. <e> = gostar t_i

Os dados em (15) e (16) mostram que extração-A, a partir do local da elisão, é possível quando o VP elidido está em uma estrutura passiva (15a)/(16a), está em uma estrutura com verbo inacusativo (15b)/(16b), e, ainda, está em construções com verbo de alçamento (15c)/(16c).

Extração A-barra também é possível, como mostram os exemplos em (17) e (18), em que o alvo da extração é um elemento Wh (17a)/(18a), ou um constituinte topicalizado (17b)/(18b).

E como já abordado no capítulo anterior, a literatura argumenta, ainda, em razão da possibilidade de movimento de núcleo de constituintes que são alvo de elipse. Esse mecanismo é responsável por derivar estruturas como a representada em (19), onde a área sombreada indica a elipse.

- (19) *X-stranding XP-ellipsis*²⁷
 [YP ZP [Y' [Y Xi-Y] [XP ti [WP . . .]]]]

Conforme aponta Goldberg (2005), diversas línguas instanciam a configuração em (19) sob a forma de VPE (ou como aqui referido, *V-stranding VPE*). Os exemplos a seguir são do irlandês e do PB²⁸.

- (20) *Irlandês*
 Dúirt mé go gceannóinn é agus cheannaigh..
 Disse eu que comprar-1.sg.fut.subj isso e comprar-pass
 'Eu disse que ia comprar isso e eu comprei.'
 (GOLDBERG, 2005, p. 2)

- (21) *Português Brasileiro*
 Maria assou o bolo com fermento em pó, mas João não assou_i <e>.
 <e> = assar_i o bolo com fermento em pó.

Landau (2020) argumenta que (19) deve ser observado em outros domínios sintagmáticos nos quais elipse pode ocorrer. O dado a seguir, por exemplo, mostra o que Landau analisa como sendo uma elipse de TP, licenciada pelo núcleo PolP, no húngaro. Em contexto de resposta a uma sentença interrogativa polar, PolP é mobilizado, hospedando o verbo movido e licenciando a elipse de todo o predicado. Análises semelhantes são apresentadas para o português europeu (Cf. MARTINS, 2000), e para o PB (Cf. KATO; NEGRÃO, 2000; KATO, 2016). O que nos interessa nessa análise é o entendimento de que há, nesse caso, movimento de núcleo, partindo do local da elisão.

- (22) *Húngaro*
 A: Meg hívta János a szomszédokat?
 VM²⁹ convidou János os vizinhos
 'János convidou os vizinhos?'

²⁷ Representação extraída de Landau (2020, p. 3). Ver também seção 1.1 do capítulo anterior.

²⁸ Ver discussão sobre VSVPE no PB na seção 1.2.1 do capítulo anterior.

²⁹ VM = *Verbal Modifier*.

B: Meg hívta <e>.
 VM convidou
 ‘convidou.’

Se todos os dados de (15)-(22) envolvem extração regular, seja de um constituinte, seja de um núcleo, então precisamos operar sob a hipótese de que há, em algum momento da derivação dessas estruturas, material sintático, a partir do qual essas extrações ocorrem.

Até aqui, vimos um pequeno conjunto de fatos (concordância, efeitos de localidade e extrações regulares de constituintes/núcleos) capazes de alicerçar uma abordagem estrutural de elipse³⁰. Mas devemos, ainda, mencionar que há um grande ponto de divergência dentro da abordagem estrutural. Trata-se de uma divergência relacionada ao *status* derivacional da estrutura sintática não pronunciada. Uma implementação defende que, inicialmente, o local da elisão não contém estrutura sintática interna, sendo essa estrutura inserida através de uma operação de cópia da estrutura sintática do antecedente. Esse processo ocorreria no lado LF (*Logical Form*) da derivação (Cf. WASOW, 1972; WILLIAMS, 1977; FIENGO; MAY, 1994; CHUNG *et al.*, 1995; LAPPIN, 1999, MERCHANT, 2013; entre outros).

Uma outra perspectiva – aparentemente com maior adesão, dado o seu caráter gerativista mais tradicional – investe na possibilidade lógica de que a estrutura sintática esteja presente desde o início da derivação, alimentando regularmente LF, sendo então apagada imediatamente antes de chegar a PF (*Phonological Form*), ou após a sua chegada nesse nível de interface³¹ (Cf. ROSS, 1969; SAG, 1976; HANKAMER, 1979; LASNIK, 2001; JOHNSON, 2004; SAAB, 2009; AELBRECHT, 2010; van CRAENENBROECK, 2010; BALTIN, 2012; MERCHANT, 2015; entre outros).

Para os propósitos desta tese, será imaterial a escolha de uma ou outra implementação específica da abordagem estrutural. É crucial, no entanto, a assunção de que o local da elisão abriga material sintático não pronunciado, como uma simples análise dos dados trazidos acima nos leva a crer. Essa assunção deve vir associada com um

³⁰ Para a revisão de um conjunto ainda maior de fatos, remetemos o leitor a Merchant (2018) e literatura lá citada.

³¹ Alternativamente, a versão de apagamento em PF é implementada como, simplesmente, a ausência inserção de vocabulário em nós terminais da estrutura sintática (BARTOS, 2000, 2001; SAAB, 2009). Essa ideia se adequa ao *framework* da Morfologia Distribuída (Cf. HALLE; MARANTZ, 1993; EMBICK; NOYER, 2001 e trabalhos subsequentes)

posicionamento – esse sim, mais detalhado – acerca da questão (3), apresentada na introdução deste capítulo, e repetida em (23).

(23) *De que maneira é possível, à gramática, garantir a resolução de uma elipse?*

Discutimos os aspectos relevantes dessa questão na seção que segue.

2.3 A recuperabilidade da elipse

A questão colocada em (23) pressupõe que uma elipse, para que seja resolvida, isto é, para que tenha o seu significado recuperado, deve estar sujeita a alguma condição que garanta essa recuperabilidade. Um entendimento geral a esse respeito – portanto alheio a abordagens específicas sobre a representação/derivação da elipse – é o de que essa recuperabilidade é viabilizada por uma relação de identidade entre o material elidido e um antecedente linguístico em potencial. Mas qual exatamente é a natureza dessa relação identidade? Antecedente e elipse precisam ser idênticos em relação à forma ou basta que eles sejam idênticos do ponto de vista de seus significados?

De imediato, já se sabe que essa relação de identidade não pode ser capturada em termos fonológicos. Se assim fosse, a coincidência de som entre as palavras *right* e *write*, no inglês, ou entre as palavras *coser* e *cozer*, no português, serviria para tornar recuperáveis as elipses do vP em (24) e (25). Mas esse está longe de ser o caso, como afirmam van Craenenbroeck e Merchant (2013, p.710).

(24) *Injustices, he rights, but books he doesn't <e>.

Sentença com <e> = he doesn't write books.

(25) *As batatas, a vovó vai cozer, mas a minha blusa ela não vai <e>.

Sentença com <e> = ela não vai coser (costurar) a minha blusa.

Entre as primeiras tentativas de uma abordagem da questão (23) no âmbito da teoria gerativa (ver CHOMSKY, 1965, p. 177-184) já se apontava que a recuperabilidade de uma elipse deve depender do que se compreende como uma *condição de paralelismo*

estrutural/sintático entre antecedente e elipse. Ou seja, paralelismo sintático deve ser o mecanismo usado pela gramática para garantir que um constituinte, a despeito de estar ausente em sua forma, terá, ainda assim, o seu significado recuperado. Tal entendimento tem bastante força empírica, e se mantém entre muitos estudiosos até os dias atuais (Cf. CHOMSKY, 1965; ROSS, 1969; SAG, 1976; HANKAMER; SAG 1976; WILLIAMS, 1977; HANKAMER, 1979; LAPPIN, 1992; FIENGO; MAY; 1994; LAPPIN, 1996; CHUNG *et al.*, 1995; TANAKA, 2011; JOHNSON, 2012; MERCHANT, 2013, 2018, entre outros).

Alternativamente, propostas surgidas a partir da década de 90 têm sugerido que identidade semântica, mas não sintática, é o que de fato deve importar para a recuperabilidade de uma elipse (Cf. DALRYMPLE *et al.*, 1991; JACOBSON, 1992; HARDT, 1993; KEMPSON *et al.*, 1999; GINZBURG; SAG, 2001; MERCHANT, 2001a; HENDRIKS, 2004; HENDRIKS; SPENADER, 2005; van CRAENENBROECK, 2010; YOSHIDA, 2010).

A partir da observação de alguns insucessos com noções estritas e particulares de identidade sintática ou semântica, surge, ainda, um terceiro caminho, concebido como uma abordagem híbrida, propondo que a sintaxe e a semântica devem atuar conjuntamente para tornar possível a resolução de uma elipse (ver KEHLER, 2006; CHUNG, 2014; MERCHANT, 2008a; van CRAENENBROECK, 2012).

A questão teórica da recuperabilidade é extremamente importante para esta tese. Sua importância ficará totalmente transparente ao longo dos próximos capítulos, onde discutiremos aspectos relativos ao processamento de elipse, os quais dependem de uma formulação tão precisa quanto possível de restrições que pesam para a sua compreensão.

Precisamos, contudo, adiantar que essa questão teórica ainda hoje é uma questão pendente. Isso se dá porque, apesar de haver fortes evidências empíricas de que identidade sintática de fato importa para recuperabilidade e para o licenciamento gramatical de uma elipse, fatos empíricos também mostram que, por vezes, quando esse tipo de identidade é, ao menos superficialmente, inobservado, elipses são bem formadas, e têm a sua recuperabilidade naturalmente garantida.

A seguir, apresentaremos uma síntese de aspectos empíricos relevantes para a discussão dessa questão. Ao final, definiremos e justificaremos a nossa posição nesse debate.

2.3.1 Identidade semântica: como e por quê?

Como já mencionamos, muitos estudos em uma literatura relativamente recente têm apontado que a relação útil de identidade entre antecedente e elipse deve se dar sobre representações semânticas, mas não sobre representações sintáticas. Por falta de opção, esse é um entendimento que abordagens não estruturais de elipse são forçadas a manter.

Existem algumas maneiras de implementar uma noção semântica de identidade. Aqui, daremos relevo apenas a uma delas, a saber, aquela desenvolvida por Merchant (2001a, 2005), que explora a questão da identidade semântica, ao mesmo tempo em que encaminha uma proposta específica para a questão do licenciamento gramatical da elipse – algo que tem a ver com a questão (1), apresentada na introdução deste capítulo.

O componente operativo na teoria de Merchant é um traço (*feature*) [E] (de Elipse), que, em resumo, (i) instrui o lado PF da derivação a não pronunciar um determinado constituinte – basicamente, o constituinte que é complemento do núcleo que carrega o traço [E] – (ii) introduz a pressuposição de que o valor semântico do constituinte alvo da elipse é *E-GIVEN*, e (iii) determina, por escolha do núcleo funcional que hospeda o traço [E], quais ambientes sintáticos permitirão elipse.

Fiquemos aqui com o aspecto (ii) da teoria de Merchant (2001a). Por meio de (ii), Merchant estabelece uma concepção de identidade semântica conhecida como *E-GIVENness*. Segundo esse autor, para que uma elipse seja possível é necessário que haja, entre antecedente e material elidido, uma relação semântica estabelecida sob a forma de uma implicação mútua entre os dois. Assim, uma expressão pode ser elidida apenas se ela é *E-GIVEN*. Um constituinte é *E-GIVEN* quando ele tem um antecedente saliente e quando esse constituinte e seu antecedente se implicam mutuamente. A definição de *E-GIVENness* é dada em (26), de acordo com Merchant (2001a, p. 26).

(26) *E-GIVENness*³²

Uma expressão E conta como E-GIVEN se e somente se E tem um antecedente saliente A e, no módulo de substituição de tipo \exists :

- (i) A implica F-fechamento(E), e

³² Originalmente:

E-GIVENness:

An expression E counts as E-GIVEN iff E has a salient antecedent A and, modulo E-type shifting,

(i) A entails F-clo(E), and
 (ii) E entail F-clo(A).

(ii) *E* implica F-fechamento(*A*).

A título de exemplo, consideremos (27).

(27) Abby [called me an idiot], after Ben did <e>.

<e> = call me an idiot

<e> ≠ insult me

De acordo com (26), o constituinte elidido em (27) somente pode ser interpretado como *called me an idiot*, exatamente do mesmo modo que é interpretado o vP antecedente. Ou seja, <e>, nesse caso, não poderia significar, por exemplo, *insult me* ('me insultou'), pois, apesar do fato de que *chamar uma pessoa de idiota* implicar em insultar essa pessoa, o contrário não é verdade, ou seja, insultar uma pessoa não implica necessariamente chamá-la de idiota. Logo, de acordo com Merchant (2001a, 2005), não havendo implicação mútua, não haveria como garantir a recuperabilidade da elipse, que passa, nesses termos, a ser definida semanticamente – se torna uma correspondência biunívoca de condições de verdade. Essa relação de implicação biunívoca seria, segundo Merchant, um tipo particular de implicação, válida apenas para o apagamento de estruturas (elipse), mas não para qualquer outro caso.

Voltando-nos agora para o porquê de uma condição de identidade semântica, devemos mencionar alguns fatos que certamente colocam dificuldade para teorias sintáticas de identidade. Identidade semântica, ou seja, equivalência quanto a condições de verdade, parece inevitável se queremos explicar como é possível que elipses sejam bem formadas, a despeito de uma variedade possível de *mismatches* entre o material elidido e o seu antecedente, quanto às suas formas (morfo)ssintáticas. Consideremos, inicialmente, o caso de *mismatch* morfológico em (28), a seguir.

(28) Mary will **leave**, and John already has <e>.

<e> = **left**

(ROUVERET, 2012, p. 902)

O caso de VPE em (28), do inglês, mostra ser possível que um vP elidido e seu vP antecedente sejam diferentes quanto à realização morfológica dos verbos: no exemplo, o vP antecedente ocorre em uma forma nua, não finita, enquanto o vP elidido tem uma forma morfológica distinta. A rigor, esse fato não constituiria problema para uma abordagem

sintática que considera a marca de particípio passado como um material funcional sintaticamente independente do verbo, assim como o são marcas flexionais de concordância. Poderíamos (e é o que geralmente se faz) considerar que, nesse caso, o que está sendo colocado em perspectiva para fins de cálculo de identidade é apenas a forma do verbo, desprovida do morfema de particípio passado³³. Assim, para fins de identidade sintática, o paralelismo entre os verbos estaria garantido, dado o tamanho da elipse: se a elipse atinge apenas o vP – e, portanto, não inclui o núcleo com o morfema de particípio – temos paralelismo (morfo)ssintático (ver 29). Voltaremos a uma situação semelhante, mais adiante, na seção 2.3.2.3.

(29) [Mary [T_{WILL} [VP **leave**]] and [Jonh [AUX_{HAS} [-en [VP **leave**]]]].

Há, entretanto, casos de elipse nos quais um *mismatch* quanto à finitude dos verbos – e, portanto, em suas estruturas morfológicas – ocorre, sem que haja como garantir, com certa facilidade, uma análise de identidade sintática como em (29), valendo-se, portanto, do tamanho da elipse. O exemplo em (30) mostra isso em *sluicing*, um tipo de elipse mais alta, que, inevitavelmente, inclui estruturas discrepantes. Ou seja, dado o tamanho da elipse, o sujeito e o material flexional do verbo estão em um contexto sintático que não pode escapar do cálculo de identidade. O dado em (31) mostra o mesmo tipo de problema: considerando a estrutura em que a elipse ocorre, parece igualmente difícil, nesse caso, garantir identidade (morfo)ssintáticas entre os verbos copulares ou entre os adjetivos (estes últimos divergem em gênero e em número), mesmo assumindo que os materiais flexionais da cópula e do adjetivo são independentes de suas bases lexicais.

(30) I remember **PRO meeting** him, but I don't remember when <e>.

<e> = I **met** him

(LIPTÁK, 2015, p. 165)

(31) Ces hommes **sont plus intelligents** que Marie <e>. {Francês}

³³ Alternativamente, podemos, ainda, considerar a hipótese de Rouveret (2012), que entende que o morfema de particípio está contido no local da elisão, mas é um morfema transparente para fins de cálculo de identidade. Essa transparência afixal se daria, por exemplo, em função da não interpretabilidade do traço de perfectividade que esse morfema supostamente carrega.

<e> = **est inteligente**

‘Esses homens são mais espertos do que Maria’.

(CHOMSKY, 1965, p. 179)

Os dados em (30) e (31) mostram que, a despeito de *mismatches* entre antecedente e elipse relativamente às suas estruturas (morfo)ssintáticas, essas construções são bem formadas e as elipses são naturalmente resolvidas. Tais fatos costumam estimular uma abordagem de identidade no nível semântico, mas não morfossintático.

A literatura que opera sob a hipótese de uma condição semântica de identidade costuma apresentar, ainda em seu favor, uma série de outros casos possíveis de *mismatch* entre as formas do antecedente e da elipse – muitos dos quais são rotulados por Fiengo e May (1994) apenas como efeitos de *mudança de veículo*. Um desses casos, exemplificado a seguir, mostra que elipse tolera uma correferência, via c-comando, que não pode ser lícita em sua ausência, já que constituiria uma violação ao princípio-C da teoria de ligação: uma expressão-R, como é o caso do nome próprio *Alex*, deve ser livre, o que implica que ela não pode ser ligada, via c-comando, por outro elemento. Elipses parecem permitir esse *mismatch* formal relativo à vinculação de expressões-R, que, nesses casos, passam a se comportar como pronomes, ou seja, ficam sujeitas ao princípio B, e, portanto, podem ser ligadas, desde que fora do seu domínio de regência.

(32) They arrested Alex_i, though he_j didn't know why <e>.

<e> = they arrested him_j/*Alex_i

O dado em (32) mostra que a gramaticalidade da elipse depende de que o objeto do verbo *arrested*, no local da elisão, seja um pronome. Entretanto, não há, de imediato, como garantir que o pronome *him* e o nome *Alex*, na sentença antecedente, sejam sintaticamente equivalentes (mas ver FIENGO; MAY, 1994). Semanticamente, no entanto, uma vez que *him* e *Alex* são uma mesma pessoa, a recuperabilidade da elipse, nesse caso, se seguiria naturalmente da noção de *E-GIVENness* proposta por Merchant (2001a), já que a sentença elidida e a sentença antecedente se implicam mutuamente.

Queremos mencionar, ainda, uma terceira razão pela qual identidade semântica pode ser atraente: a possibilidade de *Voice Mismatch* em VPE.

Voice Mismatch em elipses (doravante VMM), ocorre quando o material elidido e seu antecedente são diferentes quanto às suas respectivas estruturas sintáticas de voz verbal. Ou seja, temos VMM quando o material elidido está contido em uma estrutura de voz ativa, mas o seu antecedente está na voz passiva, ou *vice-versa*.

Estudos iniciais sobre esse tópico apontavam que todo tipo de elipse, incluindo VPE, deveria ser sensível a VMM, já que esse é um *mismatch* claramente sintático, e esses estudos consideravam identidade sintática o principal fator para a recuperabilidade de uma elipse. Exemplos como em (33), a seguir, eram reportados como representativos da impossibilidade de VMM em VPE. Em (33a), o antecedente tem estrutura de voz ativa, enquanto a elipse está contida em uma estrutura de voz passiva; *mutatis mutandis*, VMM também está presente em (33b).

- (33) a. *Paul denied the charge, but the charge wasn't <e> by his friends.
 b. *John had observed many of the enemy's soldiers, but hadn't been <e> by them. (SAG, 1976, p. 17)

Estudos mais recentes, no entanto, mostraram que desconsiderar a possibilidade de VMM em VPE é uma ingenuidade (Cf. MERCHANT, 2008a; 2013). A partir de um volume bastante expressivo de dados, Merchant (2013) mostrou que VMM em VPE é algo comum no inglês. Esse autor apresenta dados de VMM nas duas condições (Antecedente_{ATIVA} -- Elipse_{PASSIVA} ou Antecedente_{PASSIVA} -- Elipse_{ATIVA}), como podemos ver em (34) e (35). No PB, VMM em VPE também se mostra possível (ver 36), contudo acreditamos que essa possibilidade se restringe à condição Antecedente_{PASSIVA} -- Elipse_{ATIVA}.

- (34) Antecedente_{ATIVA} -- Elipse_{PASSIVA}
 The janitor must remove the trash whenever it is apparent that it should be <e>.
 <e> = removed

- (35) Antecedente_{PASSIVA} -- Elipse_{ATIVA}
 The system can be used by anyone who wants to <e>.
 <e> = use it/the system

(MERCHANT, 2013, p. 78-9)

(36) Esse bolo deveria ter sido feito com fermento, mas Maria não fez <e>, aí ele ficou solado.

<e> = fez o bolo com fermento

Casos de VMM como os trazidos acima, em VPE, são geralmente utilizados como evidência para a necessidade de uma abordagem de identidade semântica, uma vez que eles mostram que variações na forma sintática são permitidas sem que haja prejuízo para a interpretação da elipse.

Muitos dos casos de *mismatch* listados até aqui, no entanto, ainda são compatíveis com abordagens de identidade sintática. A seguir, nos voltamos para essa outra abordagem, que, a rigor, dentro da tradição gerativista, precedeu abordagens semânticas.

2.3.2 Identidade sintática: como e por quê?

Para abordagens sintáticas de identidade, a representação de um constituinte elidido deve ser recuperada a partir de alguma forma de paralelismo estrutural. Algumas propostas buscam esclarecer quais propriedades da estrutura sintática devem ser precisamente isomórficas.

Chomsky, certamente o principal influenciador da abordagem sintática de identidade (Cf. CHOMSKY, 1965, p. 177-184), já observava que o paralelismo necessário para a recuperabilidade de uma elipse não precisa ser estabelecido em um nível superficial, já que, em muitos casos, a resolução da elipse não se mostra prejudicada por discrepâncias entre as formas superficiais do antecedente e da elipse. O exemplo em (37), do PB – ao lado de outros exemplos apresentados na seção anterior – motiva esse entendimento. Em (37), o núcleo do vP elidido ocorre em uma forma não finita, mas tem como antecedente um verbo em forma finita.

(37) A Maria **estudou** muito, mas o João não vai <e>.

<e> = **estudar** muito

(NUNES; ZOCCA, 2009, p. 179)

Uma vez que a forma verbal elidida em (37) é diferente daquela do antecedente, e, ainda assim, a elipse é bem formada e naturalmente recuperável, torna-se evidente o entendimento de que, qualquer que seja a noção sintática de recuperabilidade, ela não pode se basear meramente em identidade de superfície. Retornaremos a este fato mais adiante, ainda neste capítulo. Com isso em mente, voltemo-nos, agora, para algumas das razões por que uma abordagem sintática de identidade parece necessária. Uma vasta literatura já citada vem defendendo essa ideia, com base em evidências empíricas robustas. Dessas evidências, introduziremos aqui aquelas que consideramos mais representativas.

2.3.2.1 Intolerância a diferenças na estrutura argumental de verbos

Diferentes tipos de elipse mostram uma certa intolerância a que o material elidido e seu antecedente difiram em relação à estrutura argumental de seus predicados. Isso pode ser observado a partir da impossibilidade de *b* como alternativa à interpretação da elipse do vP em (38) e (39).

(38) Jeff was Reading a book, and Steve was <e> too.

a. <e> = reading a book

b. *<e> = reading (leitura intransitiva)

(AELBRECHT, 2015, p. 1136)

(39) João estava lendo uma bula, e Maria também estava <e>.

a. <e> = lendo uma bula

b. *<e> = lendo (leitura intransitiva)

Casos de alternância causativa-incoativa (Cf. PERLMUTTER, 1978; ALEXIADOU *et al.*, 2006; SCHER *et al.*, 2009, entre outros) mostram um padrão semelhante sob elipse. A alternância de certos verbos, que podem ocorrer como causativos/transitivos ou como anticausativos/inacusativos (ver (40) e (42)), não é uma possibilidade sob VPE (ver (41) e (43)), como mostra Merchant (2013).

(40) a. Bill melted the copper vase, and the magnesium vase melted, too.

b. Maria still tried to break the vase even though it wouldn't break.

- (41) a. *Bill melted the copper vase, and the magnesium vase did <e>, too.
 b. *Maria still tried to break the vase even though it wouldn't <e>.

(MERCHANT, 2013, p. 96-7)

- (42) a. João derreteu o vaso de cobre, e o vaso de magnésio também derreteu.
 b. Maria tentou quebrar o vaso mesmo sabendo que o vaso não quebra.

- (43) a. *João vai derreter o vaso de cobre e o vaso de magnésio também vai <e>.
 b. *Maria vai quebrar o vaso de vidro e o vaso de porcelana também vai <e>.

A impossibilidade desse tipo de *mismatch* também pode ser observada em outros tipos de elipse. Os exemplos a seguir, com o verbo *embroider/bordar*, mostram que o *mismatch* na estrutura argumental dos verbos também resulta em agramaticalidade em casos de *sluicing* e de *pseudogapping*³⁴. O verbo *embroider* – e o seu equivalente no PB, o verbo *bordar* – pode empregar duas configurações estruturais distintas que resultam em um mesmo significado (*embroider/bordar X with/com Y = embroider/bordar Y on/em X*), como mostram (44) e (45). Sob elipse, no entanto, essas estruturas não são intercambiáveis (ver 46-49).

- (44) a. They embroidered something with peace signs.
 b. They embroidered peace signs on something.

(MERCHANT, 2013, p. 99)

- (45) a. Eles bordaram alguma coisa com sinais de paz.
 b. Eles bordaram sinais de paz em alguma coisa.

Sluicing

- (46) *Inglês*

a. *They embroidered something with peace signs, but I don't know *on what*_i <e>.

<e> = they embroidered peace signs *t*_i

³⁴ Para demais exemplos incluindo *fragment answers*, *gapping* e *stripping*, remetemos o leitor a Merchant (2013) e literatura lá citada.

³⁵b. *They embroidered something on their jackets, but I don't know *with what*_i <e>.

<e> = they embroidered their jackets *t*_i

(MERCHANT, 2013, p. 100)

(47) *Português brasileiro*

a. *Eles bordaram alguma coisa com sinais de paz, mas eu não sei no que_i <e>.

<e> = eles bordaram sinais de paz *t*_i

³⁶b. *Eles bordaram alguma coisa em suas jaquetas, mas eu não sei com o que_i <e>.

<e> = eles bordaram suas jaquetas *t*_i

Pseudogapping

(48) *Inglês*

*She embroiders peace signs on jackets more often than she does <e> with swastikas.

<e> = embroider jackets

(MERCHANT, 2013, p. 100)

(49) *Português brasileiro*

*Ela borda sinais de paz nas jaquetas muito mais do que <e> com suásticas.

<e> = borda jaquetas

Seguindo a linha de trabalho de Hale e Keyser (1993, 2002), Merchant (2013) argumenta que a impossibilidade de alternância na estrutura argumental dos verbos sob elipse, como nos casos em (46)-(49), se justifica se tal alternância reflete a inclusão de núcleos sintáticos distintos na derivação dessas sentenças. Essa distinção determina, por exemplo, por que, em um caso, o PP requerido é nucleado pela preposição *with/com*, mas em outro caso, essa preposição é *on/em*.

Observe-se que, especificamente em relação à impossibilidade de *mismatch* sintático em (46)-(49), antecedente e elipse são equivalentes em termos de condição de

³⁵ Neste caso, a leitura desejada do PP remanescente *with what* é aquela em que esse PP indica *que imagem* foi bordada (a exemplo do PP em (33a)), mas não a maneira como a imagem foi bordada.

³⁶ Como em (46b), aqui também, a leitura desejada do PP remanescente *com o que* é aquela em que esse PP indica *que imagem* foi bordada (a exemplo do PP em (45a)), mas não a maneira como a imagem foi bordada.

verdade, portanto em termos semânticos. Os fatos acima colocam, então, identidade sintática como um fator crucial para a recuperabilidade da elipse. Vejamos outra evidência para isso.

2.3.2.2 Intolerância a VMM (elipses altas)

Merchant (2013) observa que, translinguisticamente, elipses mais altas, tais como *sluicing*, *fragment answers*, *gapping* e *stripping*, que atingem TP, não toleram VMM. Isso pode ser observado a partir de casos de *sluicing*, nos exemplos a seguir, todos extraídos de Merchant (2013, p. 81-82)³⁷.

(50) *Inglês*

- a. *Joe was murdered, but we don't know who <e>. {PASSIVA--ATIVA}
 b. *Someone murdered Joe, but we don't know who by <e>. {ATIVA--PASSIVA}

(51) *Alemão*

- a. *Erika hat jemanden ermordet, aber sie wissen nicht, wer. {ATIVA--PASSIVA}
 Erika tem alguém assassinado mas eles sabem não quem-NOM
 'Erika assassinou alguém, mas eles não sabem quem.'
- b. *Peter wurde von jemandem ermordet, aber sie wissen nicht, wer. {PASSIVA--ATIVA}
 Peter foi por alguém assassinado mas eles sabem não quem-NOM
 'Peter foi assassinado por alguém, mas eles não sabem quem.'
- c. *Jemand hat Peter ermordet, aber sie wissen nicht, von wem. {ATIVA--PASSIVA}
 alguém tem Peter assassinado mas eles sabem não por quem-DAT
 'Alguém assassinou Peter, mas eles não sabem por quem.'
- d. *Jemand wurde von Erika ermordet, aber sie wissen nicht, wen. {PASSIVA--ATIVA}
 alguém foi por Erika assassinada mas eles sabem não quem-ACC
 Alguém foi assassinado por Erika, mas eles não sabem quem.'

(MERCHANT, 2013, p. 81-82)

³⁷ Os exemplos do alemão são particularmente importantes, pois o elemento wh que escapa do local da elisão manifesta o Caso morfológico adquirido em seu local de origem.

(52) *PB*

- a. *João foi assassinado, mas nós não sabemos quem <e>. {PASSIVA--ATIVA}
- b. *Alguém assassinou João, mas nós não sabemos por quem <e>. {ATIVA--PASSIVA}

Evidência de que a má formação das sentenças acima decorre exclusivamente de uma intolerância desse tipo de elipse a VMM pode ser observada nas versões não elípticas dessas mesmas sentenças. Assim, preservadas as mesmas condições, exceto a ocorrência de elipse, essas sentenças são gramaticais, como mostram (53)-(55).

(53) *English*

- a. Joe was murdered, but we don't know who murdered Joe.
- b. Someone murdered Joe, but we don't know who Joe was murdered by.

(54) *Alemão*

- a. Erika hat jemanden ermordet, aber sie wissen nicht, wer von ihr ermordet wurde.
'Erika assassinou alguém, mas eles não sabem quem foi assassinado por ela.'
- b. Peter wurde von jemandem ermordet, aber sie wissen nicht, wer ihn ermordet hat.
'Peter foi assassinado por alguém, mas eles não sabem quem o assassinou.'
- c. Jemand hat Peter ermordet, aber sie wissen nicht, von wem er ermordet wurde.
'Alguém assassinou Peter, mas eles não sabem por quem ele foi assassinado.'
- d. Jemand wurde von Erika ermordet, aber sie wissen nicht, wen sie ermordet hat.
'Alguém foi assassinado por Erika, mas eles não sabem quem ela matou.'

(MERCHANT, 2013, p. 83-84)

(55) *PB*

- a. João foi assassinado, mas nós não sabemos quem assassinou ele/João.
- b. Alguém assassinou João, mas nós não sabemos por quem ele/João foi assassinado.

Os fatos acima, sobre a impossibilidade de VMM em *sluicing*, evidenciam que paralelismo sintático deve, de fato, fazer parte da gramática de elipse, já que é a variabilidade

nas formas, do antecedente e do material elidido, mas não em seus significados, que deve determinar se *sluicing* será ou não possível.

O leitor atento deve ter percebido que esse mesmo raciocínio não pode ser satisfatoriamente estendido a casos de VPE, já que esse tipo específico de elipse parece tolerar VMM, como vimos na seção 2.3.1. Merchant (2013) contorna essa situação oferecendo uma análise bastante elegante para a distribuição desigual de VMM entre elipses, “olhando com lupa” para a estrutura sintática do local da elisão e do seu entorno.

Fazendo uma distinção entre elipses baixas e elipses altas, Merchant (2013) argumenta que em VPE, um caso de elipse baixa, o material elidido não deve conter o núcleo *voice*, e, por essa razão, VMM seria apenas ilusório. Ou seja, uma vez que a elipse ocorre abaixo do núcleo *voice*, as estruturas sintáticas ativa e passiva dos vPs envolvidos são idênticas, portanto lícitas do ponto de vista gramatical, e, conseqüentemente, aceitáveis.

Em elipses altas, contudo, o material elidido inevitavelmente deve conter o núcleo *voice*, e, com isso, temos um real *mismatch* sintático, ou seja, as estruturas sintáticas são, inescapavelmente, não idênticas do ponto de vista sintático, o que explica a má formação da elipse, e, conseqüentemente, a sua não aceitabilidade, como vimos em (50)-(52).

O diagrama a seguir, ilustra a proposta desse autor.

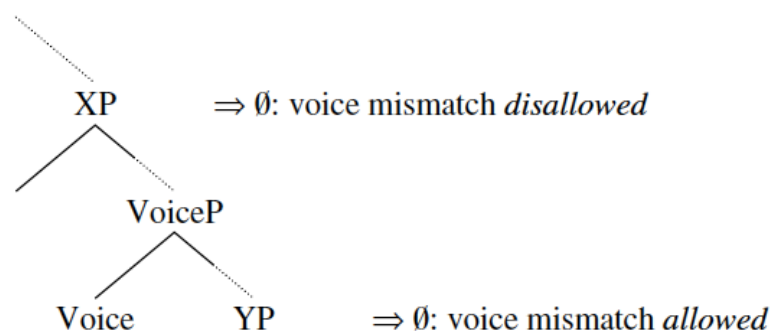


Figura 1 - Geometria básica para representar VMMs lícitas e ilícitas, de acordo com a altura da elipse. Extraído de Merchant (2013, p. 306)

Voltemos agora à discussão interrompida em 2.3.2, onde começamos a discorrer sobre quais propriedades de uma estrutura sintática devem, exatamente, ser isomórficas. Àquela altura, afirmamos que qualquer que seja a noção sintática de recuperabilidade com a qual devemos operar, ela não pode se basear meramente em identidade de superfície. Na

ocasião, vimos, através do dado em (37), repetido aqui em (56), que o núcleo de um vP elidido pode ocorrer em uma forma não finita, sendo o seu antecedente um verbo em forma finita.

(56) A Maria **estudou** muito, mas o João não vai <e>.

<e> = **estudar** muito

Achamos oportuno, neste momento, fazer algumas ponderações e avançar quanto a esse tipo de discussão. Quando afirmamos, com base em (56), que a recuperabilidade de uma elipse não pode se basear apenas em identidade de superfície, não queríamos fazer entender que elipses são, de qualquer modo, indiferentes a informações flexionais. A rigor, como vários estudos indicam, *elipses são indiferentes a informações flexionais, desde que essas informações não estejam contidas no local da elisão*.

A exemplo disso, podemos observar que, se em vez de VPE, como em (56), temos *sluicing* (ver 57), isto é, uma elisão que inclui o material flexional da estrutura verbal, então percebemos que a informação veiculada pela flexão é útil, e, portanto, não pode ser ignorada. Do contrário, a interpretação da elipse em (57), a seguir, poderia ser qualquer outra em que a forma do verbo elidido pudesse diferir daquela do antecedente. Esse não é o caso, já que a única interpretação disponível para a elipse nessa situação é aquela em que a forma do verbo elidido é estritamente idêntica àquela do antecedente.

(57) A Maria **estudou** muito essa matéria, mas eu não me lembro por que <e>.

<e> = a Maria **estudou**/***estudar**/***estuda**/***estudará**/... muito essa matéria

A ideia de que informações flexionais podem ser relevantes para a resolução da elipse em alguns casos, mas não em outros, também pode ser explorada a partir de fatos em torno de elipse de sintagmas predicativos. Dedicamos a seção que segue a essa discussão, revisando, para tanto, uma literatura já construída sobre esse assunto, tendo em vista dados do PB e de outras línguas. Como veremos nessa discussão, as condições em que informações flexionais podem ou não ser relevantes para a resolução de uma elipse são condições impostas pela própria gramática, que deve, necessariamente, levar em conta a identidade traçal dos constituintes envolvidos.

2.3.2.3 *Mismatches* morfossintáticos em elipse de sintagmas predicativos no PB

A gramaticalidade de um dado como (56), que nos mostra uma indiferença da elipse à forma morfológica dos verbos envolvidos, deve, certamente, contrastar com a agramaticalidade dos dados em (58), em que a elipse é claramente sensível a um *mismatch* na morfologia do nome, mais precisamente à informação de gênero dos predicados nominais em questão. Evidência de que o *mismatch* é a causa do prejuízo a essas sentenças pode ser observada em (59), que nos mostra que, sob paralelismo morfológico, a elipse é bem formada.

- (58) a. *O Drácula é **conde** e a Mina também é <e>. <e> = **condessa**
 b. *A mina é **condessa** e o Drácula também é <e>. <e> = **conde**
 (NUNES; ZOCCA, 2009, p. 190)

- (59) a. O Drácula é conde e o Felipe também é <e>. <e> = **conde**
 b. A Mina é condessa e a Clara também é <e>. <e> = **condessa**

É bastante curioso, no entanto, que, mesmo a expressão de gênero, pode ser ignorada para o cálculo de identidade no PB, quando estão em jogo certos nomes, também em função predicativa. Os dados a seguir reproduzem esse paradigma, a partir das observações de Nunes e Zocca (2009) e de Bobaljik e Zocca (2011).

- (60) a. O João é **médico**, e a Maria também é <e>. <e> = **médica**
 b. A Maria é **médica** e o João também é <e>. <e> = **médico**
 (NUNES; ZOCCA, 2009, p. 189)

Como os dados em (60) nos mostram, nomes como médico/médica podem variar quanto à informação de gênero sob elipse, sem que isso acarrete qualquer prejuízo à sua resolução ou aceitabilidade.

Ainda mais intrigante é o fato de que alguns nomes também parecem permitir essa variação, mas com a condição de que o predicado antecedente tenha a forma masculina, e o predicado elidido, a forma feminina, mas não o contrário. Os dados a seguir mostram isso.

(61) a. ?O Paulo é **ator**, e a Fernanda também é <e>. <e> = **atriz**

b. ??A Fernanda é **atriz** e o Paulo também é <e>. <e> = **ator**

(NUNES; ZOCCA, 2009, p. 190)

Em relação à variação quanto à informação de número, elipse de sintagmas predicativos no PB exibem um comportamento semelhante ao observado em (60), em que a elipse é naturalmente indiferente ao *mismatch*. Curiosamente, mesmo que a morfologia de plural no predicado adjetival carregue alguma saliência fônica³⁸, sob forma, por exemplo, de alteração silábica (ver 62b) ou metafonia (62c), isso não traz qualquer impacto para a resolução da elipse.

(62) a. O João é **alto** e aqueles meninos também são <e>. <e> = **altos**

(NUNES; ZOCCA, 2009, p. 188)

b. Esse cogumelo é **comestível**, mas aqueles ali não são <e>. <e> = **comestíveis**

c. Esse colar é **precioso**, mas aqueles ali não são <e>. <e> = **preciosos**

O paradigma observado a partir dos dados em (58)-(62), envolvendo elipse de sintagmas predicativos, em que *mismatches* morfossintáticos são possíveis em alguns nomes em função predicativa, mas não em outros, tem sido observado não apenas no PB, mas em outras línguas, como mostram alguns estudos (Cf. BOBALJIK; ZOCCA, 2011; van CRAENENBROECK; MERCHANT, 2013; MERCHANT, 2014). Tal fato tem, eventualmente, colocado sob questionamento se, ou até que ponto, a representação sintática do antecedente da elipse é realmente relevante para a sua recuperabilidade – especialmente quando observamos dados como (60)-(62).

Uma explicação bastante convincente para o quadro empírico acima tem sido oferecida, sem, no entanto, que se abra mão de uma condição de recuperabilidade sintática da elipse. Tal explicação parte de “*um conjunto internamente consistente de assunções*” (BOBALJIK; ZOCCA, 2011, p. 143), para argumentar que, nos casos em que o *mismatch* é aceitável, esse *mismatch* é apenas ilusório.

³⁸ Sobre saliência fônica, ver Scherre e Naro (2010), Scherre (1988), entre muitos outros estudos sociolinguísticos posteriores, fundamentados nesses trabalhos.

Consideremos, inicialmente, (61), que, como vimos, sugere que a informação de gênero no predicado nominal pode sim ser relevante para o cálculo de identidade da elipse, mas de maneira assimétrica.

2.3.2.3.1 A assimetria na possibilidade de *mismatch* de gênero: predicados do tipo *ator/atriz*

Como apontam Bobaljik e Zocca (2011), nomes como ator/atriz, cuja forma feminina deriva da forma masculina pela adição de um sufixo, exibem, translinguisticamente, um comportamento assimétrico sob elipse, como observado em (61), do PB³⁹. Os dados em (63) e (64) também ilustram a mesma situação com nomes desse tipo no russo e no alemão, respectivamente.

- (63) a. Ivan moskvic i Marina toze. [moskvicka]
 Ivan Muscovite-MASC e Marina também Muscovite-FEM
- b. #Marina moskvic-ka i Ivan toze. [moskvic]
 Marina Muscovite-FEM e Ivan too Muscovite-MASC
- ‘Ivan/Marina é uma Muscovite e Marina/Ivan também é.’
- (64) a. Mein Onkel ist (ein) Oesterreicher, und meine
 meu tio é (um) australiano.MASC e minha
 Tante . . . auch. [Oesterreicher-in]
 tia . . . também Australiana.FEM
- b. # Meine Tante ist (eine) Oesterreicher-in, und Mein
 Minha tia é (uma) Australiana.FEM, e meu
 Onkel . . . auch. [Oesterreicher]
 tio . . . também Australiano.MASC
- ‘minha tia é uma Australiana e meu tio também é.’

(BOBALJIK; ZOCCA, 2011, p. 144-46)

³⁹ De acordo com Bobaljik e Zocca (2011, p. 145), entre as diversas línguas estudadas, foram observados como pertencentes a essa classe nomes que denotam profissão, termos descritivos gerais para humanos, nomes indicando lugar de origem ou residência, e também alguns nomes de animais.

Se identidade quanto à informação de gênero é uma condição relevante para a resolução da elipse, podemos explicar por que os *mismatches* em *b* de (61), (63) e (64) são aparentemente não aceitáveis mas ficamos, ainda, com o desafio de explicar por que os casos em *a*, nesses mesmos exemplos, são aceitáveis.

Para Bobaljik e Zocca, isso pode ser explicado se entendermos que esse tipo de assimetria sob elipse deve, na verdade, espelhar uma assimetria morfossemântica na marcação de gênero nessas línguas, como já discutido em Jakobson (1932/1984). De acordo com Jakobson, existe um paralelo bastante consistente entre assimetria morfológica e assimetria semântica na marcação do par *masculino-feminino*. Mais precisamente, isso significa que nomes onde a forma feminina é morfológicamente marcada, o uso da forma feminina deve indicar sexo feminino. Por outro lado, espera-se que o uso da forma masculina seja, pelo menos em certos casos, neutro com relação a sexo (JAKOBSON, 1932/1984, apud BOBALJIK; ZOCCA, 2011, p. 145).

Existem algumas maneiras de demonstrar essa coincidência entre marcação morfológica de gênero e especificação semântica de sexo. As situações em (65), com as formas leão/leoa, podem ser usadas como evidência.

- | | | |
|------|---------------------|--|
| (65) | a. Isso é um leão? | Sim. (Mais precisamente), uma leoa. |
| | b. Isso é uma leoa? | #Sim. (Mais precisamente), um leão.
Não. É um leão. |

Como vemos, se a pergunta em (65) é feita com a forma masculina (*leão*), a resposta pode ser afirmativa (65a), mas pode vir acompanhada por uma especificação acerca do sexo do animal, indicando ser, na verdade, feminino, sem que qualquer contradição seja observada. Opostamente, se a pergunta é feita com a forma feminina (*leoa*) e a resposta é afirmativa, a especificação do sexo do animal como sendo masculino deve, desta vez, gerar uma contradição (# indica isso em 65b). A contradição desaparece se a resposta é negativa. Isso mostra que, nesses casos, enquanto a forma com marca morfológica de feminino é semanticamente também especificada para sexo, a forma morfológicamente não marcada não leva a qualquer pressuposição acerca do sexo do animal.

Uma outra evidência em favor desse raciocínio pode ser explorada a partir de (66), que nos indica que a forma feminina plural da palavra *leão* pode ser usada apenas para se

referir a um grupo de leões (66b); por outro lado, a forma masculina plural dessa palavra pode denotar um grupo de animais de diferentes sexos (66a).

- (66) a. Uma área cheia de leões = todos machos OU machos e fêmeas
 b. Uma área cheia de leões = todas fêmeas, MAS NÃO machos e fêmeas

Se esse paralelo entre marcação morfológica e especificação semântica é, de fato, tão consistente quanto propunha Jakobson, então podemos explicar por que *mismatch* de gênero com palavras como ator/atriz não é aceitável quando o antecedente é feminino e o nome elidido é masculino, mas é aceitável com a ordem contrária.

Assumindo com Cooper (1983), Heim (2008), Sauerland (2008), entre outros, que traços de gênero em um nome devem introduzir pressuposição, e, em particular, que a forma feminina introduz uma pressuposição de que o referente é feminino/fêmea, enquanto a forma masculina crucialmente não introduz qualquer pressuposição a respeito de gênero/sexo, Bobaljik e Zocca argumentam que, para casos como em (61), teríamos duas alternativas para resolver a elipse em LF. (67) e (68) explicitam essas duas opções, de acordo com Bobaljik e Zocca (2011, p. 147).

- (67) a. Maria é atr-iz e
 PRESSUPOSIÇÃO: [FEM]
- LF: b. *João é <ator> também.
 PRESSUPOSIÇÃO: [∅]
- LF: b'. #João é <atr-iz> também.
 PRESSUPOSIÇÃO: [FEM]

O esquema em (67) retoma (61b), em que o antecedente tem a forma marcada, feminina. (67b) indica que, enquanto resolver a elipse com a forma masculina, não marcada, é semanticamente apropriado, essa solução é rejeitada pois ela acaba violando a condição de paralelismo necessária para a elipse, já que o nome antecedente tem a forma feminina. Se, por outro lado, a elipse é resolvida com a forma feminina, então a condição de paralelismo é satisfeita, mas, desta vez, o resultado é inapropriado, pois ele carrega a pressuposição de que João tem sexo feminino, o que pode não ser verdade.

Por outro lado, para (61a), Bobaljik e Zocca apresentam o esquema em (68).

- (68) a. João é ator e
 PRESSUPOSIÇÃO: [Ø]
- LF: b. Maria é <ator> também.
 PRESSUPOSIÇÃO: [Ø]
- LF: b'. *Maria é <atr-iz> também.
 PRESSUPOSIÇÃO: [FEM]

Alternativamente, como vemos em (68) – que retoma (61a) – resolver a elipse desta vez com a forma semanticamente apropriada (68b') violaria a condição de paralelismo. No entanto, se o nome elidido tem a forma não marcada (68b), que, por hipótese, não introduz qualquer pressuposição sobre gênero (nem mesmo uma suposta negação de gênero feminino), então paralelismo é respeitado e não se observa, nesse caso, qualquer conflito de gênero entre o sujeito *Maria* e o predicado *ator*, já que este último deve ser, por hipótese, semanticamente não especificado quanto a gênero.

O diagnóstico da assimetria morfossemântica na marcação de gênero das palavras ator/atriz, pode ser confirmado a partir dos fatos em (69) e (70), a seguir.

- (69) a. Tem algum ator nesta sala? Sim – Maria. Ela é atriz.
 b. Tem alguma atriz nesta sala? #Sim – João.
- (70) a. A sala de atores = sala apenas para atores do sexo masc OU
 sala para atores e atrizes
- b. A sala de atrizes = sala apenas para atrizes (sexo fem) MAS NÃO
 sala para atores e atrizes

Parece, portanto, que a assimetria quanto à possibilidade de *mismatch* de gênero sob elipse com palavras como ator/atriz – em que o predicado masculino pode servir como antecedente para uma forma elidida com um sujeito feminino, mas não o inverso (ver 61) – pode ter uma explicação baseada na assimetria morfossemântica observada em (69) e (70).

Voltando agora para o caso exemplificado em (58), repetido em (71) a seguir, devemos nos perguntar por qual razão, em se tratando de nomes como conde/condessa, o *mismatch* em qualquer das ordens não pode ser tolerado sob elipse?

- (71) a. *O Drácula é **conde** e a Mina também é <e>. <e> = **condessa**
 b. *A mina é **condessa** e o Drácula também é <e>. <e> = **conde**

2.3.2.3.2 A impossibilidade de *mismatch* de gênero: predicados do tipo *conde/condessa*

Como apontam Nunes e Zocca (2009) e Bobaljik e Zocca (2011), diferentemente do que vimos em relação a nomes do tipo ator/atriz, nomes que denotam título/posição de nobreza, títulos da hierarquia religiosa, e, ainda, nomes que denotam relações de parentesco, todos são nomes que não mostram uma assimetria quanto à possibilidade de *mismatch* de gênero sob elipse, apesar do fato de que, em alguns casos, esses nomes apresentam a mesma estrutura morfológica de nomes como ator/atriz, em que a forma feminina é derivada da forma masculina pela adição de um sufixo.

Ao lado do dado em (71), do PB, os dados a seguir, do alemão e do russo, respectivamente, mostram que esse é um padrão também observado translinguisticamente.

- (72) a. #Otto war (ein) König und Edith . . . auch. [König-in]
 Otto era um rei e Edith também rainha-FEM
 ‘Otto era um rei, e Edith também era.’
 b. #Edith war (eine) König-in und Otto . . . auch. [König]
 Edith era uma rainha-FEM e Otto também rei
 ‘Edith era uma rainha, e Otto também era.’
- (73) a. #Dolgorukij knjaz’ i Volkonskaja toze. [knjaz-inja]
 Dolgorukij príncipe e Volkonskaja too princesa
 ‘Dolgorukij era um príncipe, e Volkonskaja também era.’
 b. #Volkonskaja knjaz-inja i Dolgorukij toze. [knjaz’]
 Volkonskaja princesa-FEM e Dolgorukij também príncipe
 ‘Volkonskaja era uma princesa, e Dholgorukij também era.’

(BOBALJIK; ZOCCA, 2011, p. 149-50)

Nomes dessa classe se destacam em razão de ambas as formas, masculina e feminina, se comportarem, sob elipse, como se fossem semanticamente especificadas para gênero/sexo. Isso significa que mesmo a forma não marcada, isto é, a forma masculina, deve ser semanticamente especificada, contrariando a generalização de Jakobson⁴⁰, vista logo acima. Como apontam Bobaljik e Zocca, é extremamente curioso que o diagnóstico quanto a especificação semântica de gênero desses nomes se mantenha consistente não apenas sob situações de elipse, mas também em outros testes capazes de levar a esse tipo de diagnóstico.

Observe a comparação entre (74) e (75), em que temos, respectivamente, nomes da classe ator/atriz, vista anteriormente, e nomes da classe conde/condessa, sobre a qual estamos discutindo agora (ver BOBALJIK; ZOCCA, 2011, p. 151).

- | | | |
|------|--------------------------------------|----------------------------|
| (74) | a. Tem algum garçom nesta festa? | Sim – Maria está servindo. |
| | b. Tem alguma garçonete nesta festa? | #Sim – João está servindo. |
| (75) | a. Tem algum príncipe neste quadro? | #Sim – Princesa Anne. |
| | b. Tem alguma princesa neste quadro? | #Sim – Príncipe William. |

Como vemos, enquanto a forma não marcada *garçom*, assim como o nome *ator*, comportam-se como semanticamente não especificados para sexo (ver 74a), a forma *príncipe*, apesar de também não marcada, mostra-se semanticamente especificada (ver 75a). Os fatos em (76) reforçam esse entendimento.

- | | | | |
|------|-------------------------|----|--|
| (76) | a. Reunião de garçons | -- | inclui garçons e garçonetes |
| | b. Reunião de príncipes | -- | não inclui princesas, mas apenas príncipes |

Em conformidade com o que já especulavam Nunes e Zocca (2009), e argumentam Bobaljik e Zocca (2011), uma vez que as formas masculina e feminina de nomes do tipo *conde/condessa* carregam gênero como parte de seus significados lexicais, não há, em relação a esses nomes, como resolver a elipse sem gerar um conflito entre o traço/informação de

⁴⁰ Como discutem Bobaljik e Zocca (2011), apesar de alguns nomes, como conde/condessa, contradizerem a tese de Jakobson, esses contra-exemplos constituem uma classe relativamente homogênea entre as línguas estudadas por esses autores, o que sugere uma forte sistematicidade dessas exceções.

gênero do predicado elidido e seu sujeito. Crucialmente, esses dados são agramaticais e inaceitáveis em razão de uma violação da condição de paralelismo, que, como vemos, se aplica não apenas à estrutura sintática dos constituintes elididos, mas também a informações traçuais contidas nessa estrutura, como é o caso de gênero, nos predicados aqui sob discussão.

Para concluir a possível explicação de todo o quadro empírico observado aqui em relação à (im)possibilidade de *mismatch* em elipses de sintagmas predicativos no PB, devemos, ainda, abordar duas situações: a indiferença da elipse ao *mismatch* de gênero em se tratando de nomes como médico/médica e a igual intolerância da elipse a *mismatch* quanto à informação de número do predicado elidido.

2.3.2.3.3 Traços flexionais em elipse de sintagmas predicativos nominais e adjetivais

As situações mencionadas no parágrafo anterior parecem poder ser tratadas de maneira unificada, tendo em vista o fato de que a informação de gênero em nomes como médico/médica, assim como a informação de plural nesses nomes – tanto quanto em adjetivos – são informações flexionais, adquiridas por meio de uma relação sintática de concordância. Diferentemente da marcação de gênero em palavras exploradas anteriormente, em que a assimetria morfológica masculino/feminino se dava através da presença *versus* ausência de um sufixo de feminino, em um par como médico/*médica*, o contraste masculino/feminino se dá através da alternância de uma vogal temática, algo que também ocorre com adjetivos, como alto/alta (BOBALJIK; ZOCCA, 2011, p. 157).

O ponto aqui é que parece haver algo em comum entre a forma de marcar, morfológicamente, a oposição masculino/feminino em nomes como médico/*médica*, ou mesmo em adjetivos, como alto/alta, e a forma com que marcamos a oposição singular/plural, seja em nomes, seja em adjetivos: em ambos os casos, estamos lidando com informações de natureza flexional, mas não derivacional, como estávamos vendo anteriormente em relação à oposição masculino/feminino em nomes como ator/atriz ou conde/condessa.

Assim, em relação, especificamente, à marcação de gênero em nomes do tipo médico/*médica*, a literatura aqui citada sugere que a alternância masculino/feminino tem uma morfossintaxe muito mais parecida com a de adjetivos do que com a dos pares de nomes

anteriormente considerados. É assumido, portanto, que o nome *médic-* não é inerentemente especificado para gênero⁴¹, e que, além disso, a escolha de uma vogal temática (o/a) deve ser determinada via concordância, um processo claramente flexional.

Como já apontavam Nunes e Zocca (2009), uma vez que, em casos de elipse de sintagmas predicativos adjetivais (ou nominais do tipo *médico/médica*), marcas de concordância são resultado de operações sintáticas que devem envolver um núcleo sintático externo ao local da elisão (digamos, um núcleo Agr⁴²), no momento em que o paralelismo entre as formas do material elidido e do antecedente é calculado, nenhum *mismatch* ainda é detectado. Assim, antes do momento em que o componente morfológico ajusta as estruturas, as representações do nome ou do adjetivo e seu antecedente são como podemos ver em (77), a seguir.

- (77) a.
- Na sintaxe:* João é **médic-** e as amigas dele também são <**médic-**>.
- No componente morfológico:* **médic-o**
- b.
- Na sintaxe:* As amigas de João são **médic-** e João também é <**médic-**>.
- No componente morfológico:* **médic-as**

Assim, uma explicação desses casos é diretamente alcançada se as informações de número e gênero nesses casos é alocada em um núcleo sintático à parte, Agr, como sugerem Nunes e Zocca (2009), e concatenadas ao predicado em um momento tardio da derivação, ou simplesmente, em um momento posterior àquele em que identidade é computada.

⁴¹ Diferentemente de um diagnóstico construído a partir de uma observação do comportamento desses nomes sob elipse, outros testes mostram que, de fato, *médic-* não deve ser semanticamente especificado para gênero, e, portanto, se assemelha a nomes da classe *ator*, em que a forma não marcada, diferentemente da forma marcada, não carrega qualquer pressuposição acerca de gênero. Isso pode ser concluído a partir de (i) e (ii), a seguir, extraídos de Bobaljik e Zocca (2011, p. 156).

- (i) a. As médicas = exclusivamente, um grupo de médicas mulheres.
b. Os médicos = um grupo de médicos homens ou um grupo misto de médicos de ambos os sexos.
- (ii) a. Tem algum médico nesta sala? Tem sim! A Maria.
b. Tem alguma médica nesta sala? #Tem sim! O João.

⁴² Ver representação em (53), da seção 1.3.2.4, no capítulo anterior.

Como vimos ao longo de toda a discussão apresentada nesta seção, a resolução de uma elipse, além de levar em consideração informações de natureza puramente sintática, deve também ser sensível a informações que podem ser codificadas (ou especificadas semanticamente) em termos de traços contidos nessas estruturas sintáticas. Quando essas informações traçuais devem ser relevantes ou não, é, como vimos, uma questão a ser explicada tendo em vista “*um conjunto internamente consistente de assunções*” a respeito do funcionamento da gramática.

2.3.3 A questão da recuperabilidade nesta tese

O que fica claro até aqui, depois de termos discutido um pouco das abordagens semântica e sintática da recuperabilidade de elipse, é que, apesar de limitações de ambas as abordagens, um aspecto dessa discussão é peremptório: paralelismo tem um papel fundamental para a recuperabilidade da elipse. Enquanto ainda não há, entre boa parte dos estudiosos, um consenso a respeito daquilo que deve ser precisamente relevante (ou mais relevante) para a recuperabilidade de uma elipse, assumiremos uma posição em linha com a hipótese gerativista mais tradicional, segundo a qual paralelismo sintático desempenha um papel, se não exclusivo, bastante importante para a recuperabilidade da elipse.

Duas principais motivações orientam a nossa posição. Uma delas está relacionada ao entendimento de que a sintaxe das línguas naturais deve funcionar como uma espécie de pivô entre forma e significado. A sintaxe deve funcionar como pivô mesmo quando uma assimetria entre forma e significado é observada, tal que um significado é atingido a despeito da ausência de material fonológico que o veicule, como ocorre com elipses. Assim, uma estrutura sintática nada mais é do que um algoritmo capaz de gerar interpretação (Cf. KOBEL; MERCHANT, 2016). Identidade semântica é vista, nessa perspectiva, como um subproduto. Em outras palavras, identidade semântica deve ser vista apenas como uma consequência de identidade sintática, já que é a sintaxe o algoritmo que conduz uma determinada forma a uma ou a outra interpretação.

A segunda motivação que nos orienta está relacionada a um dos objetivos desta tese, que é exatamente argumentar, a exemplo de como faz uma considerável literatura (Cf. FIENGO; MAY, 1994; LASNIK, 1995; ZOCCA, 2003; NUNES; ZOCCA, 2009; BOBALJIK; ZOCCA, 2011; TANAKA, 2011; SANPIETRO *et al.*, 2012; MERCHANT, 2013; SAAB, 2016; THOMS, 2015;

entre outros), que a não isomorfia sintática em algumas situações de VPE é apenas ilusória, e pode ser explicada a partir de algumas assunções disponíveis. Tal será a nossa tentativa no capítulo que segue.

Além disso, como também ficará claro no capítulo a seguir, a presente tese se dedicou ao estudo experimental de alguns casos de *mismatch*, entre os quais estão os casos de *mismatch* de gênero envolvendo nomes do tipo conde/condessa, e também casos de *mismatch* de número, ambos abordados na seção anterior deste capítulo. Com a investigação experimental desses e de outros casos de *mismatch*, cuja discussão será introduzida no capítulo a seguir, buscamos, nesta tese, confirmar, entre outras coisas, o valor teórico de algumas explicações apresentadas na literatura, especialmente para os casos de *mismatch* visto na seção anterior, e, também, a viabilidade e coerência de explicações que elaboraremos para outros casos de *mismatch* sintático a serem discutidos adiante.

Dito isso, esta tese partirá da seguinte idealização teórica, construída por boa parte da literatura introduzida neste capítulo, acerca do fenômeno aqui investigado:

-Em uma elipse, o material elidido deve refletir abstratamente, mas não superficialmente, a identidade sintática e de informações traçuais do antecedente.

2.4 Resumo

Dedicamos este capítulo à revisão de algumas das principais questões em torno do fenômeno linguístico conhecido como elipse. Inicialmente, discutimos aspectos voltados para a natureza formal de estruturas elididas, isto é, a sua representação formal. Vimos que abordagens que buscam entender a representação formal de uma elipse podem ser amplamente categorizadas como abordagens voltadas para a semântica, ou abordagens voltadas para a sintaxe. Enquanto abordagens voltadas para a sintaxe postulam a existência de estrutura sintática interna ao local da elisão, abordagens voltadas para a semântica dão mais ênfase a aspectos da interpretação da estrutura elidida, e chegam a operar sob a hipótese de não haver, a rigor, qualquer material sintático abstratamente presente, mas fonologicamente ausente.

Depois de apresentar fortes evidências relacionadas a concordância, efeitos de localidade, e extrações regulares de constituintes – fatos que justificam a necessidade de uma

abordagem sintática de elipse –, expusemos que esse foi o caminho escolhido para o desenvolvimento desta tese, e passamos a discutir aspectos relacionados à recuperabilidade da elipse.

Em relação à questão da recuperabilidade, vimos que a gramática, de modo a garantir que um constituinte elidido será recuperado, deve se valer de alguma forma de paralelismo entre o material elidido e seu antecedente linguístico. Mostramos que essa questão também é bastante controversa, pois, enquanto alguns estudiosos argumentam que a noção relevante de paralelismo é de natureza semântica, outro argumentam que, na verdade, a recuperabilidade de uma elipse se dá via paralelismo sintático entre antecedente e elipse.

Dispensamos mais esforço a uma revisão de elaborações desta última hipótese, notadamente, aquela sobre uma noção sintática de identidade da elipse, focando, por último, propostas como a de Nunes e Zocca (2009) e Bobaljik e Zocca (2011), que buscam mostrar que em muitas situações, *mismatches* sintáticos ou morfológicos devem ser apenas aparentes, dadas as possibilidades de que a gramática compute identidade em um nível derivacional – portanto abstrato, mas não superficial – em que as estruturas e as informações traçuais contidas nelas sejam equivalentes. Concluímos, assumindo este último pressuposto.

Parte II

Aspectos da gramática e do processamento de elipse

CAPÍTULO 3

Mismatches estruturais na relação antecedente-elipse: Explorações preliminares da relação entre teoria gramatical e modelos de processamento

Neste capítulo, discuto dois potenciais casos de subgeração em VPE no PB, considerando que identidade sintática é uma condição gramatical para a resolução da elipse. Para chegar até essa discussão, mobilizo, antes, alguns pontos de vista disponíveis na literatura psicolinguística ocupada em explicar por que alguns *mismatches* em VPE são aceitáveis e o que regula o grau de aceitabilidade nesses casos. Contra a visão mais corrente, que analisaria os casos do PB aqui discutidos como agramaticais, proponho que, do ponto de vista da teoria gramatical, os casos sob discussão são gramaticalmente lícitos, e mostro, com base em um corpo de suposições, como identidade sintática pode ser derivacionalmente calculada. A proposta que apresento faz a previsão de que as condições discutidas são tão aceitáveis quanto outros casos indiscutivelmente gramaticais de VPE no PB. Em paralelo, elaboro a respeito da necessidade de explorar quão alinhados são a gramática e o processamento de elipse. Mostro que uma investigação sobre esse alinhamento é necessária, pois ela é, certamente, capaz de lançar luz sobre a questão de serem gramática e processamento um único sistema cognitivo, ou sistemas cognitivos apartados um do outro.

3.1 A condição de identidade sintática e o problema de subgeração

No capítulo anterior, vimos que uma parcela bastante expressiva da literatura que trata de elipse entende que a sua recuperabilidade deve envolver a identificação de um antecedente sintaticamente paralelo (Cf. CHOMSKY, 1965; FIENGO; MAY, 1994; LASNIK, 1995; ZOCCA, 2003; NUNES; ZOCCA, 2009; BOBALJIK; ZOCCA, 2011; TANAKA, 2011; SANPIETRO *et al.*, 2012; MERCHANT, 2013; SAAB, 2016; THOMS, 2015; entre outros). Explicar a aceitabilidade de casos como em (1), é, certamente, um desafio importante para esse tipo de abordagem.

- (1) a. O documento era quase impossível de ler sem usar uma lupa, mas José leu_j <e>.
 <e> = ler_j o documento sem usar uma lupa
- b. O documento era quase ilegível sem ajuda de uma lupa, mas José leu_j <e>.
 <e> = ler_j o documento sem ajuda de uma lupa

Os casos de VSVPE em (1) trazem, para abordagens sintáticas de identidade, um problema conhecido como *problema de subgeração* (do inglês *undergeneration problem*): *a gramática da língua simplesmente não permite sentenças que deveriam ser permitidas*. Tais são, potencialmente, as situações exemplificadas em (1), do PB, em que a elisão do vP parece lícita e é naturalmente recuperável, apesar da suposição inicial de que não haveria paralelismo sintático entre o material elidido e seu antecedente nesses casos.

Assumindo a prática de análise padrão dentro da GB, o vP elidido em (1a), por exemplo, teria como antecedente um predicado verbal infinitivo, inserido em uma construção com predicado *tough*, cuja representação envolveria uma categoria vazia do tipo *variável* na posição onde se espera o constituinte [_{DP} o documento] como objeto do verbo *ler*⁴³. Dentro dessa visão, o predicado adjetival *impossível*, quando concatenado ao predicado verbal infinitivo, passaria a compor um único predicado complexo, em cuja derivação o constituinte [_{DP} o documento] ocuparia apenas a posição de sujeito sintático da matriz, mas não a posição de objeto do verbo *ler*. A representação a seguir, do antecedente da elipse em (1a), mostra essa análise, com base em propostas de Chomsky (1977, 1981).

⁴³ Na seção 3.3.1 deste capítulo, apresentamos maiores detalhes sobre construções com predicados *tough*.

(2) [o documento_j era [quase impossível [OP_j [de ler t_j]]]]

Um *mismatch* sintático também poderia ser apontado em (1b). Nesse caso, o vP elidido tem como antecedente um vP a ser recuperado dentro de um adjetivo que, sob assunções correntes, deve compor uma estrutura de *small clause*, dentro da qual [DP o documento] não ocuparia uma posição de objeto – portanto não receberia Caso acusativo – mas figuraria como sujeito da *small clause*, obtendo Caso nominativo a partir de uma relação *Spec-núcleo* com T da cópula. Um esboço dessa análise está em (3).

(3) [TP o documento_j era [SC t_j ilegível]]

Para além de um desafio a ser enfrentado por abordagens sintáticas de identidade, a aceitabilidade de casos como em (1) constitui um importante ambiente de questionamento sobre como casos de *mismatch* em elipses são mentalmente representados. Essa tem se tornado uma questão discutida não apenas no âmbito da teoria gramatical, mas também – e recentemente com um certo engajamento – no âmbito de abordagens psicolinguísticas do fenômeno.

O problema de subgeração que acabamos de introduzir será explorado neste capítulo tendo em vista duas frentes de discussão, uma de natureza teórico-gramatical, e outra de natureza psicolinguística. Os pontos a serem discutidos são os que seguem.

- (4) i. Qual o *status* de gramaticalidade das sentenças em (1)?
- ii. Como a relação gramática-processador linguístico pode ser concebida em nossa tentativa de explicar a aceitabilidade de casos (a)gramaticais de *mismatch*?

A seguir, veremos de que maneira questões como as colocadas em (4i) e (4ii) têm sido tratadas na literatura psicolinguística. Especialmente em relação à questão (i), veremos, ainda, como uma abordagem estritamente gramatical das sentenças em (1) pode ser encaminhada, apontando essas sentenças como gramaticais, e preservando, ainda assim, um requerimento de identidade sintática.

Da perspectiva psicolinguística, veremos os pressupostos e as principais implicações de algumas abordagens, a começar pela conhecida *Hipótese da Reciclagem* de Arregui *et al.* (2006), com a qual a presente tese faz bastantes contrapontos.

3.2 Abordagens psicolinguísticas do problema de subgeração

3.2.1 A hipótese da reciclagem de Arregui *et al.* (2006)

Arregui, Clifton, Frazier e Moulton, em um artigo de (2006) intitulado “*Processing elided verb phrases with flawed antecedents: The recycling hypothesis*”, desenvolveram uma hoje bastante conhecida abordagem psicolinguística de elipse, cujo objetivo principal era explicar como VPEs são processadas em situações de subgeração, como quando entre o antecedente e o material elidido falta paralelismo estrutural.

Uma característica dessa abordagem é que ela busca conjugar uma teoria de processamento linguístico com uma abordagem sintática de VPE, notadamente aquela que requer que um sintagma verbal elidido seja sintaticamente paralelo ao seu antecedente. Um outro importante fato a respeito dessa abordagem é que ela assume que *mismatches sintáticos*, a despeito de serem aceitáveis, são AGRAMATICAIS. Nessa perspectiva, versões equivalentes, no inglês, daquelas sentenças apontadas em (1), do PB, são analisadas como agramaticais, presumindo-se que, nem mesmo de um ponto de vista derivacional, as estruturas do antecedente e do material elidido podem ser consideradas sintaticamente paralelas. Segundo Arregui *et al.* (2006), a aceitabilidade, nesses casos, deverá, portanto, depender de mecanismos de processamentos que, como veremos, podem, alegadamente, “*salvar*” estruturas agramaticais.

Em sua essência, o modelo de Arregui *et al.* (2006) propõe que o *parser* utiliza as informações disponíveis no antecedente para, a partir delas, construir, no local da elisão, uma estrutura sintática “*correta*”, isto é, paralela, quando um *mismatch* sintático é observado.

Uma assunção dos proponentes da hipótese da reciclagem – relevante para discussões a serem levantadas nesta tese – é que, em casos de paralelismo estrutural, ou seja, quando não há um *mismatch*, o *parser* simplesmente cria estrutura sintática não-pronunciada no local da elisão, a partir de um mecanismo de cópia que é efetivamente livre de custo, tal como o mecanismo *Copy α* , proposto por Frazier e Clifton (2001).

Em sua proposta de *Copy α* , Frazier e Clifton (2001) mostram, com base em evidências experimentais, que complexidade estrutural não afeta o tempo necessário para o processamento de uma sentença com elipse. Essa descoberta se conjuga com resultados de um estudo anterior (FRAZIER; CLIFTON, 2000), em que esses mesmos autores constatam não haver diferença no tempo de leitura de sentenças elípticas, modulada pelo tamanho do antecedente. Assim, o tempo de leitura do segmento [*tina did*], em (5a), a seguir, não difere significativamente do tempo de leitura desse mesmo segmento em (5b), a despeito do fato de o antecedente recuperado ser muito maior neste último caso.

(5) a. Sarah left her boyfriend last May. **Tina did <e> too.**

<e> = leave her boyfriend last May

b. Sarah got up the courage to leave her boyfriend last May. **Tina did <e> too.**

<e> = get up the courage to leave her boyfriend last May

(FRAZIER; CLIFTON, 2000, p. 132)

Uma vez que o processamento das elipses em (5a) e (5b) não se distingue, apesar da diferença quanto ao tamanho e complexidade do antecedente, é bastante plausível o entendimento de que, nesses casos, o *parser* simplesmente copia o antecedente no local da elisão, e o faz por meio de uma operação que deve ser, essencialmente, livre de custo.

Entretanto, os casos em (5) exibem uma situação que, para Arregui *et al.* (2006), seria diferente daquela observada em (1), em que, na perspectiva desses autores, um *mismatch* sintático é observado. Como fica claro em Arregui *et al.* (2006, p. 236), em situações nas quais o material elidido não espelha a identidade sintática do antecedente, mecanismos custosos de reparo do antecedente – opostamente a um mecanismo de cópia – devem entrar em ação, e isso responderá pelo grau de aceitabilidade da elipse.

A rigor, para Arregui *et al.* (2006), a aceitabilidade de sentenças elípticas com *mismatch* sintático dependerá de um conjunto de três fatores, a saber: (i) qualidade do material disponível no antecedente; (ii) quantidade de operações necessárias para construção de uma estrutura sintática correta no local da elisão; e (iii) disponibilidade de informações adicionais capazes de guiar o *parser*.

Da maneira como formulada, a hipótese da reciclagem, de Arregui *et al.* (2006), faz algumas previsões que foram então testadas por meio de vários experimentos de julgamento

de aceitabilidade, reportados no trabalho desses autores. No primeiro desses experimentos, Arregui *et al.* exploram a aceitabilidade de VPE no inglês, controlando as condições do antecedente vistas em (6), a seguir, entre as quais estão aquelas trazidas em (1), do PB. O propósito dos autores foi demonstrar como a aceitabilidade da elipse pode ser modelada pelo número e dificuldade de operações de reparo do antecedente. Vejamos alguns detalhes do experimento I desses autores.

- (6) a. None of the astronomers saw the comet, but John did. (vP paralelo disponível)
- b. Seeing the comet was nearly impossible, but John did. (vP na pos. sujeito)
- c. The comet was nearly impossible to see, but John did. (vP em tough constr.)
- d. The comet was nearly unseeable, but John did. (vP dentro de um adjetivo)

(ARREGUI *et al.*, 2006. p. 234)

Para testar a hipótese da reciclagem em VPEs, Arregui *et al.* (2006) verificaram, em um experimento de julgamento de aceitabilidade, as diferenças quanto à aceitabilidade de sentenças como aquelas em (6), em que uma mesma sentença encontrava-se manipulada em 4 formas. 4 versões de 16 sentenças foram, então, combinadas com 122 outras sentenças distratoras de uma ampla variedade de construções, entre as quais 32 que eram inaceitáveis por razões variadas. As 16 sentenças experimentais foram distribuídas de maneira contrabalanceada em 4 listas, e submetidas a 48 estudantes universitários recrutados para o experimento. Foram registrados a resposta categórica do participante quanto à aceitabilidade da sentença (uma sentença era aceitável ou inaceitável) e também o tempo de reação.

No referido experimento, a aceitabilidade de uma sentença como (6a) foi comparada à aceitabilidade das sentenças em (6b,c,d). Descritivamente, (6a) foi tomada como uma condição *baseline*, já que o vP elidido, nesse caso, tem como antecedente um vP sintaticamente paralelo, e em uma posição prototípica/esperada para esse tipo de sintagma no inglês. Essa condição foi, portanto, considerada como gramatical.

Não fica claro, em Arregui *et al.* (2006), como a condição (6b) foi considerada em termos de sua gramaticalidade⁴⁴. Nessa condição, apesar de encontrarmos um vP antecedente, esse

⁴⁴ Uma vez que, de acordo com Arregui *et al.* (2006, p. 234), operações de reciclagem/reparo do antecedente se aplicam estritamente em situações nas quais uma agramaticalidade é encontrada, temos a impressão de que sentenças como aquela na condição em (6b) são consideradas pelos autores como agramaticais, já que esse tipo de

vP não ocupa, linearmente, uma posição prototípica de vP, já que ele se encontra na posição de sujeito da matriz. Isso, segundo Arregui *et al*, deve requerer do *parser* algum custo de processamento, o que, presumivelmente, deve levar a algum ruído quanto à aceitabilidade da elipse nessa condição.

A condição do antecedente em (6c), como vemos, é a mesma exemplificada em (1a), do PB. Nesse caso, o vP antecedente está contido em uma construção do tipo *tough*, assumida por Arregui *et al* como tendo a representação em (7), em que um operador nulo (OP) se move da posição de objeto do verbo *see*, deixando nessa posição uma variável. Em LF, o operador nulo, por sua vez, é coindexado com o sujeito da sentença principal. Dessa análise, decorre que, em nenhum momento da derivação desse tipo de construção, [_{DP} *the comet*] ocupa a posição de objeto do verbo *see*, onde esse DP é esperado sob VPE.

(7) The comet_j was nearly impossible OP_j to see t_j but John did <e>.

(ARREGUI *et al.*, 2006. p. 236)

Assumindo a configuração em (7) para o antecedente em (6c), o material elidido não espelha a identidade sintática do antecedente, e, por essa razão, a elipse do vP, nesse caso, é considerada por Arregui *et al* como agramatical. Com isso, o processamento da elipse nessa condição é esperado, por esses autores, como sendo ainda mais problemático que aquele observado para a condição em (6b), pois requer do *parser*, além de uma busca pelo DP objeto em uma posição diferente da esperada, a combinação desse DP com o verbo, de modo que a estrutura se torne adequada em termos de paralelismo sintático.

Finalmente, de todas as condições em (6), aquela em *d* é, segundo Arregui *et al*, a mais complexa, do ponto de vista do processamento. VPE nessa condição é também tratada como agramatical, e a previsão de sua baixa aceitabilidade no inglês é explicada em razão do fato de o vP antecedente precisar ser recuperado dentro de um adjetivo, *unseeable*, que, além disso, não teria [_{DP} *the comet*] com seu objeto. Nesse caso, os autores postulam que o *parser* deve construir o vP [*see the comet*] “partindo do zero”.

condição é considerada como requerendo algum tipo de reparo. Os autores, no entanto, não chegam a fazer, explicitamente, tal afirmação.

Dessa forma, ao comparar as quatro condições de (6), os proponentes da hipótese da reciclagem previam, de (6a) para (6d), uma diminuição significativa da aceitabilidade, algo que foi efetivamente encontrado, como mostra a figura a seguir.

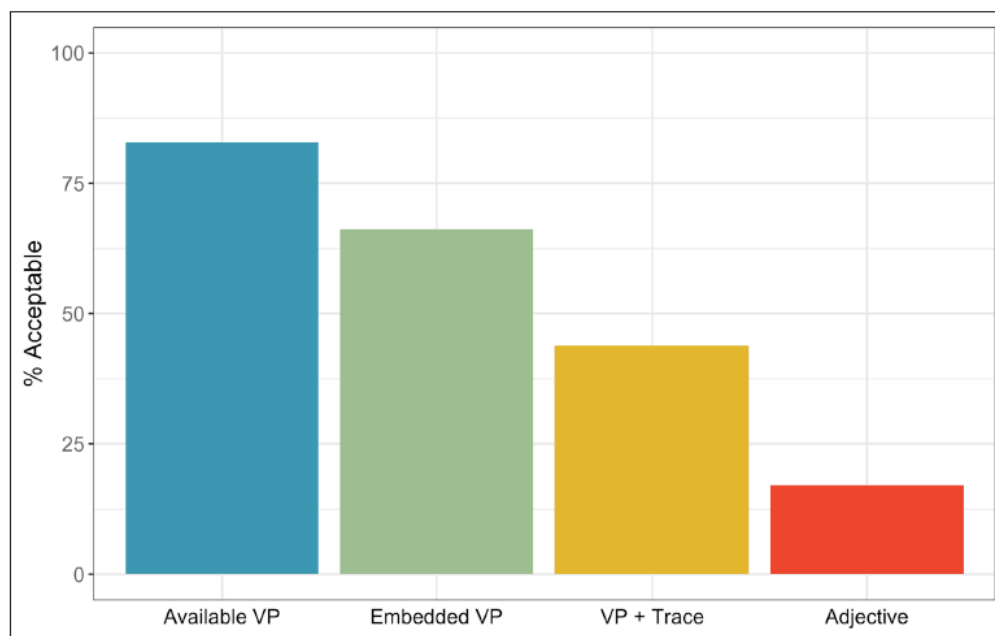


Figura 2 - Percentuais de respostas aceitáveis, obtidas a partir do exp. 1 do estudo de Arregui *et al.* (2006). Extraído de Frazier e Duff (2019, p. 3). As condições *Available VP*, *Embedded VP*, *VP + Trace* e *Adjective* correspondem, respectivamente, às condições VP disponível, VP na pos. sujeito, VP em constr. *tough*, e VP dentro de um adjetivo, exemplificadas em (6).

Arregui *et al* (2006) mostram haver, no inglês, diferenças estatisticamente significativas entre a aceitabilidade de VPE nessas condições, e tomam esse fato como favorável à hipótese de que a aceitabilidade de VPE com *mismatch* sintático deve ser sensível à quantidade e qualidade de reparos necessários para dar ao antecedente uma forma sintaticamente paralela. Os autores não constataram, todavia, diferenças significativas, entre as condições, quanto ao tempo de reação, que também foi medido.

Em busca de agregar mais força à hipótese da reciclagem, Arregui *et al* (2006) realizaram outros experimentos. Um desses experimentos buscou mostrar que o *parser* deve, ainda, lidar com “informações adicionais”, capazes de auxiliá-lo no processo de reciclagem do antecedente. Assim, ao comparar a aceitabilidade das sentenças (8a,b) com (8c,d), esses pesquisadores esperavam constatar que aquelas seriam mais aceitáveis que estas.

- (8) a. Singing the arias tomorrow night will be difficult, but Mary will.

- b. Singing the arias slowly tomorrow night will be difficult, but Mary will.
- c. Tomorrow night's singing of the arias will be difficult, but Mary will.
- d. Tomorrow night's slow singing of the arias will be difficult, but Mary will.

(ARREGUI *et al*, 2006, p. 238)

Os casos em (8) ilustram a possibilidade de VPE com um antecedente que tem forma gerundiva. Apesar de apresentarem uma mesma forma morfológica, formas gerundivas no inglês podem ter estruturas que se aproximam tanto de verbos quanto de nomes (Cf. LEES, 1960; CHOMSKY, 1970; HARLEY, 2009). Gerúndios verbais apresentam propriedades distribucionais de nomes, mas preservam uma estrutura padrão de verbos. Gerúndios nominais, por outro lado, são derivados de verbos, mas, curiosamente, preservam uma estrutura de nomes. Por isso, previa-se, no estudo de Arregui *et al* (2006), que nas ocasiões em que o antecedente era um gerúndio verbal (8ab), a elipse seria mais aceitável que quando o antecedente fosse um gerúndio nominal (8cd). Em termos de reciclagem, assumia-se que, enquanto um antecedente estava disponível no caso de gerúndio verbal, ele precisaria ser construído a partir de uma forma nominal, o que acabaria prejudicando a sua aceitabilidade nesse caso. Tal previsão foi confirmada no experimento desses autores. Não se confirmou, entretanto, a previsão de que informações adicionais poderiam também modular a aceitabilidade da elipse. Esse aspecto foi explorado a partir da inclusão, em cada caso, do advérbio *slowly*, que guiaria o *parser* em direção a uma estrutura de sintagma verbal, e da inclusão de adjetivo *slow*, que orientaria o *parser* a uma estrutura de sintagma nominal. Em resumo, enquanto constatou-se que o antecedente da VPE na forma de um gerúndio verbal é mais aceitável que o antecedente sendo um gerúndio nominal, não se observou relação da aceitabilidade da elipse com o tipo de modificador controlado (verbal ou nominal).

A partir de resultados de um outro experimento, em que investigaram VMM em VPE, Arregui e colegas procuraram defender a ideia de que a agramaticalidade de *mismatches* aceitáveis em elipse deve decorrer do que esses autores chamam de “*blends*”, um subtipo de erro de fala (*speech error*), que deve ocorrer sempre que “o falante tem em mente simultaneamente duas maneiras de expressar a mesma mensagem” (2006, p. 240). Tal é o que acontece, de acordo com esses autores, com casos de VMM, que tivemos a oportunidade de discutir brevemente no capítulo anterior.

Casos de VMM viabilizam perfeitamente uma investigação da ideia de que *mismatches* em elipse decorrem de erros de fala. Ao ter em sua mente duas maneiras de expressar exatamente a mesma mensagem, um falante pode, de acordo com Arregui *et al*, ocasionalmente esquecer ou simplesmente não atentar para um enunciado já produzido antes, quando já é o momento de estruturar uma sentença posterior, como acontece em casos de elipse (Arregui *et al*, 2006, p. 240). Em VMMs, um par de paráfrases estaria sempre disponível para a sentença antecedente, já que a mesma mensagem estaria sendo veiculada quer em uma estrutura de voz ativa, quer em uma estrutura de voz passiva.

Arregui *et al* esperavam que VMM em VPE no inglês exibisse uma assimetria na seguinte ordem: configurações passiva-ativa são mais aceitáveis que configurações ativa-passiva. (9) ilustra isso (> indica “mais aceitável que”).

(9) ***Mismatching voice: Passive-Active > Active-Passive***

- a. The dessert was praised by the customer after the critic did already.
- b. The customer praised the dessert after the appetizer was already.

A assimetria em (9) é explicada pelos proponentes da hipótese da reciclagem da seguinte maneira. Sempre que um dos membros de uma paráfrase é mais complexo, ele tende a ser o melhor antecedente em um caso de *mismatch*, pois os falantes/ouvintes são mais propensos a, quando em dúvida, incorretamente lembrar a forma mais simples de um antecedente complexo, que incorretamente lembrar a forma mais complexa de um antecedente mais simples. O experimento testando a aceitabilidade da elipse nas condições em (9) confirmou as previsões dos autores. Ou seja, no inglês, *mismatch* na condição passiva-ativa é mais aceitável que na condição ativa-passiva.

A explicação de Arregui *et al* para essa assimetria é, no entanto, passível de uma crítica substancial. A Hipótese da Reciclagem propõe que possa haver uma negociação da aceitabilidade da elipse, especificamente VPE, em situações de VMM, dando uma forte ênfase ao papel do falante nesse processo. Assim, VMM em VPE, que em todo caso é agramatical, deve ser, quando na ordem passiva-ativa, mais aceitável que quando a ordem é ativa-passiva, e isso deve ser atribuído ao que os autores chamam, seguindo Mehler (1963), de *hipótese da paráfrase sistemática*: “é mais provável que os falantes/ouvintes pensem, erroneamente, que

a primeira sentença estava na voz ativa, quando, na realidade, ela era passiva, mas não o contrário⁴⁵ (ARREGUI *et al.*, 2006, p. 243).

Observe-se que, enquanto a aceitabilidade de VPE sob VMM é negociável, a sua gramaticalidade não o é. Os proponentes da hipótese da reciclagem não parecem levar em consideração o fato de que VMM tem uma distribuição claramente desigual entre elipses (ver seção 2.3.2.2 do capítulo anterior). Conforme discute Merchant (2013), enquanto a aceitabilidade de VMM é negociável em se tratando de VPE – uma elipse clausal considerada baixa –, o mesmo não está disponível em se tratando de outros tipos de elipse mais altas. Na perspectiva de Merchant, de maneira mais geral, é a gramaticalidade da elipse, mas não meramente a sua aceitabilidade, que é negociável, e isso deve se dar em função do nível sintagmático afetado pela elisão.

Seguindo a perspectiva de Arregui *et al* (2006), esperaríamos que a mesma assimetria de VMM encontrada em VPE no inglês fosse também encontrada, por exemplo, em casos de *sluicing*, uma elipse mais alta que aquele do vP. Ou seja, assim como em VPEs, VMM na ordem passiva-ativa em *sluicing* também deveria ser uma possibilidade, tendo em vista a hipótese da paráfrase sistemática. Entretanto, isso não acontece, pois *sluicing* no inglês simplesmente não permite VMM em qualquer que seja a ordem.

Uma outra crítica pode ser encaminhada, e esta diz respeito a um aspecto da metodologia empregada no estudo de Arregui *et al* para explorar a granularidade de aceitabilidade que se supunha haver (e foi, de certo modo, constatada) em relação às quatro condições testadas no experimento I desses autores.

Em seu estudo de aceitabilidade, Arregui e colegas tomam como categórico o julgamento de gramaticalidade das condições exploradas em (6), mas buscam explorar exatamente a granularidade dos julgamentos de aceitabilidade associada àquelas condições, sem, no entanto, dar aos participantes do experimento a possibilidade de operar com uma medida granular de aceitabilidade, tal como se faria com a utilização de uma escala Likert, ou por meio de uma técnica de estimativa de magnitude (Cf. BARD; ROBERTSON; SORACE, 1996), em oposição a uma medida categórica/binária de aceitabilidade, em que a condição pode ser simplesmente aceitável ou não aceitável. Voltaremos a essa crítica na seção 4.1.1 do próximo capítulo, elaborando um pouco mais sobre ela, tendo em vista discussões apresentadas no

⁴⁵ Trecho original: “Speakers/hearers are more likely to mistakenly think the first clause was active when it was actually passive than the other way around”.

estudo de Almeida (2014), sobre o que esse autor denomina de “efeito subliminar” de sensibilidade a violações gramaticais.

Em resumo, a hipótese da reciclagem, que permanece sendo defendida até mais recentemente, em trabalhos como Frazier (2013), Frazier e Duff (2019), sugere que, sob determinadas condições, uma sentença elíptica agramatical pode sofrer uma reanálise em termos de reciclagem/reparo. Elipses mal formadas em razão de algum *mismatch* sintático podem ter a causa de sua agramaticalidade reparada, a fim de que a sentença se torne aceitável em maior ou em menor grau. A reciclagem de um antecedente não paralelo seria, portanto, um recurso do qual o *parser* disporia para resolver elipses agramaticais, especificamente, casos que corresponderiam a *erros de fala* (ARREGUI *et al.*, 2006, p. 240), tais como são explicitamente analisados, por Arregui *et al.* (2006), casos de VMM em VPE. Assim, o *parser* seria habilitado para reparar erros na estrutura sintática do antecedente, tornando possível a resolução da elipse.

Passemos, agora, a examinar mais diretamente alguns pressupostos e implicações da hipótese da reciclagem, com os quais a presente fará alguns contrapontos.

3.2.1.1 Implicações da hipótese da reciclagem

Nas palavras de Frazier e Duff (2019), que retomam a hipótese de Arregui *et al.* (2006), operações de reciclagem/reparo, funcionariam como um “mecanismo de compreensão cooperativa”, e se constituiriam de operações definidas pela própria gramática, assim como em casos de recuperação/reconstrução de *sentenças labirinto* (do inglês, *garden-path sentences*) (Cf. FRAZIER; FODOR, 1978; FRAZIER, 1979). Cabe, aqui, uma observação já apresentada em Parker (2018), a respeito da tentativa de aproximação, por parte de Arregui *et al.* (2006), entre operações de reciclagem e operações de recuperação/reconstrução que são típicas de sentenças labirinto. A tentativa de aproximar esses dois mecanismos, sob a justificativa de que ambos concretizam operações definidas pela gramática, poderia mascarar um fato que parece ser imprescindível para a hipótese da reciclagem, notadamente, a consideração de que *parser* e gramática são sistemas cognitivos distintos e apartados um do outro.

Como discute Parker (2018), regras de reparo/reciclagem de antecedentes não paralelos e regras de reanálise típicas de sentenças labirinto devem ser qualitativamente diferentes, sendo tal diferença justificada da seguinte maneira:

enquanto para sentenças labirinto, o *parser* busca uma análise estrutural alternativa que é licenciada pelo *input*, em situações de elipse o *parser* radicalmente transforma o *input* para criar um antecedente paralelo, às vezes criando um a partir de um *input* bastante crítico [...]. Isto é, o *parser* cria uma representação que não é licenciada pelo *input* (PARKER, 2018, p. 4, nota 1)⁴⁶.

Isso leva Parker a apontar que a hipótese da reciclagem, proposta no modelo de Arregui *et al* (2006), opera, na verdade, sob a compreensão de que gramática e processamento são mecanismos cognitivos distintos. Essa é, também, a compreensão que temos da abordagem desses autores. Ora, a hipótese da reciclagem pressupõe que, enquanto, por um lado, a gramática deve “abortar” a interpretação de construções elididas mal formadas, parece que, por outro lado, essas construções podem ser “salvas” *online*, isto é, durante o seu processamento. Tem-se, com isso, o entendimento de que, entre gramática e processamento, haveria um claro desalinhamento, que, por sua vez, poderia ser naturalmente explicado sob a hipótese de que esses seriam sistemas cognitivos distintos, porém, de alguma maneira não muito clara, relacionados, tal como é tradicionalmente assumido no meio gerativista e em uma considerada literatura psicolinguística (Cf. FODOR *et al.*, 1974; LEVELT, 1974; FERREIRA; BAILEY; FERRARO, 2002; FERREIRA; PATSON, 2007, entre outros).

E como já mencionado na seção anterior, queremos dar relevo aqui ao fato de que todo o entendimento construído no trabalho de Arregui *et al*, acerca do desalinhamento entre gramática e processamento, compromete-se com a assunção de que muitos dos casos de *mismatch* analisados são representativos de situações de subgeração, ou seja, são casos de elipse agramaticais, porém em alguma medida aceitáveis. Como veremos ainda neste capítulo, essa é uma questão bastante controversa.

Mesmo outras abordagens psicolinguísticas do fenômeno, que consideram paralelismo sintático um requerimento para a gramática de elipse, e que consentem uma

⁴⁶ Trecho original: “For garden path sentences, the parser pursues an alternative structural analysis that is licensed by the input. For ellipsis, the parser radically changes the input to create a matching antecedent, sometimes creating one from scratch [...]. That is, the parser creates a representation that is not licensed by the input”.

separação radical entre gramática e processamento, apontam que o que vemos como *mismatches* muitas vezes, podem, na verdade, ser formas gramaticais, isto é, licenciadas pela gramática. Esse é o caso, por exemplo, do modelo de processamento de Kim *et al.* (2011). Para esses autores, os diferentes níveis de aceitabilidade associados a esses casos de *mismatch* superficial devem ser explicados tendo em vista possíveis violações de estratégias heurísticas do *parser*. Vejamos, a seguir, relativos detalhes desse modelo de processamento, bem como algumas de suas implicações.

3.2.2 O modelo de processamento de Kim *et al.* (2011)

Assim como Arregui *et al.* (2006), Kim, Kobele, Runner e Hale (2011), em um artigo intitulado “*The acceptability cline in VP ellipsis*”, oferecem uma análise alternativa para o fato de haver uma gradação na aceitabilidade de certos casos de *mismatch* em VPE no inglês. Kim *et al.* (2011) cobrem muito do mesmo domínio empírico observado por Arregui *et al.*, fazem as mesmas previsões empíricas sobre a aceitabilidade de *mismatches* em elipses, mas se distanciam daqueles outros estudiosos em duas frentes: para Kim *et al.* (2011), *mismatches* são gramaticais; além disso, a variação na aceitabilidade de *mismatches* ocorreria, não em função de operações de reparo/reciclagem do antecedente, mas em função de violações de estratégias de parseamento. Tais estratégias corresponderiam, na perspectiva de Kim *et al.*, a uma heurística do *parser*.

Kim *et al.* (2011) julgam que o seu modelo tem uma carga conceitual relativamente leve, quando comparado ao modelo de Arregui *et al.* As principais assunções do modelo são duas, a saber, a ideia de que a noção relevante de recuperabilidade de uma elipse é sintática, e, no campo empírico, a ideia de que sentenças passivas são derivadas de sentenças ativas. Segundo os autores, essas duas assunções, quando exploradas a partir do formalismo de Gramáticas Minimalistas⁴⁷ (STABLER, 1997, 2011; HARKEMA, 2001; MICHAELIS, 2001), devem levar a gramática a permitir *mismatches* superficiais em VPEs.

A explicação de Kim *et al.* (2011) para o fato de que *mismatches* em VPEs são aceitáveis em alguns casos, mas não em outros, tem como base a ideia de que qualquer

⁴⁷ Não confundir Gramáticas Minimalistas com Programa Minimalista. Como explica Kobele (2015, p. 239), Gramáticas minimalistas são um formalismo computacional de gramáticas, moderadamente sensível ao contexto, e inspirado no Programa Minimalista de Chomsky (1995).

gramática realística, para que seja implantada por algum mecanismo de processamento, em especial, por um *parser*, deve necessitar de considerações heurísticas, capazes de guiá-lo na busca por estrutura sintática. Sem essas considerações adicionais (ou heurísticas), o *parser* estaria fadado a uma busca exaustiva que, na compreensão dos autores, seria implausível para um sistema humano ou mesmo para uma máquina (KIM *et al.*, 2011, p. 330-31).

Kim *et al.* pontuam que esses processos heurísticos não são parte da gramática, mas são demonstrações de como a gramática é usada. Com isso em mente, os autores propõem que os padrões de aceitabilidade observados em VPEs com *mismatches* devem sofrer influência de fatores relacionados à parseabilidade dessas estruturas. O modelo de processamento desses autores prediz que

itens altamente aceitáveis - aqueles consistentes com as heurísticas de análise propostas - têm análises sintáticas que são alcançadas comparativamente mais cedo, no início do mecanismo de compreensão da sentença. Por outro lado, itens menos aceitáveis exigem que mais estados sejam explorados porque são inconsistentes com “pistas” que geralmente ajudam. (KIM *et al.*, 2011, p. 331)⁴⁸

As condições heurísticas de parseamento propostas pelos autores para explicar, por exemplo, a aceitabilidade de VMM em VPE no inglês são as duas seguintes⁴⁹:

(10) *MaxElide*⁵⁰

VPE se aplica preferencialmente sobre nós configuracionalmente mais altos, em vez de nós mais baixos.

(11) *Realização Canônica*⁵¹

Sujeitos superficiais são preferencialmente também sujeitos em sua posição de base.

⁴⁸ Trecho original: “highly acceptable items—those consistent with the proposed parsing heuristics—have syntactic analyses that are found comparatively early in the sentence comprehension mechanism’s self-terminating search process. By contrast, the less acceptable items require more states to be explored because they are inconsistent with “hints” that usually help.”

⁴⁹ Como discutem Kim *et al.* (2011), essas preferências do *parser* refletiriam certas ideias já apresentadas pela literatura. *MaxElide*, por exemplo, foi primeiro proposto em um trabalho de Merchant publicado em 2008b, cuja circulação já havia desde 2001. *MaxElide* também é uma ideia desenvolvida em Takahashi e Fox (2005). Em todo caso, há de se observar que *MaxElide* foi originalmente formulado na literatura como um princípio gramatical necessário para regular a distribuição de elipses, mas não como uma estratégia de processamento.

⁵⁰ Originalmente: “VP ellipsis preferentially targets configurationally higher rather than lower nodes.”

⁵¹ Originalmente: “Surface subjects preferentially are underlying subjects as well.”

Com as duas considerações heurísticas acima, Kim *et al.* consideram ser possível explicar os padrões de aceitabilidade observados em contextos de VMM. Experimentalmente, os autores observaram os seguintes fatos quanto à aceitabilidade de VMM em VPEs:

(12)	<i>Voice match</i>		
a.	Jill betrayed Abby, and Matt did, too.	Ativa – Ativa	+aceitável
b.	Abby was betrayed by Jill, and Matt was, too.	Passiva – Passiva	
(13)	<i>Voice mismatch</i>		
a.	Jill betrayed Abby, and Matt was, too.	Ativa – Passiva	-aceitável
b.	Abby was betrayed by Jill, and Matt did, too.	Passiva – Ativa	




Figura 3 - Contraste entre a aceitabilidade de VPE no inglês, em situações de *match* e de *mismatch* de voz verbal. O gradiente na cor da seta busca ilustrar a amplitude da aceitabilidade. De maneira geral, sentenças com *match* (12ab) são mais aceitáveis que aquelas com *mismatch* (13ab). Entre sentenças com *match*, a configuração Ativa-Ativa é mais aceitável que a configuração Passiva-Passiva. Entre sentenças com *mismatch*, aquelas com a configuração Ativa-Passiva devem ser mais aceitáveis que aquelas com a configuração Passiva-Ativa.

Dentro do modelo proposto por Kim *et al* (2011), deve derivar de *MaxElide* o fato de VPE com *match* ser mais aceitável que VPE com VMM. Como já dito, independentemente da aceitabilidade, é fundamental que VPE com VMM seja permitido pela gramática, isto é, casos como em (13) devem ser tão gramaticais quanto aqueles em (12). Na proposta de Kim *et al*, isso implica que o núcleo sintático responsável pela informação de voz, o núcleo *voice*, não deve fazer parte da estrutura elidida nos exemplos em (13). Esse núcleo não poderia fazer parte do material elidido, pois, se assim fosse, não haveria como garantir a gramaticalidade da elipse, já que identidade sintática é uma restrição gramatical relevante. Assim, apenas uma subparte da estrutura, aquela que contém apenas o núcleo V – o *verbo lexical* e o *objeto* – deve estar sendo elidida, como representado pelo destaque vermelho na figura 4, a seguir.

Uma consequência disso é que, em VPE com VMM, o *parser*, para interpretar a elipse, deverá se limitar a uma busca dentro de uma estrutura menor que aquela que lhe seria permitida em uma situação de *match*. Isso constituiria, portanto, uma violação de *MaxElide*, e é em razão dessa violação que a aceitabilidade de VPE com *mismatch* é prejudicada (Cf. Kim *et al* 2011, p. 337-338).

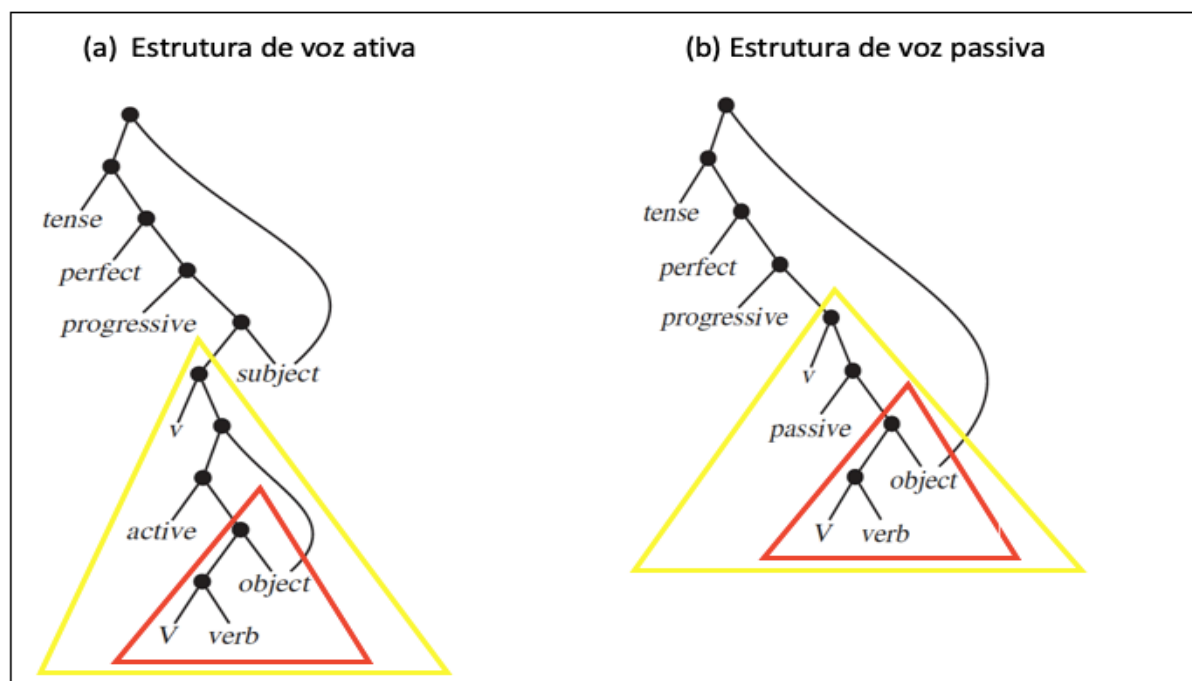


Figura 4 - Limites de busca do *parser*, em situações de *Match* e de *Mismatch* de voz em VPE. Representações extraídas de Kim *et al.* (2011, p. 325, figura 8).

Adicionalmente, Kim *et al* observam que mesmo entre elipses com *voice matching*, como em (12), há uma maior preferência quando antecedente e elipse estão na voz ativa, em relação a quando estão na voz passiva, ou seja, (12a) é mais aceitável que (12b). Segundo os autores, isso deriva de (11), isto é, *Representação Canônica*⁵². Em (12a), a ordem canônica das palavras, que no inglês é SVO, é preferida sobre a ordem dada na estrutura de voz passiva, em que o constituinte ocupando a posição de sujeito da sentença é originalmente objeto do verbo.

Em resumo, o modelo de Kim *et al* (2011) propõe que a aceitabilidade de elipses, especificamente VPE com *voice mismatch*, é modulada por duas heurísticas que devem guiar o *parser*: *MaxElide* e *Representação Canônica*. *MaxElide* restringe o conjunto de estruturas possíveis àquelas que permitem a elisão do maior constituinte possível. *Representação Canônica* conduz a uma preferência por estruturas que preservam uma ordem canônica das palavras. Além de resultados de um experimento em que se manipulou voz verbal, resultados de outros dois experimentos, nos quais foram manipuladas a nominalização e a adjetivação do antecedente, deram apoio adicional à hipótese desses autores.

⁵² Com sugerem os autores, *Representação Canônica*, contrariamente a *MaxElide*, não é um princípio de parseabilidade específico de elipses. Assim, a preferência, por exemplo, por sentenças ativas em detrimento de sentenças passivas, deve ser observada em qualquer sentença, elidida ou não.

3.2.2.1 Implicações da proposta de Kim *et al* (2011)

Na seção 3.2.1.1, quando discutimos implicações da *hipótese da reciclagem*, especialmente implicações associadas a casos de VMM em elipses mais altas, explicitamos uma grave limitação daquela abordagem. A assunção de que VMM é uniformemente agramatical em elipses traz, para Arregui *et al*, a dificuldade de explicar por que operações de reciclagem se mostram tão inócuas quando a elipse é mais alta, já que nesses casos, VMM é agramatical e sempre inaceitável.

Esse não é, contudo, um problema dentro da abordagem de Kim *et al*, já que o modelo desses autores prevê a possibilidade de que VMM em *Sluicing* seja inaceitável por razões independentes daquelas que regulam a aceitabilidade de VMM em VPE (Cf. KIM *et al*, 2011, p. 349). Seria simplesmente o caso, por exemplo, de VMM ser gramatical em VPE, mas agramatical em *Sluicing*. Essa é, como já vimos⁵³, a hipótese desenvolvida por Merchant (2013).

Apesar disso, há uma certa falta de clareza que gostaríamos de apontar na abordagem de Kim *et al* (2011). Na interpretação específica que fazem de *MaxElide*, esses autores assumem como um princípio do processamento linguístico, aquilo que foi originalmente pensado para ser um mecanismo puramente gramatical, a partir do qual a gramática decidiria, entre estruturas elidíveis possíveis, aquela que deve ser elidida de modo a evitar problemas com a derivação da estrutura em PF. A exemplo disso, Merchant (2008b, p. 141) argumenta que as diferenças quanto à gramaticalidade de (15*ab*), por exemplo, podem ser explicadas por meio de *MaxElide*, cuja definição do próprio autor é reproduzida em (14).

(14) *Definição de MaxElide (MERCHANT, 2008b)*⁵⁴

Seja XP um constituinte elidido contendo um vestígio A-barra. Seja YP um alvo possível para elipse. YP não pode conter propriamente XP (XP $\not\subset$ YP).

⁵³ Ver seção 2.3.2.2, no capítulo anterior.

⁵⁴ Originalmente: “MaxElide [Definition] - Let XP be an elided constituent containing an A'-trace. Let YP be a possible target for deletion. YP must not properly contain XP (XP $\not\subset$ YP).

- (15) They said they heard about a Balkan language, but I don't know
 a. which. (Eclipse do TP)
 b. *which they did. (Eclipse do vP)

Aplicando (14) a (15b) teríamos o seguinte: sendo XP o vP [*say they heard about t_{wh}*] e YP o TP [*they did [vP say Nick heard about t_{wh}]*], e sendo ambos, vP e TP, possíveis alvos de elipse de um constituinte contendo um vestígio A-barra, uma vez que TP contém propriamente o vP, a elipse deve atingir o maior constituinte possível, e, por essa razão, (15b) deve ser excluída, sendo a única derivação gramatical aquela que resulta em (15a), em que a elipse atinge o TP. Assim, como afirma Merchant (2008b, p. 141), *MaxElide* seria uma restrição gramatical inviolável, já que sua violação deve resultar em agramaticalidade.

Perceba que, sob a perspectiva de que gramática e processamento são mecanismos cognitivos independentes (essa é, também, a perspectiva indiretamente adotada por Kim *et al.*), a assunção de *MaxElide* como um mecanismo gramatical, assim como sustentado por Merchant, implica que a sua atuação deve se dar previamente à atuação de mecanismos de processamento. Entretanto, com vimos, na proposta de Kim *et al.*, *MaxElide* não deve afetar a gramaticalidade de uma construção, pois tal princípio atuaria, a rigor, apenas sobre o *output* da gramática, já que seria um princípio do processamento, mas não da gramática de elipse. A atuação desse princípio se daria apenas de modo a orientar o que pode ser mais ou menos aceitável, entre possibilidades legitimadas pela gramática. Há, contudo, por parte de Kim *et al.*, uma enorme confusão a esse respeito, quando esses autores requerem, em sua interpretação de *MaxElide*, que VPE possa se dar acima ou abaixo do núcleo que regula a estrutura de voz verbal⁵⁵, de modo que seja possível assumir que VMs em VPE são gramaticais. Nesse sentido, para Kim *et al.*, *MaxElide* necessariamente deixa de ser um princípio inviolável, como proposto na literatura gramatical, e passa a ser concebido como um princípio violável, circunscrito ao domínio do processamento da elipse.

Com isso, não fica suficientemente claro, na proposta desses autores, de que maneira *MaxElide* – explicitamente tomado como um princípio de *parseabilidade*, e útil ao processamento da elipse – poderia, ao mesmo tempo, atuar como uma restrição própria da

⁵⁵ Kim *et al.* (2011, p. 331) afirmam: “Nossa interpretação específica de *MaxElide* implica que apagamento acima do núcleo voice é esperado, muito embora apagamento em pontos mais baixos também seja possível”. Originalmente: “Our specific interpretation of [*MaxElide*] entails that deletion above the voice head is to be expected, even though deletion at lower points is also possible.”

gramática, definindo o que pode e o que não pode ser elidido, e, adicionalmente orientar o *parser* durante a compreensão da elipse. Acreditamos que essa ideia poderia ser melhor depurada a partir do entendimento de que gramática e processamento linguístico compõem um único sistema cognitivo. Essa não é, contudo, o entendimento adotado por Kim *et al* (2011).

Enquanto as propostas de Kim *et al* (2011) e de Arregui *et al* (2006) se distanciam quanto ao debate do *status* de gramaticalidade de casos de *mismatch* entre antecedente e elipse, essas propostas se igualam no que diz respeito à visão de que *parser* e gramática refletem sistemas distintos de construção de estruturas, que operam em diferentes escalas de tempo, e se utilizando de um conjunto distinto de regras ou representações. No caso particular de Kim *et al*, vemos que a aceitabilidade dos casos investigados é explicada tendo em vista a aplicação de heurísticas específicas do *parser*, concebido como um mecanismo independente da gramática.

O entendimento de que gramática e processamento são mecanismos cognitivos construídos separadamente não é, contudo, o único disponível. Para concluir a presente seção, vejamos uma terceira abordagem psicolinguística, esta última defensora da ideia de que teoria gramatical e modelos de processamento abordam diferentes aspectos de um mesmo sistema cognitivo, mas não sistemas cognitivos distintos, como pressuposto nas abordagens de Arregui e colegas e de Kim e colegas.

3.2.3 Explicação baseada em modelagem computacional: Parker (2018)

Em um trabalho recentemente publicado, cujo título é “*A memory-based explanation of antecedent-ellipsis mismatches: New insights from computational modeling*”, Parker (2018) encaminha uma explicação oposta à de Arregui *et al* (2006) e de Kim *et al* (2011) para os diferentes graus de aceitabilidade observados em elipse em situações de *mismatch*.

Revisitando fatos empíricos observados a partir de estudos desses outros autores, Parker (2018) nota que os resultados obtidos experimentalmente nesses estudos em muito se assemelham a achados de estudos sobre outros domínios empíricos – tais como estudos sobre relações anafóricas, relações de concordância, licenciamento de Caso, licenciamento de itens de polaridade negativa, etc. –, a partir dos quais diferentes conclusões têm sido alcançadas, especialmente no que diz respeito à “natureza da arquitetura do processamento

linguístico” (PARKER, 2018, p. 4). Assim, por exemplo, o fenômeno descrito na literatura como “*agreement attraction*”, observado em (16), a seguir, constitui um tipo de agramaticalidade aceitável, análogo, segundo Parker, a casos aceitáveis de *mismatch* entre antecedente e elipse. Como mostram alguns estudos experimentais (Cf. PEARLMUTTER *et al.*, 1999; WAGERS *et al.*, 2009), a relação de concordância sujeito-verbo em sentenças como (16) é frequentemente esquecida durante o seu processamento em tempo real, devido à presença de um elemento não-sujeito, e plural, como “*the cabinets*”.

(16) *The key to the cabinets unsurprisingly were rusty after years of disuse.

(PARKER, 2018, p. 4)

Segundo Parker, muitos estudiosos descartam a hipótese de que a aceitabilidade de sentenças como (16) seria explicada em razão da aplicação de regras heurísticas que são específicas do *parser*, ou em razão de processos extra gramaticais, os quais pressupõem uma arquitetura em que gramática e processamento são mecanismos distintos de construção de estrutura. Em vez disso, estudos citados em Parker (2018, p. 4-5) explicam a agramaticalidade aceitável de (16) assumindo que as restrições gramaticais que pesam para a formação de dependências sintáticas, como nesse caso, são restrições implementadas em tempo real, que fazem uso de um sistema “ruidoso” de recuperação de memória, o qual cria a oportunidade para erros e também variações de aceitabilidade. De acordo com essa visão, em um caso de dependência sintática de longa distância como em (16), o licenciador da concordância é recuperado da memória, por meio de um mecanismo de recuperação que se baseia em “*pistas*”. Tal mecanismo atua por meio de uma sondagem do material previamente processado, em busca de encontrar um constituinte compatível, em termos de um conjunto particular de informações esperadas, dadas como pistas, e capaz de satisfazer requisitos estruturais e traçuais desse tipo de dependência. Em (16), uma correspondência parcial estaria sendo encontrada com o nome “*cabinets*”, baseada no traço [+plural], gerando a impressão de que a concordância está sendo devidamente licenciada, sendo essa, supostamente, a razão por que essa sentença é aceitável, apesar de agramatical (ver discussão em PARKER, 2018, p. 4-5).

Parker (2018) acredita que agramaticalidades aceitáveis de VPE com *mismatch* podem ser explicadas dessa mesma maneira. Ou seja, durante a compreensão de uma elipse,

quando detectamos o local da elisão, nos engajamos em um processo de recuperação de um antecedente que corresponda ao material elidido em termos de pistas, isto é, critérios de busca estruturais e morfológicos, levados em consideração para essa recuperação. Se, de alguma forma, um antecedente não atende aos critérios, como em casos de *mismatch*, algum “ruído” (*disruption*) de processamento é observado, o que pode ser detectado nos níveis de aceitabilidade da sentença (PARKER, 2018, p. 5). Parker acredita que o tamanho desse ruído é determinado pelo grau de compatibilidade entre as pistas de recuperação e os traços/informações estruturais do antecedente. Esse autor prevê que antecedentes com mais *mismatches* devem ser mais difíceis de interpretar, e, conseqüentemente, menos aceitáveis que suas versões sem *mismatch*.

O autor desenvolve essa proposta por meio de dois experimentos. O primeiro deles foi um experimento de julgamento de aceitabilidade sem controle de tempo, cujo propósito foi apenas o de confirmar diferentes graus de aceitabilidade, reportados nos estudos de Arregui *et al* (2006) e de Kim *et al* (2011), sobre casos de *mismatch* em VPE. O resultado obtido pode ser observado no gráfico reproduzido a seguir, extraído de Parker (2018, p. 7). Como vemos, esse autor testou a aceitabilidade de VPEs com VMM e suas contrapartes com *match*, além de casos de *mismatch* quanto ao tipo de gerúndio antecedente (verbal vs nominal).

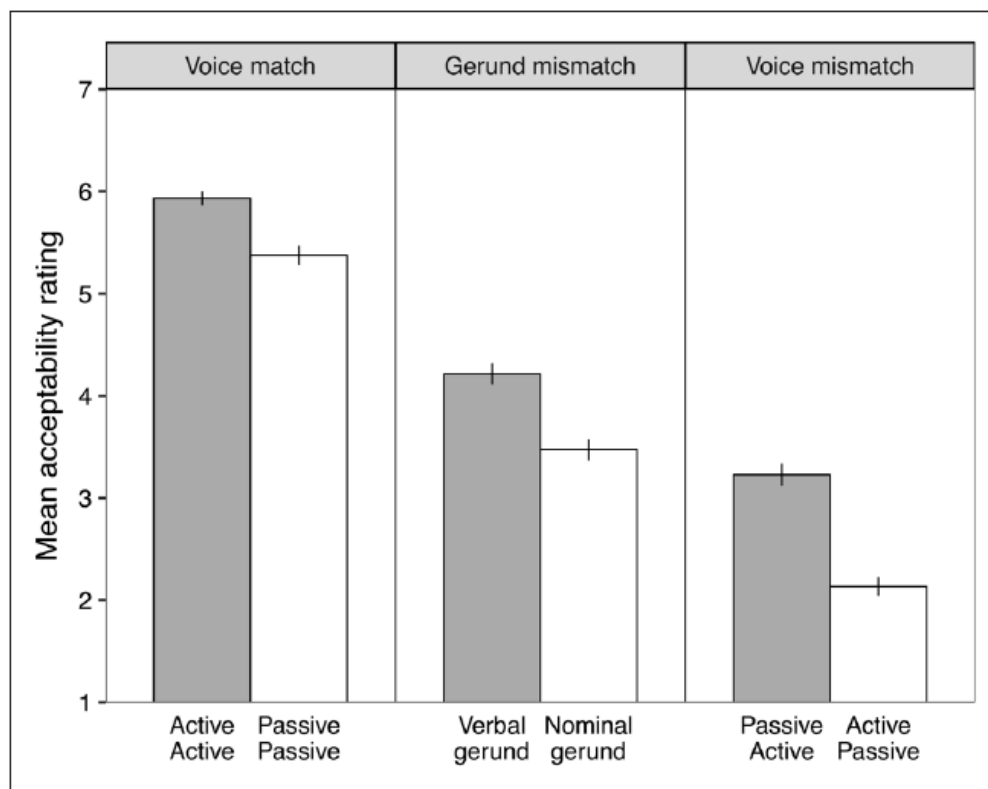


Figura 5 - Aceitabilidade da elipse em diferentes condições de *match* e de *mismatch*. Elipses com paralelismo de voz verbal são mais aceitáveis que elipses com *mismatch* quanto à qualidade do gerúndio antecedente, que, por sua vez são mais aceitáveis que elipses com *mismatch* quanto à qualidade do gerúndio antecedente, que, por sua vez são mais aceitáveis que sentenças com VMM. Extraído de Parker (2018, p. 7).

Voice match
Active-Active: Jill betrayed Abby, and Matt did too.
Passive-Passive: Abby was betrayed by Jill, and Matt was too.
Voice mismatch
Passive-Active: Jill was betrayed by Abby, and Matt did too.
Active-Passive: Abby betrayed Jill, and Matt was too.
Gerundive antecedent
Verbal Gerund: Singing the arias tomorrow night will be difficult, but Maria will.
Nominal Gerund: Tomorrow night's singing of the arias will be difficult, but Maria will.

Tabela 1 - Exemplo dos itens experimentais usados no experimento 1 de Parker (2018). Extraído de Parker (2018, p. 6)

Como vemos, elipse com paralelismo de voz verbal é mais aceitável que elipse cujo antecedente é um gerúndio encaixado em posição de sujeito, que por sua vez, é mais aceitável que elipse com VMM. Esses fatos já podiam ser depreendidos a partir dos resultados apresentados nos estudos de Arregui *et al* (2006) e de Kim *et al* (2011).

O segundo experimento de Parker (2018) consistiu no que esse autor denominou como uma prova de conceito (*proof-of-concept*), que fez uso de um modelo computacional de recuperação de memória, o ACT-R (*Adaptive Control of Thought—Rational*; ANDERSON *et al*, 2004)⁵⁶. Esse experimento simulou o processamento de sentenças como aquelas na tabela 1, e mostrou, na interpretação de Parker, que os perfis de aceitabilidade observados nesses casos seguem de princípios de memória de trabalho, motivados independentemente. Ou seja, Parker aponta, com base em modelagem computacional, que os padrões de aceitabilidade observados na figura 5, devem estar associados com diferenças no tempo de processamento de elipse nessas condições, que, por sua vez, devem ocorrer como uma função do grau de compatibilidade entre as pistas de recuperação que o material elidido exige e as informações encontradas efetivamente no antecedente. O modelo de resolução da elipse de Parker (2018), baseado em pista para a recuperação do antecedente, levou em consideração (especificamente em se tratando de VPE) pista para recuperação, que incluem informações como: a categoria do antecedente (um NP ou um vP, por exemplo); a posição desse vP antecedente na estrutura clausal (posição prototípica de vP ou encaixado na posição de sujeito de um outro verbo); voz verbal; e estrutura morfológica do vP. Considerando essas quatro especificações de pistas, as condições da elipse exemplificadas na tabela (1), acima, exibem diferentes graus de compatibilidade entre antecedente e elipse, e em função desse grau de compatibilidade, mais ou menos tempo é requerido para o processamento da elipse, sendo isso o que deve mapear os diferentes graus de aceitabilidade encontrados.

A figura a seguir extraída de Parker (2018, p. 17), mostra uma relação inversa entre tempo de processamento previsto pelo modelo e aceitabilidade da elipse em cada condição.

⁵⁶ Como explica Parker (2018, p. 9), ACT-R é um modelo de arquitetura cognitiva geral baseada em princípios de memória e cognição, motivados de forma independente. Esse modelo tem sido usado para estudar uma ampla gama de comportamento cognitivo envolvendo acesso à memória, atenção, controle executivo, raciocínio, tomada de decisão e aprendizagem. Para utilizar esse modelo, Parker adaptou o código originalmente escrito por Badecker e Lewis (2007). Detalhes do modelo, bem como da formalização matemática subjacente a ele podem ser encontrados em Parker (2018, p. 9-12). Exemplos anteriores de utilização desse modelo para o tratamento de dados comportamentais, incluindo julgamento de aceitabilidade, podem ser encontradas em Lewis e Vasishth (2005) e em Vasishth et al. (2008).

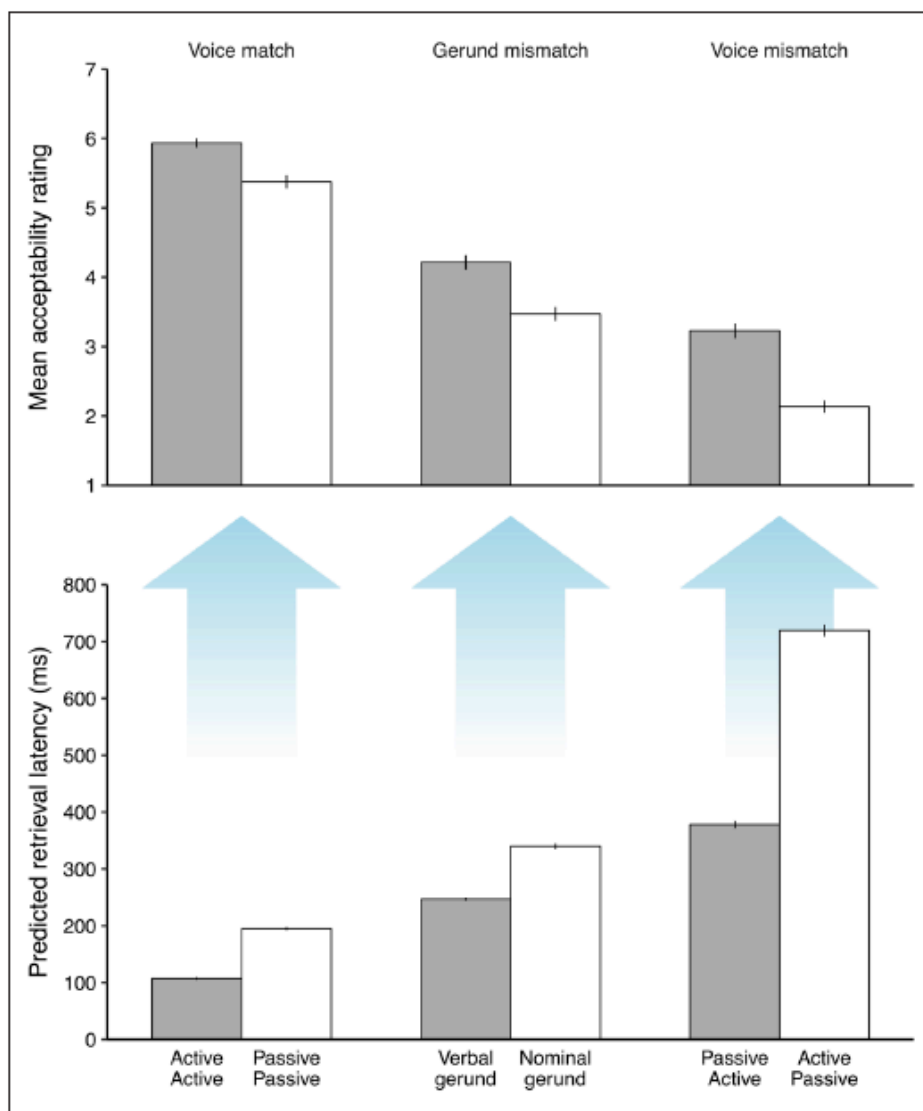


Figura 6 - Inversa relação entre tempo de processamento e aceitabilidade, prevista a partir de parâmetros fornecidos por Parker, em sua modelagem computacional. Extraído de Parker (2018, p. 17).

3.2.3.1 Implicações da proposta de Parker (2018)

Com vemos, diferentemente do entendimento de Kim *et al.* (2011) a respeito do *status* de gramaticalidade de *mismatches* em VPEs, Parker (2018) constrói sua proposta pressupondo que *mismatches* são agramaticais, em linha com o entendimento de Arregui *et al.* (2006) a esse respeito. Na proposta de Parker, assim como casos de atração equivocada de concordância (ver 16), considerados agramaticais, *mismatches* entre elipse e antecedente seriam casos aceitáveis de agramaticalidade. Essa constitui uma das implicações da proposta desse autor.

Uma segunda implicação – essa, bastante reiterada na proposta de Parker –, e à qual queremos aqui dar relevo, diz respeito ao que esse autor refere como uma questão de arquitetura do processamento. A explicação de Parker (2018) para os diferentes graus de aceitabilidade associados a VPEs com *mismatch* no inglês dispensa a postulação de regras de processamento que reciclam/reparam antecedentes não paralelos para satisfazer restrições sintáticas de identidade (contra ARREGUI *et al.*, 2006), e também dispensa a postulação de regras heurísticas específicas do *parser* (contra KIM *et al.*, 2011). Como vimos, essas abordagens anteriores reforçam a concepção bastante difusa na literatura linguística e psicolinguística, de que *parser* e gramática compõem sistemas cognitivos distintos, isto é, separados. Na visão alternativa de Parker, os fatos em torno de *mismatch* entre antecedente e elipse resultam da existência de um único sistema de construção de estrutura (a gramática), que constrói estruturas e implementa restrições gramaticais em tempo real, usando, para isso, um sistema ruidoso de recuperação de memória (PARKER, 2018, p. 17). Em outras palavras, para Parker (2018), os fatos em torno de *mismatch* em elipse são evidência para a hipótese de que gramática e processamento são um mesmo sistema cognitivo, mas não sistemas cognitivos distintos. Tal concepção está em linha com a tese de Phillips (1996), de que “o *parser* é a própria gramática” – ver Phillips e Lewis (2013) para uma atualização dessa proposta, bem como outras referências que seguem esse mesmo entendimento.

3.2.4 Recapitulando os aspectos relevantes das três abordagens psicolinguísticas

Em resumo, vimos três abordagens psicolinguísticas para o problema de subgeração evidenciado a partir de casos de *mismatch* em VPEs no inglês. Todas essas abordagens assumem que identidade sintática é uma condição gramatical para a recuperabilidade da elipse, e todas elas compartilham o desafio de explicar por que razão, ainda assim, *mismatches* podem ser, em maior ou em menor grau, aceitáveis nessa língua.

Há, entre outros, dois pontos de desentendimento, entre as abordagens aqui expostas. Um ponto de controvérsia diz respeito ao modo como *mismatches* em elipse são tratados. Como vimos, enquanto Arregui *et al.* (2006) e Parker (2018) pressupõem que *mismatches*, a despeito de sua aceitabilidade, são AGRAMATICAIS, Kim *et al.* (2011), mesmo

considerando uma abordagem sintática de identidade, analisam casos de *mismatch* em VPE no inglês como GRAMATICAIS.

Um outro ponto de desentendimento entre as propostas está no modo como essas abordagens operam com teorias gramaticais e seus respectivos modelos de processamento. Vimos que as propostas de Arregui *et al.* (2006) e de Kim *et al.* (2011) descrevem, indiretamente, teoria gramatical e modelo de processamento como sistemas cognitivos separados. Parker (2018), opostamente, vê, no mesmo fenômeno linguístico investigado, evidência para que gramática e processamento sejam abordados como diferentes aspectos de um mesmo sistema cognitivos, mas não sistemas separados.

	STATUS DE GRAMATICALIDADE DE MISMATCHES EM VPE	RELAÇÃO GRAMÁTICA/ PROCESSAMENTO
ARREGUI <i>et al.</i> (2006)	agramaticais	Sistemas cognitivos separados
KIM <i>et al.</i> (2011)	gramaticais	Sistemas cognitivos separados
PARKER (2018)	agramaticais	Diferentes aspectos de um mesmo sistema cognitivo

Tabela 2 - Pontos de (des)entendimento entre as três abordagens psicolinguística discutidas.

Tendo em mente esses diferentes pontos de vista quanto ao problema de subgeração, retornaremos, agora, a uma discussão dos dados apresentados em (1), no início deste capítulo, os quais são, à primeira vista, representativos desse tipo de problema (o problema de subgeração), e, portanto, têm o potencial de lançar luz sobre essa discussão.

Assim, introduziremos, a seguir, uma discussão daqueles dados, pensando exclusivamente no *status* de gramaticalidade que pode ser atribuído a eles no PB, tendo em vista um corpo de assunções da própria teoria gramatical. Adicionalmente, a partir de um domínio empírico particular a ser delimitado ainda neste capítulo, estabeleceremos as bases para, no capítulo seguinte, examinarmos experimentalmente o alinhamento entre gramática e processamento, a fim de que possamos discutir mais apropriadamente a relação entre a gramática e o processamento de elipse.

3.3 Contornando alegados problemas de subgeração a partir de uma abordagem exclusivamente gramatical

Iniciamos esta seção retomando aqueles dados apresentados em (1), no início deste capítulo, e também a pergunta apresentada em (4i), naquele momento.

- (17) a. O documento era quase impossível de ler sem usar uma lupa, mas José leu_j <e>.
 <e> = ler_j o documento sem usar uma lupa
- b. O documento era quase ilegível sem ajuda de uma lupa, mas José leu_j <e>.
 <e> = ler_j o documento sem ajuda de uma lupa

- (18) Qual o *status* de gramaticalidade das sentenças em (17)?

É bem verdade, como já apresentamos, que nos dois casos em (17), em que o constituinte verbal [_{VP} ler o documento sem ajuda de uma lupa] está sendo elidido, o vP antecedente não tem, ao menos superficialmente, uma configuração sintática paralela àquela do material sintático elidido. Isso nos levou, inicialmente, a apontar tais casos como potencialmente representativos de um problema de subgeração: se por uma questão de recuperabilidade sintática da elipse, essas sentenças não deveriam ser geradas pela gramática, o que, então, explica a nossa intuição de que essas construções são gramaticalmente bem formadas? Como explicar o fato de que a elipse, nesses casos, é naturalmente recuperável, mesmo não havendo, superficialmente, identidade sintática entre antecedente e elipse?

Como vimos ao final do capítulo anterior, a literatura gramatical tem encontrado soluções para casos semelhantes, considerando-os gramaticais, sem, no entanto, abrir mão de uma condição de recuperabilidade sintática da elipse. A exemplo disso, Merchant (2013) argumenta, como vimos na seção 2.3.2.2, do capítulo 2, que VMMs em VPE no inglês são gramaticais, enquanto são agramaticais em elipses mais altas. A solução apresentada por Merchant leva em consideração, nesse caso, a possibilidade de que VMM seja apenas ilusório, já que, em casos de VPE, o material elidido não deve conter o núcleo sintático responsável

pela informação de voz verbal, o que acaba tornando a elipse lícita, mesmo em condições de VMM.

Também experimentalmente, a proposta de Merchant (2013) se mostrou estar no caminho correto. Ao investigar a atuação de efeitos semânticos, sintáticos e de natureza discursiva, SanPietro, Xiang e Merchant (2012) reportaram resultados claros de que, no inglês, a aceitabilidade da elipse sofre, de fato, no nível sintático, efeito relacionado ao seu tamanho, em adição a um efeito no nível do discurso, modelado pelo fator coerência. Curiosamente, efeitos semânticos não mostraram qualquer relevância. Esses autores concluíram que identidade sintática é sempre um requerimento para a elipse, mas, entre elipses que são sintaticamente licenciadas – como é o caso de elipses mais baixas com VMM –, questões discursivas atuam como uma espécie de heurística, modulando sua aceitabilidade (SANPIETRO; XIANG; MERCHANT, 2012, p. 312).

Além da elegante proposta de Merchant (2013), capaz de explicar por que VMM é possível em VPE, mas impossível em elipses mais altas, podemos mencionar, aqui, explicações como as de Zocca (2005), Nunes e Zocca (2009), Bobaljik e Zocca (2011), resenhadas na seção 2.3.2.3, também no capítulo anterior, a respeito dos limites de possibilidade de *mismatch* em elipses de sintagmas predicativos no PB⁵⁷. Tipicamente, essas propostas partem do pressuposto de que a aceitabilidade da elipse espelha a sua representação gramatical, de tal modo que elipses com algum prejuízo de aceitabilidade devem ser consideradas como teoricamente agramaticais. Além disso, assim como faz Merchant (2013), Nunes e Zocca (2009) e também Bobaljik e Zocca (2011) encontram explicações para a (in)aceitabilidade de elipse em alguns casos, fundamentando-se em um corpo internamente consistente de assunções sobre o próprio funcionamento da gramática.

Acreditamos que, no PB, a aceitabilidade de VPE em ambas as condições de (17) pode receber um tratamento em linha com o dispensado por Merchant (2013), Zocca (2005), Nunes e Zocca (2009) e Bobaljik e Zocca (2011)⁵⁸, para outros casos de *mismatch* em elipse.

⁵⁷ A rigor, a proposta de Bobaljik e Zocca (2011), especialmente, é apresentada como uma proposta de validade translinguística, ou seja, busca apresentar uma explicação unificada para fatos sobre elipse em línguas que, assim como o PB, licenciam elipse de sintagmas predicativos.

⁵⁸ Aqui, estamos nos limitando a citar apenas esses autores, dado o fato de que sua proposta foi suficientemente detalhada no capítulo anterior. Poderíamos mencionar uma literatura um pouco mais vasta, que opera com o mesmo raciocínio de tentar encontrar, dentro da própria teoria gramatical, soluções para a aceitabilidade de *mismatches* morfossintáticos, sem, no entanto, abrir mão de uma condição sintática de recuperabilidade. Ver, por exemplo, Fiengo e May (1994), Lasnik (1999), Tanaka (2011), Saab (2016), Thoms (2015), entre outros.

Isso significa que podemos considerar essas sentenças como gramaticais, apesar do *mismatch* superficial entre elipse e antecedente, nesses casos.

Até onde alcança o nosso conhecimento, apenas Arregui *et al.* (2006) exploraram *mismatch* sintático nas condições em (17), e, fizeram isso com base apenas no inglês. Vimos que, para esses autores, VPE nessas condições deve ser considerada agramatical no inglês, de modo a justificar a abordagem desses autores, em termos de processamento. A seguir, tentaremos desconstruir, com base em dados do PB, a ideia de que VPE nas condições em (17) seriam agramaticais pelas razões apresentadas em Arregui *et al.* (2006). Faremos isso preservando a noção sintática de recuperabilidade da elipse, assim como fazem aqueles mesmos autores.

3.3.1 A descontiguidade superficial do vP antecedente: construções *tough*

Arregui *et al.* (2006) consideram não apenas superficial, mas também subjacente, a descontiguidade do vP antecedente em (19), a seguir, que, na análise desses autores, deve contrastar sintaticamente com a estrutura do vP elidido nessa sentença, tornando-a agramatical, porém aceitável em maior ou menor grau. Os detalhes em (19) buscam expor a representação sintática do antecedente, assumida por Arregui e colegas.

- (19) o cometa_j era [_{AP} impossível [_{CP} OP_j de ver t_j]] mas João viu_k <e>.
<e> [_{VP} ver_k o cometa]

Fica claro que esse tipo de análise sintática se acomoda à análise padrão, dentro da GB⁵⁹, para estruturas conhecidas como *tough constructions* (Cf. CHOMSKY, 1977; 1981), em que um constituinte adjetival ocorre junto a uma oração infinitiva introduzida por preposição (no PB, a preposição *de*), e o sujeito da matriz tem um forte vínculo interpretativo com a posição de objeto da infinitiva encaixada .

Como aponta Hornstein (2001), o tipo de análise apresentada em (19), para construções *tough*, buscava contornar determinadas propriedades problemáticas que esse tipo de estrutura representava, tendo em vista o modelo teórico vigente à época. Todo o

⁵⁹ Do inglês, Government and Binding Theory – Teria de Regência e Ligação.

esforço estava em garantir uma análise que rejeitasse a ideia de que o objeto da oração encaixada estaria sendo alçado dessa posição para a posição de sujeito da matriz, já que isso implicaria, por exemplo, uma violação de minimalidade, além do problema de explicar um DP com acúmulo de Casos.

Algumas propriedades desse tipo de construção podem ser ora favoráveis, ora desfavoráveis à ideia de que, no exemplo em (19), o DP *o cometa* não é gerado na posição de objeto da encaixada. Uma dessas propriedades está no fato de que, apesar de estar na posição de sujeito da matriz, esse DP parece carregar um papel temático determinado, em parte, por uma relação com a posição de objeto do verbo infinitivo encaixado, como mostram os índices subscritos em (19).

Outra propriedade desafiadora desse tipo de construção tem a ver com o fato de o DP *o cometa* ocupar, superficialmente, uma posição que parece ser não temática, como já apontava o próprio Chomsky (1964). Evidência para isso pode ser encontrada em (20). Em (20a), a posição de sujeito é ocupada por um elemento nulo não referencial, isto é, um nulo expletivo, análogo ao expletivo *it*, que pode ocorrer nessa mesma posição no inglês, como mostra (20b).

- (20) a. ___ é impossível (de) ver o cometa.
b. It is impossible to see the comet.

Tal fato é, inicialmente, sugestivo de que adjetivos *tough*, como *impossível*, não selecionam um argumento, e, por isso, uma categoria não referencial nula ou um pronome expletivo como *it*, ambos semanticamente vazios, podem ocupar essa posição.

Uma propriedade adicional, contornada pela análise em (19) para esse tipo de construção, diz respeito ao fato de que, pelo menos no inglês, extrações a partir desse tipo de estrutura são aparentemente proibidas, como mostram os dados em (21), extraídos de Hornstein (2001, p. 109)⁶⁰.

- (21) a. This violin is easy to play sonatas on
b. These books were easy to stack on the table

⁶⁰ O julgamento das sentenças em (21a'b') é aquele tal qual encontrado em Hornstein (2001).

- a'. *Which sonatas is this violin easy to play on
 b'. *Which table were these books easy to stack on

Como aponta Hornstein, todas essas propriedades são explicadas, dentro da GB, por meio da análise em (19), que postula, então, o movimento de um *operador nulo*, gerado na posição de objeto do verbo *ver*, em direção à borda da oração infinitiva encaixada. O movimento de um operador nulo, nesse caso, interagiria com o adjetivo *impossível* para formar um predicado adjetival complexo [*impossível* [OP_i [*de ver t_i*]]]. Nessa configuração sintática, o vestígio desse operador nulo, deixado na posição de objeto, é concebido, inicialmente, como uma variável, que, após um suposto processo de reanálise em LF, perde sua vinculação com o operador nulo – e, com isso, o seu *status* de variável –, e passa a se vincular ao sujeito da matriz, ganhando, portanto, um *status* de anáfora (Cf. CHOMSKY, 1981). Como vemos, disso resulta que o DP *o cometa* não é gerado na posição de objeto da encaixada, mas *in situ*, ou seja, em Estrutura Superficial, para usar os termos da GB⁶¹.

Sabemos, contudo, que essa não é a única análise disponível para construções *tough* na literatura. Com o surgimento do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995 e subsequentes), outras análises para esse tipo de construção surgiram, todas com seus defeitos e virtudes. Entre essas outras abordagens, há uma a ser considerada aqui, dada a sua possibilidade de explicar satisfatoriamente a gramaticalidade da elipse em (19) – e, conseqüentemente, a sua aceitabilidade – sem que se abra mão de uma condição de recuperabilidade sintática da elipse. Tal é a análise de construções *tough* encaminhada por Hornstein (2001).

Hornstein (2001) propõe uma derivação para construções *tough*, partindo de algumas assunções, entre as quais a mais importante, para o nosso propósito aqui, é a de que em estruturas como aquela do antecedente em (17a), por exemplo, o [DP *o cometa*] é originado como objeto do verbo *ver*, e copiado em outras posições, até que termine como sujeito do predicado adjetival, como representado em (22), a seguir.

⁶¹ De todo modo, como já se sabia da GB, a postulação de que esse DP seria inserido apenas em estrutura superficial já contrariava até mesmo o próprio Princípio de Projeção, que requeria que um argumento deveria ser inserido em Estrutura Profunda, a mesma posição sintática em que receberia papel temático de seu predicado.

- (22) [[_{TP} o cometa é [_{AP} o cometa impossível]] [_{CP} o cometa [_{TP} *ec de ver* o cometa]]]

Para sustentar esse tipo de análise, o autor argumenta, primeiramente, que adjetivos do tipo em questão selecionam um argumento interno ao qual atribui papel temático. Esse, de fato, parece ser o caso, quando olhamos para dados como aqueles em (23), do PB, inspirados nos dados do inglês, apresentados por Hornstein.

- (23) a. Essa conversa vai ser impossível/fácil/difícil.
 b. Abandonar você é impossível/fácil/difícil.
 c. É impossível/fácil/difícil abandonar você.

Hornstein argumenta, a partir de dados como em (23), que o argumento selecionado por esse tipo de adjetivo pode assumir diferentes formas, entre elas, a forma de um DP (23a) e de uma oração (23bc). Nesses casos, uma vez que pode ocorrer em posição de sujeito do adjetivo, o DP argumento pode perfeitamente, afirma Hornstein (2001, p. 110), carregar papel temático obtido a partir de uma relação com esse predicado.

Com isso em mente, o autor detalha os seguintes passos para a derivação de (22). Primeiramente, ocorre a concatenação do DP *o cometa* com o verbo *ver*, seguida da formação de um TP, cujo especificador é ocupado por uma categoria vazia. Com a formação de uma camada CP na encaixada, o DP se move para a posição *Spec* dessa categoria, e um CP adjunto está formado. O movimento do DP para *Spec-CP*, nesse caso, é motivado, segundo Hornstein (2001, p. 111), por um traço *WH* que atrai o DP para CP, de modo a deixá-lo em uma posição a partir da qual poderá ainda estar disponível para demais operações sintáticas.

Quando, em paralelo à formação do CP adjunto, inicia-se a formação da estrutura da matriz, e o adjetivo *impossível* é selecionado de um outro arranjo lexical, o DP que estava na margem do CP adjunto se move, então, *lateralmente*⁶², para se concatenar ao adjetivo na matriz, de modo a checar papel temático também nessa posição, o que acaba ilustrando a situação em que um mesmo DP acumula dois papéis temáticos⁶³. Em seguida, a cópula é

⁶² A noção de movimento lateral busca capturar a ideia de que o movimento do DP em questão se dá entre duas estruturas que são derivadas em paralelo (Cf. NUNES, 1995, 2001).

⁶³ A próxima seção traz mais detalhes sobre a ideia de acúmulo de papéis temáticos no DP.

concatenada e uma camada TP é formada acima do adjetivo, para onde o DP *o cometa* se move. Por fim, o CP adjunto, no qual se originou o DP *o cometa*, é adjungido “*adverbialmente*”⁶⁴ à matriz.

Evidentemente, a proposta de Hornstein, apesar de bastante interessante, preserva alguns pontos de obscuridade, entre os quais o mais problemático talvez seja aquele que diz respeito ao Caso do DP em questão. Enquanto esse autor explicitamente parte da premissa de que um mesmo DP pode acumular mais de um papel temático (uma questão à qual retornaremos na próxima seção), nada é dito, explicitamente, a respeito de uma suposta ideia de que esse DP estaria, também, acumulando Casos (algo de difícil implementação formal nos mais diferentes desdobramentos da Teoria de Princípios e Parâmetros).

Neste trabalho, precisaremos deixar de lado a questão do Caso do DP originado no predicado encaixado. Enquanto são fortes as evidências de que esse DP tem caso nominativo obtido em T matriz, com quem ele concorda, evidências também mostram que, a princípio, nada deveria impedir o verbo infinitivo, nessa situação, de checar o Caso do seu argumento interno como acusativo. Isso pode ser explorado a partir de uma observação do dado em (24), em que a novidade é o DP *a Maria* como argumento externo da encaixada.

(24) Esse cometa_j é impossível d[a Maria] ver esse cometa_j.

Seguindo a lógica da conhecida Generalização de Burzio⁶⁵ (Cf. BURZIO, 1986), somos levados a acreditar que, se o verbo da encaixado pode atribuir papel temático para um argumento externo (o DP *a Maria*), ele é, então, naturalmente capaz de atribuir Caso acusativo ao seu argumento interno. Ou seja, temos evidência de uma qualidade supostamente relevante do *v* infinitivo desse tipo de estrutura no PB: nos termos de Burzio, esse *v* é capaz de atribuir acusativo, tanto quanto o *vP* elidido nos casos de VPE de que estamos tratando. Reconhecendo, no entanto, que esse argumento não é conclusivo, deixaremos essa discussão para uma investigação futura.

⁶⁴ Para Hornstein, essa adjunção ocorre no nível do IP. Ver discussão em Hornstein (2001, p. 111-12) acerca da interpretação adverbial dispensada a esse CP adjunto.

⁶⁵ A famosa Generalização de Burzio prediz que um verbo só atribui Caso a seu argumento interno se atribuir papel temático a seu argumento externo. Inversamente, um verbo só atribui papel temático a seu argumento externo se atribuir caso a seu argumento interno.

Antes de concluirmos esta seção, apresentaremos uma última observação relevante. A análise de Hornstein (2001) para construções *tough* é clara ao assumir que a relação entre o predicado *tough* e a sentença não finita é uma relação de natureza modificacional, mas não seletional. Isso implica considerar que a infinitiva encaixada dessas construções não é s-selecionada pelo adjetivo, mas é um adjunto. Note que, no contexto do domínio empírico explorado nesta tese – isto é, elipse –, considerar a infinitiva encaixada de construções *tough* como sendo um adjunto nos leva a esperar que VPEs possam ter como antecedente um vP contido em um adjunto. Isso é o que de fato podemos constatar em outros contextos que não aqueles que envolvem um infinitivo de construções *tough*. O dado a seguir é um exemplo.

- (25) Maria disse que Pedro saiu de casa *sem usar a máscara corretamente*, mas ele disse que usou <e>.

<e> = [_{vP} usar a máscara corretamente]

Determinados casos, como aquele em (26a), a seguir, poderiam, a princípio, sugerir haver restrições quanto à possibilidade de elidir vPs cujo antecedente está contido em um adjunto. Entretanto, um exame mais cuidadoso do dado em (26a), em particular, é capaz de identificar que o ruído dessa sentença nada tem a ver com a elipse propriamente, pois, se assim fosse, o dado em (26b), sem elipse, seria bom.

- (26) a. *João viu o menino que leu o livro do Chomsky, e Pedro também leu <e>.

<e> = [_{vP} ler o livro do Chomsky]

- b. #João viu o menino que leu o livro do Chomsky, e Pedro também leu o livro do Chomsky.

Feita essa última observação, voltemos, agora, ao ponto inicial da discussão. O propósito desta seção foi o de explorar a possibilidade de que, em um caso como em (27a), a seguir, antecedente e elipse sejam sintaticamente paralelos, e, com isso, essa sentença não viole uma condição sintática de recuperabilidade da elipse.

Se, contrariamente ao que assumem Arregui *et al* (2006) com a análise sintática em (19), a construção *tough* em (27a) puder ser analisada, com base em Hornstein (2001),

como em (27b) – que dispensa o licenciamento de um operador nulo ligando uma variável coindexada, via reanálise, com o DP em posição de sujeito –, então temos como explicar a aceitabilidade da elipse nessa condição, sem apelar para fatores alheios à gramática. Uma vez que o antecedente espelha (em termos derivacionais) a identidade sintática do material elidido, a elipse é gramaticalmente lícita⁶⁶.

- (27) a. O cometa era impossível de ver, mas João viu_k <e>.
 <e> [_{VP} ver_k o cometa]
- b. [[_{TP} o cometa era [_{AP} o cometa impossível]] [_{CP} o cometa [_{TP} ec de ver o cometa]]] // mas João viu <e>.

Encaminhada uma possível explicação para a aceitabilidade da elipse em (27), baseada em uma análise do seu caráter gramatical, voltemo-nos, agora, para a condição apresentada em (17b), em que VPE é aceitável e recuperável, mesmo quando o material elidido precisa ser recuperado dentro de um adjetivo.

3.3.2 Recuperando o vP elidido dentro de adjetivos modais

- (28) O documento era quase ilegível, mas José leu_j <e>.
 <e> = ler o documento

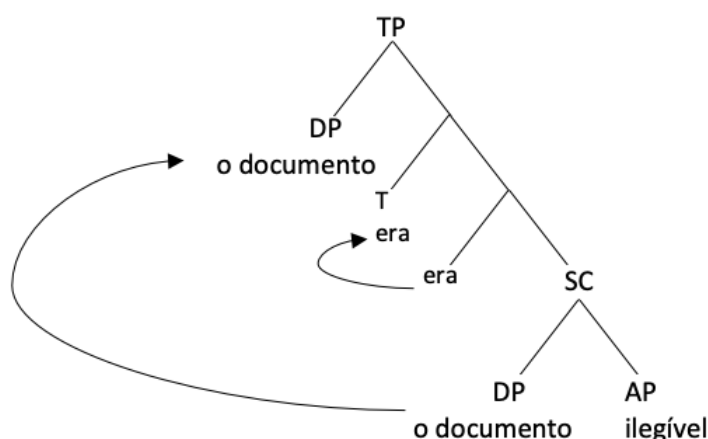
Casos de VPE como em (28), também analisados previamente pelos proponentes da hipótese da reciclagem, preservam algumas peculiaridades. Uma delas, explorada no estudo de Arregui *et al* (2006), diz respeito ao fato de o vP elidido em (28) [_{VP} ler o documento] precisar ser recuperado a partir do adjetivo [_{AP} ilegível]. Nas palavras de Arregui *et al* (2006, p. 236), a resolução da elipse, nesse caso, requer, do *parser*, a construção de um vP “partindo do zero”, o que pressupõe que não teríamos, no antecedente disponível, uma estrutura de vP para o verbo em questão (*ler*). Considerando isso, VPEs como em (28) são tratadas, por

⁶⁶ Na seção 4.1.4, do capítulo que segue, voltaremos a discutir estruturas com predicado *tough*, contrastando o PB e o inglês, e apresentando análises alternativas, como as de Barra Ferreira (2000) e Rose (2018).

aqueles autores, como agramaticais, já que são casos em que, mais uma vez, o material sintático elidido não espelha a identidade sintática do antecedente.

Arregui e colegas não elaboram, para muito além do apresentado acima, a discussão a respeito da condição sintática do antecedente em casos como em (28). Se o fizessem, esses autores poderiam, ainda, ter em seu favor o entendimento de que a estrutura sintática em torno da predicação adjetival, nesses casos, pode ser como representada em (29)⁶⁷, a seguir, o que notadamente difere da estrutura de predicação que se tem no local da elisão.

(29)



A representação em (29) mostra uma análise sintática de predicações adjetivais que é largamente aceita (talvez a mais aceita) em círculos gerativistas, desde a GB. Nela, o DP *o documento* e o AP *ilegível* formam uma estrutura [XP,YP], denominada *small clause* (Cf. CHOMSKY, 1981; STOWELL, 1983; MIOTO; FOLTRAN, 2011). Nesse tipo de estrutura, a projeção máxima YP predica sobre a projeção máxima XP, e, nessa relação, YP (o DP, em 29) é considerado sujeito do predicado, cujo núcleo é o XP (o AP, nesse caso). Em termos de GB, a concatenação do DP *o documento* como sujeito do predicado *ilegível* deve se dar já em estrutura profunda (Cf. BELLETTI; RIZZI, 1988), de modo a garantir que esse DP terá o seu papel temático atribuído pelo adjetivo, sendo, portanto, a posição de sujeito dentro da *small clause* uma posição temática. Nos termos de Franchi (2003, p. 41), em *small clauses* como as

⁶⁷ Por conveniência, omitimos o adjunto do adjetivo, presente em (28). Outros detalhes também estão suprimidos.

que seguem exemplificadas em (30) – entre as quais se encontra a *small clause* em (29) – o verbo copulativo não predica sobre o sujeito gramatical em *Spec-TP*, e nem lhe atribui qualquer papel temático. Independentemente das propriedades do adjetivo – se um adjetivo “deverbal” (30a), com propriedades inerentes (30b) ou não inerentes (30c) –, este (o adjetivo) é um verdadeiro predicado e atribuidor de papel temático nesses casos.

- (30) a. O documento é **ilegível**.
 b. O documento é **grande**.
 c. O documento está **amassado**.

Sob esse entendimento, parece que temos elementos para acreditar, inicialmente, que a configuração sintática na qual se inclui o DP antecedente [*o documento*], em casos como aquele em (28), não se equipara à configuração sintática em que esse DP se encontra no local da elisão. Ou seja, enquanto no local da elisão o DP *o documento* é objeto de um predicado verbal, no antecedente esse DP figura como sujeito de um predicado adjetival.

Há, contudo, algumas propriedades do predicado adjetival em questão, em casos de VPE como em (28), que merecem ser exploradas aqui. Em seu estudo, Arregui *et al* (2006) investigaram, experimentalmente, casos de VPE no inglês em que, semelhantemente a (28), o antecedente do vP elidido é um predicado adjetival que veicula uma leitura modal de possibilidade. Tal é o caso de adjetivos terminados em *-ble*, no inglês, e em *-vel*, no PB. A leitura modal de possibilidade, veiculada por alguns adjetivos em *-vel*, fica evidente, para um adjetivo como *ilegível*, por meio de paráfrases como ‘*que não pode ser lido*’ ou ‘*não é possível ler X*’.

Adjetivos em *-vel* têm sido alvo de investigação no PB já há algum tempo (Cf. PIRES de OLIVEIRA; MULEKANGOY, 2007; PEREIRA *et al*, 2013; MOREIRA, 2014; JOVEM; SILVA, 2016; RESENDE; RECH, 2020). Mais recentemente, Resende e Rech (2020), baseados em Oltra-Massuet (2014), desenvolveram uma análise sintática para adjetivos modais nessa língua, partindo da ideia de que a formação desses adjetivos envolve morfemas funcionais, isto é, nós sintáticos terminais, capazes de licenciar algumas propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas que são encontradas nesses itens (RESENDE; RECH, 2020, p. 9). Deixando de lado a discussão dos autores no que diz respeito, particularmente, às peças sintáticas responsáveis

por conferir diferentes leituras modais a esses adjetivos, focaremos, aqui, em uma observação que esses autores fazem, seguindo uma literatura precedente (Cf. MARANTZ, 1997; ALEXIADOU, 2001; HARLEY, 2009; OLTRA-MASSUET, 2014, entre outros). Trata-se da observação de que esses adjetivos detêm, em sua estrutura, propriedades verbais que estariam sendo licenciadas pela presença de uma camada verbal, notadamente um vP, interno à sua estrutura. Como apontam Resende e Rech (2020), uma forte evidência da existência de uma camada verbal nesses adjetivos modais pode ser explorada a partir do fato de que esses itens invariavelmente veiculam uma leitura eventiva, típica de verbos. É por essa razão que esses adjetivos podem ocorrer com adjuntos temporais (31a), ou, ainda, licenciar advérbios de VP, (31b).

- (31) a. Um raio infravermelho é **detectável** quando o Sol está em uma posição α .
 b. Um cronograma facilmente **ajustável** tem suas vantagens.

(RESENDE; RECH, 2020, p. 10)

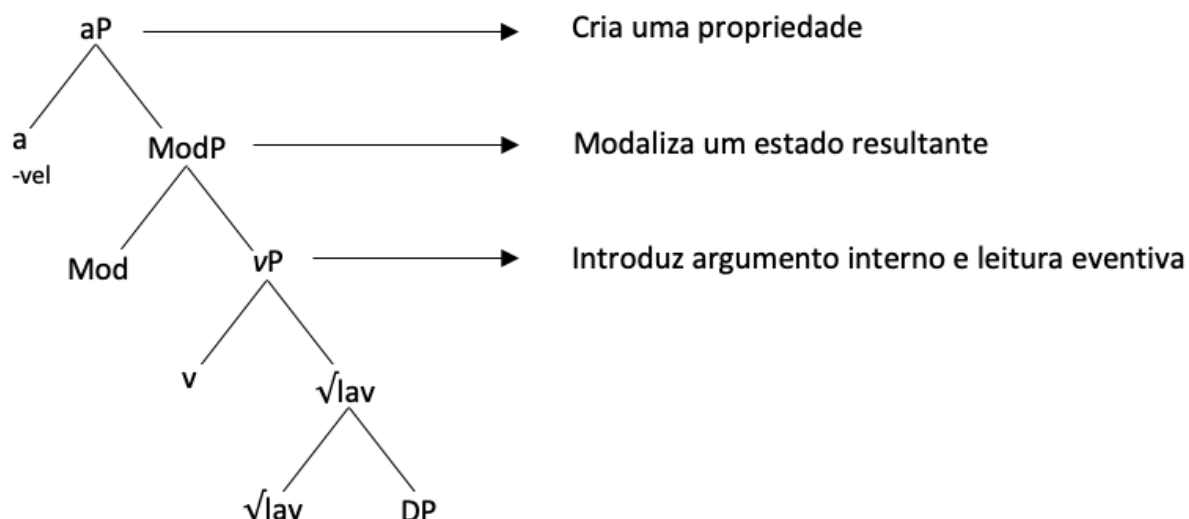
Resende e Rech (2020) sugerem, ainda, que a presença de um vP na formação desses adjetivos e, conseqüentemente, a possibilidade de interpretação eventiva que eles carregam deve ser capaz de licenciar a ocorrência de constituintes que figuram como agente. Os exemplos a seguir mostram isso.

- (32) a. Esse quebra cabeça é **montável** por qualquer criança com mais de dois anos.
 (RESENDE; RECH, 2020, p. 10)
 b. Esse passaporte é **legível** por máquinas modernas.

De posse dessas observações, Resende e Rech (2020) concluem que adjetivos do tipo em questão devem ter a estrutura mínima apresentada em (33), a seguir⁶⁸, de modo que esteja adequadamente justificada a sua leitura eventiva, além, é claro, de sua leitura modal.

- (33) *Estrutura mínima de um adjetivo modal de possibilidade – lavável*

⁶⁸ A representação em (33) é apenas uma compilação. Nela, estão suprimidas algumas outras camadas, isto é, núcleos funcionais, cuja presença Resende e Rech (2020) buscam motivar empiricamente, mas que, para o nosso atual propósito, são irrelevantes.



Dentro do *framework* da Morfologia Distribuída, Resende e Rech (2020) argumentam, portanto, que a formação de um adjetivo modal, como *lavável*, deve conter em sua estrutura, além de um núcleo adjetivador, outros núcleos sintáticos, como é o caso de um núcleo modalizador e, sobretudo, um núcleo verbalizador, que, interessantemente, deve introduzir, em adição à leitura eventiva desses adjetivos, o seu argumento interno. Este é o principal ponto ao qual queríamos chegar, explorando a proposta de Resende e Rech (2020).

Note que, se a análise desses autores estiver correta, a primeira concatenação do DP *o documento*, na estrutura em (29), isto é, seu *first merge*, não é como sujeito de uma *small clause*, mas sim como objeto do verbo *ler*, que será, posteriormente, adjetivado. Começamos, com isso, a nos aproximar de uma análise que enxerga paralelismo estrutural entre o material sintático elidido e seu antecedente, em casos como (28), em que o antecedente é um adjetivo do tipo representado em (33). Isto é o que, de fato, queremos propor aqui.

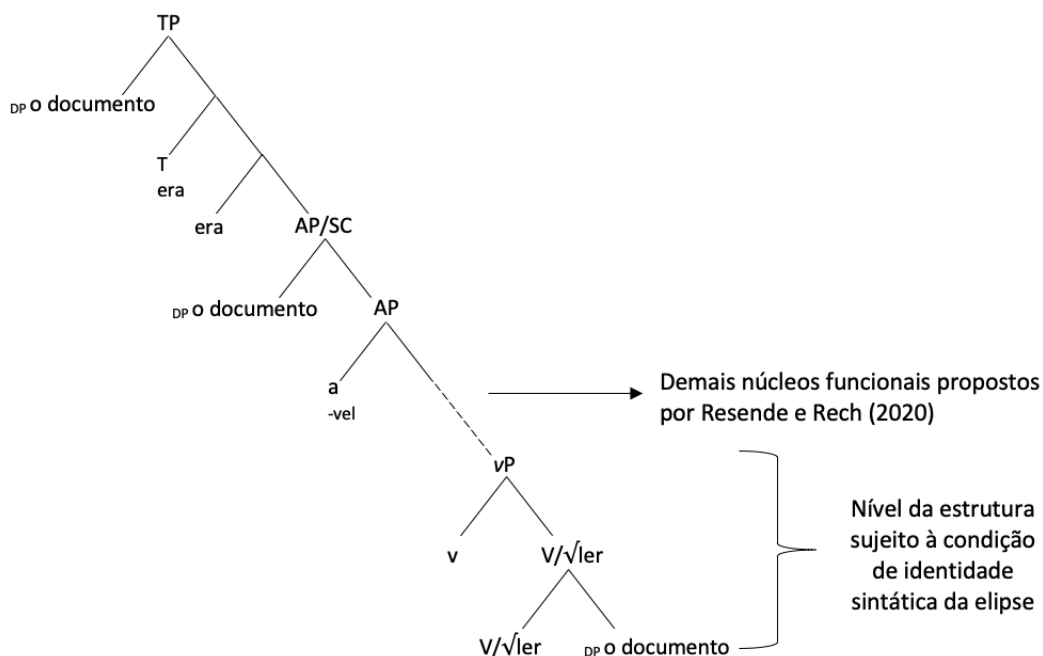
Perceba que, para além de evidências de que os adjetivos em questão, assim como o material elidido em (28), preservam uma estrutura verbal, temos também evidência de uma importante qualidade do núcleo verbalizador interno à estrutura desses adjetivos. Em vista do fato de que tais adjetivos podem atribuir papel temático de agente para constituintes que ocorrem com eles, como vimos em (32), podemos concluir que o *v* dessas estruturas é

também capaz de checar Caso acusativo do seu DP argumento interno⁶⁹, algo em linha com a generalização de Burzio⁷⁰.

Propomos, então, a seguinte derivação para o antecedente da elipse em (28).

Alguns detalhes da estrutura foram suprimidos para facilitar a nossa exposição.

(34)



⁶⁹ Assim como na seção anterior, que discutiu algumas peculiaridades de construções *tough*, aqui, mais uma vez, emerge a questão do Caso do DP envolvido. Enquanto entendemos que, em uma situação como a representada em (34), nada impede o DP *o documento* de receber Caso acusativo do verbo *ler*, precisamos explicar por qual razão esse DP entra, ainda assim, em uma relação de concordância com T, relação essa que, seguindo a assunção mais corrente, deve resultar em licenciamento de Caso nominativo. Uma possível explicação para essa situação, bem como para aquela relacionada a movimento do DP em construções com predicado *tough* (ver seção anterior) pode ser levantada se considerarmos, seguindo Barra Ferreira (2000), Nunes (2008, 2019, 2020) que o T de uma estrutura como em (34), apesar de entrar em uma relação de concordância com o DP relevante, é incapaz de licenciar Caso nominativo, em razão, por exemplo, de possuir um conjunto “incompleto” de traços- ϕ , como propõem Barra Ferreira e também Nunes. Considerando que checagem/valoração de Caso no modelo de *Agree* de Chomsky (2000, 2001) deve envolver uma sonda (T, no caso em questão) com um conjunto “completo” de traços- ϕ , se puder ser evidenciado que o T de uma construção como em (34), no PB, possui um conjunto incompleto de traços- ϕ , então poderemos sustentar a existência de um DP que, embora concordante com T, não possui Caso nominativo. Isso é o que Nunes (2020) sustenta, por exemplo, para casos de alçamento de DPs, como observado em (i), a seguir.

(i) [[O João]_i parece [que t_i vendeu o carro]]

Para Nunes, uma propriedade do T do verbo finito encaixado no exemplo em (i) é que ele é ϕ -incompleto. Sendo ϕ -incompleto, esse T é incapaz de licenciar Caso nominativo, e por isso o alçamento do DP é permitido, sem que haja uma violação à Condição de Atividade de Chomsky (2000, 2001). É possível, então, que tenhamos, no caso em (34), um T ϕ -incompleto que, apesar de abrigar o DP em questão, não licencia Caso nominativo, sendo o Caso desse DP licenciado pelo verbo do qual ele é argumento interno. Essa discussão, contudo, deverá ser apropriadamente desenvolvida em um trabalho a parte.

⁷⁰ Ver nota 66.

(34) explora, em termos sintáticos, a ideia de que adjetivos modais são denotadores de eventos. No caso da predicação [*o documento era legível*], em torno do adjetivo *legível*, o evento denotado por esse adjetivo pode ser parafraseado como {*era possível ler o documento*}.

Perceba que a derivação em (34) está alinhada com a assunção já mencionada na seção anterior, baseada na análise de Hornstein (2001) para construções *tough*, segundo a qual um mesmo DP pode acumular mais de um papel temático⁷¹. Essa proposta, desenvolvida a partir do Programa Minimalista, tem como precursores, os trabalhos de Hornstein (1999; 2001), que, por sua vez, partilha da ideia já explorada em trabalhos precedentes, segundo a qual papéis temáticos são traços sintáticos (Cf. BOSKOVIC, 1994; BOSKOVIC; TAKAHASHI, 1998; LASNIK, 1995; 1999).

Assim, (34) leva em consideração que o DP *o documento*, gerado como argumento interno do verbo *ler* – isto é, gerado em uma posição temática – é alçado para a posição de sujeito da *small clause*, posição essa que se torna disponível quando a estrutura é adjetivada, ou seja, quando o adjetivo é formado. Como já apresentamos (ver discussão em torno dos dados em (30)), o que se considera como posição de sujeito de uma *small clause* é também uma posição temática. Vamos aqui assumir que essa posição se torna temática em razão de um traço- θ (traço de papel temático) que o núcleo adjetivador traz para a derivação da estrutura, o que deve desencadear, no sentido de Hornstein (1999, 2001), a formação da cadeia temática vista em (34).

A ideia, dentro do minimalismo, de que papéis temáticos são, sob determinadas condições, traços capazes de desencadear movimento é justificada a partir de trabalhos como Boskovic (1994), Boskovic e Takahashi (1998), Lasnik (1995, 1999), Hornstein, (1999; 2001), Manzini e Roussou (2000), Boeckx e Hornstein (2003; 2004; 2006), Hornstein e Polinski (2010), Boeckx, Hornstein e Nunes (2010), Rodrigues (2004a, 2004b, 2010).

Devemos mencionar, ainda, que esta não é a primeira vez que uma análise como a apresentada em (34) é encaminhada na literatura. Em sua proposta de descrição estrutural

⁷¹ Seguindo a argumentação de Hornstein (2001) para sustentar a dotação do DP relevante com dois papéis temáticos, podemos explorar, quanto a esses casos de adjetivação de vP, paráfrases como a observada em (ib), relativamente a (ia).

- (i) a. O documento é ilegível.
- b. No que diz respeito a ler o documento, o documento é ilegível.

de construções resultativas⁷² em línguas ocidentais germânicas, Knöpfle (2018), por exemplo, analisa construções resultativas com verbos inacusativos, como no exemplo em (35), do alemão, levando em conta que “nessas resultativas o DP argumento interno do verbo (que é alçado para a posição de sujeito) também é sujeito da *small clause*, ou seja, receberia dois papéis temáticos: um do sintagma resultativo (AP) e um do verbo” (KNÖPFLE, 2018, p. 119).

- (35) Die Teller sind kaputt gefallen.
Os pratos são estragado caído
'Os pratos caíram e ficaram quebrados por conta da queda.'

A única diferença sintática relevante entre o tipo de construção em (35), analisada por Knöpfle (2018), e o tipo de construção analisada em (34), está no fato de que, enquanto em (35), do alemão, tem-se um verbo inacusativo, nos casos aqui analisados, do PB, o verbo “adjetivado” deve ser capaz de checar Caso acusativo do seu argumento, como já observamos, com base em fatos em torno dos dados em (32).

Finalmente, com a análise esboçada em (34), chegamos à seguinte conclusão: devemos considerar a forte possibilidade de que VPE como em (28) seja, do ponto de vista da necessidade de identidade sintática entre elipse e antecedente, perfeitamente gramatical. Assim, nesse caso, a elipse é lícita porque, em termos derivacionais, em um dado momento da derivação, as estruturas da elipse e do antecedente são exatamente paralelas.

3.4 Prospectos para os próximos capítulos

Ao longo das duas últimas subseções, apresentamos a nossa perspectiva de análise estritamente gramatical para os dois casos de VPE com aparente *mismatch* sintático, colocados no início deste capítulo. A análise gramatical encaminhada aqui preserva a ideia de que identidade sintática é uma condição para a recuperabilidade da elipse, e aponta como os *mismatches* mencionados são apenas aparentes, dada a possibilidade de que a gramática

⁷² Como define Knöpfle (2018), resultativas são construções gramaticais bastante produtivas em línguas ocidentais germânicas, conhecidas por apresentarem uma semântica causativa com leitura de resultado. “Trata-se de uma sequência tipicamente não descontínua contendo um V principal, que denota a ação (cujo agente é expresso por um DP_{NOM}), sendo o resultado dessa ação expresso na combinação DP_{ACC} e AP (ou PP)” (2018, p. 91).

calcule virtualmente a identidade sintática do antecedente, e não encontre um *mismatch*, mas um exato paralelismo sintático entre antecedente e elipse.

Assim, com relação ao *status* de gramaticalidade das sentenças analisadas, a nossa proposta apresenta um contraponto imediato à abordagem de Arregui *et al* (2006), que veem essas mesmas condições de VPE no inglês como agramaticais, por razões que, como vimos, são passíveis de problematização, tendo em vista a suposta completa aceitabilidade desses casos de VPE no PB. A tendência a analisar como agramaticais determinados *mismatches* sintáticos superficiais não é uma exclusividade de Arregui *et al* (2006), mas parece ser a preferência entre as abordagens psicolinguísticas aqui revisadas na seção 3.2 (ver tabela 2).

Além do corpo de assunções que apresentamos para indicar como identidade sintática pode ser virtualmente garantida nas duas condições analisadas, a nossa análise partiu de uma premissa bastante relevante para o presente estudo: apesar de sabermos que *(in)aceitabilidade* não implica, necessariamente, *(a)gramaticalidade*, nem vice versa – ver razões discutidas em Chomsky (1965, p. 10-15) –, há uma relação suficientemente estável entre essas duas coisas, já que, como também sabemos, a gramaticalidade de uma construção linguística é um fator extremamente robusto, levado em consideração para sua aceitabilidade (Cf. SPROUSE; SCHUTZE; ALMEIDA, 2013).

A partir desse raciocínio, estabelece-se a previsão de que VPEs nas condições discutidas ao longo das duas últimas subseções são não apenas aceitáveis, mas igualmente aceitáveis a condições de VPE que a literatura considera, consensualmente, como sendo gramaticais.

Note, portanto, que podemos tomar a aceitabilidade dessas estruturas como informativa de sua representação gramatical. Uma aferição experimental da aceitabilidade da elipse nessas condições, pode nos levar aos seguintes principais resultados: (i) a aceitabilidade da elipse nas duas condições examinadas se diferencia significativamente entre si e de condições em que VPE é indiscutivelmente gramatical; (ii) as condições examinadas apresentam um mesmo grau de aceitabilidade entre si, mas são significativamente menos aceitáveis que condições em que VPE é indiscutivelmente gramatical; (iii) a aceitabilidade da elipse nas duas condições examinadas não se distingue significativamente entre si e nem em relação a condições em que VPE é indiscutivelmente gramatical.

O resultado (i) seria consistente com a hipótese da reciclagem de Arregui *et al* (2006), que prevê diferenças na aceitabilidade dessas condições, partindo do entendimento

de que elas são igualmente agramaticais, mas apresentam graus distintos de aceitabilidade, a serem explicados em função de operações de reparo que o *parser* pode executar, de modo a tornar a elipse recuperável.

Um cenário como o resumido em (ii) seria difícil de explicar, tendo em vista a hipótese da reciclagem. Teríamos, nesse caso, evidência sugerindo que essas condições são agramaticais – em linha como as propostas de Arregui *et al* (2006) e de Parker (2018) –, mas o fato de não haver diferenças significativas entre elas dificultaria uma abordagem em termos de reciclagem do antecedente, já que essa hipótese prevê que, entre essas condições, uma delas deve ser mais difícil de reciclar, o que nos faria esperar que elas fossem significativamente distintas do ponto de vista de sua aceitabilidade. Partindo da ideia aqui assumida, de que a aceitabilidade de uma construção reflete a sua representação gramatical, teríamos dificuldade para acomodar o resultado (ii) também à proposta de Kim *et al* (2011), pois esses autores tendem a analisar as condições aqui discutidas como gramaticais, devendo a variação em sua aceitabilidade ser explicada em função de regras heurísticas particulares do *parser*.

O cenário em (iii) seria, por outro lado, consistente com a análise oferecida por nós ao longo das duas últimas subseções, a respeito do *status* teórico de gramaticalidade das condições de VPE aqui exploradas. Esse cenário seria, também, em parte consistente com a visão de Kim *et al* (2011), já que esses autores são afeitos à ideia de que *mismatches* dessa natureza são gramaticais. Note, contudo, que, diferentemente das abordagens psicolinguísticas revisadas na seção 3.2, nós, até aqui, nada apresentamos a respeito de como essas ou outras condições de *mismatch* em elipse são processadas *online*.

A esse respeito, interessa-nos, aqui, a observação de que as abordagens psicolinguísticas vistas em 3.2 – incluindo a abordagem de Parker (2018), que se diferencia radicalmente das demais em razão de sua visão sobre a relação gramática-processamento – operam com a hipótese de haver um claro desalinhamento entre a gramática e o processamento de elipse. Especialmente nas abordagens de Arregui e colegas e de Kim e colegas, esse desalinhamento se evidencia diante do entendimento desses autores de que gramática e processamento respondem de maneiras diferentes a um mesmo *input*. Em todo caso, a gramática gera representações linguísticas (gramaticais ou agramaticais) que se supõe serem processadas de uma maneira diferente daquela naturalmente esperada. Isto é o que acontece quando sentenças agramaticais são processadas como gramaticais (como para

Arregui *et al.* 2006 e Parker, 2018), ou sentenças gramaticais são processadas como agramaticais (para Kim *et al.*, 2011).

Existe uma forte razão por que as conclusões de Arregui *et al* e de Kim *et al* precisam ser revistas. Suas conclusões sobre o processamento de elipse são fundamentadas apenas em informações sobre como elipses são processadas *offline*, mas não *online* – como seria ainda mais apropriado, dada a natureza das conclusões que esses autores querem alcançar. Nesse aspecto, a proposta de Parker (2018) está à frente, já que esse autor faz especulações com base em simulações sobre como se dá o processamento *online* da elipse, isto é, simulações de como ocorre o processamento da elipse no momento exato em que o fenômeno é percebido.

O pressuposto de desalinhamento entre a gramática e o processamento de elipse, visto a partir das abordagens psicolinguísticas revisadas neste capítulo, foi uma questão que motivou, no atual estudo, uma investigação experimental. Considerando, juntamente com Lewis e Phillips (2015), que respostas *offline* – como é o caso de julgamentos de aceitabilidade – refletem representações da gramática, e que respostas *online* refletem mecanismos de processamento, o presente estudo buscou examinar quão (des)alinhados são a gramática e o processamento de elipse no PB. Como já afirmamos, as diferentes abordagens psicolinguísticas revisadas acima fazem a previsão de que um mesmo *input*, isto é, uma mesma condição do fenômeno, será processada *offline* de uma maneira diferente de como é processada *online*, mostrando um desalinhamento entre a representação gramatical e o processamento do fenômeno. Na ausência de diferenças entre a maneira como esse *input* é processado *online* e *offline*, podemos afirmar, então, haver um alinhamento entre a gramática e o processamento do fenômeno.

Investigar o grau de alinhamento entre a gramática e o processamento de elipse, lança luz sobre uma outra questão implicada nas abordagens psicolinguísticas aqui revisadas, a saber, a maneira como essas abordagens concebem a relação entre gramática e processamento. O pano de fundo para esta última discussão é a seguinte pergunta, introduzida em (4ii), no início deste capítulo: *teoria gramatical e modelos de processamento descrevem sistemas cognitivos separados ou abordam diferentes aspectos de um mesmo sistema cognitivo?*⁷³ Elaboraremos um pouco mais essa questão ao final do capítulo 4, a

⁷³ Esta pergunta, bem como a motivação para explorá-la a partir do fenômeno objeto de análise desta tese, foi extraída do trabalho de Lewis e Phillips (2015).

seguir, onde apresentamos os resultados de três experimentos de leitura automonitorada com julgamento de aceitabilidade, os quais subsidiarão esse tipo de discussão.

Com vistas a alcançar resultados mais robustos sobre quão alinhados são a gramática e o processamento de elipse, o domínio empírico sobre o qual elaboramos os nossos experimentos incluiu, além das condições de VPE analisadas em 3.3 do atual capítulo, alguns casos de *mismatch* morfossintático discutidos em 2.3.2.3 do capítulo anterior, quando apresentamos as propostas de Nunes e Zocca (2009) e de Bobaljik e Zocca (2011). Mais especificamente, incluímos em nosso estudo experimental uma investigação de como se dá o processamento *online* e *offline* de *mismatches* de número e gênero em elipse de sintagmas predicativos no PB.

3.5 Resumo

Neste capítulo, elaboramos sobre como diferentes perspectivas psicolinguística de um mesmo fenômeno – a aceitabilidade de elipse com *mismatches* sintáticos – concebem o *status* de gramaticalidade de certos *mismatches* que são, em maior ou menor grau, aceitáveis. Além disso, vimos implicações dessas diferentes abordagens psicolinguísticas para uma compreensão geral da arquitetura do processamento linguístico. Para Arregui *et al*, (2006) e Kim *et al* (2011), gramática e processamento são sistemas cognitivos distintos; alternativamente, para Parker (2018), teoria gramatical e modelo de processamento são diferentes aspectos de um mesmo sistema cognitivo.

Com essas perspectivas em mente, passamos a discutir como uma análise estritamente gramatical pode ser encaminhada para duas potenciais condições de subgeração em VPE no PB (*o documento era quase impossível de ler sem usar uma lupa, mas José leu / o documento era quase ilegível sem ajuda de uma lupa, mas José leu*). Com base em algumas assunções da teoria gramatical, propusemos que essas condições, apesar do aparente *mismatch* entre antecedente e elipse, são gramaticalmente lícitas. Nossa análise faz a previsão de que essas condições são tão aceitáveis quanto condições de VPEs que são irrefutavelmente gramaticais.

Por fim, com vistas a lançar luz sobre a questão da arquitetura geral do processamento de elipse, argumentamos pela necessidade de se investigar quão alinhados são os processamentos *online* e *offline* de alguns casos de elipse no PB, partindo do

pressuposto de que respostas *offline*, tal como julgamentos de aceitabilidade, devem refletir representações da gramática, e que respostas *online* devem refletir mecanismos de processamento do fenômeno. Inobservada qualquer diferença entre os processamentos *online* e *offline* de elipse, temos argumentos favoráveis à visão de gramática e processamento como um único sistema cognitivo. Um desalinhamento consistente entre os processamentos *online* e *offline* da elipse é, certamente, mais simples de explicar tendo em vista a hipótese de dois sistemas cognitivos distintos.

CAPÍTULO 4

Experimentos de Leitura Automonitorada com Julgamento de Aceitabilidade: Sobre o alinhamento entre a gramática e o processamento de elipse

Este capítulo reporta três experimentos, todos de leitura automonitorada com julgamento de aceitabilidade. O primeiro deles investigou, no PB, as mesmas condições sintáticas de VPE investigadas no experimento I de Arregui *et al.* (2006), entre as quais estão aquelas que foram foco de discussão no capítulo anterior desta tese. O segundo e o terceiro experimentos investigaram, respectivamente, *mismatches* de número e de gênero em elipse de sintagmas predicativos do PB. De maneira geral, foram testadas previsões das abordagens psicolinguísticas revisadas no capítulo anterior, e também previsões de análises estritamente teórico-gramaticais acerca do *status* de gramaticalidade de algumas condições de elipse. Além disso, foi possível explorar informações sobre o grau de alinhamento entre a gramática e o processamento da elipse. Os resultados convergem com previsões da literatura gramatical, bem como com a análise apresentada aqui para algumas condições de VPE, e sugerem, fortemente, haver um alinhamento entre a gramática e o processamento de elipse no PB.

4.1 Experimento I: recuperando o antecedente de VPEs em cinco condições sintáticas

4.1.1 Introdução

O objetivo do experimento reportado nesta seção foi descobrir o efeito que cinco diferentes condições sintáticas do antecedente de uma elipse de vP⁷⁴ têm sobre os processamentos *online* e *offline* da estrutura elidida. Dados do processamento *online* do fenômeno foram levantados por meio da realização de uma tarefa de leitura automonitorada (cf. JUST *et al.*, 1982; JEGERSKI, 2014), em que registramos o tempo de leitura de determinados segmentos críticos da sentença. Julgamentos de aceitabilidade, por outro lado, forneceram dados do processamento *offline* do fenômeno.

Das cinco condições comparadas, duas funcionaram como *baseline*: uma representando a condição em que o antecedente da elipse era um vP em posição sintática prototípica – o que nos levou a considerar essa condição como uma inegável condição de paralelismo sintático entre antecedente e elipse; e outra *baseline* representando a condição em que um *mismatch* sintático entre o vP antecedente e o vP elidido era atestado, e era, claramente, a razão para a agramaticalidade e inaceitabilidade da construção. Tivemos, assim, uma condição *baseline* em que a construção era *gramatical e aceitável* e outra em que a construção era *agramatical e inaceitável*.

Além de fazermos previsões sobre o tempo de leitura e o julgamento de aceitabilidade dessas duas condições comparativamente, queríamos, sobretudo, verificar como três outras condições se comportavam frente a essas duas condições *baseline*, ou seja, se elas eram processadas *online* e *offline* como uma condição de paralelismo sintático ou como uma condição de *mismatch* sintático.

O experimento testou estímulos em condições equivalentes àsquelas testadas no experimento 1 de Arregui *et al.* (2006), com algumas adaptações que merecem ser mencionadas:

⁷⁴ Como apresentado no capítulo 1 desta tese, línguas como o PB, que licenciam VPE e também ONA, colocam uma certa dificuldade para que se alcance um diagnóstico preciso desses dois fenômenos, já que, não muito raro, eles podem ser superficialmente idênticos. Razões como aquelas apresentadas na seção 1.2.1 do capítulo 1 nos levam a uma análise das condições discutidas neste experimento como representativas de VPE, mas não de ONA.

- Arregui *et al.* (2006) analisaram quatro condições de VPE no inglês. Aachamos necessário, em nosso estudo sobre o PB, incluir uma quinta condição, em que a sentença era claramente agramatical e inaceitável em função de um *mismatch* sintático entre antecedente e elipse. Evidência de que a agramaticalidade e a inaceitabilidade da sentença eram devidas a uma intolerância da elipse ao *mismatch* sintático pôde ser explorada com base no fato de ser a versão não elíptica da sentença completamente gramatical e aceitável.
- Em nosso estudo, a leitura das sentenças se deu por meio de uma técnica de leitura automonitorada. Assim, as sentenças eram lidas, fragmento a fragmento, até que sua leitura fosse concluída e o participante tivesse a oportunidade de registrar livremente, isto é, sem restrição de tempo, o seu julgamento de aceitabilidade da sentença. Arregui *et al.*, por outro lado, não utilizaram uma técnica de leitura automonitorada, mas apenas registraram o julgamento dos participantes e o tempo de reação à pergunta sobre a aceitabilidade da sentença.
- Nos casos investigados no estudo de Arregui *et al.*, VPE era licenciada por um verbo auxiliar. O atual estudo, no entanto, testou o que pode ser considerado um subtipo de VPE, rotulado pela literatura como *V-Stranding VPE*⁷⁵. Apesar dessa diferença superficial, em qualquer um dos casos o que está sendo elidido é um vP, e, portanto, espera-se que as restrições relativamente à condição de recuperabilidade sintática da elipse pesem igualmente para ambos os casos.
- No experimento de Arregui *et al.* (2006), os participantes julgavam as sentenças por meio de uma escala categórica: a sentença era aceitável ou inaceitável. Em nosso estudo, a aceitabilidade foi registrada de acordo com uma escala Likert de 5 pontos.

Quanto a este último ponto, cabem aqui algumas observações. Com o intuito de garantirmos a possibilidade de identificar uma certa granularidade quanto à aceitabilidade das condições testadas, tal como argumentado na análise de Arregui *et al.* (2006) para os dados do inglês, decidimos utilizar uma escala Likert de cinco pontos. Tal escolha metodológica é importante, sobretudo quando consideradas discussões como a apresentada em Almeida (2014), em que esse autor argumenta que determinados efeitos sintáticos, como

⁷⁵ Ver seção 1.1, no capítulo 1.

é o caso de efeitos de ilhas sintáticas⁷⁶, podem simplesmente deixar de ser detectados quando é utilizada uma escala binária de julgamento de aceitabilidade. Almeida mostra que efeitos de ilha podem ser detectados mesmo dentro de estruturas que são geralmente categorizadas como aceitáveis em escalas binárias de julgamento de aceitabilidade. Com isso, o autor argumenta, tendo em vista um estudo de caso que considera o PB e o inglês, que efeitos de ilhas são provavelmente universais, podendo a aparente variação encontrada translinguisticamente em relação à aceitabilidade desses efeitos ser explicada considerando-se que as penalidades a uma violação de ilha simplesmente variam de uma língua para outra, mas estão sempre presentes e podem ser detectáveis por meio de escalas granulares de aceitabilidade.

Transpondo as observações de Almeida (2014) para o domínio empírico observado em nosso estudo, isto é, casos de *mismatch* em elipses, poderia ser o caso de uma violação à condição de identidade sintática ser difícil de se observar no PB meramente porque certas estruturas de *mismatch* nunca receberiam uma penalidade de aceitabilidade grande o suficiente para serem facilmente categorizadas como “inaceitáveis” em uma escala categórica binária tradicional. Ou seja, poderia ser o caso de verificarmos, também quanto a esse domínio empírico, uma espécie de *efeito subliminar de mismatch*, paralelo ao que Almeida aponta como *efeito subliminar de ilhas sintáticas*.

Voltando aos aspectos mais gerais do nosso estudo, a abordagem da reciclagem encaminhada por Arregui *et al.* (2006) previa que quatro das cinco condições testadas em nosso experimento seriam processadas *online* como agramaticais, e que haveria diferenças significativas entre elas quanto à sua aceitabilidade (condições B-E, em (1), a seguir). Outras abordagens psicolinguísticas do fenômeno, como as de Kim *et al.* (2011) e Parker (2018), revisadas no capítulo anterior, apesar de não lidarem diretamente com as condições de VPE investigada no atual experimento, também previam haver diferenças entre os processamentos *online* e *offline* da elipse nessas condições.

⁷⁶ Sabemos que, no inglês, sentenças encaixadas encabeçadas por um elemento *wh*, como *whether*, são ilhas para extração de constituinte.

(i) * what does Peter wonder whether mary bought?

Como aponta Almeida (2014), extrações em contextos equivalentes no PB não recebem a mesma penalidade quanto à aceitabilidade:

(ii) O que o Pedro perguntou se a Maria comprou?

A análise gramatical encaminhada para as duas condições sintáticas colocadas sob breve escrutínio teórico-gramatical no capítulo anterior previa, no entanto, que condições como aquelas em C e D, de (1), não apresentariam diferenças significativas quanto ao seu processamento *offline*, isto é, quanto à sua aceitabilidade, e não se distinguiriam significativamente da condição *baseline* em que VPE é gramatical e aceitável – a condição A de (1), a seguir. A rigor, sem uma previsão definitivamente elaborada, esperávamos verificar o pressuposto comum a todas as abordagens psicolinguísticas revisadas para o desenvolvimento deste trabalho, segundo o qual, haveria um desalinhamento entre a maneira como VPE é processada *online* e *offline*. Em outras palavras, o nosso experimento verificou se haveria, relativamente a um mesmo *input*, diferenças quanto ao seu processamento *online* e ao seu julgamento de aceitabilidade – este último, informativo de seu processamento *offline*.

4.1.2 Métodos

Materiais de teste

Foram criados vinte conjuntos de sentenças, cada conjunto com a sentença manipulada em cinco condições, como exemplificado em (1). A lista completa dessas sentenças pode ser encontrada no APÊNDICE A. Um design em quadrado latino foi aplicado para contrabalancear os estímulos, tal que cada participante viu apenas uma condição de cada conjunto e não foi exposto à mesma frase mais de uma vez. As vinte sentenças foram distribuídas em cinco listas/versões do experimento, cada lista com quatro sentenças por condição. Somamos às vinte sentenças experimentais em cada lista quarenta sentenças distratoras, das quais vinte eram claramente agramaticais e inaceitáveis, e vinte eram gramaticais e aceitáveis. As sentenças distratoras estão listadas no APÊNDICE D.

(1) *Exemplo de estímulos testados no experimento I*

Condição A: Quase ninguém **leu o documento sem usar uma lupa**, mas José leu, pois ele enxerga bem.

Condição B: **Ler o documento sem usar uma lupa** era quase impossível, mas José leu, pois ele enxerga bem.

Condição C: **O documento** era quase impossível de **ler sem usar uma lupa**, mas José leu, pois ele enxerga bem.

Condição D: **O documento** era quase **ilegível sem ajuda de uma lupa**, mas José leu, pois ele enxerga bem.

Condição E: José tentou **ler o documento sem uma lupa**, mas o documento não podia ser, pois as letras eram muito pequenas.

A **condição A**, como afirmamos, é uma condição *baseline* gramatical e aceitável. Nela, um vP antecedente paralelo é encontrado, e em uma posição prototípica de vP no PB. Naturalmente, esperava-se que os processamentos *online* e *offline* dessa condição se distinguisse significativamente de qualquer outra condição a ser considerada agramatical por algum *mismatch* sintático.

A **condição B** ilustra o caso em que um vP contíguo está disponível, mas deve ser encontrado em uma posição não imediatamente esperada para um vP: a posição de sujeito da matriz. Por fazer parte do conjunto de condições examinadas no experimento 1 de Arregui *et al.* (2006), essa condição foi incluída em nosso desenho experimental. Não elaboramos, *a priori*, qualquer hipótese a respeito dela. Apesar disso, a sua inclusão em nosso experimento foi útil para verificarmos a previsão de Arregui *et al.* (2006) e de Parker (2018) de que a resolução da elipse é sensível à posição do vP na sentença antecedente (posição prototípica de vP ou encaixado como sujeito da matriz), mesmo quando todos os constituintes internos a esse vP estão contíguos, isto é, adjacentes.

A **condição C** ilustra o que para Arregui *et al.* (2006) é um caso claro de agramaticalidade aceitável. Nessa condição, o vP antecedente está incluído em uma construção com predicado do tipo *tough* (ver seção 3.3.1 do capítulo anterior para detalhes). Seguindo os proponentes da hipótese da reciclagem, esperaríamos que a elipse nessa condição fosse significativamente menos aceitável que nas condições anteriores. Também esperaríamos que tal condição fosse processada como uma condição agramatical de VPE, portanto tendo um custo de processamento significativamente distinto daquele observado para a condição A. Sob a análise proposta no capítulo anterior, no entanto, essa condição é considerada gramatical, e isso faz a previsão de que ela é processada *online* como a condição A, e não difere significativamente desta última condição em termos de aceitabilidade.

A **condição D** ilustra, na visão de Arregui e colegas, um caso também considerado agramatical, cuja aceitabilidade é a mais prejudicada entre as quatro condições descritas até aqui. Nesse caso, a suposta agramaticalidade é explicada em razão de o vP elidido precisar ser

recuperado dentro de um adjetivo, o que tem o potencial de evocar todos os problemas expostos na seção 3.3.2 do capítulo anterior. Entretanto, sob a análise proposta naquela seção, essa condição não deve diferir significativamente, em termos de aceitabilidade, das demais condições mencionadas até aqui.

A **condição E** foi aqui incluída para garantir que as outras condições pudessem ser devidamente contrastadas com uma condição cujo *status* inegável de agramaticalidade é explicado exatamente em razão de um *mismatch* sintático entre antecedente e elipse. Temos, então, um caso em que o vP elidido está incluído em uma estrutura sintática de voz passiva, mas o seu antecedente está em uma estrutura de voz ativa. Evidência de que é esse *mismatch* sintático a causa da agramaticalidade e da não aceitabilidade da elipse nesse caso pode ser levantada a partir do fato de que a versão não elíptica da sentença é gramatical e aceitável (*José tentou ler o documento sem uma lupa, mas o documento não podia ser lido, pois as letras eram muito pequenas*).

Como já afirmamos, a fim de obtermos dados do processamento *online* dessas frases, utilizamos a técnica de *leitura automonitorada*. Para esse teste, os participantes foram instruídos a ler frases que eram apresentadas de maneira fragmentada, no centro da tela do computador. A apresentação dos segmentos dependia da tarefa de apertar a barra de espaço do teclado, de modo que a leitura de cada segmento da frase deveria ocorrer a um ritmo próprio do participante. A seguir, damos exemplo do tipo de segmentação utilizada, com uma das sentenças experimentais.

			Adjunto ao VP			SC1	SC2	
Quase ninguém	leu	o documento	sem usar uma lupa,	mas	José	leu,	pois	ele enxerga bem.

Tabela 3 - Exemplo de segmentação usada no experimento I de leitura automonitorada

Alguns detalhes da segmentação exemplificada acima merecem ser destacados. Observe que o segmento crítico 1 (**SC1**) corresponde ao verbo que licencia a elisão de todo o constituinte verbal [_{VP} leu o documento sem usar uma lupa], ou seja, não apenas o verbo e seu complemento, mas também o adjunto [sem usar uma lupa], destacado na tabela 3. Uma vez que esse segmento inclui, além do verbo, uma vírgula, o leitor é natural e imediatamente induzido a perceber, já nesse segmento, que há ali uma elipse do constituinte verbal. Em todas

as condições de A a D, o SC1 incluía verbo + vírgula (/leu,/). Apenas na condição E, esse segmento era composto por negação + locução verbal + vírgula (/não podia ser,/). Exceto pela condição E, a extensão (em número de sílabas) do SC1 não variava dentro de um mesmo conjunto de frases. Entretanto, o tamanho do segmento variava, entre os conjuntos de sentenças, de uma sílaba (*leu*) a três sílabas (*controlou*).

O Segmento Crítico 2 (**SC2**), por outro lado, independentemente da condição, era sempre o mesmo item, a conjunção */pois/*. Esse segmento foi incluído e analisado por duas razões. A primeira delas foi a necessidade de fazer o SC1 não coincidir com o último segmento da sentença, sobre o qual não poderíamos realizar qualquer análise confiável. Além disso, prevíamos a possibilidade de um efeito de *spillover*⁷⁷, e por isso um mesmo item foi usado nesse segmento, em todas as condições.

Ao final da leitura de cada sentença, o participante precisava registrar o seu julgamento de aceitabilidade, considerando uma escala Likert de 5 pontos. De acordo com as orientações do pesquisador aos participantes, nessa escala, 1 deveria indicar que a sentença era completamente inaceitável, isto é, em uma situação natural, dificilmente alguém produziria uma sentença como aquela ou, ainda, teria muitos problemas para interpretá-la; 2 indicaria que a sentença era parcialmente inaceitável; 3 indicaria que o participante teria dúvida sobre a aceitabilidade; 4 registraria que a sentença era parcialmente aceitável; por fim, 5 indicaria que a frase era completamente aceitável, não havendo qualquer tipo de estranhamento quanto à sua forma ou interpretação.

Participantes

Trinta e três participantes, falantes nativos do PB, foram recrutados, todos tendo ensino superior completo ou em andamento. Por entendermos que não haveria, sobre o fenômeno investigado, qualquer interferência de ordem dialetal, não impusemos restrições quanto à região de origem dos participantes. Eles precisavam apenas ter idade superior a 18 anos, ter o PB como língua materna, não apresentar problemas de visão não corrigidos por óculos ou lentes de contato, e desconhecer o fenômeno linguístico investigado.

⁷⁷ Conforme define Godoy (2014, p. 48), efeito de *spillover* “caracteriza-se pelo ‘espalhamento’ do efeito esperado em um determinado segmento da sentença para pontos subsequentes”, que podem, assim, também ser considerados como segmentos críticos para a abordagem do fenômeno.

Do total de participantes que se submeteram ao experimento, três foram removidos da análise estatística, por alguma das seguintes razões: os participantes julgaram como completamente aceitáveis três ou mais sentenças distratoras claramente agramaticais, ou julgaram como completamente inaceitáveis três ou mais sentenças distratoras claramente gramaticais e para as quais a quase totalidade dos outros participantes atribuíram valor máxima de aceitabilidade⁷⁸. Assim, do total de trinta e três participantes, apenas trinta tiveram seus dados analisados. A tabela a seguir reúne algumas informações dos participantes.

<i>Informações de background</i>		
IDADE	variação	média (desvio padrão)
	18—33	24.2 (5.5)
SEXO	masculino	feminino
	13 (39,4%)	20 (60,6%)
Total de 33 participante, dos quais 30 tiveram seus dados analisados.		

Tabela 4 - Sintetização de informações dos participantes do Experimento I.

O experimento seguiu as regulamentações do Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais da Unicamp (CEP-CHS/Unicamp), o qual aprovou a sua implementação (CAAE: 02199418.7.0000.8142).

Procedimento

A cada participante, um total de sessenta sentenças foram apresentadas de maneira randômica, por meio da utilização do *software* PsychoPy (PEIRCE, 2007, 2008). As sentenças apareciam na tela do computador, de cor branca, segmento a segmento, em font *Arabic* (18pt), cor preta, a cada vez que o participante apertava a barra de espaço do teclado. Ao início de cada sessão, procedia-se a um treinamento do participante com quatro sentenças elaboradas exclusivamente para esse fim. Ao final da leitura de cada frase surgia a pergunta sobre a sua

⁷⁸ É importante mencionar que não foram os mesmos itens distratores que eliminaram os participantes. Isso sinaliza não haver qualquer problema com as nossas previsões quanto a esses itens, mas sim um suposto problema de desatenção do participante.

aceitabilidade, e o participante deveria digitar uma das teclas de 1 a 5. Cada participante levava em torno 20 minutos para concluir toda a tarefa.

4.1.3 Análise dos dados

4.1.3.1 Tempos de leitura

Seguindo o procedimento padrão, excluímos algumas observações de tempo de leitura consideradas bastante atípicas em nossa amostra. Esse foi o caso de valores superiores a 1.500 ms⁷⁹. Essa exclusão afetou 1,1% dos dados de tempo de leitura do SC1, e 1,6% dos dados do SC2.

Para análise dos SC1 e SC2, ajustamos *modelos lineares mistos* (BAAYEN; DAVIDSON; BATES, 2008), com **TEMPO DE LEITURA**⁸⁰ como variável resposta, **CONDIÇÃO SINTÁTICA** do antecedente da elipse como variável preditora, *slopes* e *interceptos* aleatórios para **PARTICIPANTE** e **SENTENÇA**.

Entretanto, seguindo sugestões de Barr *et al.* (2013), optamos por considerar modelos com estruturas mais simples, nos quais não se observou singularidade. No caso da análise do SC1, o modelo obtido sem singularidade foi aquele que não incluiu *slopes* aleatórios⁸¹. Quanto ao SC2, o modelo sem singularidade não incluiu *slopes* aleatórios e nem *intercepto* aleatório por **SENTENÇA**, mas apenas por **PARTICIPANTE**⁸².

⁷⁹ Inicialmente, decidimos que apenas valores superiores a 3000ms seriam excluídos das nossas amostras, o que produziria um impacto substancialmente menor sobre o número total de observações. De fato, até onde alcança o nosso entendimento, parece ainda não haver um consenso a respeito do número ideal a ser definido como linha de corte em análises de tempo de leitura como a que conduzimos aqui. Fraundorf e Jaeger (2016), por exemplo, empregando o mesmo tipo de análise estatística empregado aqui para dados de tempo de leitura, consideram 2000ms como um bom número para linha de corte. Para a nossa amostra, uma linha de corte a partir de 3000ms ou de 2000ms não mudaria os resultados de significância estatística encontrados nas análises dos segmentos críticos, tanto do atual experimento, quanto dos experimentos II e III, com apenas uma exceção: na análise do SC2 do experimento II, constatamos que uma linha de corte em 2000 ou 3000ms levaria a um resultado que, em nossa intuição, não seria confiável. Naquele caso em particular (análise do SC2 do experimento II), a eliminação de um pequeno número de *outliers*, com valores acima de 3000ms, mostrou uma diferença significativa entre duas condições da variável investigada, diferença essa que desapareceu tão logo um número um pouco maior de observações atípicas foi removido da amostra. Em outras palavras, a diferença estatisticamente relevante deixou de existir quando definimos 1500ms como linha de corte na análise daquela amostra. De modo a padronizar esse procedimento entre todos os experimentos, definimos, portanto, 1500ms como linha de corte em todas as análises.

⁸⁰ Como naturalmente se espera, os dados de tempo de leitura não seguem uma distribuição normal e, em razão disso, os resíduos dentro do modelo linear também não seguem uma distribuição normal. Dada a distribuição anormal dos resíduos, optamos por realizar uma transformação logarítmica dos dados. Apesar disso, preferimos apresentar, ao longo de todo o capítulo, gráficos e algumas tabelas com os valores brutos, não transformados.

⁸¹ A fórmula final desse modelo, sem singularidade, foi:

$$\text{TEMPO DE LEITURA} \sim \text{CONDIÇÃO SINTÁTICA} + (1|\text{PARTICIPANTE}) + (1|\text{SENTENÇA}).$$

⁸² A fórmula final desse modelo, sem singularidade, foi:

As análises foram feitas no R (versão 3.1.1., R Core Team, 2020), usando o pacote *lme4* (BATES *et al.*, 2015).

Segmento Crítico 1

No SC1, uma comparação de modelos aninhados (considerando um modelo nulo) indicou que a variável CONDIÇÃO SINTÁTICA contribui significativamente para o modelo ($\chi^2 = 99.084$, $p. < 0.0001$). Abaixo, apresentamos o gráfico das médias de tempo de leitura no SC1, bem como sua respectiva tabela. Uma comparação *post hoc*, par a par, com uma correção de Tukey, foi realizada para verificar a relevância de quaisquer diferenças entre as condições. A tabela 6 sintetiza as comparações pareadas⁸³ com os coeficientes.

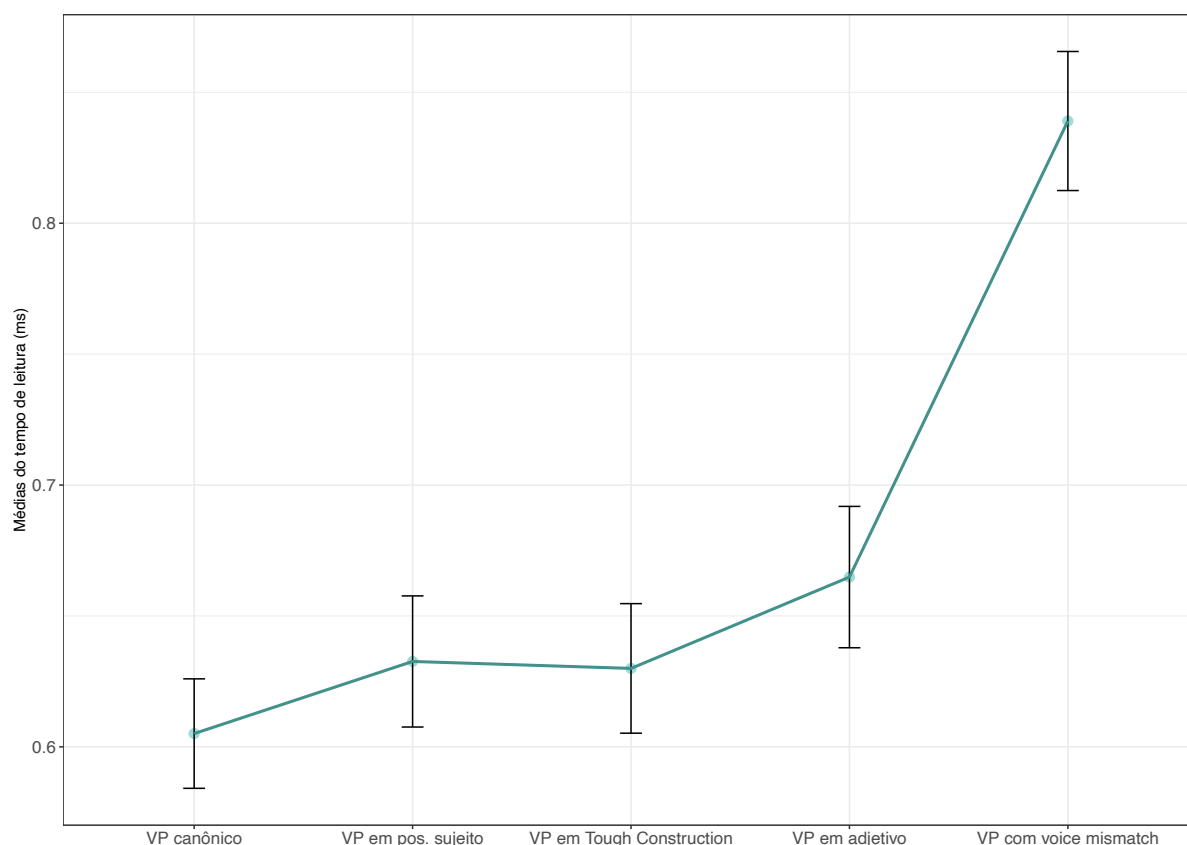


Figura 7 - Média (com erro padrão) do tempo de leitura do SC1 nas cinco condições testadas (Experimento I).

	MÉDIA
vP canônico	0.605 (0.02)

TEMPO DE LEITURA ~ CONDIÇÃO SINTÁTICA + (1|PARTICIPANTE).

⁸³ Destacamos em **negrito** apenas as comparações que resultaram em diferenças estatísticas significativas.

vP em pos. sujeito	0.632 (0.02)
vP em <i>Tough Construction</i>	0.629 (0.02)
vP em adjetivo	0.664 (0.02)
vP com <i>voice mismatch</i>	0.839 (0.02)

Tabela 5 - Médias do tempo de leitura do gráfico na figura 7 (erro padrão)

PAREAMENTO DAS CONDIÇÕES	β	SE	t	p
vP canônico -- vP em pos. sujeito	-0.027179	0.0368	-0.739	0.9474
vP canônico -- vP em <i>Tough Construction</i>	-0.026617	0.0368	-0.724	0.9510
vP canônico -- vP em adjetivo	-0.066500	0.0369	-1.804	0.3725
vP canônico -- vP com VMM	-0.328060	0.0369	-8.895	< 0.001
vP em pos. sujeito -- vP em <i>Tough Constr.</i>	0.000562	0.0368	0.015	1.0000
vP em pos. sujeito -- vP em adjetivo	-0.039321	0.0369	-1.066	0.8238
vP em pos. sujeito -- vP com VMM	-0.300882	0.0369	-8.159	< 0.001
vP em <i>Tough Construction</i> -- vP em adjetivo	-0.039884	0.0369	-1.082	0.8159
vP em <i>Tough Construction</i> -- vP com VMM	-0.301444	0.0369	-8.175	< 0.001
vP em adjetivo -- vP com VMM	-0.261561	0.0370	-7.076	< 0.001

Tabela 6 - Múltiplas comparações pareadas do SC1 (Experimento I)

Como se vê na tabela 6, diferenças significativas foram encontradas apenas quando a condição com VMM estava envolvida. O tempo de leitura do SC1 nessa condição diferiu significativamente de todas as demais condições, que, quando comparadas entre si, não diferiram significativamente. Assim, temos a indicação de que o processamento do SC1, na condição com VMM, é mais custoso que os demais, dado o maior tempo de leitura requerido.

Segmento Crítico 2

Assim como para a análise do SC1, na análise do SC2 procedemos a uma comparação de modelos aninhados (considerando um modelo nulo), e a variável CONDIÇÃO SINTÁTICA foi igualmente significativa para o modelo ($\chi^2 = 108.05$, $p. < 0.0001$). Médias de tempo de leitura desse segmento crítico e comparações das condições também são apresentadas a seguir.

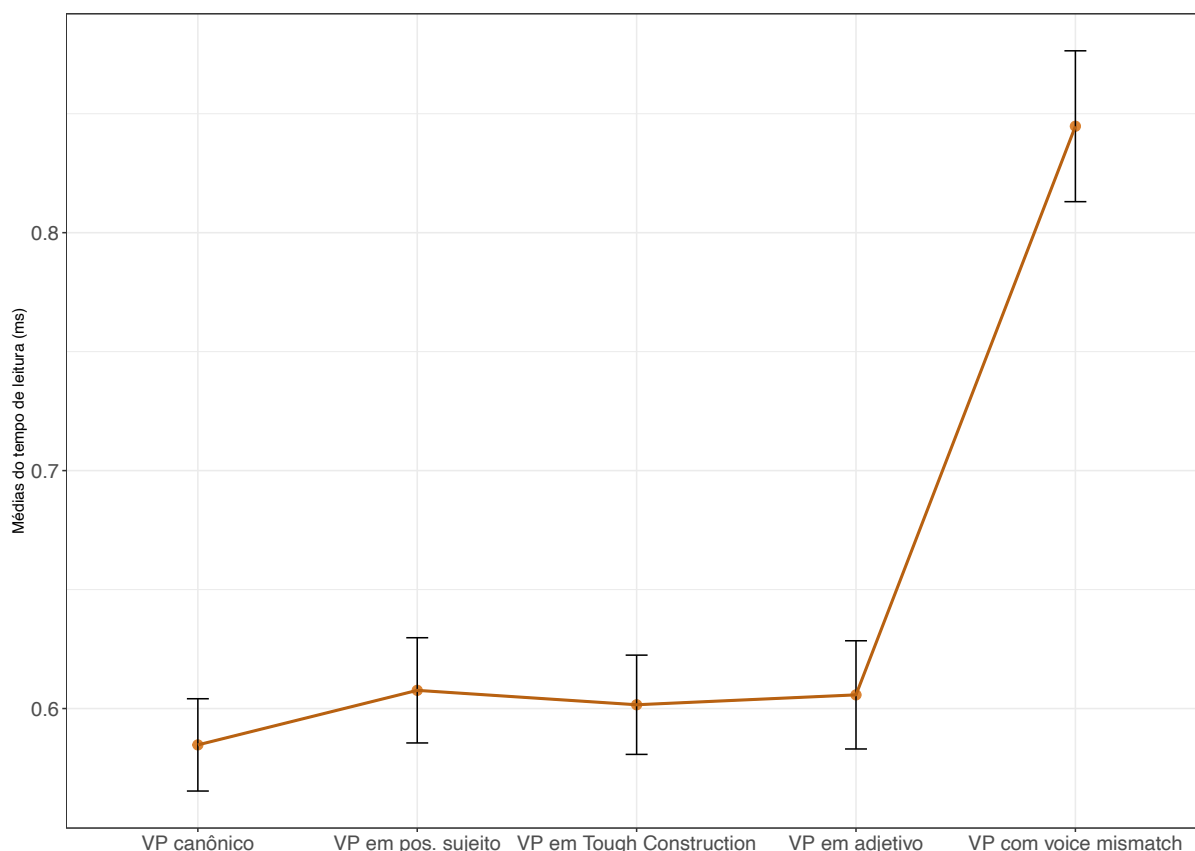


Figura 8 - Média (com erro padrão) do tempo de leitura do SC2 nas cinco condições testadas (Experimento I).

	MÉDIA
vP canônico	0.584 (0.01)
vP em pos. sujeito	0.607 (0.02)
vP em <i>Tough Construction</i>	0.601 (0.02)
vP em adjetivo	0.605 (0.02)
vP com <i>voice mismatch</i>	0.844 (0.03)

Tabela 7 - Média do tempo de leitura do gráfico na figura 8 (erro padrão)

PAREAMENTO DAS CONDIÇÕES	β	SE	t	p
vP canônico -- vP em pos. sujeito	-0.024645	0.0370	-0.667	0.9634
vP canônico -- vP em Tough Construction	-0.025326	0.0370	-0.684	0.9599
vP canônico -- vP em adjetivo	-0.021334	0.0370	-0.576	0.9785
vP canônico -- vP com VMM	-0.344649	0.0377	-9.152	< 0.001
vP em pos. sujeito -- vP em Tough Constr.	-0.000681	0.0370	0.018	1.0000
vP em pos. sujeito -- vP em adjetivo	0.003311	0.0370	0.089	1.0000
vP em pos. sujeito -- vP com VMM	-0.320004	0.0377	-8.497	< 0.001
vP em Tough Construction -- vP em adjetivo	0.003992	0.0371	0.108	1.0000
vP em Tough Construction -- vP com VMM	-0.319323	0.0377	-8.461	< 0.001
vP em adjetivo -- vP com VMM	-0.323314	0.0377	-8.567	< 0.001

Tabela 8 - Múltiplas comparações pareadas do SC2 (Experimento I).

No SC2, o mesmo padrão do SC1 foi observado: a condição com VMM tem em média um tempo significativamente maior de leitura em relação às demais condições. Estas se comportam indistintamente em termos de significância estatística, ou seja, as estimativas de que a diferença entre elas será igual a zero são bastante altas. Com isso, temos a indicação de que apenas na condição com VMM, o SC2 demanda maior custo cognitivo para ser processado. Entre as outras condições, esse custo não se mostrou significativamente diferente.

4.1.3.2 Julgamentos de aceitabilidade

Como detidamente discutem Endresen e Janda (2017), existe uma certa controvérsia na literatura sobre como tratar estatisticamente dados de julgamento de aceitabilidade, como quando providos por meio de uma escala Likert. Estes devem ser analisados como variáveis numéricas ou ordinais? Qual tipo de teste (paramétrico ou não paramétrico) é o mais apropriado?

Apesar de uma escala Likert envolver valores numéricos, entendemos que esses valores são inerentemente categóricos. Isso significa que a relação entre 1 e 2, em uma escala de julgamento de aceitabilidade, é qualitativa, mas não quantitativa (basta pensar que, nessa escala de julgamento, 2 não é o dobro de 1). Por essa razão, achamos mais adequado analisar os níveis da nossa variável resposta JULGAMENTO DE ACEITABILIDADE, em todos os experimentos, como uma variável com níveis de fatores ordenados, mas não como uma variável propriamente numérica.

Para isso, ajustamos um modelo de *regressão logística ordinal de efeitos mistos*, por meio da função *clmm()* do pacote *Ordinal* (Christensen, 2018), no R. A nossa variável preditora era CONDIÇÃO SINTÁTICA do antecedente da elipse, e os efeitos aleatórios do modelo foram PARTICIPANTE e SENTENÇA^{84, 85}. Uma comparação de modelos aninhados (considerando um

⁸⁴ A fórmula do modelo foi, portanto:

$$\text{JULGAMENTO DE ACEITABILIDADE} \sim \text{CONDIÇÃO SINTÁTICA} + (1|\text{PARTICIPANTE}) + (1|\text{SENTENÇA}).$$

⁸⁵ Por *default*, o R lê os níveis de qualquer fator como não ordenados (BAAYEN, 2008, p. 209). Foi necessário utilizar a função *ordered()* para transformar a nossa variável resposta em *ord.factor*.

modelo nulo) constatou que a variável CONDIÇÃO SINTÁTICA contribui significativamente para o modelo ($LR = 496.75$, $p. < 0.0001$).

Na tabela 9, apresentamos como cada um dos níveis de julgamento de aceitabilidade se distribui em nossa amostra, em termos de probabilidade. Observamos probabilidades inversamente proporcionais: de um lado, a condição com VMM com consideráveis probabilidades de receber os valores 1 ou 2; e, do outro lado, as demais condições com altas probabilidades de valores 5 ou 4.

Um tratamento dos dados como observações estritamente numéricas chegou ao gráfico apresentado na figura 9.

NÍVEL DE RESPOSTA = 1		
	Probabilidade	SE
VP canônico	0.00	0.00
VP em pos. sujeito	0.00	0.00
VP em Tough Construction	0.00	0.00
VP em adjetivo	0.00	0.00
VP com voice mismatch	0.62	0.06
NÍVEL DE RESPOSTA = 2		
	Probabilidade	SE
VP canônico	0.01	0.00
VP em pos. sujeito	0.01	0.00
VP em Tough Construction	0.01	0.00
VP em adjetivo	0.02	0.01
VP com voice mismatch	0.27	0.05
NÍVEL DE RESPOSTA = 3		
	Probabilidade	SE
VP canônico	0.02	0.01
VP em pos. sujeito	0.02	0.01
VP em Tough Construction	0.03	0.01
VP em adjetivo	0.03	0.01
VP com voice mismatch	0.07	0.02
NÍVEL DE RESPOSTA = 4		
	Probabilidade	SE
VP canônico	0.16	0.04
VP em pos. sujeito	0.17	0.04
VP em Tough Construction	0.21	0.04
VP em adjetivo	0.25	0.04
VP com voice mismatch	0.04	0.01
NÍVEL DE RESPOSTA = 5		
	Probabilidade	SE
VP canônico	0.81	0.04
VP em pos. sujeito	0.79	0.05
VP em Tough Construction	0.75	0.05
VP em adjetivo	0.70	0.05
VP com voice mismatch	0.01	0.00

Tabela 9 - Probabilidade de cada nível de resposta de julgamento de aceitabilidade ser atribuído a cada uma das condições testadas (Experimento I).

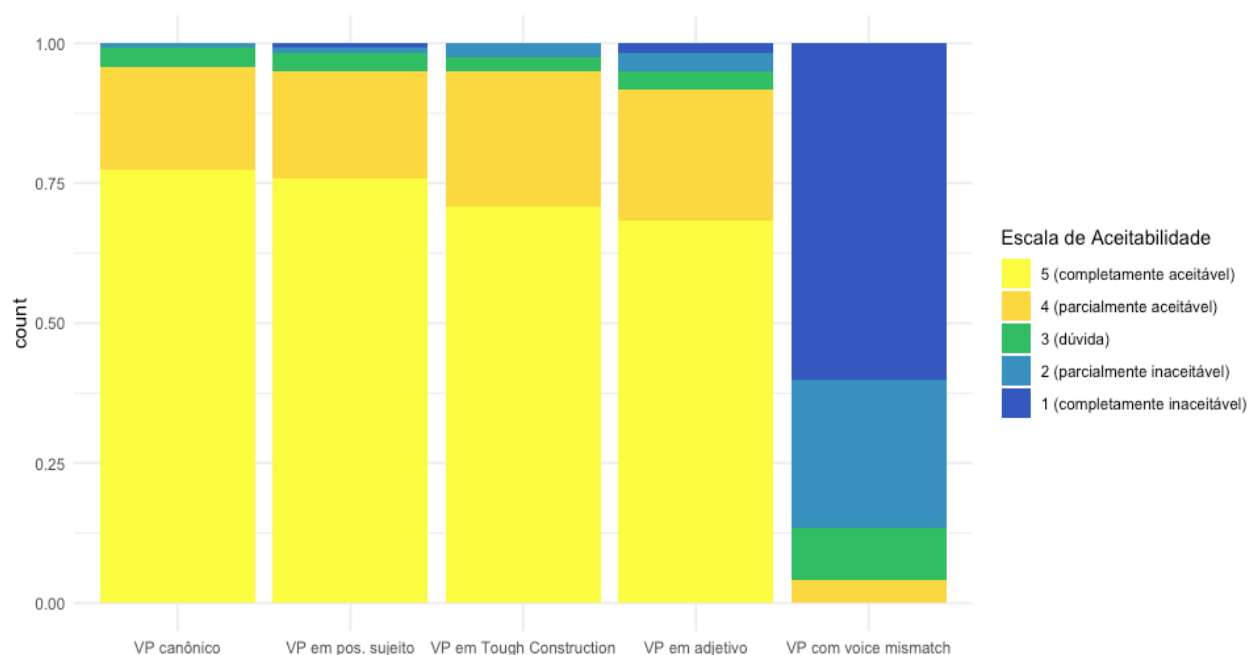


Figura 9 - Distribuição dos níveis de julgamento de aceitabilidade entre as condições testadas (Experimento I)

Uma comparação *post hoc*, corrigida pelo método Tukey, foi realizada com o objetivo de verificar se as estimativas de diferença de julgamento de aceitabilidade entre as condições, analisadas, par a par, eram iguais a zero. Como podemos ver na tabela 10, as diferenças significativas envolvem sempre a condição com VMM. As demais condições, quando comparadas entre si, não diferem significativamente.

COMPARAÇÃO DAS CONDIÇÕES	β	SE	z	p
VP canônico -- VP em pos. sujeito	0.0986	0.320	0.308	0.9980
VP canônico -- VP em Tough Construction	0.3489	0.310	1.124	0.7940
VP canônico -- VP em adjetivo	0.5845	0.309	1.892	0.3214
VP canônico -- VP com VMM	6.5949	0.448	14.707	< 0.001
VP em pos. sujeito -- VP em Tough Constr.	0.2503	0.307	0.816	0.9257
VP em pos. sujeito -- VP em adjetivo	0.4859	0.305	1.593	0.5017
VP em pos. sujeito -- VP com VMM	6.4963	0.444	14.618	< 0.001
VP em Tough Construction -- VPE em adjetivo	0.2356	0.294	0.801	0.9305
VP em Tough Construction -- VP com VMM	6.2461	0.434	14.388	< 0.001
VP em adjetivo -- VP com VMM	6.0105	0.428	14.052	< 0.001

Tabela 10 - Múltiplas comparações pareadas das condições quanto à aceitabilidade (Experimento I).

4.1.4 Discussão

Começamos discutindo os resultados relativos aos dados de julgamento de aceitabilidade, considerados aqui como bastante informativos da representação gramatical do fenômeno. Vimos que apenas a condição com VMM (condição E) apresentou um prejuízo expressivo de sua aceitabilidade, sendo o nível 1 de julgamento aquele com a maior probabilidade de ser atribuído a essa condição, conforme nos mostra a tabela 9. Enquanto isso, o nível de julgamento com maior probabilidade nas outras condições foi 5. Apesar da variação naturalmente esperada entre todas as condições, a constatação de que essa variação não é estatisticamente relevante entre as condições A-D nos leva a importantes pontos de discussão.

Primeiramente, a observação de que as condições B, C e D não se distinguem significativamente da condição A inviabiliza uma discussão em termos de *efeito subliminar de mismatch sintático*, no sentido de Almeida (2014). Mesmo operando com uma escala granular de aceitabilidade, e considerando que identidade sintática é uma condição universal da gramática de elipse, o fato de não haver penalidades sobre a aceitabilidade da elipse nas condições em B-D, tal que essas condições não se distinguem significativamente da condição gramatical em A, não nos encoraja a considerá-las (as condições B-D) como agramaticais, assim como fazem Arregui e colegas em relação a essas mesmas condições no inglês.

Os resultados aqui alcançados, quanto aos padrões de aceitabilidade dessas condições, colocam a seguinte questão: considerando que recuperabilidade sintática é uma condição universal da gramática de elipse, o que explicaria as diferenças relativas à aceitabilidade dessas condições de VPE no PB e no inglês? Algumas possibilidades lógicas podem ser exploradas.

Na primeira delas, diríamos que essa diferença seria consequência de diferenças metodológicas, relacionadas, por exemplo, às escalas de aceitabilidade utilizadas nos experimentos: enquanto no experimento de Arregui *et al.* (2006), uma escala categórica binária (aceitável vs inaceitável) foi utilizada para coletar dados de aceitabilidade, no estudo aqui apresentado, uma escala Likert de 5 pontos foi empregada. Essa explicação, contudo, não nos convenceria, tendo em vista a previsão de que a metodologia por nós empregada é, certamente, mais adequada para capturar uma aceitabilidade granular, e, com isso, mostrar

efeitos subliminares, não observáveis por meio de uma escala binária, como discute Almeida (2014).

Alternativamente, poderíamos explicar a penalidade quanto à aceitabilidade dessas condições no inglês, bem como a ausência de penalidade no PB, assumindo que essa diferença refletiria mecanismos distintos de processamento do mesmo fenômeno linguístico nas duas línguas. Entretanto, apesar de essa ser uma possibilidade lógica, não consideramos minimamente razoável postular que diferentes línguas devem requerer diferentes meios de processar um mesmo fenômeno linguístico, em condições equivalentes.

Restam, então, duas outras possibilidades, essas sim consideradas mais viáveis.

Em uma delas, essas diferenças se justificariam em vista da possibilidade de haver diferenças entre as duas gramáticas, tal que, enquanto no inglês um determinado antecedente de uma elipse de vP tem uma estrutura gramatical explicada de uma maneira X, aquilo que é superficialmente o mesmo tipo de antecedente de uma elipse de vP no PB deve ter, na verdade, uma estrutura gramatical explicada de uma maneira Y.

Consideremos, por exemplo, a condição C, em que o antecedente de um vP elidido está contido em uma construção do tipo *tough*. É bem conhecido que construções *tough* do inglês guardam certas peculiaridades. Como registra Barra Ferreira (2000), determinadas propriedades idiossincráticas da gramática do inglês simplesmente não permitem, por exemplo, que, em construções *tough* dessa língua, o sujeito da oração matriz seja tematicamente relacionado com a posição de sujeito do verbo infinitivo encaixado. No inglês essa relação só pode se dar com a posição de objeto do verbo infinitivo.

- (2) a. John is easy to love.
 ‘João é fácil de amar’.
- b. *John is easy to fall in love.
 ‘João é fácil de amar alguém’.

(BARRA FERREIRA, 2000, p. 92)

Como aponta Barra Ferreira (ver ainda GALVES, 1987 e MORENO, 2014), o PB, por outro lado, permite que o DP em T matriz, nessas construções, possa se associar tematicamente tanto com a posição de objeto da infinitiva encaixada, quanto com a posição de sujeito desse verbo. O dado a seguir mostra isso. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

(3) João é difícil de pagar as pessoas.

Os fatos observados em (2) e (3) mostram, então, que o inglês e o PB instanciam diferenças quanto à sintaxe de construções *tough*, diferenças essas que devem responder pelas possibilidades interpretativas relacionadas à gramática desse tipo de construção nessas línguas.

E, de fato, outras diferenças entre construções *tough* do inglês e do PB podem ser apontadas. Como adicionalmente registra Barra Ferreira (2000), efeitos de subjacência observados no inglês – capturados seja por uma análise em termos de operador nulo, como a de Chomsky (1977; 1981), seja por análises de movimento lateral, como a de Hornstein (2001) – falham em ser observados no PB, o que, segundo Barra Ferreira (2000), é informativo de alguma diferença entre essas duas línguas quanto à gramática de construções *tough*. Enquanto se sabe (ver seção 3.3.1 do capítulo anterior) que construções *tough* no inglês são sensíveis a efeitos de subjacência semelhantes àqueles encontrados em construções envolvendo movimento de elementos *wh*, Barra Ferreira (2000, p. 94) mostra que esses efeitos simplesmente desaparecem no PB em alguns casos, como aqueles exemplificados em (4), a seguir, envolvendo a presença de ilhas.

- (4) a. Estes livros são fáceis da gente encontrar alguém que já tenha lido ___ mais de uma vez.
- b. O João é difícil da gente saber como agradar ___.

Assumindo a mesma proposta de Hornstein (2001), usada aqui no capítulo anterior para descrever aspectos da sintaxe de construções *tough*, Barra Ferreira (2000) acredita que as diferenças entre o inglês e o PB relativamente à sensibilidade a efeitos de subjacência podem ser explicadas assumindo-se que a gramática dessas construções nas duas línguas é idêntica em todos os aspectos apresentados na proposta de Hornstein (2001)⁸⁶,

⁸⁶ Seguindo a proposta de Hornstein, Barra Ferreira (2000) admite que construções com predicado *tough* no PB também envolvem movimento lateral de um DP da infinitiva encaixada para a oração matriz, que contém o adjetivo *tough*. Para Barra Ferreira, uma dependência A-barrada também deve ser observada entre a posição de objeto do verbo infinitivo encaixado e CP da oração que contém esse verbo. A diferença entre o inglês e o PB estaria no entendimento de que, enquanto no inglês essa dependência é gerada por movimento dentro da oração infinitiva,

exceto por um pequeno detalhe: para Barra Ferreira (2000), no PB, a posição de objeto do infinitivo encaixado de estruturas com predicados do tipo *tough* abrigaria um *pro* ligado A-barra por um sintagma gerado na periferia esquerda (TopP) da oração infinitiva adjunta. Para esse autor, as sentenças em (4) teriam representações como aquelas em (5).

(5) a. [_{TP} [_{TP} Estes livros são [_{AP} fáceis estes livros]] [_{TopP} estes livros [_{CP} da gente encontrar alguém que já tenha lido pro mais de uma vez]]].

b. [_{TP} [_{TP} O João é [_{AP} difícil o João]] [_{TopP} o João [_{CP} da gente saber como agradar pro]]].

Uma vez que, na análise de Barra Ferreira, a dependência A-barra entre o DP em questão e seu respectivo *pro* não é produzida por movimento, a presença de ilhas, nesses casos, não interfere na boa formação dessa dependência⁸⁷.

Note que não estamos, aqui, assumindo a proposta de Barra Ferreira (2000)⁸⁸ para o PB, apesar de esta ser bastante interessante. Com toda a discussão trazida a partir desse autor, queremos apenas indicar que é perfeitamente possível que pequenas diferenças, entre o PB e o inglês, no que diz respeito à sintaxe de construções com predicados *tough*, advenham de diferenças entre as gramáticas dessas línguas, que requerem formalizações também distintas daquilo que é, aparentemente, uma mesma construção.

Para tornar isso ainda mais concreto, suponhamos, por exemplo, que Hornstein (2001) e Barra Ferreira (2000) estejam corretos quanto à possibilidade de explicar construções com predicado *tough* via movimento lateral de um DP gerado originalmente na posição de

no PB, ela não envolveria movimento. Os demais aspectos da proposta do Hornstein são mantidos, quais sejam: a oração infinitiva encaixada é um adjunto, e o DP que se move lateralmente recebe dois papéis temáticos.

⁸⁷ A análise de Barra Ferreira, contudo, apesar de bastante ousada e elegante, nada teria a dizer, em nosso entendimento, a respeito do fato de que, em algumas situações, parece sim que construções do tipo *tough* são, assim como no inglês, sensíveis a efeitos de subjacência que seriam plenamente explicados via uma análise de movimento do DP a partir da posição de objeto. O caso em (i) a seguir, apresentado em Barra Ferreira (2000, p. 87) como tradução de um dado mal formado no inglês, é exemplo de uma má formação também no PB, supostamente explicada por uma violação de ilha, que, nesse caso, é um DP complexo.

(i) *João é fácil da gente descrever *pro* Pedro um plano pra assassinar ____.

⁸⁸ A rigor, a proposta de Barra Ferreira (2000) faria a previsão de que, no inglês, VPE cujo antecedente é um vP envolvido em uma construção *tough* (sendo esse tipo de construção analisada nos moldes de Hornstein, 2001) seria perfeitamente aceitável, já que teríamos, assim, paralelismo sintático entre o vP antecedente e o vP elidido; opostamente, para o PB a previsão seria a de que VPE nessa mesma condição causaria algum ruído quanto a sua aceitabilidade, já que, para Barra Ferreira, a posição de objeto do verbo infinitivo encaixado dessas construções abriga um *pro*. Não foi o que Arregui et al. (2006) encontraram no inglês, nem tampouco o que encontramos no PB, em relação a essa condição.

objeto do verbo infinitivo encaixado (considerando, portanto, que movimento lateral é uma possibilidade codificada pela Gramática Universal). Agora suponha que uma explicação de construções *tough* rigorosamente nesses termos, para uma dada língua, deve depender de uma conjuntura de outros fatores gramaticais, em torno, por exemplo, de como o verbo infinitivo encaixado dessas construções é derivado na língua em questão.

Se Rose (2018), por exemplo, estiver correta em sua análise, e o *to infinitive*⁸⁹ de construções *tough* do inglês for resultado de um processo de nominalização do VP lexical por um núcleo nominalizador *n*⁹⁰, então, no inglês, movimento lateral não é necessário para explicar a relação entre o DP na posição de sujeito da matriz e o *gap* na posição de objeto do infinitivo encaixado. Na análise dessa autora, uma vez que o VP infinitivo é nominalizado, a associação feita entre o sujeito do predicado *tough* e a estrutura argumental do infinitivo é feita apenas semanticamente, em LF (Cf. ROSE, 2018, p. 110). Sob essa ótica, a rigor, não haveria, no inglês, um *gap* sintático à direita do infinitivo⁹¹, mas apenas a possibilidade, gerada pela nominalização, de uma associação semântica com essa posição. Perceba que, sob essa análise em particular, no inglês, o ruído de aceitabilidade relacionado a VPE cujo antecedente está em uma construção *tough* é, de fato, naturalmente esperado, tendo em vista a ausência

⁸⁹ Assim como para Hornstein (2001) e Barra Ferreira (2000), para Rose (2018) a oração infinitiva de construções *tough* é um adjunto.

⁹⁰ Sob essa ótica, o infinitivo de construções *tough* do inglês seria um infinitivo nominal, em oposição a um infinitivo verbal.

⁹¹ Em nossa avaliação, o principal argumento empírico apresentado por Rose (2018) para sustentar que não haveria um real *gap* sintático à direita do infinitivo nominalizado, nesses casos, está na observação de que parece ser a ausência do argumento interno do verbo o que precisamente permite a um *to-infinitive* nominalizado expressar uma característica, propósito ou propriedade do sujeito, como se vê nos casos em (i). Esse uso atributivo do infinitivo deixa de existir quando aquilo que é o sujeito, nos exemplos em (i), é inserido na posição de objeto do *to-infinitive*, mesmo este ainda sendo argumento, como é possível observar em (ii), em que o infinitivo passa a ter uma leitura de ação ou conceito. Curiosamente, como aponta Rose (2018), o *to-infinitive* encaixado de construções *tough* em que um *gap* à direita do verbo é encontrado, também tem uso atributivo. Os dados a seguir são de Rose (2018, p. 101-102).

- (i)
 - a. You are to blame
 - b. The house is to let
 - c. My books are to read and love and re-read again
 - d. Toys are to play with, right?
 - e. That chocolate cake is to die for

- (ii)
 - a. To blame you is easier than trying to understand you
 - b. To let the house where I grew up is going to be hard on me
 - c. To read my books and love them and re-read them again is a permanent delight
 - d. To play with toys is an important part of childhood
 - e. To die for chocolate cake would be foolish, but this is so good I'd almost be willing to make the sacrifice

de paralelismo sintático entre o vP elidido e o vP antecedente, que, a rigor, seria um VP nominalizado, sem uma posição sintática de objeto, e sem uma camada vP.

A hipótese de nominalização, tal como apresentada por Rose (2018) explicaria, adicionalmente, a diferença entre o PB e o inglês apontada por Barra Ferreira (2000) e outros estudiosos, relativamente à possibilidade de associar o DP em T matriz com a posição argumental de sujeito da infinitiva encaixada. Como vimos, essa associação, que é possível no PB, não é possível no inglês. De acordo com a hipótese de nominalização proposta por Rose (2018) isso seria explicado assumindo-se que o núcleo *n* que nominaliza o infinitivo no inglês seleciona apenas o VP, isto é, a nominalização não inclui o núcleo *v* responsável por introduzir um argumento externo para o verbo. Com isso, não haveria como postular uma relação temática entre o DP em T da matriz e essa posição, que, a rigor, não estaria incluída na nominalização.

Se, no PB, esse infinitivo é verbal, mas não nominal, não só a posição de argumento externo do vP infinitivo está disponível para uma relação temática com o DP na posição de sujeito da matriz (ver (3) acima), como também movimento lateral pode explicar a relação do DP na posição de sujeito da matriz com a posição de objeto do verbo infinitivo encaixado, como acreditamos ser o caso, baseados na proposta de Hornstein (2001).

A explicação esboçada até aqui é, portanto, consistente com a ideia de que as diferenças entre o PB e o inglês – relativamente à aceitabilidade de VPE cujo antecedente é o infinitivo de uma construção *tough* – são devidas a supostas diferenças nas gramáticas desse tipo de construção nas duas línguas, tal que um *mismatch* relevante é previsto nessa condição da elipse no inglês, mas inexistente no PB, e, por isso, essa condição é aceitável nesta última língua.

Se não são diferenças gramaticais a causa das diferenças encontradas entre o inglês e o PB quanto à aceitabilidade de todas as condições testadas, então nos resta supor que as razões apresentadas por Arregui *et al* para justificar a agramaticalidade e os diferentes graus de aceitabilidade observados no experimento 1 desses autores (ver figura 2 no capítulo anterior) não são razões exatamente legítimas. Perceba que, em qualquer um dos cenários apontados, não estamos necessariamente negando o cerne da hipótese da reciclagem, proposta por aqueles autores, mas estamos, no limite, apenas questionando se as condições de VPE testadas por aqueles autores no inglês são de fato agramaticais pelas razões por eles levantadas.

O que, por ora, podemos afirmar é que, no PB, essas condições são processadas *offline* como qualquer outra condição em que VPE é gramatical, e então não temos, a julgar pelos resultados alcançados, razões para entender que essas condições de VPE são agramaticais no PB.

Os resultados encontrados em nosso experimento são consistentes com as análises gramaticais apresentadas nas seções 3.3.1 e 3.3.2 do capítulo anterior, quando defendemos que essas mesmas condições não são representativas de problema de subgeração, já que, em termos derivacionais, identidade sintática pode estar sendo devidamente calculada, assumindo-se o corpo de assunções apresentadas naquelas seções. Assim, podemos concluir, preservando a condição de recuperabilidade sintática da elipse, que o *mismatch* sintático observado no PB é apenas aparente, e que, portanto, essas condições são gramaticais⁹².

Agora, avancemos a discussão para aspectos do processamento *online* do fenômeno.

Como já afirmamos, a hipótese da reciclagem faz a previsão de que, na ausência de qualquer *mismatch* sintático gramaticalmente relevante, *Copy α* , um mecanismo de cópia, livre de custo, é usado pelo *parser*, que simplesmente copia a estrutura do antecedente no local da elisão, e assim uma reconstrução não é necessária (Cf. ARREGUI *et al.*, 2006, p. 236; FRAZIER; CLIFTON, 2001). Ou seja, esses autores acabam prevendo que o *parser* tem duas maneiras de processar estruturas elididas: o *parser* pode (i) copiar a estrutura do antecedente quando este é *sintaticamente idêntico*, o que não deve demandar custo significativo de processamento; mas quando o antecedente não é sintaticamente idêntico, o *parser* pode (ii) reconstruir/reciclar a sua estrutura, utilizando-se, para isso, de informações disponíveis no antecedente, algo que deve gerar um significativo custo de processamento. Apesar de fazerem essas previsões, o estudo desses autores não as testa, pois discute apenas resultados de medidas de processamento *offline*, como são os julgamentos de aceitabilidade.

Os resultados alcançados com o nosso estudo de leitura automonitorada – que aferiu informações sobre o processamento *online* da elipse – mostram que, de fato, a não aceitabilidade de um *mismatch* indiscutivelmente agramatical (condição E) vem

⁹² Quanto à condição B, ressalte-se, ainda, que aceitabilidade indistinta de VPE nessa condição (relativamente às condições A, C e D), em que o vP antecedente ocupa a posição de sujeito da matriz, indica, contrariamente ao que sugerem Arregui *et al.* (2006) e assume Parker (2018), que a recuperabilidade da elipse não deve ser sensível à posição do vP antecedente dentro da oração que antecede a elipse.

acompanhada por uma penalidade no processamento de segmentos críticos para a resolução da elipse. Por outro lado, se a elipse é gramatical, como estamos assumindo em relação às condições A-D, ela é aceitável e nenhuma penalidade significativa é observada em relação ao seu processamento *online*. Como vimos, os dois segmentos críticos analisados em todas as condições só mostraram maior custo para serem processados na condição *baseline* indiscutivelmente agramatical. Nas demais condições, esses segmentos críticos foram processados como na condição *baseline* gramatical.

Isso nos leva a um segundo ponto de observação, a saber, a questão do alinhamento entre a gramática e o processamento de elipse. O fato de o processamento *offline* da elipse, isto é, o seu julgamento de aceitabilidade, ter sido significativamente prejudicado apenas quando uma penalidade no seu processamento *online* foi detectada (condição E), leva-nos a concluir que, considerando as condições aqui testadas, há um alinhamento entre a gramática e o processamento de VPE no PB. Elaboraremos sobre esse achado na discussão geral, ao final deste capítulo, após termos apresentado resultados de outros dois experimentos, que também exploram essa questão.

4.2 Experimento II: *mismatch* de número em elipses de predicados adjetivais

4.2.1 Introdução

O experimento reportado nesta seção continua explorando potenciais casos de subgeração decorrentes de ausência de paralelismo entre antecedente e elipse. Dessa vez, tratamos de elipse no nível do predicado nominal, e testamos os impactos, *online* e *offline* da falta de isomorfismo entre o nome elidido e o seu antecedente, em relação à informação de número. Assim como no experimento anterior, leitura automonitorada foi a técnica que usamos para a aferição do processamento *online*, e, por meio do julgamento de aceitabilidade das sentenças, tivemos acesso a informações de como essas estruturas são processadas *offline*.

A escolha por um estudo experimental contemplando *mismatch* morfológico quanto a informações de número e de gênero⁹³, em elipse de sintagmas predicativos no PB, foi motivada pelas seguintes considerações.

⁹³ Sobre *mismatch* de gênero, ver experimento III, reportado na seção 4.3 deste capítulo.

Primeiramente, há, como visto na seção 2.3.2.3 do capítulo 2, uma literatura bastante consolidada em torno desse domínio empírico (Cf. ZOCCA, 2003; NUNES; ZOCCA, 2005, 2009, BOBALJIK; ZOCCA, 2011), detidamente ocupada em oferecer explicações para os limites de possibilidades da gramática quando a questão é *mismatch* morfossintático em elipses no PB. Assim, essa literatura se propõe a explicar as razões fundamentalmente gramaticais por que *mismatches* de uma mesma natureza são ora permitidos, ora proibidos pela gramática. A ideia de explicações puramente gramaticais para a (in)aceitabilidade de alguns *mismatches*, que aponta que eles podem ser apenas aparentes, inspirou, aliás, as nossas discussões na seção 3.3 do capítulo anterior. Assim, esse domínio empírico nos dá a oportunidade de examinar experimentalmente a validade de explicações puramente gramaticais para (in)aceitabilidade de alguns casos de *mismatch*, mostrando que a gramática tem um papel de grande peso quando a questão é a aceitabilidade da elipse.

Em segundo lugar, examinar o domínio empírico de *mismatches* quanto a informações traçuais dos itens lexicais elididos – como podem ser consideradas informações de número e de gênero – nos permite checar previsões elaboradas (muito embora não testadas) por Arregui *et al.* (2006). Segundo esses autores, *mismatch* de um traço como o de número deve requerer uma reciclagem do antecedente, considerada bastante “fácil” de ser executada pelo *parser* (2006, p. 242). Note que, de acordo com a proposta desses autores, se um *mismatch* de número requer operações de reciclagem, esse tipo de *mismatch* é, estritamente falando, agramatical – lembre que operações de reciclagem só são requeridas em casos de agramaticalidade⁹⁴. Seguindo essa proposta, esperaríamos, então, que *mismatch* de número, apesar de bastante aceitável, já que é um *mismatch* considerado fácil de reparar, mostrasse, em termos de processamento *online*, alguma penalidade, quando comparado ao processamento da elipse sem esse tipo de *mismatch*.

Não sendo encontrada qualquer diferença significativa em como a elipse é processada com ou sem *mismatch*, temos então uma explicação mais simples, baseada apenas na teoria gramatical: nesse caso, o *mismatch* é apenas aparente, como sugerem Nunes e Zocca (2009), e a sua aceitabilidade deve ser explicada da mesma maneira como é explicada a aceitabilidade de uma versão da elipse sem *mismatch*.

⁹⁴ A esse respeito, Arregui *et al.* (2006, p. 234) são claros: “Nós consideramos reciclagem uma estratégia de reparo de desempenho para uma estrutura que é, estritamente falando, agramatical”. Originalmente: “We consider recycling to be a performance repair strategy for a structure that is, strictly speaking, ungrammatical.”

4.2.2 Métodos

Materiais de teste

Foram elaborados vinte e quatro conjuntos de sentenças, cada conjunto contendo uma mesma sentença em quatro condições diferentes. Em (2), apresentamos um desses conjuntos como exemplo, e, em seguida, descrevemos cada uma das condições. Para a lista completa das sentenças do atual teste, ver APÊNDICE B.

(2) *Exemplo de estímulos testados no experimento II*

- Condição A. Esse cogumelo é **comestível**, mas aquele ali não é, pois ele é tóxico.
- Condição B. Esses cogumelos são **comestíveis**, mas aquele ali não é, pois ele é tóxico.
- Condição C. Esse cogumelo é **comestível**, mas aqueles ali não são, pois são tóxicos.
- Condição D. Esses cogumelos são **comestíveis**, mas aqueles ali não são, pois são tóxicos.

O material em (2) ilustra um *design* 2x2. O primeiro fator é **MATCHING**: a informação de número do nome elidido pode combinar (*Match* - condições A e D) ou não combinar (*Mismatch* - condições B e C) com a informação de número do antecedente da elipse; o segundo fator é **MARCAÇÃO**: o traço de número do nome recuperado no local da elisão pode ser *marcado* (plural – condições C e D) ou *não marcado* (singular – condições A e B).

A variável **MARCAÇÃO** foi aqui considerada em razão de já haver, na literatura, uma discussão sobre *mismatch* de gênero e número em elipses nominais, em que se considera, sobretudo em relação a *mismatch* de gênero (cf. NUNES; ZOCCA, 2005, 2009, BOBALJIK; ZOCCA, 2011) – mas ver também Aparicio, Franich e Xiang (manuscrito)) em relação a *mismatch* de número – a possibilidade de, em alguns casos, o antecedente em forma não marcada licenciar a elisão do nome correspondente em forma marcada, mas o inverso não ser possível (“*João é ator e Maria também é [atriz]*” vs “**Maria é atriz e João também é [ator]*”). Apesar de manifestarmos preocupação com essa variável a ponto de incluí-la em nossa análise – seguindo o mesmo procedimento de Aparicio, Franich e Xiang (manuscrito) – não esperávamos encontrar interação entre essa variável e a variável **MATCHING**.

Como uma tentativa de garantir a percepção do contraste entre singular e plural, selecionamos adjetivos como *comestível*, do exemplo em (2), que se destacam por algum grau de saliência fônica, conforme discute a literatura sociolinguística (SCHERRE; NARO,

2010), SCHERRE, 1988, entre outros). Nesse caso, a saliência fônica do adjetivo está associada à maior discrepância fonética e morfológica que se observa no contraste entre singular e plural⁹⁵. Três grupos de adjetivos foram selecionados, de acordo com o tipo de saliência fônica: (i) adjetivos com metafonia, como observada no contraste *precioso-preciosos*; (ii) adjetivos terminados em -l, nos quais a marca de plural gera mudança na sílaba, como em *comestível-comestíveis*; e (iii) adjetivos terminados em -r, em que a marca de plural se dá pelo acréscimo de -ES, como *conservador-conservadores*.

Para o teste de leitura automonitorada, as sentenças-alvo do atual teste foram segmentadas como exemplificado a seguir.

					SC1	SC2	
Esse cogumelo	é	comestível,	mas	aqueles ali	não são,	pois	são tóxicos.

Tabela 11 - Exemplo de segmentação usada no experimento II de leitura automonitorada.

Como vemos, o Segmento Crítico 1 (**SC1**) compreende negação+cópula+vírgula (/não são,/), sendo a flexão de número na cópula (é/são) a única variação desse segmento observada entre todos os itens experimentais. Entendemos que a vírgula após a cópula já denuncia ao leitor que ali está sendo processada uma elipse.

O Segmento Crítico 2 (**SC2**) correspondeu sempre à conjunção explicativa /pois/, e servia para evitar que o SC1 coincidisse com o último segmento da sentença, e também para capturar um possível efeito *spillover*.

Assim como no experimento anterior, ao final da leitura de cada sentença, o participante registrava o seu julgamento de aceitabilidade sobre a sentença, considerando uma escala Likert de 5 pontos.

As sentenças experimentais – contrabalançadas por meio de um *design* em quadrado latino – foram intercaladas com 48 sentenças distratoras, sendo metade destas claramente agamaticais e inaceitáveis, e a outra metade gramaticais e aceitáveis. As sentenças distratoras utilizadas podem ser encontradas no APÊNDICE D.

⁹⁵ Estamos conscientes de que saliência fônica certamente seria um recurso mais útil caso o estímulo fosse ouvido, em vez lido. Neste experimento, saliência fônica não constituiu um fator controlado.

Participantes

Trinta falantes nativos do PB se voluntariaram para o atual experimento. Assim como para o experimento anterior, não nos preocupamos com diferenças de natureza dialetal entre os participantes, que foram recrutados na UNICAMP, e advinham de diferentes regiões do país. Quanto ao nível de escolaridade, todos tinham ensino superior completo ou em andamento. Os participantes precisavam ter idade superior a 18 anos, ter o PB como língua materna, não apresentar problemas de visão não corrigidos por óculos ou lentes de contato, e desconhecer o fenômeno linguístico investigado.

Dos trinta participantes, um teve seus dados desconsiderados para a análise final, por ter julgado como completamente inaceitáveis mais de três sentenças distratoras que eram claramente gramaticais e para as quais a quase totalidade dos outros participantes atribuíram valor máximo de aceitabilidade. Com isso, dados de 29 participantes receberam análise estatística. Informações adicionais dos participantes são encontradas na tabela a seguir.

<i>Informações de background</i>		
IDADE	variação	média (desvio padrão)
	18—32	22.7 (4.4)
SEXO	masculino	feminino
	11 (36,7%)	19 (63,3%)
Total de 30 participantes, dos quais 29 tiveram seus dados analisados		

Tabela 12 - Sintetização de informações dos participantes do Experimento II.

O experimento seguiu as regulamentações do Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais da Unicamp (CEP-CHS/Unicamp), o qual aprovou a sua execução (CAAE: 02199418.7.0000.8142).

Procedimento

Cada participante lia um total de setenta e duas sentenças que eram apresentadas de maneira randômica, com a utilização do *software* PsychoPy. As sentenças apareciam na tela branca do computador, segmento a segmento, em font *Arabic* (18pt), cor preta, a cada vez que o participante apertava a barra de espaço do teclado. Antes de o participante iniciar a sessão experimental propriamente, realizávamos um treinamento com quatro sentenças elaboradas

exclusivamente para esse fim. Ao final da leitura de cada sentença surgia a pergunta sobre a sua aceitabilidade, e o participante deveria digitar uma das teclas de 1 a 5. Os participantes levavam em torno de 22 minutos para concluir toda a tarefa.

4.2.3 Análise dos dados

4.2.3.1 Tempos de leitura

Seguindo o mesmo procedimento adotado para as análises no experimento I, eliminamos da amostra observações atípicas com valores superiores a 1500ms⁹⁶, o que afetou 1,5% dos dados de tempo de leitura do SC1 e 1,8% dos dados do SC2.

Modelos lineares mistos (Cf. BAAYEN; DAVIDSON; BATES, 2008) foram ajustados para a análise dos SCs 1 e 2⁹⁷, tendo como variável resposta o TEMPO DE LEITURA, sendo as variáveis preditoras incluídas MATCHING e MARCAÇÃO. Além disso, uma terceira variável preditora, correspondente à interação entre esses dois fatores, foi incluída no modelo. Seguindo Barr *et al.* (2013), construímos, inicialmente, um modelo com todos os efeitos randômicos possíveis, o que incluiu *Slopes* de MATCHING e MARCAÇÃO e *interceptos* aleatórios para PARTICIPANTE e SENTENÇA. Para a análise dos dados do SC1, o modelo mais completo convergente foi aquele que não incluiu *slopes*, mas apenas interceptos aleatórios para PARTICIPANTE⁹⁸; quanto ao SC2, o melhor modelo convergente não incluiu *slopes* nem para PARTICIPANTE e nem para SENTENÇA, mas apenas interceptos para essas duas variáveis aleatórias⁹⁹. A partir de tais modelos, procedemos a comparações aninhadas.

As análises foram feitas no R (versão 3.1.1., R Core Team, 2020), usando o pacote *lme4* (BATES *et al.*, 2015).

Segmento Crítico 1

Uma comparação com modelos aninhados mostrou que nenhuma das variáveis incluídas em nossa equação teve efeito significativo. Ou seja, nem a interação entre MATCHING

⁹⁶ Ver nota 80

⁹⁷ Ver nota 81.

⁹⁸ A fórmula final desse modelo, sem singularidade, foi:

$$\text{TEMPO DE LEITURA} \sim \text{MATCHING} * \text{MARCAÇÃO} + (1 | \text{PARTICIPANTE}).$$

⁹⁹ A fórmula final desse modelo, sem singularidade, foi:

$$\text{TEMPO DE LEITURA} \sim \text{MATCHING} * \text{MARCAÇÃO} + (1 | \text{PARTICIPANTE}) + (1 | \text{SENTENÇA}).$$

e MARCAÇÃO ($\chi^2 = 0.049, p. 0.8249$), nem a variável MARCAÇÃO ($\chi^2 = 3.3394, p. 0.06764$) e nem a variável MATCHING ($\chi^2 = 1.4043, p. 0.236$) são fatores que explicam a variação encontrada em nosso conjunto de dados.

Em consequência disso, os coeficientes do modelo que incluiu apenas MATCHING como variável preditora – sobre a qual recaiu a nossa principal previsão – não apontaram diferença significativa no tempo de leitura entre sentenças com *match* e sentenças com *mismatch* de número ($\beta = -0.02776, t = -1.186, p 0.236$).

A seguir, apresentamos o gráfico com as médias de tempo de leitura do SC1, com sua respectiva tabela.

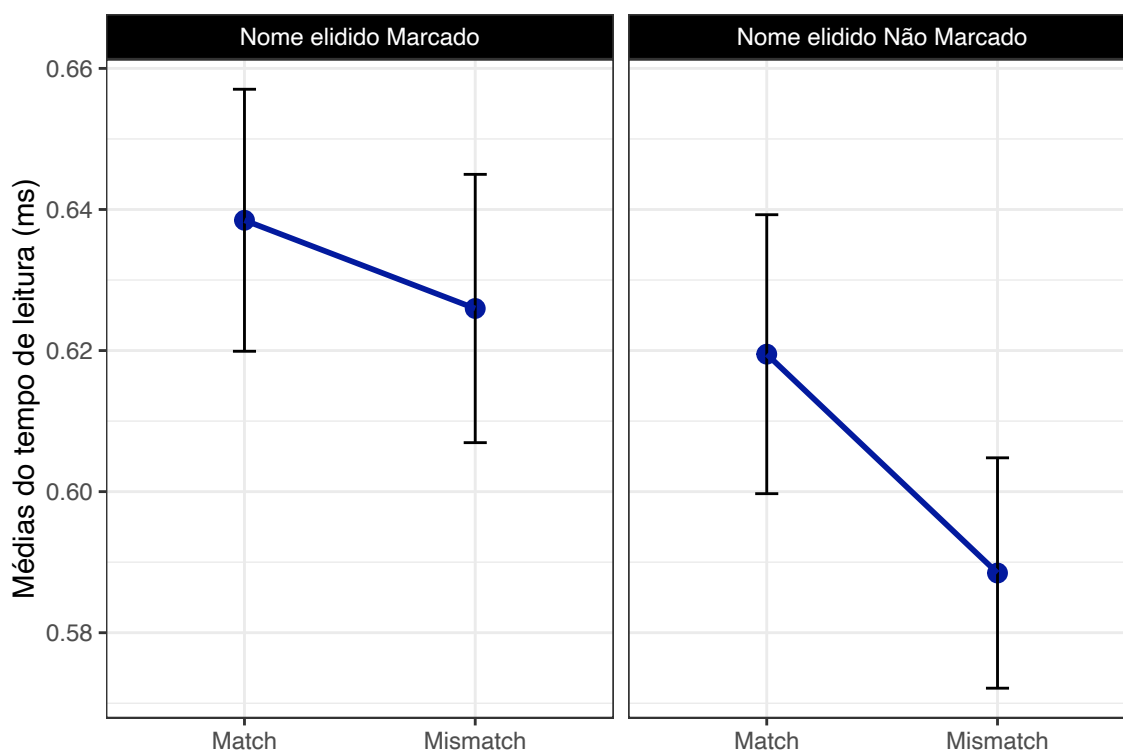


Figura 10 - Médias (com erro padrão) do tempo de leitura do SC1, considerando-se as variáveis MATCHING e MARCAÇÃO (Experimento II).

	Match	Mismatch
Nome elidido marcado	0.638 (0.019)	0.625 (0.019)
Nome elidido não-marcado	0.619 (0.018)	0.588 (0.016)
MÉDIA	0.628	0.606

Tabela 13 - Médias de tempo de leitura do gráfico na figura 10 (erro padrão) (Experimento II).

Segmento Crítico 2

Na análise do segundo segmento crítico, que correspondeu à conjunção *pois*, uma comparação mostrou que um modelo com interação entre as variáveis MATCHING e MARCAÇÃO não explica os dados de maneira estatisticamente relevante ($\chi^2 = 1.4801$, $p. 0.2238$). Igualmente, um modelo com a variável MARCAÇÃO não foi satisfatório quando comparado a um modelo apenas com a variável MATCHING ($\chi^2 = 0.0072$, $p. 0.9323$), e nem tampouco um modelo apenas com a variável MATCHING foi mais relevante que um modelo sem essa variável ($\chi^2 = 3.531$, $p. 0.06023$). Evidentemente, as condições de *match* e de *mismatch*, comparadas entre si, não mostraram diferenças significativas ($\beta = -0.0386$, $t = -1.883$, $p 0.0602$). O gráfico a seguir mostra as médias do tempo de leitura no SC2.

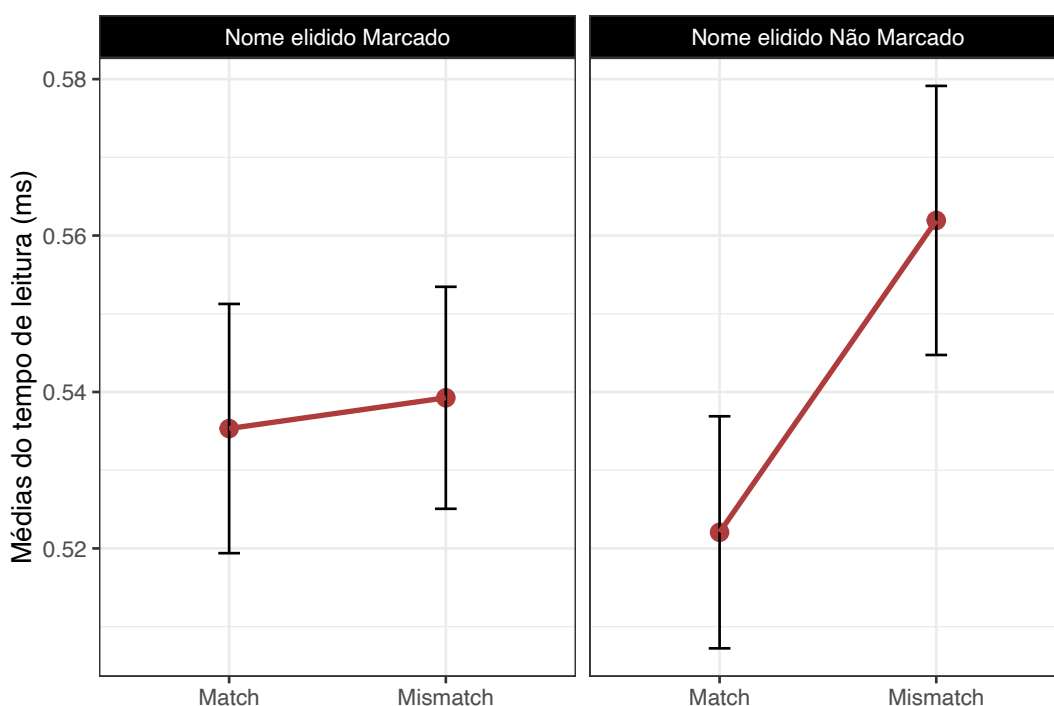


Figura 11 - Médias (com erro padrão) do tempo de leitura do SC2, considerando-se as variáveis MATCHING e MARCAÇÃO (Experimento II).

	Match	Mismatch
Nome elidido marcado	0.535 (0.015)	0.539 (0.014)
Nome elidido não-marcado	0.522 (0.014)	0.561 (0.017)
MÉDIA	0.528	0.550

Tabela 14 - Médias de tempo de leitura do gráfico na figura 11 (erro padrão) (Experimento II).

4.2.3.2 Julgamentos de aceitabilidade

Inicialmente, ajustamos um modelo de *regressão logística ordinal de efeitos mistos*, de modo a verificar se haveria algum efeito modulador, isto é, alguma interação entre MATCHING e MARCAÇÃO. Desta vez, o melhor modelo convergente incluiu *slopes e interceptos* aleatórios para PARTICIPANTE e SENTENÇA¹⁰⁰. No entanto, comparações de modelos aninhados nos mostraram que nem a interação entre MATCHING e MARCAÇÃO ($LR = 10.305$, $p. < 0.3264$) nem MARCAÇÃO ($LR = 2.1767$, $p. < 0.9494$) e nem MATCHING ($LR = 8.7416$, $p. < 0.1198$) indicaram efeito significativo. A tabela 15, a seguir, mostra que a probabilidade de atribuir valor 5 para uma sentença – seja ela com *Match* ou com *Mismatch* – foi enormemente superior à probabilidade de atribuir valor 1, 2, 3 ou 4. A diferença de probabilidade dessa resposta (.90 para *Match* vs .84 para *Mismatch*) não chegou a ser significativa ($p = 0.0653$). O gráfico na figura 12 – que trata os dados como variáveis numéricas, mostra a distribuição das respostas, levando em consideração as variáveis MATCHING e MARCAÇÃO.

NÍVEL DE RESPOSTA = 1		
	Probabilidade	SE
Match	0	0
Mismatch	0	0
NÍVEL DE RESPOSTA = 2		
	Probabilidade	SE
Match	0.01	0.00
Mismatch	0.02	0.01
NÍVEL DE RESPOSTA = 3		
	Probabilidade	SE
Match	0.02	0.01
Mismatch	0.03	0.01
NÍVEL DE RESPOSTA = 4		
	Probabilidade	SE
Match	0.07	0.02
Mismatch	0.11	0.02
NÍVEL DE RESPOSTA = 5		
	Probabilidade	SE
Match	0.90	0.03
Mismatch	0.84	0.04

¹⁰⁰ A fórmula do modelo foi:

$$\text{ACEITABILIDADE} \sim \text{MATCHING} * \text{MARCACAO} + (1 + \text{MATCHING} * \text{MARCACAO} | \text{PARTICIPANTE}) + (1 + \text{MATCHING} * \text{MARCACAO} | \text{SENTENCA}).$$

Tabela 15 - Probabilidade de cada nível de resposta de julgamento de aceitabilidade ser atribuído, considerando-se a variável MATCHING (Experimento II).

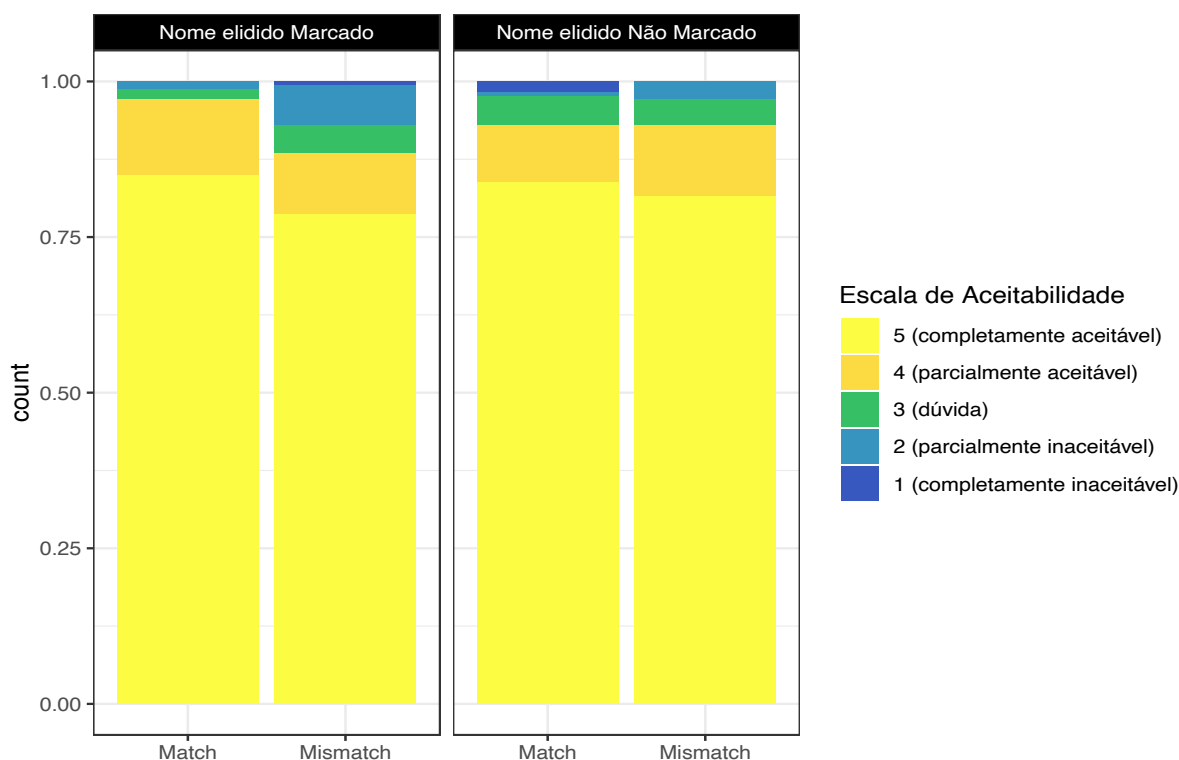


Figura 12 - Distribuição dos níveis de julgamento de aceitabilidade, considerando-se as variáveis MATCHING e MARCAÇÃO (Experimento II)

4.2.4 Discussão

A começar, novamente, pelos dados de julgamento de aceitabilidade, devemos notar que a elipse de predicados adjetivais com *mismatch* de número é processada *offline* da mesma maneira que a elipse sem esse tipo de *mismatch*, sendo extremamente alta a probabilidade de ser atribuído julgamento 5 a ambas as condições. Sob a hipótese da reciclagem, estaria prevista a possibilidade de algum leve prejuízo quanto à aceitabilidade da elipse na condição de *mismatch*.

Mas ainda que a hipótese da reciclagem também pudesse acomodar o fato de que esse tipo de *mismatch* é completamente aceitável em razão da facilidade do *parser* de proceder a um reparo quanto ao traço de número do adjetivo (já que isso não implica, necessariamente, um reparo estrutural), essa hipótese não pode fugir da previsão de que, em

sendo gramaticalmente relevante, esse *mismatch* deve acarretar alguma penalidade para o processamento *online* da elipse.

A esse respeito, os resultados aqui alcançados nos dizem que a elipse na condição de *mismatch* é processada da mesma maneira como é processada a condição de *match*, ou seja, sem uma penalidade observável tanto na análise do SC1 quanto na análise do SC2.

Esse resultado está em linha com a análise estritamente gramatical que Nunes e Zocca (2009) apresentam para essas construções (ver seção 2.3.2.3, capítulo 2). Lembremos que, para esses autores, esse *mismatch* morfológico é apenas aparente, considerando a hipótese de que as informações flexionais do adjetivo são abrigadas por um núcleo funcional externo ao local da elisão, sendo tais informações, portanto, gramaticalmente irrelevantes para o cálculo de identidade.

Novamente, aqui temos uma explicação mais direta para a aceitabilidade de supostos casos de subgeração. Tal explicação notadamente não apela para mecanismos de um modelo de processamento linguístico desalinhado com a gramática. Temos, a partir do atual experimento, evidência de que a gramática permite *mismatch* de número em elipse de sintagmas predicativos, e, portanto, a elipse nessa condição é aceitável em razão de ser gramatical. Evidência de que a aceitabilidade da elipse na condição de *mismatch* não resulta de mecanismos especiais de processamento pode ser explorada a partir do fato de que, nessa condição, ela é processada da mesma maneira que na condição de *match*.

Estamos nos direcionando, portanto, para a compreensão de que, contrariamente ao que afirmam Arregui *et al.* (2006, p. 242), *mismatches* de informações geralmente consideradas como sendo traçuais, como são os casos de número e gênero em nomes e adjetivos, podem ser aceitáveis ou não, mas isso deve depender de possibilidades da gramática, mas não de mecanismos de processamento, como proposto por aqueles autores. Essa compreensão poderá ser reforçada a partir do experimento reportaremos a seguir, que investiga *mismatch* de gênero em uma classe criteriosamente delimitada de nomes.

4.3 Experimento III: *mismatch* de gênero em elipses de predicados nominais (nomes do tipo *conde/condessa*)

4.3.1 Introdução

A ideia de que *mismatches* de uma mesma natureza podem ser aceitáveis ou não, a depender de como a gramática da língua funciona, mas não, necessariamente, de mecanismos particulares de processamento, pode ser explorada quando expandimos o nosso olhar para além de casos de *mismatch* de número, que, como vimos, são gramaticalmente lícitos no PB. *Mismatch* morfológico quanto a gênero, uma informação geralmente também tratada como sendo codificada traçualmente no nome, pode ser: aceitável, para um certo grupo de nomes (3aa'); assimetricamente aceitável, para um segundo grupo de nomes, de modo que a forma masculina é capaz de licenciar a elipse do nome em forma feminina, mas o contrário não parece ser possível (3bb'); e, finalmente, esse tipo de *mismatch* parece ser, de qualquer jeito, inaceitável, considerando um terceiro grupo de nomes (3cc').

- (3) a. João é **médico** e Maria também é ____.
 a'. Maria é **médica** e João também é ____.
 b. Pedro é **garçom** e Joana também é ____.
 b'. ?Joana é **garçonete** e Pedro também é ____.
 c. *Drácula é **conde** e Mina também é ____.
 c'. *Mina é **condessa** e drácula também é ____.

Uma discussão do conjunto de dados em (3), explicando o comportamento intrigante da expressão morfológica de gênero sob elipse de predicados nominais, foi exitosamente apresentada por Bobaljik e Zocca (2011), e está devidamente situada na seção 2.3.2.3 do capítulo 2 desta tese. Em linhas bastantes gerais, Bobaljik e Zocca (2011) argumentam que *mismatch* de gênero envolvendo nomes da classe médico/a (3aa') pode ser ignorado pelo cálculo de identidade da elipse, simplesmente porque, assim como em adjetivos, a expressão morfológica de gênero nesses nomes é de natureza flexional, em oposição à derivacional. Lembremos que morfologia de número em adjetivos, discutida na seção anterior, também é flexional e irrelevante para o cálculo de identidade da elipse¹⁰¹.

A explicação para a assimetria, sob elipse, observada com nomes da classe garçom/garçonete (3bb'), deve seguir, segundo Bobaljik e Zocca, do fato de que, enquanto nesse caso de morfologia derivacional, a forma masculina (não marcada) também não carrega

¹⁰¹ Como já observado no capítulo 2 desta tese, nomes assim constituem, translinguisticamente, uma classe relativamente homogênea de nomes. São, via de regra, nomes que denotam títulos de nobreza, títulos religiosos, e nomes que denotam grau de parentesco.

qualquer pressuposição/asserção sobre gênero, a forma derivacionalmente marcada, isto é, a forma feminina, já traz consigo tal pressuposição/asserção.

A forma masculina de nomes da classe conde/condessa (3cc'), por outro lado, independentemente de ser morfológica não marcada, é sempre semanticamente especificada para gênero, o que deve torná-la relevante para o cálculo de identidade da elipse.

O atual experimento se deteve exclusivamente a um estudo dessa última classe de nomes no PB. Tivemos, portanto, o objetivo de verificar o efeito de *mismatch* morfológico relativo à informação de gênero, em situações de elipse de sintagmas predicativos envolvendo nomes da classe conde/condessa, do estudo de Bobaljik e Zocca (2011). Foram levantados dados relativos aos processamentos *online* e *offline* da elipse em condições de *match* e *mismatch* de gênero.

Como nos experimentos anteriores, o levantamento de informações sobre o processamento *online* desses casos se deu através de uma técnica de leitura automonitorada. Adicionalmente, uma tarefa de julgamento de aceitabilidade nos forneceu informações sobre o processamento *offline* das condições.

Em termos de previsões, a hipótese de Arregui *et al.* (2006) sugere que esse tipo de *mismatch* (uma simples informação traçal codificada no nome), assim como qualquer outro *mismatch* da mesma natureza, é agramatical, mas, por outro lado, bastante simples de ser reparado em termos de processamento, o que deve conferir a esse *mismatch* um alto grau de aceitabilidade.

Por outro lado, seguindo a análise estritamente gramatical de Bobaljik e Zocca (2011), *mismatch* de gênero com esses nomes deve ser agramatical – portanto, deve ser processado *offline* como agramatical – e deve apresentar um significativo custo para ser processado, diferentemente do que observamos no experimento anterior, a respeito de *mismatch* de número, que concluímos ser processado *online* e *offline* como gramatical.

4.3.2 Métodos

Materiais de teste

Os nomes selecionados para compor os itens experimentais deste teste foram cuidadosamente escolhidos, tendo em vista a proposta de Bobaljik e Zocca (2011). Manipulamos nomes que se agrupam em razão da regularidade semântica que apresentam, a despeito de suas propriedades morfológicas vinculadas à manifestação da informação de

gênero. Foram selecionados 16 nomes, todos nomes que denotam título (de nobreza, diplomático ou religioso) ou grau de parentesco.

Para serem considerados como representativos de uma mesma classe, tal como proposto por Bobaljik e Zocca (2011), esses nomes passaram por dois diagnósticos capazes de indicar que ambas as formas, masculina e feminina, carregavam informação de gênero como parte de seu significado lexical. Ou seja, todos os nomes selecionados compartilham o fato de serem semanticamente especificadas para gênero, mesmo quando são morfologicamente não marcados. Os testes que diagnosticam esse comportamento são testes capazes de nos mostrar que a especificação semântica de gênero em determinadas palavras é alheia à marcação morfológica de gênero, como acontece com nomes como *rei/rainha*, usados para exemplificar a aplicação desses testes¹⁰².

(4) *Teste diagnóstico I*

- a. Tem um rei nessa pintura? #Sim, a rainha Elizabeth.
 b. Tem uma rainha nessa pintura? #Sim, o rei Luís VI

(5) *Teste diagnóstico II*

- a. Uma reunião de rei → apenas reis. Não inclui rainhas.
 b. Uma reunião de rainhas → apenas rainhas. Não inclui reis.

(4a) mostra que, quando temos uma pergunta com a forma masculina (rei), é contraditória uma resposta afirmativa, seguida de uma especificação com a palavra na forma feminina. Com a ordem oposta, o mesmo é encontrado em (4b), o que mostra que tanto a forma masculina (com marcação zero) quanto a forma feminina (morfologicamente marcada) são semanticamente especificadas para gênero. O mesmo pode ser depreendido a partir de (5), que nos indica que uma reunião de reis não representa um grupo misto, com reis e rainhas, assim como uma reunião de rainhas, que também não inclui um grupo misto, mas apenas rainhas.

¹⁰² Outros nomes, como vimos na seção 2.3.2.3 do capítulo 2, apresentam um comportamento diferente quando observados à luz dos referidos testes.

Exemplos de sentenças experimentais com esses nomes são apresentadas em (6) a seguir. A lista completa dos itens experimentais elaborados para o presente experimento pode ser vista no APÊNDICE C.

(6) *Exemplo de estímulos testados no experimento III*

- Condição A. Esse senhor é rei e aquele outro também é, mas eles são rivais.
 Condição B. Essa senhora é rainha e aquele senhor também é, mas eles são rivais.
 Condição C. Esse senhor é rei e aquela senhora também é, mas eles são rivais.
 Condição D. Essa senhora é rainha e aquela outra também é, mas elas são rivais.

Elaboramos, então, 16 listas de frases experimentais, cada lista contendo uma mesma frase em 4 condições diferentes. A condição A, em que não se observa *mismatch*, serviu de *baseline* para a condição B, na qual um *mismatch* é encontrado, sendo o nome elidido a forma morfológica não marcada (masculino) e o antecedente a forma morfológica marcada (feminino). A condição C, onde também há um *mismatch*, se diferencia da condição B pelo fato de ser o nome elidido, agora, a forma marcada, e o antecedente a forma não marcada. A condição D, que não apresenta *mismatch* e tem no antecedente e no local da elisão a forma marcada, serviu de *baseline* para a condição C.

Assim como no experimento anterior, esses itens foram organizados em um design 2x2, sendo o primeiro fator **MATCHING**, cujos níveis poderiam ser *match* (condições A e D) ou *mismatch* (condições B e C), isto é, a informação de gênero do nome elidido poderia combinar ou não combinar com a informação de gênero do nome antecedente; o segundo fator controlado foi **MARCAÇÃO**: a informação de gênero do nome recuperado no local da elisão poderia ser morfológica *marcada* (feminino – condições C e D) ou *não marcada* (masculino – condições A e B).

O controle da variável **MARCAÇÃO** nos possibilitou verificar se haveria algum efeito em função da ordem dos nomes em situações de *mismatch*, assim como se supõe ser o caso com uma classe de nomes em que o antecedente em forma não marcada é capaz de licenciar a elisão do nome correspondente em forma marcada, mas o oposto não parece ser possível (ver 3bb').

Como nos outros experimentos, neste, também utilizamos uma técnica de leitura automonitorada (cf. JUST *et al.*, 1982; JEGERSKI, 2014) para levantar informações sobre

o processamento *online* desses casos de *mismatch* em elipse. A seguir, expomos a maneira como os itens experimentais foram segmentados para sua leitura.

Esse senhor	é	rei	e	aquele outro	SC1 também é,	SC2 mas	eles são rivais.
-------------	---	-----	---	--------------	------------------	------------	------------------

Tabela 16 - Exemplo de segmentação usada no experimento III de leitura automonitorada.

O Segmento Crítico 1 (**SC1**) correspondia sempre a advérbio+cópula+vírgula (/também é,/), sem qualquer variação que não fosse a forma da cópula (singular ou plural). Nesse segmento, a presença da vírgula já indicava ao leitor que ali teria uma elipse. Nesse ponto, portanto, um antecedente deveria ser recuperado. Quanto ao antecedente da elipse, este variava em tamanho, desde uma única palavra com apenas uma sílaba, como é o caso da palavra *rei*, até constituintes formados por mais de uma palavra, como é o caso do constituinte [*irmã de Marcelo*], como vemos no exemplo a seguir.

(7) Maria é *irmã de Marcelo* e Tiago também é _____, mas eles são todos muito diferentes.

A variação quanto ao tamanho do constituinte recuperado ocorreu porque alguns dos nomes selecionados, para que fossem usados sem qualquer determinante, exigiam a presença de algum complemento/adjunto, como é o caso do nome *irmão*. No exemplo em (7), a ausência do complemento [*de Marcelo*], no antecedente, certamente geraria alguma interferência sobre a análise de nosso interesse, com o potencial de colocar em dúvida a causa do ruído provocado pela sentença: poderíamos ter dúvida sobre a causa do ruído ser a ausência de um complemento para o nome *irmã* ou o *mismatch* quanto à informação de gênero. Essa variação relativamente ao tamanho do item a ser recuperado, não resultaria em qualquer problema, já que, como mostram alguns estudos experimentais (Cf. FRAZIER; CLIFTON, 2001; DESCHAMPS, 2012), a rigor, o tamanho e/ou complexidade do antecedente não deve afetar o tempo de leitura da região onde a elipse é detectada, algo que, como já vimos, costuma ser usado como argumento para a ideia de que um mecanismo de cópia está envolvido na compreensão de elipses, cujo antecedente é sintaticamente paralelo (FRAZIER; CLIFTON, 2001).

O Segmento Crítico 2 (**SC2**), como visto na tabela 16, correspondeu sempre à conjunção adversativa /mas/, e servia para evitar que o SC1 coincidisse com o último segmento da sentença, e também para capturar um possível efeito *spillover*.

Ao final da leitura de cada frase, o participante registrava o seu julgamento de aceitabilidade sobre a sentença, considerando uma escala Likert de 5 pontos.

Às sentenças experimentais foram acrescentadas 32 sentenças distratoras que corresponderam a um subconjunto daquelas usadas nos experimentos anteriores, e podem ser encontradas no APÊNDICE D. Metade das distratoras correspondia a sentenças gramaticais e aceitáveis, e a outra metade compreendia sentenças claramente agramaticais e inaceitáveis.

Participantes

Quarenta e cinco falantes nativos do PB se voluntariaram para o atual experimento. Os voluntários tinham idade superior a 18 anos, tinham ensino superior concluído ou em andamento, não apresentavam problema de visão não corrigido, e desconheciam o fenômeno linguístico investigado. Como para os experimentos anteriores, diferenças dialetais não foram controladas, e os participantes poderiam advir de qualquer região do país, apesar de terem sido todos recrutados na UNICAMP.

Os dados de um participante foram desconsiderados para a análise estatística, pois este julgou como completamente inaceitáveis quatro sentenças distratoras que eram claramente gramaticais e para as quais a quase totalidade dos outros participantes atribuíram valor máximo de aceitabilidade. A amostra final consistiu, então, de dados de quarenta e quatro participantes. A tabela a seguir reúne algumas informações.

<i>Informações de background</i>		
IDADE	variação	média (desvio padrão)
	18—30	21.7 (2.8)
SEXO	masculino	feminino
	4 (8,9%)	41 (91,1%)
Total de 45 participantes, dos quais 44 tiveram seus dados analisados.		

Tabela 17 - Sintetização de informações dos participantes do Experimento III.

O experimento seguiu as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais da Unicamp (CEP-CHS/Unicamp), o qual aprovou a sua execução (CAAE: 02199418.7.0000.8142).

Procedimento

Aos participantes deste experimento era solicitada a tarefa de ler um total de quarenta e oito sentenças, que eram apresentadas de maneira randômica, na tela de um computador, com a utilização do *software* PsychoPy. Segmento a segmento de cada sentença era apresentado em uma tela de cor branca, em font *Arabic* (18pt), cor preta, a cada vez que o participante apertava a barra de espaço do teclado. Sempre antes do início da sessão experimental propriamente, era realizada uma sessão de treinamento com quatro sentenças elaboradas exclusivamente para esse fim. Ao final da leitura de cada sentença surgia a pergunta sobre a sua aceitabilidade, e o participante deveria digitar uma das teclas de 1 a 5. Vinte minutos era o tempo médio exigido para concluir toda a tarefa.

4.3.3 Análise dos dados

4.3.3.1 Tempos de leitura

Uma exclusão de *outliers* com valores acima de 1500ms, conforme procedemos com os experimentos anteriores¹⁰³, afetou 2,2% dos dados de tempo de leitura do SC1, e 0,9% dos dados do SC2.

A análise estatística foi realizada por meio do ajuste de *Modelos Lineares Mistos* (BAAYEN; DAVIDSON; BATES, 2008) para os dois Segmentos Críticos, sendo **TEMPO DE LEITURA** a nossa variável resposta, e os fatores **MATCHING** e **MARCAÇÃO** as variáveis preditoras consideradas, além da interação entre esses dois fatores¹⁰⁴.

Inicialmente, construímos modelos complexos, nos quais se incluíam, além da interação entre **MATCHING** e **MARCAÇÃO**, efeitos randômicos previsíveis, isto é, *slopes* de **MATCHING** e **MARCAÇÃO**, e *interceptos* aleatórios para **PARTICIPANTE** e **SENTENÇA** (Cf. BARR *et al*, 2013). Entretanto, para a análise dos dois segmentos, o modelo mais completo convergente foi

¹⁰³ Ver nota 80.

¹⁰⁴ Ver nota 81.

aquele que não incluiu *slopes*¹⁰⁵. Partindo desses modelos, procedemos a comparações aninhadas.

As análises foram realizadas no R (versão 3.1.1., R Core Team, 2020), usando o pacote *lme4* (BATES *et al.*, 2015).

Segmento Crítico 1

Ao realizar uma comparação com os modelos aninhados, observamos que nem a interação entre **MATCHING** e **MARCAÇÃO** ($\chi^2 = 0.1541, p. 0.6947$) e nem a variável **MARCAÇÃO** ($\chi^2 = 0.6924, p. 0.4054$) tiveram efeito significativo dentro do modelo. Apenas a variável **MATCHING** apresentou um efeito significativo ($\chi^2 = 113.63, p <.0001$). O modelo indicou que o SC1 de condições com *mismatch* de gênero levaram significativamente mais tempo para serem lidos, quando comparados ao tempo de leitura desse segmento em condições de *match* ($\beta = 0.25859, t = 11.20, p <.0001$).

O gráfico a seguir, seguido de sua respectiva tabela, mostra como se distribuem as médias de tempo de leitura, considerando as duas variáveis controladas.

¹⁰⁵ A fórmula final do modelo mais completo e convergente, para os dois Segmentos Críticos, foi:

$$\text{TEMPO DE LEITURA} \sim \text{MATCHING} * \text{MARCAÇÃO} + (1 | \text{PARTICIPANTE}) + (1 | \text{SENTENÇA}).$$

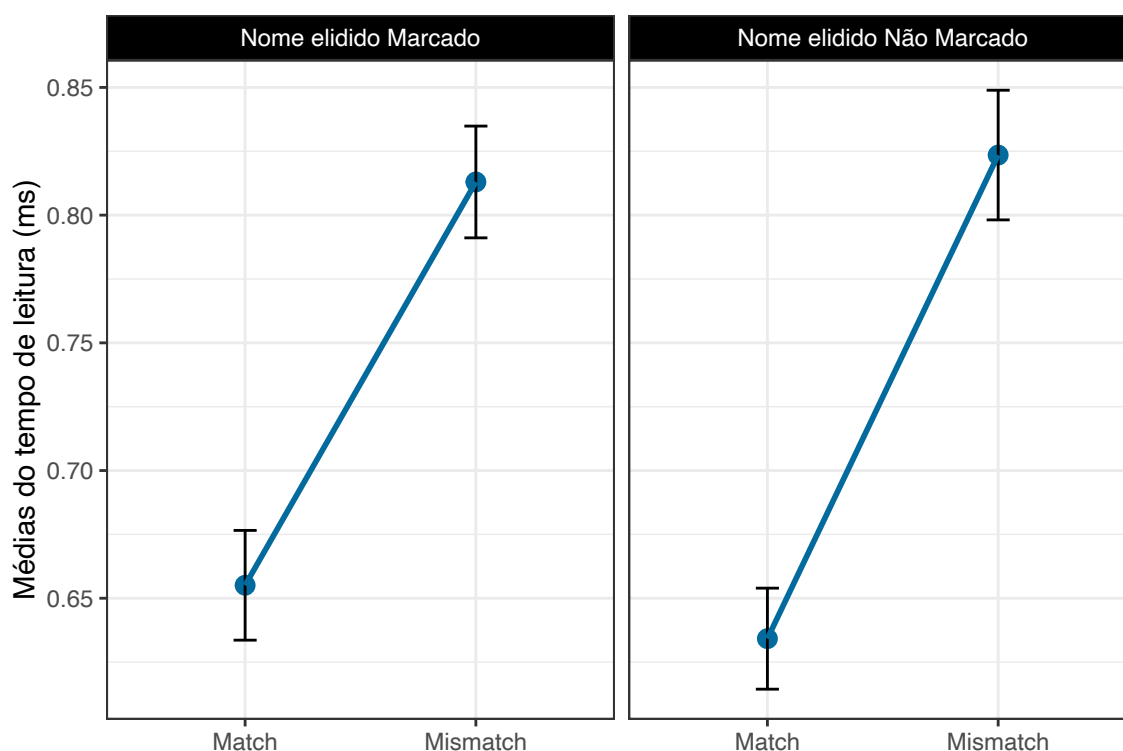


Figura 13 - Médias (com erro padrão) do tempo de leitura do SC1, considerando-se as variáveis MATCHING e MARCAÇÃO (Experimento III).

	Match	Mismatch
Nome elidido marcado	0.655 (0.021)	0.812 (0.021)
Nome elidido não-marcado	0.634 (0.019)	0.823 (0.025)
MÉDIA	0.644	0.817

Tabela 18 - Médias de tempo de leitura do gráfico na figura 13 (erro padrão) (Experimento III).

Segmento Crítico 2

Assim como para o SC1, para a análise do Segmento Crítico 2 utilizamos o mesmo método. Inicialmente, procedemos a comparações de modelos aninhados, que, igualmente, mostraram não haver relevância em um modelo, seja ele com interação entre MATCHING e MARCAÇÃO ($\chi^2 = 0.0409$, $p = 0.8397$), seja ele com a variável MARCAÇÃO ($\chi^2 = 2.5113$, $p = 0.113$). Um modelo com apenas a variável MATCHING como preditora mostrou-se, mais uma vez, como o modelo mais parcimonioso ($\chi^2 = 25.138$, $p = <.0001$).

Também no SC2, o tempo de leitura na condição com *mismatch* foi significativamente maior, em relação ao tempo de leitura na condição de *match* ($\beta = 0.12292$,

$t = 5.065, p = <.0001$). Ou seja, são extremamente baixas as estimativas de que a diferença entre as condições de *match* e de *mismatch* será igual a zero. O gráfico a seguir detalha.

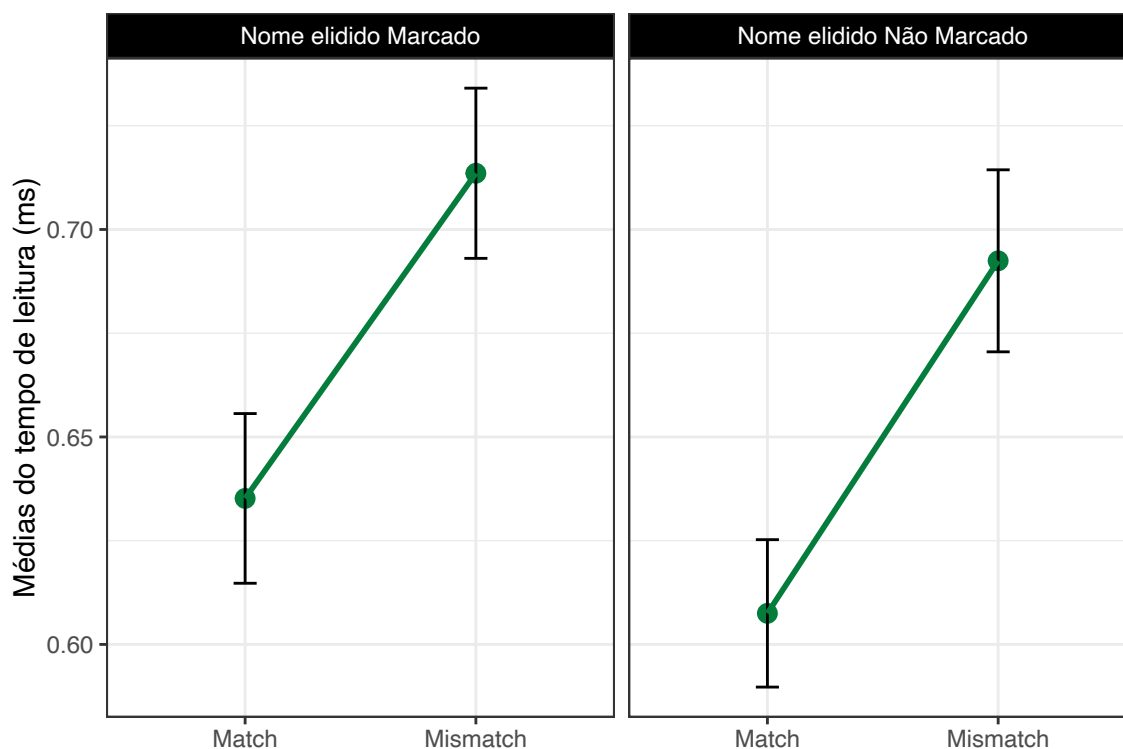


Figura 14 - Médias (com erro padrão) do tempo de leitura do SC2, considerando-se as variáveis MATCHING e MARCAÇÃO (Experimento III).

	Match	Mismatch
Nome elidido marcado	0.635 (0.017)	0.713 (0.020)
Nome elidido não-marcado	0.607 (0.020)	0.692 (0.021)
MÉDIA	0.621	0.702

Tabela 19 - Médias de tempo de leitura do gráfico na figura 14 (erro padrão) (Experimento III).

4.3.3.2 Julgamentos de aceitabilidade

Ajustamos um modelo de *regressão logística ordinal de efeitos mistos*, incluindo nele as variáveis **MATCHING** e **MARCAÇÃO** como preditoras, além da interação entre esses dois fatores. **PARTICIPANTE** e **SENTENÇA** foram inseridos como efeitos aleatórios, e, nesse caso, o modelo mais complexo, ajustado sem singularidade, continha *slopes* e *interceptos* aleatórios para **PARTICIPANTE** e **SENTENÇA**¹⁰⁶.

¹⁰⁶ A fórmula final desse modelo foi:

Quando procedemos a uma comparação por modelos aninhados, constatamos, no entanto, que a interação entre **MATCHING** e **MARCAÇÃO** não precisava ser mantida no modelo, já que a sua inclusão não apresentava um efeito estatisticamente relevante na explicação da variação encontrada nos dados ($LR = 7.9567, p = 0.5385$). A variável **MARCAÇÃO** também não se mostrou relevante ($LR = 3.3132, p = 0.8546$). Apenas a variável **MATCHING** se mostrou relevante ($LR = 538.27, p < 0.0001$). O gráfico da figura 15 apresenta como os dados se distribuem numericamente quando consideradas as variáveis **MATCHING** e **MARCAÇÃO**.

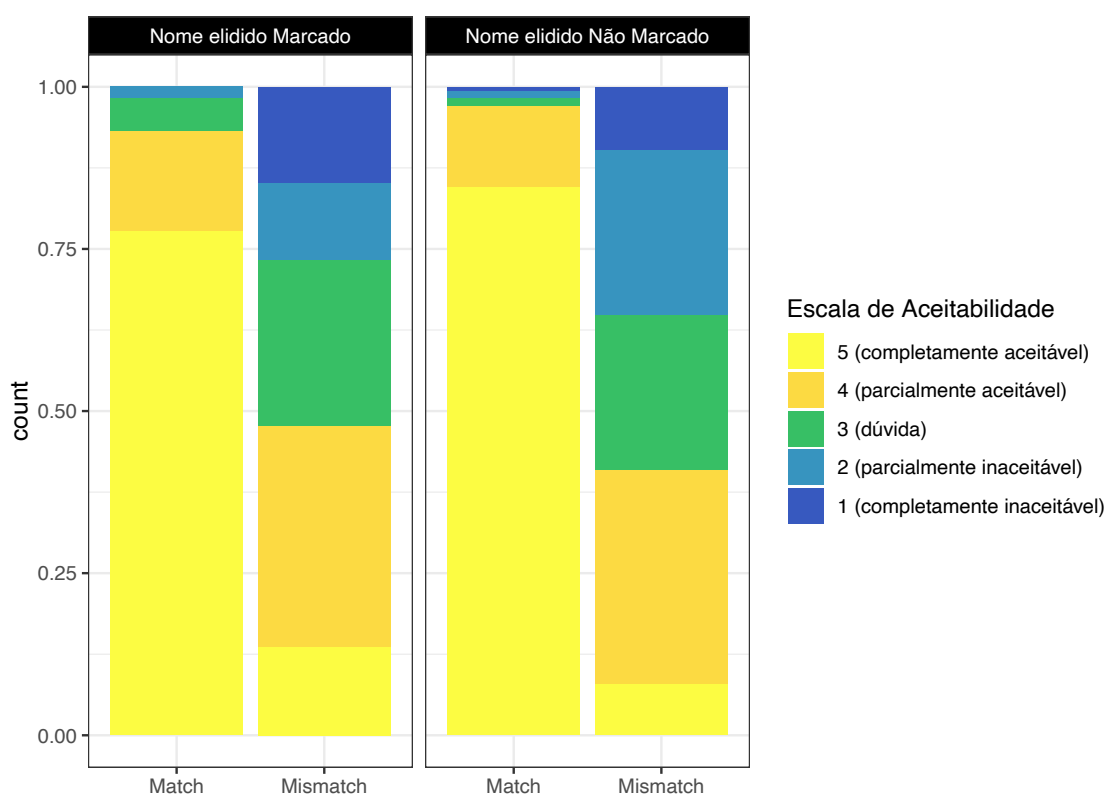


Figura 15 - Distribuição dos níveis de julgamento de aceitabilidade, considerando-se as variáveis **MATCHING** e **MARCAÇÃO** (Experimento III)

A tabela 20, na qual são apresentadas as probabilidades para cada julgamento da escala de aceitabilidade, mostra como os julgamentos se diferenciam, considerando apenas a variável **MATCHING**, a única relevante em nossa análise estatística. Enquanto a probabilidade de se ter um julgamento 5 (completamente aceitável) em caso de *Match* é de 0.86, a chance de se ter esse mesmo julgamento é de 0.06 em caso de *mismatch*. Observa-se, ainda, que o tipo

$$\text{ACEITABILIDADE} \sim \text{MATCHING} * \text{MARCACAO} + (1 + \text{MATCHING} * \text{MARCACAO} | \text{PARTICIPANTE}) + (1 + \text{MATCHING} * \text{MARCACAO} | \text{SENTENCA})$$

de *mismatch* aqui em tela tem como maior probabilidade a de ser julgado com valor 3 da escala, em que se indica haver dúvida sobre a aceitabilidade da sentença. Apesar disso, há uma chance considerável de que o *mismatch* seja considerado como parcialmente aceitável (valor 4), e também de que ele seja considerado parcialmente inaceitável (valor 2). Em termos da modelagem estatística, a diferença observada entre *match* e *mismatch*, quanto a aceitabilidade, foi significativa ($\beta = -4.5154$, $z = -11.16$, $p < 0.0001$).

NÍVEL DE RESPOSTA = 1		
	Probabilidade	SE
Match	0.00	0.00
Mismatch	0.06	0.02
NÍVEL DE RESPOSTA = 2		
	Probabilidade	SE
Match	0.00	0.00
Mismatch	0.21	0.04
NÍVEL DE RESPOSTA = 3		
	Probabilidade	SE
Match	0.01	0.00
Mismatch	0.34	0.03
NÍVEL DE RESPOSTA = 4		
	Probabilidade	SE
Match	0.12	0.03
Mismatch	0.32	0.05
NÍVEL DE RESPOSTA = 5		
	Probabilidade	SE
Match	0.86	0.03
Mismatch	0.06	0.02

Tabela 20 - Probabilidade de cada nível de resposta de julgamento de aceitabilidade ser atribuído, considerando-se a variável MATCHING (Experimento III).

4.3.4 Discussão

Aqui também, iniciemos com uma discussão dos resultados quanto aos julgamentos de aceitabilidade. Como é possível notar a partir da tabela 20, *mismatch* de gênero envolvendo nomes do tipo *conde/condessa* tem como maior probabilidade aquela de serem julgados como 3, o que, de acordo com as instruções dadas pelo pesquisador aos participantes do experimento, deveria indicar haver dúvida sobre a aceitabilidade. A segunda maior probabilidade de nota, neste caso, é 4, usada para indicar que a sentença é parcialmente aceitável. Fica claro, então, que o tipo de *mismatch* em questão, de fato, se

diferencia do *mismatch* estudado no experimento anterior (*mismatch* de número), já que o *mismatch* de gênero, neste caso, prejudica significativamente a aceitabilidade da elipse, como esperávamos, tendo em vista as análises gramaticais de Nunes e Zocca (2009) e de Bobaljik e Zocca (2011). Qualitativamente, devemos observar, no entanto, que *mismatch* de gênero parece causar um impacto menor¹⁰⁷, sobre o processamento *offline* da elipse, que aquele esperado para um *mismatch* de natureza estrutural, como é o caso de VMM, cuja principal probabilidade é de receber nota 1 (ver tabela 9, na seção 4.1.3.2).

Seria o caso, talvez, de Arregui *et al.* (2006) estarem corretos quanto à afirmação de que *mismatch* envolvendo informações traçuais são relativamente mais aceitáveis, porque são mais fáceis de serem reparados/reciclados, comparativamente a *mismatches* estruturais. No entanto, esses autores têm, de todo modo, o problema de explicar por que elipse com *mismatch* de número (um *mismatch* que também pode ser considerado como traçal) é simplesmente tão aceitável quanto sua versão sem *mismatch*. Ou seja, nada, no modelo de Arregui *et al.*, prevê, a princípio, que *mismatch* de número será mais fácil de reparar – e consequentemente mais aceitável – que *mismatch* de gênero.

Sob essa ótica, parece que a abordagem psicolinguística de Arregui *et al.* (2006), para a aceitabilidade de elipse com *mismatch* de informações traçuais, é, então, sobrepujada pela abordagem estritamente gramatical encaminhada por Nunes e Zocca (2009) e por Bobaljik e Zocca (2011), para quem a aceitabilidade da elipse nessas condições deve ser imediatamente modelada por suas condições de gramaticalidade. Para estes últimos autores, se o *mismatch* de uma natureza X é gramaticalmente lícito – isto é, apenas aparente, já que a identidade morfossintática relevante pode ser garantida em algum nível da derivação –, então esse *mismatch* é aceitável; por outro lado, se um *mismatch* dessa mesma natureza X é gramaticalmente ilícito – dada a impossibilidade de se garantir, em termos de funcionamento da gramática, a devida identidade entre antecedente e elipse –, então esse *mismatch* terá algum prejuízo quanto à sua aceitabilidade.

A questão qualitativa quanto ao grau de aceitabilidade em *mismatches* de natureza estrutural e *mismatches* de natureza apenas traçal segue, de todo modo, precisando ser explicada, certamente dentro de um modelo mais apropriado de processamento de elipse.

¹⁰⁷ Este tipo de afirmação, sabemos, é, no entanto, apenas especulativa, já que *mismatch* estrutura (como é o caso de VMM) e *mismatch* de gênero não foram aqui comparados diretamente, em um mesmo experimento.

Voltando-nos, agora, para os tempos de leitura dos dois segmentos críticos analisados, devemos observar que os resultados alcançados nitidamente contrariam o pressuposto de desalinhamento entre a gramática e o processamento de elipse, pressuposto esse encontrado em todas as abordagens psicolinguísticas revisadas no capítulo anterior.

Todas aquelas abordagens, incluindo a abordagem da reciclagem de Arregui *et al.* (2006), previam que haveria diferenças em como uma mesma condição da elipse seria processada *online* e *offline*. Os resultados reportados sobre o atual experimento mostram, contudo, que o processamento *offline* da elipse com *mismatch* de gênero segue o seu processamento *online*. Com *mismatch*, a elipse tem alguma penalidade quanto ao seu processamento *online*, que se reflete em maior tempo de processamento; conseqüentemente, o processamento *offline* desse *mismatch* sofrerá algum prejuízo, refletido em sua aceitabilidade. Sem *mismatch*, por outro lado, nenhuma penalidade é encontrada, tanto em relação ao processamento *online* (tempo de leitura) quanto em relação ao seu processamento *offline* (julgamento de aceitabilidade). Esse resultado foi interpretado, por nós, como indicativo de um alinhamento entre a gramática e o processamento de elipse.

Para finalizar este capítulo, vejamos, por meio da discussão geral apresentada a seguir, para que caminho podemos levar a discussão sobre o alinhamento entre a gramática e o processamento de elipse, considerando, particularmente, a pergunta já apresentada em (4ii) do capítulo anterior, e reproduzida a seguir.

(8) *Como a relação gramática-processador linguístico pode ser concebida em nossa tentativa de explicar a aceitabilidade de casos (a)gramaticais de mismatch em elipse?*

4.4 Discussão geral a partir dos experimentos

Quando observados em conjunto, os resultados dos três experimentos reportados neste capítulo nos informam que a aceitabilidade de VPEs, tanto quanto de elipses de sintagmas predicativos, é, de fato, sensível a uma condição de recuperabilidade morfossintática da elipse, mesmo quando essa devida identidade é passível de ser demonstrada apenas em termos abstratos de representação gramatical. Isso foi o que discutimos em relação a condições de VPE como aquelas observadas em (9b,c), a seguir,

comparadas experimentalmente a uma condição de indiscutível paralelismo sintático entre o vP elidido e seu antecedente (9a), bem como a uma condição em que a elipse é agramatical e tem a sua aceitabilidade prejudicada em razão de um *mismatch* sintático envolvendo as estruturas de voz verbal dos predicados em questão (9d).

(9) a. Poucas pessoas pagaram suas dívidas sem pedir ajuda, mas Marta pagou_j <e>, pois ela é organizada.

<e> = pagar_j suas dívidas sem pedir ajuda

b. As dívidas eram quase impossíveis de pagar sem uma ajuda, mas Maria pagou_j <e>, pois ela é organizada.

<e> = pagar_j as dívidas sem uma ajuda

c. As dívidas eram quase impagáveis sem uma ajuda, mas Maria pagou_j <e>, pois ela é organizada.

<e> = pagar_j as dívidas sem uma ajuda

d. *Maria tentou pagar as dívidas sem ajuda do pai, mas as dívidas_j não podiam ser <e>, pois eram muito caras.

<e> = pagas as dívidas_j sem ajuda do pai

Conforme argumentamos no capítulo 3, a despeito do aparente *mismatch* sintático observado na condição (9b) – em que o vP antecedente está contido em uma construção *tough* –, VPEs em condições como essa devem ser analisadas como gramaticais no PB (contra previsão de ARREGUI *et al.*, 2006). Esse entendimento é possível assumindo-se, com Hornstein (2001), que, no caso em (9b), uma cópia do DP [poucas pessoas] ocupa a posição de objeto do verbo infinitivo encaixado da construção *tough*, o que garante que, em termos derivacionais, o vP antecedente terá a exata mesma estrutura sintática do vP elidido nesse caso.

Da mesma maneira, a despeito do aparente *mismatch* sintático observado na condição (9c), essa condição da elipse no PB foi por nós analisada como gramatical (também contra previsão de ARREGUI *et al.*, 2006), tendo em vista a análise de que adjetivos modais como *impagável* contêm, em sua estrutura interna, um vP sintaticamente paralelo àquele elidido, sendo o DP [as dívidas], no caso do antecedente em (9c), gerado originalmente dentro do sintagma verbal a ser “adjetivado”.

O padrão de aceitabilidade encontrado em relação a essas condições foi, portanto, interpretado, em nossa discussão, como evidência de que tais condições são processadas *offline* como condições gramaticais, o que significa que elas não violam um requerimento de recuperabilidade sintática da elipse, exigido para a sua boa formação gramatical. Sob essa ótica, a identidade sintática, nesses casos, está sendo devidamente computada em termos de representações sintáticas abstratas, mas não em termos superficiais de análise.

Quanto a aspectos do processamento *online* do fenômeno, observamos, por meio de uma técnica de leitura automonitorada, que condições como aquelas em (9b,c) não apresentam qualquer penalidade quanto ao seu processamento *online*, o que as diferencia substancialmente da condição de *mismatch* observada em (9d), em que o processamento *offline*, isto é, a aceitabilidade da elipse, tanto quanto o seu processamento *online*, são prejudicados. Diferentemente da condição (9d), constatamos que as condições da elipse em (9a-c) não se distinguem significativamente, seja quanto à sua aceitabilidade, seja quanto ao seu processamento *online*.

Essa constatação foi apresentada, em nossa discussão, como evidência de um alinhamento bastante estável entre os processamentos *offline* e *online* da elipse: elipses que são processadas *offline* como gramaticais, isto é, sem qualquer prejuízo quanto à sua aceitabilidade, são também processadas *online* como gramaticais, e não apresentam, portanto, penalidades quanto a esse tipo de processamento. Prejuízos no processamento *offline* da elipse aparecem apenas quando acompanhados de penalidades observáveis no seu processamento *online*.

Esse entendimento foi reforçado pelos resultados de outros dois experimentos de leitura automonitorada com julgamento de aceitabilidade, reportados também neste capítulo, a partir dos quais pudemos examinar os processamentos *online* e *offline* de elipses de sintagmas predicativos, em condições como as exemplificadas em (10) e (11), a seguir.

- (10) *Esse senhor é **barão** e aquela senhora também é <e>.
<e> = **baronesa**
- (11) Esse colchão é **agradável**, mas aqueles ali não são <e>.
<e> = **agradáveis**

Enquanto o prejuízo observado no processamento *offline* da elipse em (10) acompanha um prejuízo também registrado no seu processamento *online*, a elipse em (11) não apresenta qualquer penalidade, seja em seu processamento *offline*, seja em seu processamento *online*.

Conforme argumentamos aqui levando em consideração a literatura gramatical já dedicada à discussão desses casos de *mismatch* em elipse (Cf. NUNES; ZOCCA, 2009; BOBALJIK; ZOCCA, 2011), o contraste observado entre (10) e (11) – que têm em comum o *mismatch* de uma informação passível de ser codificada traçualmente (gênero ou número), nos predicativos em questão – é mais satisfatoriamente explicado tendo em vista um conjunto internamente consistente de assunções a respeito do funcionamento da própria gramática. Assim, negamos que esse contraste entre (10) e (11) deva ser explicado em termos de regras de processamento que tornariam a condição de *mismatch* em (11) mais tolerável que aquela em (10). Como vimos, uma explicação nesses termos traria consigo o pressuposto de que *mismatches* como aquele em (11), a despeito de serem aceitáveis, apresentariam alguma penalidade quanto ao seu processamento *online*, instanciando assim, um caso arbitrário de desalinhamento entre a gramática e o processamento da elipse. Não foi o que constatamos experimentalmente.

Assim, preferimos assumir que o *mismatch* em (10) não é tolerado pelo cálculo de identidade da elipse simplesmente em razão do fato de que nomes como *barão/baronesa* entram na derivação sintática já especificados para gênero semântico, a despeito de sua marcação morfológica (marcado/não marcado)¹⁰⁸. Uma vez que o *mismatch* nesse caso é inescapavelmente perceptível sob o ponto de vista derivacional, a recuperabilidade da elipse se torna prejudicada. Isso se reflete tanto no processamento *offline* (julgamento de aceitabilidade) quanto no processamento *online* de *mismatch* de gênero envolvendo essa classe de nomes, o que faz com que essas condições sejam processadas *online* e *offline* como agramaticais.

Para nomes como aqueles na condição em (11), em que a informação de número ou de gênero é adquirida sintaticamente por meio da relação do adjetivo com um núcleo funcional de concordância na estrutura da sentença, a teorização gramatical faz a previsão de que o cálculo de identidade da elipse se aplica em um momento da derivação em que os

¹⁰⁸ Ver seção 2.3.2.3 do capítulo 2.

predicados em questão são virtualmente idênticos, isto é, desprovidos de informações flexionais como a de número e gênero, e, por isso *mismatches* de gênero e número envolvendo esses predicados são gramaticalmente lícitos. Não há, portanto, razões para esperar que *mismatches* de número com esses nomes serão processados *online* com alguma penalidade, assim como não há razões para esperar que esses *mismatches* serão processados *offline* como agramaticais. Essas previsões se confirmaram experimentalmente.

Os fatos observados a partir dos nossos experimentos surpreendem, portanto, previsões da literatura psicolinguística revisada no capítulo 3 desta tese (notadamente ARREGUI *et al.*, 2006 e KIM *et al.*, 2011), segundo as quais encontraríamos um desalinhamento arbitrário entre respostas *offline* e respostas *online*, consideradas as condições de eclipse testadas. Muito pelo contrário, nossos achados são consistentes com a visão apresentada por Colin Phillips e colaboradores, segundo a qual desalinhamentos arbitrários entre gramática e processamento são inexistentes.

Não se trata de negar que desalinhamentos entre respostas *online* e *offline* existam. O que se nega é a existência de desalinhamentos caracterizados como arbitrários. Na visão de Lewis e Phillips (2015), desalinhamentos ocasionalmente apontados pela literatura psicolinguística, devem ter uma explicação baseada em propriedades gerais do sistema de processamento da linguagem. Ou seja, prevê-se que esses desalinhamentos decorram de “limitações de ordem mais geral, tais como mecanismos de controle e acesso à memória, que são usados para implementar processos específicos de linguagem” (LEWIS; PHILLIPS, 2015, p. 33)¹⁰⁹.

O alinhamento entre a gramática e o processamento de eclipse, como descrito acima, corrobora fortemente a visão defendida em Lewis e Phillips (2015), segundo a qual gramática e processamento linguístico compõem um único sistema cognitivo, mas não sistemas cognitivos distintos. Esse raciocínio se justifica de uma maneira bastante direta: se gramática e processamento são um mesmo sistema cognitivo, então espera-se que respostas *online* do fenômeno (que refletem aspectos do processamento linguístico) sejam compatíveis

¹⁰⁹ Além de negarem a existência de casos arbitrários de desalinhamento entre respostas *online* e *offline* – casos sugestivos, portanto, de que o *parser* estaria ignorando restrições gramaticais –, Lewis e Phillips apontam, em seu estudo, uma série de situações de desalinhamento que confirmam a previsão colocada por esses autores, e que são, portanto, consistentes com uma visão particular acerca da arquitetura cognitiva da Faculdade da Linguagem. Aqui, não reproduziremos os argumentos desses autores a esse respeito. O leitor interessado pode encontrá-los em Lewis e Phillips (2015, p. 33-40).

com respostas *offline* (que refletem representações gramaticais do fenômeno). Em outras palavras, sob a visão de um único sistema, espera-se não haver diferenças arbitrárias entre respostas *online* e *offline*, relativamente a um mesmo *input*. Como já apresentado aqui, essa previsão foi de fato confirmada pelos resultados dos nossos estudos experimentais sobre *mismatch* em elipse.

A essa altura, temos, então, condições de reproduzir o quadro sintetizador dos diferentes pontos de vista das abordagens psicolinguísticas discutidas nesta tese, incluindo nele a nossa visão acerca dos dois aspectos de problematização mobilizados em nosso estudo sobre *mismatch* em elipses no PB.

	STATUS DE GRAMATICALIDADE DE MISMATCHES EM VPE E EM ALGUNS OUTROS CASOS DE ELIPSE	RELAÇÃO GRAMÁTICA/ PROCESSAMENTO
ARREGUI <i>et al.</i> (2006)	agramaticais	Sistemas cognitivos separados
KIM <i>et al.</i> (2011)	gramaticais	Sistemas cognitivos separados
PARKER (2018)	agramaticais	Diferentes aspectos de um mesmo sistema cognitivo
EM NOSSA VISÃO	GRAMATICAIS	DIFERENTES ASPECTOS DE UM MESMO SISTEMA CONGNITIVO

Tabela 21 - Contrastes entre a nossa visão dos fatos em torno do PB e as previsões colocadas por demais abordagens psicolinguística do fenômeno estudado.

Ao abordarem aspectos psicolinguísticos do chamado problema de subgeração em elipse – tendo em vista, particularmente, casos de *mismatch* entre o material elidido e seu antecedente, como aqueles observados aqui –, os autores representados no quadro acima (especialmente Arregui *et al.* e Kim *et al.*) explicam os diferentes graus de aceitabilidade encontrados em casos de *mismatches* no inglês propondo que, de uma maneira ou de outra, a aceitabilidade da elipse nesses casos varia em função do uso de estratégias do *parser*, que reconstrói antecedentes incompatíveis para satisfazer restrições sintáticas da elipse. Essas

seriam, a rigor, estratégias extra gramaticais, por meio das quais o *parser* poderia, como propõem Arregui e colegas, salvar representações gramaticalmente malformadas.

Não foi nosso objetivo, neste trabalho, testar exatamente a hipótese da reciclagem de Arregui *et al.* (2006), e nem tampouco outros modelos de processamento de elipse, como aquele apresentado em Kim *et al.* (2011). Aqui, não apresentamos, portanto, qualquer evidência capaz de invalidar os modelos de processamento de elipse propostos por aqueles autores.

Contudo, ao aferir e comparar medidas *online* e *offline* do processamento de elipse, tivemos melhores condições de testar a previsão de desalinhamento apontada por Arregui *et al.*, e por Kim *et al.*, e verificamos que, a julgar pelas condições de elipse testadas no PB, o *parser* é, como apresentado acima, precisamente sensível à forma abstrata de funcionamento da gramática, que supostamente executa o cálculo de identidade da elipse em termos derivacionais. Fatos como esse justificam por que alguns estudiosos, mais recentemente, têm preferido entender a gramática mental e o processamento linguístico como um único sistema computacional de implementação em tempo real, contrariamente aos pressupostos de Arregui *et al.* (2006) e de Kim *et al.* (2011).

A visão de um único sistema, tal como registramos no quadro acima, tem se tornado cada vez mais razoável graças a um corpo crescente de evidências empíricas obtidas experimentalmente, a partir das quais é possível observar uma alta sensibilidade do *parser* a restrições que, do ponto de vista gramatical, são consideradas bastante abstratas. Como apresentam Lewis e Phillips (2015), estudos muito bem conduzidos, fazendo uso de diferentes técnicas experimentais, têm mostrado que, de fato, “representações linguísticas que são construídas nos estágios anteriores do processamento em tempo real correspondem àquelas que são motivadas por medidas *offline*, como julgamentos de aceitabilidade”¹¹⁰ (LEWIS; PHILLIPS, 2015, p. 31).

Os achados experimentais reportados neste capítulo se juntam, portanto, a muitos outros, a partir dos quais se constata que representações construídas durante o processamento em tempo real estão regularmente alinhadas a representações licenciadas pela gramática. À guisa de exemplo, Lewis e Phillips (2015) apontam, em seu trabalho, estudos sobre paradigmas de detecção de anomalias sintáticas de diferentes tipos (Cf. KAAAN, 2007;

¹¹⁰ Trecho original: [...] *the linguistic representations that are built in the earlier stages of real-time processing match those that are motivated by offline measures such as untimed acceptability judgments.*

SPROUSE; LAU, 2013), estudos sobre detecção de fronteiras de ilhas durante o processamento de dependências *filler-gap* (Cf. McELREE; GRIFFITH, 1998; NEVILLE *et al.*, 1991), bem como a própria interpretação dessas dependências (Cf. PHILLIPS, 2006; WAGERS; LAU; PHILLIPS, 2009; OMAKI; SCHULZ, 2011), estudos sobre o processamento de dependências de longa distância (Cf. BADECKER; STRAUB, 2002; DILLON *et al.*, 2013), entre outros (para uma revisão desses estudos e mais referências, ver LEWIS; PHILLIPS, 2015; ver também discussões em SPROUSE; ALMEIDA, 2013; EMBICK; POEPEL, 2015).

Estudos experimentais sobre dependências de longa distância, por exemplo, mostram que o *parser*, de fato, evita construir dependências que seriam inaceitáveis em julgamentos de aceitabilidade. Assim, em uma frase como aquela em (12), a seguir, o *parser* não considera o DP *Pedro* como potencial antecedente do reflexivo *se*, a despeito da proximidade linear que há entre esses dois elementos (ver, entre outros, DILLON *et al.*, 2013; STURT, 2003; BADECKER; STRAUB, 2002; XIANG; DILLON; PHILLIPS, 2009).

(12) o cirurgião que operou Pedro se furou com uma agulha usada.

Uma explicação bastante atraente para esse fato é a de que o *parser* utiliza instruções gramaticais, como é o caso de *c-comando*, que regula a distribuição de anáforas nas línguas, e, atendendo ao Princípio A da Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981), considera apenas antecedentes que são aceitáveis em um julgamento *offline*.

Outro fato interessante, capaz de mostrar a “afinidade” do processamento linguístico com uma instrução gramatical bastante abstrata – como é o caso de *c-comando* –, tem a ver, desta vez, com a “obediência” do *parser* ao Princípio C da teoria de Ligação, observada em casos de *backwards anaphora* (ou catáfora). Como se sabe, em casos de catáfora, o referente linguístico de um pronome deve ser encontrado adiante do pronome, mas não antes dele, tal como usual. Conforme apresentam Lewis e Phillips (2015), estudos experimentais conduzidos em diferentes línguas têm mostrado que, em casos de catáfora, o *parser* não considera potenciais referentes que são c-comandados pelo pronome (ver KAZANINA *et al.*, 2007; AOSHIMA; YOSHIDA; PHILLIPS, 2009; KAZANINA; PHILLIPS, 2010). Assim, em um exemplo como aquele em (13), retirado de Lewis e Phillips (2015, p. 32), o nome próprio *Kathryn* nunca deve ser tomado como referente do pronome *she*, a despeito, mais

uma vez, da proximidade linear entre esse nome e o pronome. Isso mostra que, assim como a gramática, o parser parece operar com c-comando.

- (13) Because last semester she was taking classes full-time while Kathryn was working two jobs to pay the bills, Erica felt guilty.

Com base nessas e em muitas outras observações que mostram um forte alinhamento entre gramática e processamento, Lewis e Phillips (2015, p. 32-33) concluem que

*respostas online exibem sensibilidade refinada a muitas das restrições identificadas por gramáticos usando medidas offline. Elas **não dão** suporte à noção de um sistema de compreensão que implanta mecanismos básicos capazes de sacrificar detalhes gramaticais em nome de eficiência e, como tal, são encorajadoras de uma visão de [gramática e processamento com sendo um] sistema único¹¹¹ (ênfase nossa).*

Em face das evidências robustas de alinhamento entre a gramática e o processamento de elipse, encontradas em nosso estudo no PB, somos levados a concluir, seguindo o entendimento de Lewis e Phillips (2015), que gramática e processamento podem ser melhor analisados como diferentes aspectos de um mesmo sistema cognitivo, mas não sistemas distintos.

Devemos, contudo, reconhecer que a questão da arquitetura cognitiva da Faculdade da Linguagem é uma questão que demanda uma investigação muito mais ampla do que aquela que somos capazes de apresentar aqui, até o presente momento.

Ao tomarmos, por exemplo, a definição de sistema cognitivo apresentada na própria exposição de Lewis e Phillips (2015, p. 28), em que sistema cognitivo é concebido como “*uma coleção de mecanismos cognitivos com um propósito distinto, operando sobre representações de um tipo distinto*”¹¹², somos invariavelmente levados a perceber que a questão da arquitetura cognitiva da Faculdade da Linguagem deve mobilizar ao menos duas grandes frentes de discussão.

¹¹¹ Trecho original: “[...] online responses exhibit fine-grained sensitivity to many of the constraints identified by grammarians using offline measures. They do not lend support to the notion of a comprehension system that deploys rough-and-ready mechanisms that sacrifice grammatical detail for efficiency, and as such they are encouraging for a one-system view.”

¹¹² Trecho original: “[...] a collection of cognitive mechanisms with a distinct purpose, operating over representations of a distinct kind.”

Relativamente à primeira dessas frentes, devemos notar que debater aspectos da arquitetura cognitiva da Faculdade da Linguagem passa, necessariamente, por uma discussão detalhada acerca do que se considera ser o propósito, isto é, a função natural tanto daquilo que concebemos como gramática quanto daquilo que entendemos como processamento da linguagem. Nessa frente de discussão devem estar contempladas, portanto, considerações evolutivas e de cunho epistemológico acerca do desenvolvimento da Faculdade da Linguagem.

Relativamente à segunda frente de discussão que a definição de sistema cognitivo trazida por Lewis e Phillips nos exige, ela deve ser capaz de determinar se mecanismos de processamento linguístico operam sobre representações diferentes daquelas descritas pela gramática – gramática aqui sendo entendida como algum mecanismo de conhecimento abstrato envolvido na produção de objetos linguísticos.

Curiosamente, este parece ser um ponto bastante destacado na discussão entre linguistas gerativistas e psicolinguistas preocupados com a questão. Não à toa, a principal razão para se apontar a hipótese de um único sistema como sendo de difícil implementação tem a ver exatamente com diferenças relativas ao que se compreende serem representações gramaticais (e o modo abstrato como elas são geradas) e aquilo que se entende como representações do processamento linguístico.

Nesse contexto, o desafio para a hipótese de um único sistema está em explicar, por exemplo, como representações gramaticais e representações do processamento linguístico se compatibilizam quando considerados aspectos tais como a direcionalidade ascendente de uma derivação sintática e a incrementalidade do processamento linguístico, que, grosso modo, podemos entender ser descendente (Cf. PHILLIPS, 1996; PHILLIPS; LEWIS, 2013; MOMA; PHILLIPS, 2018; CORRÊA, 2008).

Outra questão nada trivial também deve ser considerada no âmbito dessa frente de discussão: a abstração que se faz acerca do nosso conhecimento gramatical é dependente ou independente de implementação. Pondo em outros termos, busca-se saber se, para qualquer estrutura de uma sentença bem formada, permitida pela gramática de uma língua, estão disponíveis ao falante dessa língua diferentes maneiras de montar mentalmente essa estrutura, quando esse falante põe em uso o seu conhecimento linguístico abstrato, seja para falar, para compreender, ou simplesmente pensar internamente (ver discussões em PHILLIPS; LEWIS, 2013; MOMMA; PHILLIPS, 2018).

Dito tudo isso, reiteramos a nossa compreensão de que, apesar de as evidências experimentais reportadas aqui serem consistentes com a hipótese de um único sistema – tendo em vista exatamente o alinhamento entre a gramática e o processamento do fenômeno – essa é uma questão que ainda permanece em aberto.

CONCLUSÃO DA TESE

Principais questões e hipóteses verificadas

Esta tese mobilizou uma discussão de aspectos gramaticais e psicolinguísticos de um fenômeno conhecido na literatura linguística como elipse, que, simplificada, podemos caracterizar como o silenciamento de constituintes na estrutura da sentença.

Um entendimento bastante importante, levado em consideração na descrição formal desse fenômeno ao longo desta tese, foi aquele que diz respeito ao que a literatura denomina como *condição de recuperabilidade sintática da elipse*. Conforme apresentado no capítulo 2, essa condição prediz que o antecedente de uma elipse deve refletir a identidade sintática e de informações traçuais do material sintático elidido.

Assumindo esse entendimento, nos detivemos a explorar o *status* de gramaticalidade de algumas estruturas aparentemente subgeradas pela gramática, isto é, estruturas aceitáveis que, no entanto, não deveriam ser geradas, tendo em vista, exatamente, a condição de recuperabilidade sintática da elipse. Entre essas estruturas, estão (i) casos de VPE cujo vP antecedente encontra-se dentro de uma construção com predicado *tough*; e casos de VPE cujo vP antecedente precisa ser recuperado dentro de um adjetivo modal. Demonstramos como identidade sintática está garantida para essas estruturas, desde que o cálculo de identidade da elipse seja observado sob o ponto de vista de como essas estruturas são geradas derivacionalmente, assumindo-se determinadas análises da teorização gramatical.

Superado esse desafio, o nosso olhar se voltou para aspectos psicolinguísticos do problema de subgeração aparentemente observado nos casos de VPE mencionados acima, e também observado em casos já tratados por abordagens exclusivamente gramaticais do fenômeno – especificamente, casos de *mismatch* de número e gênero em elipses de sintagmas predicativos no PB.

Empreendemos três ensaios experimentais, fazendo uso de técnicas de leitura auto-monitorada com julgamento de aceitabilidade, e constatamos fatos que corroboraram a nossa hipótese de identidade sintática quanto às condições de VPE estudadas, bem como confirmaram as previsões colocadas pela literatura gramatical ocupada em explicar casos de *mismatch* de gênero e número em elipses de predicados nominais no PB.

Além disso, resultados do nosso estudo experimental revelaram um alinhamento bastante estável entre representações gramaticais e representações do processamento de elipse. Esse alinhamento se justificou em face do fato de não termos encontrado diferenças entre respostas *online* e respostas *offline*, relativamente aos casos de elipse tratados.

Discutimos que os nossos achados contrariam substantivamente previsões colocadas pela literatura psicolinguística revisada para o nosso estudo, e são consistentes com a hipótese de que gramática e processamento da linguagem compõem um mesmo e único sistema cognitivo, seguindo o entendimento de Lewis e Phillips (2015).

Referências

- AELBRECHT, Lobke. **The Syntactic Licensing of Ellipsis**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2010.
- AELBRECHT, Lobke. Ellipsis. *In*: KISS, Tibor; ALEXIADOU, Artemis (orgs.). **Handbooks of Linguistics and Communication Science (HSK) 42/1**, Berlin, München, Boston: DE GRUYTER, 2015.
- AKMAJIAN, Adrian; WASOW, Tomas. The Constituent Structure of VP and AUX and the Position of the Verb BE. **Linguistic Analysis**, v. 1, n. 3, p. 205-245, 1975.
- ALEXIADOU, Artemis. **Functional Structure in Nominals: Nominalization and ergativity**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001.
- ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SCHÄFER, Florian. The properties of anticausatives crosslinguistically. *In*: FRASCARELLI, Mara (org.). **Phases of Interpretation**, Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2006, v. 91, p. 187–212.
- ANDERSON, John R. *et al.* An Integrated Theory of the Mind. **Psychological Review**, v. 111, n. 4, p. 1036–1060, 2004.
- AOSHIMA, Sachiko; YOSHIDA, Masaya; PHILLIPS, Colin. Incremental Processing of Coreference and Binding in Japanese. **Syntax**, v. 12, n. 2, p. 93–134, 2009.
- APARICIO, H. FRANICH, K. XIANG, M. Morphological feature mismatches under ellipsis: an eye-tracking study. Manuscrito. Proceedings of NELS, vol. 45.
- ARREGUI, Ana *et al.* Processing elided verb phrases with flawed antecedents: The recycling hypothesis. **Journal of Memory and Language**, v. 55, n. 2, p. 232–246, 2006.
- BAAYEN, R. Harald. **Analyzing linguistic data: a practical introduction to statistics using R**. Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press, 2008.
- BAAYEN, R.H.; DAVIDSON, D.J.; BATES, D.M. Mixed-effects modeling with crossed random effects for subjects and items. **Journal of Memory and Language**, v. 59, n. 4, p. 390–412, 2008.
- BADECKER, William; STRAUB, Kathleen. The processing role of structural constraints on interpretation of pronouns and anaphors. **Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition**, v. 28, n. 4, p. 748–769, 2002.

BADECKER, W; LEWIS, R. L. A new theory and computational model of working memory in sentence production: Agreement errors as failures of cue-based retrieval. Talk at the 20th CUNY Conference on Human Sentence Processing. University of California, San Diego, 2007.

BALTIN, M. R. Floating Quantifiers, PRO, and Predication. *Linguistic Inquiry*, v. 26, n. 2, p. 199–248, 1995.

BALTIN, Mark. Deletion versus pro-forms: an overly simple dichotomy? *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 30, n. 2, p. 381–423, 2012.

BARRA FERREIRA, Marcelo. **Argumentos nulos em português brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2000.

BARR, Dale J. *et al.* Random effects structure for confirmatory hypothesis testing: Keep it maximal. *Journal of Memory and Language*, v. 68, n. 3, p. 255–278, 2013.

BARTOS, Huba. VP-ellipsis and verbal inflection in Hungarian. *Acta Linguistica Hungarica*, v. 47, n. 1/4, p. 3–23, 2000.

BARTOS, Huba. Sound-form non-insertion and the direction of ellipsis. *Acta Linguistica Hungarica*, v. 48, n. 1/3, p. 3–24, 2001.

BATES, Douglas *et al.* Fitting Linear Mixed-Effects Models Using **lme4**, *Journal of Statistical Software*. v. 67, n. 1, 2015.

BELLETTI, Adriana; RIZZI, Luigi. Psych-verbs and ?-theory. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 6, n. 3, p. 291–352, 1988.

BLIGHT, Ralph C. VP Ellipsis, Predicate Fronting, and Verb Position in English. *MIT Working Paper in Linguistics*, v. 37, p. 1-13, 2000.

BOBALJIK, Jonathan David; ZOCCA, Cynthia Levart. Gender markedness: the anatomy of a counter-example. *Morphology*, v. 21, n. 2, p. 141–166, 2011.

BOECKX, Cedric; HORNSTEIN, Norbert, Reply to “Control Is Not Movement” *Linguistic Inquiry*, v. 34, n. 2, p. 269–280, 2003.

BOECKX, Cedric; HORNSTEIN, Norbert. Movement under Control, *Linguistic Inquiry*, v. 35, n. 3, p. 431–452, 2004.

BOECKX, Cedric; HORNSTEIN, Norbert. Control in Icelandic and Theories of Control. *Linguistic Inquiry*, v. 37, n. 4, p. 591–606, 2006.

BOŠKOVIĆ, Željko; TAKAHASHI, Daiko. Scrambling and Last Resort. *Linguistic Inquiry*, v. 29, n. 3, p. 347–366, 1998.

BOŠKOVIĆ, Željko. D-structure, Theta Criterion, and Movement into Theta-Positions. **Linguistic Analysis**, v. 24, p. 247-86, 1994.

BOŠKOVIĆ, Željko. Be careful where you float your quantifiers. **Natural Language and Linguistic Theory**, v. 22, n. 4, p. 681–742, 2004.

BOŠKOVIĆ, Željko. Now I'm a Phase, Now I'm Not a Phase: On the Variability of Phases with Extraction and Ellipsis, **Linguistic Inquiry**, v. 45, n. 1, p. 27–89, 2014.

BURZIO, Luigi. **Italian Syntax**. Dordrecht: Springer Netherlands, 1986.

CARRUTHERS, Peter. The cognitive functions of language. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 25, n. 6, p. 657–674, 2002.

CHOMSKY, N. **Current issues in linguistic theory**. The Hague: Mouton, 1964.

CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, Noam. Remarks on nominalization. *In*: JACOBS, R. A.; ROSENBAUM, P. S. (orgs.). **Readings in English transformational grammar**. Waltham: Ginn, 1970, p. 184-221.

CHOMSKY, Noam. On Wh-movement. *In*: CULICOVER, P. W.; WASW, T.; AKMAJIAN, A. (orgs.), **Formal syntax**. New York: Academic Press, 1977, p. 71-132.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, Noam. **The Minimalist Program**. MIT Press, Cambridge, 1995.

CHOMSKY, Noam. Minimalist Inquiries: The Framework. *In* Martin, R. *et al.* (orgs.), **Step by Step. Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik**. Cambridge, MA: MIT Press, 2000, p. 89-155.

CHOMSKY, Noam. Derivation by Phase. *In*: Michael Kenstowicz (org.). **HALE, Ken: A Life in Language**, Cambridge MA: The MIT Press, 2001, p. 1-52.

CHRISTENSEN, R. H. B. ordinal - **Regression Models for Ordinal Data**. R package version 2018.8-25.

CHUNG, Sandra; LADUSAW, William A.; MCCLOSKEY, James. Sluicing and logical form. **Natural Language Semantics**, v. 3, n. 3, p. 239–282, 1995.

CHUNG, Sandra. Sluicing and the Lexicon: The Point of No Return, **Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, v. 31, n. 1, 2014.

COOPER, R. **Quantification and syntactic theory**. Dordrecht: Reidel, 1983.

COPPOCK, Elizabeth. Gapping: in defense of deletion. *In*: ANDRONIS, M.; BALL, C.; ELSTON, H.; NEUVEL, S. (ed.). **Proceedings of the 37th Annual Meeting of the Chicago Linguistics Society**, Chicago: Chicago Linguistics Society, 2001, 133–148.

CORRÊA, Letícia Maria Sicuro. Relação processador lingüístico-gramática em perspectiva: problema de unificação em contexto minimalista. **DELTA**. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (PUCSP. Impresso), v. 24, p. 231-282, 2008.

COSTA, João; GALVES, Charlotte. External subjects in two varieties of Portuguese: Evidence for a non-unified analysis. *In*: BEYSSADE, Claire *et al* (orgs.). **Current Issues in Linguistic Theory**, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2002, v. 232, p. 109–125.

COSTA, João. ADVERB POSITIONING AND V-MOVEMENT IN ENGLISH: SOME MORE EVIDENCE. **Studia Linguistica**, v. 50, n. 1, p. 22–34, 2008.

CRAENENBROECK, Jeroen van, **The syntax of ellipsis: evidence from Dutch dialects**, Oxford ; New York: Oxford University Press, 2010.

CRAENENBROECK, Jeroen van. **Ellipsis, Identity and Accommodation**. Manuscrito. KU Leuven HU Brussel, 2012, disponível em <https://jeronenvancraenenbroeck.net/s/paper-ellipsis-and-accommodation.pdf>.

CRAENENBROECK, Jeroen van; MERCHANT, Jason. Elliptical phenomena. *In*: den DIKKEN, Marcel (org.). **The Cambridge handbook of generative syntax**, Cambridge University Press 2013, 1427–1520.

CREUS, S; MENUZZI, S. O papel do gênero na alternância entre objeto nulo e pronome pleno em português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, Florianópolis, v. 3, n. 1-2, p. 149-176, 2004.

CULICOVER, Peter W.; JACKENDOFF, Ray. **Simpler syntax**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2005.

CYRINO, Sonia; MATOS, Gabriela. Local licensors and recovering in VP ellipsis. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 4, n. 2, p. 79, 2005.

CYRINO, Sonia; MATOS, Gabriela. Null Objects and VP Ellipsis in European and Brazilian Portuguese. *In*: WETZELS, W. Leo; COSTA, João; MENUZZI, Sergio (orgs.). **The Handbook of Portuguese Linguistics**, 1. ed. [s.l.]: Wiley, 2016, p. 294–317.

CYRINO, Sonia. M. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. *In*: ROBERTS, Ian.; KATO, Mary. A. (Orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 163-184.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarino. **O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico**. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarino. On richness of tense and verb movement in Brazilian Portuguese. *In*: CAMACHO-TABOADA, Victoria *et al* (orgs.). **Linguistik Aktuell/Linguistics Today**, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2013, v. 197, p. 297–318.

CYRINO, Sonia; LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcellos. Null objects are ellipsis in Brazilian Portuguese. **The Linguistic Review**, v. 33, p. 483-502, 2016.

DALRYMPLE, Mary; SHIEBER, Stuart M.; PEREIRA, Fernando C. N. Ellipsis and Higher-Order Unification. **Linguistics and Philosophy**, v. 14, n. 4, p. 399–452, 1991.

DEPIANTE, Marcela A. On null complement anaphora in Spanish and Italian. **Probus**, v. 13, p. 193–221, 2001.

DILLON, Brian *et al.* Contrasting intrusion profiles for agreement and anaphora: Experimental and modeling evidence. **Journal of Memory and Language**, v. 69, n. 2, p. 85–103, 2013.

EMBICK, David; NOYER, Rolf. Movement Operations after Syntax. **Linguistic Inquiry**, v. 32, n. 4, p. 555–595, 2001.

EMBICK, David; POEPEL, David. Towards a computational(ist) neurobiology of language: *correlational. integrated and explanatory* neurolinguistics. **Language, Cognition and Neuroscience**, v. 30, n. 4, p. 357–366, 2015.

EMONDS, Joseph. The Verbal Complex V' - V in French. **Linguistic Inquiry**, v. 9, n. 2, p. 151–175, 1978.

ENDRESEN, Anna; JANDA, Laura A. Five statistical models for Likert-type experimental data on acceptability judgments. **Journal of Research Design and Statistics in Linguistics and Communication Science**, v. 3, n. 2, p. 217–250, 2017.

FERREIRA, Fernanda; PATSON, Nikole D. The 'Good Enough' Approach to Language Comprehension: The 'Good Enough' Approach. **Language and Linguistics Compass**, v. 1, n. 1–2, p. 71–83, 2007.

FERREIRA, Fernanda; BAILEY, Karl G. D.; FERRARO, Vittoria. Good-Enough Representations in Language Comprehension. **Current Directions in Psychological Science**, v. 11, n. 1, p. 11–15, 2002.

FIENGO, Robert; MAY, Robert. **Indices and identity**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1994.

FODOR, J. A.; BEVER, T. G.; GARRETT, M. G. **The Psychology of Language: An Introduction to Psycholinguistics and Generative Grammar**. McGraw-Hill, New York, 1974.

FOX, Danny; LASNIK, Howard. Successive-Cyclic Movement and Island Repair: The Difference between Sluicing and VP-Ellipsis. **Linguistic Inquiry**, v. 34, n. 1, p. 143–154, 2003.

FOX, Danny. **Economy and semantic interpretation**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2000.

FRANCHI, Carlos. Predicação. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 11, n. 2, p. 17-81, 2003.

FRAZIER, Lyn; CLIFTON, JR., Charles. On bound variable interpretations: The If-only hypothesis. **Journal of Psycholinguistic Research**, v. 29, n. 2, p. 125–140, 2000.

FRAZIER, Lyn; CLIFTON JR., Charles. Parsing Coordinates and Ellipsis: Copy α . **Syntax**, v. 4, n. 1, p. 1–22, 2001.

FRAZIER, Lyn. **On comprehending sentences**: Syntactic parsing strategies. 1979. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Connecticut. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1979.

FRAZIER, Lyn. A Recycling Approach to Processing Ellipsis. *In*: CHENG, Lisa Lai-Shen; CORVER, Norbert (orgs.). **Diagnosing Syntax**, [s.l.]: Oxford University Press, 2013, p. 485–501.

FRAZIER, Lyn; DUFF, John. Repair or accommodation? Split antecedent ellipsis and the limits of repair. **Glossa: a journal of general linguistics**, v. 4, n. 1, p. 78, 2019.

FRAZIER, Lyn; FODOR, Janet Dean. The sausage machine: A new two-stage parsing model. **Cognition**, v. 6, n. 4, p. 291–325, 1978.

GALVES, Charlotte Marie Chambelland. Objet nul et la structure de la proposition en Portugais Brésilien. **Revue des Langues Romanes**, v. 93, p. 305–336, 1989.

GINZBURG, Jonathan; SAG, Ivan A. **Interrogative investigations: the form, meaning, and use of English interrogatives**. Stanford, Calif: CSLI Publications, 2000.

GODOY, Mahayana Cristina. **Idiosincrasias do processamento de pronomes plurais**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

GOLDBERG, Lotus Madelyn. **Verb-stranding VP ellipsis**: A cross-linguistic study. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Department of Linguistics, McGill University, Montreal, 2005.

PANITZ, Ezekiel Joseph. **Argument ellipsis and strong islands**. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculty of Arts and Humanities, University College London, London, 2018.

GRIBANOVA, Vera. Head movement, ellipsis, and identity. Manuscrito. Stanford University, 2017.

GRIFFITHS, James; LIPTÁK, Anikó. Contrast and Island Sensitivity in Clausal Ellipsis. **Syntax**, v. 17, n. 3, p. 189–234, 2014.

GUIMARÃES, Maximiliano. **Os Fundamentos da Teoria Linguística de Chomsky**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. v. 1. 392p.

HALE, Kenneth L.; KEYSER, Samuel Jay. **Prolegomenon to a theory of argument structure**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2002.

- HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel Jay. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. *In*: HALE, K.; KEYSER, S. J. (orgs). **The view from Building 20**, Cambridge, MA: MIT Press, 1993, p. 53–110.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the pieces of inflection. *In*: HALE, K.; KEYSER, S. J. (orgs). **The view from Building 20**, Cambridge, MA: MIT Press, 1993, p. 111–176.
- HANKAMER, Jorge. **Deletion in Coordinate Structures**. Garland, New York, 1979.
- HANKAMER, Jorge.; SAG, Ivan. Deep and surface anaphora. *Linguistic inquiry*, v. 7, n. 3, p. 391-428, 1976.
- HARDT, Daniel. **Verb phrase ellipsis: Form, meaning and processing**. 1993. Tese (Doutorado em Linguística) – Institute for Research in Cognitive Science, University of Pennsylvania, Philadelphia, 1993.
- HARKEMA, Hendrik. **Parsing Minimalist Languages**. 2001. Tese (Doutorado em Linguística) – University of California, Los Angeles, 2001.
- HARLEY, Heidi. The morphology of nominalizations and the syntax of vP. *In*: GIANNAKIDOU, Anastasia; RATHERT, Monika (orgs.). **Quantification, Definiteness, and Nominalization**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2009. p.321-343.
- HARWOOD, William. Rise of the Auxiliaries: a case for auxiliary raising vs. affix lowering. **The Linguistic Review**, v. 31, n. 2, 2014.
- HEIM, I. Features on bound pronouns. *In*: ADGER, D; HARBOUR, D; BEJAR, S (orgs.). **Phi theory: Phi-features across modules and interfaces**, Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 35–52.
- HENDRIKS, Petra; SPENADER, Jennifer. Why be silent? Some functions of ellipsis in natural language. *In*: SPENADER, J.; HENDRIKS, P. (orgs.). **Proceedings of the ESSLI 2005 workshop on cross-modular approaches to ellipsis**, Heriot-Watt University, 2005, p. 29–36.
- HENDRIKS, P. Coherence Relations, Ellipsis and Contrastive Topics, **Journal of Semantics**. v. 21, n. 2, p. 133–153, 2004.
- HERMER, Linda; SPELKE, Elizabeth. Modularity and development: the case of spatial reorientation. **Cognition**, v. 61, n. 3, p. 195–232, 1996.
- HORNSTEIN, Norbert. Movement and Control. **Linguistic Inquiry**, v. 30, n. 1, p. 69–96, 1999.
- HORNSTEIN, Norbert. **Move!: a minimalist theory of construal**. Malden, Mass: Blackwell, 2001.
- HORNSTEIN, N. **Judgments and grammars**. Faculty of Language, 2015. Disponível em <http://facultyoflanguage.blogspot.com/2015/09/>.
- HUANG, C.-T. James. Reconstruction and the Structure of VP: Some Theoretical Consequences. **Linguistic Inquiry**, v. 24, n. 1, p. 103–138, 1993.

JACOBSON, Pauline. Antecedent Contained Deletion in a Variable-Free Semantics. **Semantics and Linguistic Theory**, v. 2, p. 193, 1992.

JAKOBSON, R. Structure of the Russian verb. *In*: WAUGH, L. R.; HALLE, M. (orgs.). **Russian and Slavic Grammar—Studies 1931–1981**, Berlin: Mouton de Gruyter, p. 1-14, 1984.

JEGERSKI, J. Self-paced reading. *In*: JEGERSKI, J.; VANPATTEN, B (orgs.). **Research methods in second language psycholinguistics**, New York: Routledge, 2014, p. 20-49.

JOHNSON, Kyle. What VP Ellipsis Can Do, and What it Can't, But Not Why. *In*: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris (orgs.). **The Handbook of Contemporary Syntactic Theory**, Oxford, UK: Blackwell Publishers Ltd, 2001, p. 439–479.

JOHNSON, Kyle. How to be quiet. *In*: ADAMS, N; COOPER, A; PARRILL, F.; WIER, T. (orgs.). **Proceedings from the 40th Annual Meeting of the Chicago Linguistic Society**, 2004, p. 1–20.

JOVEM, Manuella Soares; SILVA, José Romerito. Rede construcional dos adjetivos formados por -vel no português. **Revista Odisseia**, v. 2, n. 1, p. 3, 2016.

JUST, Marcel A.; CARPENTER, Patricia A.; WOOLLEY, Jacqueline D. Paradigms and processes in reading comprehension. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 111, n. 2, p. 228–238, 1982.

KAAN, Edith. Event-Related Potentials and Language Processing: A Brief Overview: Event-Related Potentials and Language Processing. **Language and Linguistics Compass**, v. 1, n. 6, p. 571–591, 2007.

KATO, Mary Aizawa. The distribution of pronouns and Null elements in object position in Brazilian Portuguese. *In*: ASHBY, William J.; MITHUN, Marianne; PERISSINOTTO, Giorgio (orgs.). **Current Issues in Linguistic Theory**, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1993, v. 103, p. 225.

KATO, Mary Aizawa; NEGRÃO, Esmeralda Vailati (Orgs.), **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter**, [s.l.]: Iberoamericana Vervuert, 2000.

KATO, Mary Aizawa. Null Objects and VP Ellipsis in European and Brazilian Portuguese. *In*: QUER, Josep *et al* (orgs.). **Current Issues in Linguistic Theory**, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2003, v. 245, p. 131–153.

KATO, Mary Aizawa. Affirmative polar replies in Brazilian Portuguese. *In*: TORTORA, Christina *et al* (orgs.). **Romance Languages and Linguistic Theory**, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016, v. 9, p. 195–212.

KAZANINA, Nina *et al*. The effect of syntactic constraints on the processing of backwards anaphora. **Journal of Memory and Language**, v. 56, n. 3, p. 384–409, 2007.

KAZANINA, Nina; PHILLIPS, Colin. Differential effects of constraints in the processing of Russian cataphora. **Quarterly Journal of Experimental Psychology**, v. 63, n. 2, p. 371–400, 2010.

- KAZANINA, Nina *et al*, The effect of syntactic constraints on the processing of backwards anaphora, **Journal of Memory and Language**, v. 56, n. 3, p. 384–409, 2007.
- KEHLER, Andrew. Discourse Coherence. *In*: HORN, Laurence R.; WARD, Gregory (orgs.). **The Handbook of Pragmatics**, Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd, 2006, p. 241–265.
- KEMPSON, Ruth; MEYER-VIOL, Wilfried; GABBAY, Dov. VP ellipsis: Toward a dynamic, structural account. *In*: LAPPIN, Shalom; BENMAMOUN, Elabbas (ed.). **Fragments: Studies in ellipsis and gapping**, Oxford University Press, 1999, p. 227–289.
- KENEDY, E. Psicolinguística na descrição gramatical. *In*: MAIA, Marcus. (org.). **Psicolinguística, psicolinguísticas: uma introdução**. 1ed., São Paulo: Contexto, 2015, v. 1, p. 143-156.
- KIM, Christina S. *et al*. The Acceptability Cline in VP Ellipsis: The Acceptability Cline in VP Ellipsis. **Syntax**, v. 14, n. 4, p. 318–354, 2011.
- KIM, Soowon. Sloppy/Strict Identity, Empty Objects, and NP Ellipsis. **Journal of East Asian Linguistics**, v. 8, n. 4, p. 255–284, 1999.
- KNÖPFLE, Andrea. Uma proposta de descrição estrutural para resultativas, **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. v. 60, n. 1, p. 90–126, 2018.
- KOBELE, Gregory M.; MERCHANT, Jason. The Dynamics of Ellipsis. **Theoretical Linguistics**, v. 42, n. 3–4, 2016.
- LANDAU, Idan. Missing objects in Hebrew: Argument ellipsis, not VP ellipsis. **Glossa: a journal of general linguistics**, v. 3, n. 1, p. 76, 2018.
- LANDAU, Idan. On the Nonexistence of Verb-Stranding VP-Ellipsis. **Linguistic Inquiry**, v. 51, n. 2, p. 341–365, 2020a.
- LANDAU, Idan. Constraining Head-Stranding Ellipsis. **Linguistic Inquiry**, v. 51, n. 2, p. 281–318, 2020b
- LAPPIN, Shalom. The syntactic basis of ellipsis resolution. *In*: BERMAN, Steve; HESTVIK, Arild (eds). **Proceedings of the Stuttgart Ellipsis Workshop**, Stuttgart, 1992.
- LAPPIN, Shalom. The interpretation of ellipsis. *In*: LAPPIN, Shalom (Ed.). **The Handbook of Contemporary Semantic Theory**. Blackwell, Oxford, 1996, p. 145-175.
- LAPPIN, Shalom. An HPSG account of antecedent-contained ellipsis. *In*: LAPPIN, Shalom; BENMAMOUN, Elabbas (ed.) **Fragments: Studies in ellipsis and gapping**, Oxford University Press, 1999, p. 68–97.
- LASNIK, Howard. Last Resort. *In*: HARAGUCHI, S.; FUNAKI, M. (ed.). **Minimalism and Linguistic Theory**. Tokyo: Hitzi Syobo: 1995, p. 1-32.

LASNIK, Howard. Verbal Morphology: Syntactic Structures Meets the Minimalist Program. *In*: CAMPOS, H.; KEMPCHINSKY, P. (ed.). **Evolution and revolution in linguistic theory**, Georgetown: Georgetown University Press, 1999. p. 97-119.

LASNIK, Howard. When can you save a structure by destroying it? *In*: KIM, M.; STRAUSS, U. (ed.). **Proceedings of the North East Linguistic Society**, Georgetown University: GLSA, 2001, p. 301–320.

LEES, Robert B. **The grammar of English nominalizations**. The Hague: Mouton, 1968[1960].

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Efeitos da saliência fônica e do tempo/modo na concordância verbal. *In*: MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães (Org.). **Usos da linguagem e sua relação com a mente humana**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010, p. 71-77.

LEVELT, W. J. M. **Formal grammars in linguistics and psycholinguistics**. The Hague: Mouton, 1974.

LEWIS, Shevaun; PHILLIPS, Colin. Aligning Grammatical Theories and Language Processing Models. **Journal of Psycholinguistic Research**, v. 44, n. 1, p. 27–46, 2015.

LEWIS, Richard L.; VASISHTH, Shravan. An Activation-Based Model of Sentence Processing as Skilled Memory Retrieval. **Cognitive Science**, v. 29, n. 3, p. 375–419, 2005.

LIPTÁK, Anikó. Identity in ellipsis: An introduction. **Lingua**, v. 166, p. 155–171, 2015.

Lobeck, Anne VP Ellipsis in Infinitives: INFL as a Proper Governor. *In*: **North East Linguistics Society**, 1987, v. 17, n. 2, Article 6. Disponível em: <https://scholarworks.umass.edu/nels/vol17/iss2/6>

LOBECK, Anne. **Ellipsis: Functional heads, licensing and identification**. New York: Oxford University Press, 1995.

MANZINI, M.Rita; ROUSSOU, Anna. A minimalist theory of A-movement and control. **Lingua**, v. 110, n. 6, p. 409–447, 2000.

MARANTZ, A. Sem escapatória da sintaxe: não tente fazer análise morfológica na privacidade do seu próprio léxico. **ReVEL**. Porto Alegre, v. 13, n. 24, p. 8 33, 2015 [1997].

MARTINS, Ana. Maria. Polarity Items in Romance: Underspecification and Lexical Change, *In*: PINTZUK, S.; TSOULAS, G; WARNER, A. **Diachronic Syntax: Models and Mechanisms**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2000, p. 191-219.

MATOS, Francisco Iokleyton Araujo. EXPLORANDO O DOMÍNIO DE ELISÃO EM ELIPSES DE SINTAGMAS PREDICATIVOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO. **Estudos Linguísticos e Literários**, n. 64, p. 5, 2019.

MCCAWLEY, James D. **The syntactic phenomena of English**. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

MCCLOSKEY, Jim. Ellipsis, polarity, and the cartography of verb-initial orders in Irish. *In*: ABOH, Enoch *et al* (orgs.). **Elements of Comparative Syntax**, Berlin, Boston: De Gruyter, 2017.

MCELREE, Brian; GRIFFITH. Teresa, Structural and lexical constraints on filling gaps during sentence comprehension: A time-course analysis. **Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition**, v. 24, n. 2, p. 432–460, 1998.

MEHLER, Jacques. Some effects of grammatical transformations on the recall of english sentences. **Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior**, v. 2, n. 4, p. 346–351, 1963.

MERCHANT, Jason. **The syntax of silence: sluicing, islands, and the theory of ellipsis**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2001a.

MERCHANT, Jason. Fragments and ellipsis. **Linguistics and Philosophy**, v. 27, n. 6, p. 661–738, 2005.

MERCHANT, Jason. An Asymmetry in Voice Mismatches in VP-Ellipsis and Pseudogapping. **Linguistic Inquiry**, v. 39, n. 1, p. 169–179, 2008.

MERCHANT, Jason. Variable island repair under ellipsis. *In*: JOHNSON, Kyle (org.). **Topics in Ellipsis**, 1. ed. [s.l.]: Cambridge University Press, 2001b, p. 132–153.

MERCHANT, Jason. Phrasal and clausal comparatives in Greek and the abstractness of syntax. **Journal of Greek Linguistics**, v. 9, n. 1, p. 134–164, 2009.

MERCHANT, Jason. Voice and Ellipsis. **Linguistic Inquiry**, v. 44, n. 1, p. 77–108, 2013.

MERCHANT, Jason. Gender mismatches under nominal ellipsis. **Lingua**, v. 151, p. 9–32, 2014.

MERCHANT, Jason. On ineffable predicates: Bilingual Greek–English code-switching under ellipsis. **Lingua**, v. 166, p. 199–213, 2015.

MERCHANT, Jason. Ellipsis: A survey of analytical approaches. *In*: VAN CRAENENBROECK, Jeroen; TEMMERMAN, Tanja (orgs.). **The Oxford Handbook of Ellipsis**, [s.l.]: Oxford University Press, 2018, p. 18–45.

MICHAELIS, Jens. **On Formal Properties of Minimalist Grammars**. 2001. Tese (Doutorado em Linguística) – Universität Potsdam, Potsdam, 2001.

MIOTO, Carlos; FOLTRAN, Maria José. A favor de small clauses. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 49, n. 1, p. 11–28, 2011.

MOMMA, Shota; PHILLIPS, Colin. The Relationship Between Parsing and Generation. **Annual Review of Linguistics**, v. 4, n. 1, p. 233–254, 2018.

MOREIRA, Bruna Elisa da Costa. Two types of dispositional adjectives. **ReVEL**. Porto Alegre, edição especial, n. 8, p. 186–196, 2014.

MORENO, Bruna Sanchez. **Tough-constructions e posição de sujeito no Português Brasileiro**. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

NEVILLE, Helen *et al.* Syntactically Based Sentence Processing Classes: Evidence from Event-Related Brain Potentials. **Journal of Cognitive Neuroscience**, v. 3, n. 2, p. 151–165, 1991.

NUNES, Jairo. **The copy theory of movement and linearization of chains in the Minimalist Program**. 1995. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Maryland, College Park, 1995.

NUNES, Jairo. Sideward Movement. **Linguistic Inquiry**, v. 32, n. 2, p. 303–344, 2001.

NUNES, Jairo. Inherent Case as a licensing condition for A-movement: The case of hyper-raising constructions in Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 7, p. 83–108, 2008.

NUNES, Jairo; ZOCCA, Cynthia. Lack of morphological identity and ellipsis resolution in Brazilian Portuguese. *In*: NUNES, Jairo (org.). **Linguistik Aktuell/Linguistics Today**, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2009, v. 142, p. 215–236.

NUNES, Jairo. Remarks on finite control and hyper-raising in Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 18, p. 1–50, 2019.

NUNES, Jairo. Hiperálçamento em português brasileiro. **CUADERNOS DE LA ALFAL**, v. 12, p. 199–227, 2020.

OKU, Satoshi. **A Theory of Selection and Reconstruction in the Minimalist Perspectives**. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Connecticut, 1998.

OLTRA MASSUET, Maria Isabel. **Deverbal adjectives at the interface: a crosslinguistic investigation into the morphology, syntax and semantics of -ble**. Boston: De Gruyter Mouton, 2014.

OMAKI, Akira; SCHULZ, Barbara. FILLER-GAP DEPENDENCIES AND ISLAND CONSTRAINTS IN SECOND-LANGUAGE SENTENCE PROCESSING. **Studies in Second Language Acquisition**, v. 33, n. 4, p. 563–588, 2011.

PARKER, Dan. A memory-based explanation of antecedent-ellipsis mismatches: New insights from computational modeling. **Glossa: a journal of general linguistics**, v. 3, n. 1, p. 129, 2018.

PEARLMUTTER, Neal J.; GARNSEY, Susan M.; BOCK, Kathryn. Agreement Processes in Sentence Comprehension. **Journal of Memory and Language**, v. 41, n. 3, p. 427–456, 1999.

PEIRCE, Jonathan W. PsychoPy—Psychophysics software in Python. **Journal of Neuroscience Methods**, v. 162, n. 1–2, p. 8–13, 2007.

PEIRCE, Jonathan W. Generating stimuli for neuroscience using PsychoPy. **Frontiers in Neuroinformatics**, v. 2, 2008.

PEREIRA, R. V.; SILVESTRE, J. P.; VILLALVA, A. Os adjetivos em *vel'* formados em português: estrutura argumental, estrutura temática e aspecto da base verbal. **ReVEL**. Porto Alegre, v. 11, n. 20, p. 43-66, 2013.

PERLMUTTER, David M. Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis. **Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, v. 4, p. 157, 1978.

PESETSKY, David; TORREGO, Esther. The syntax of valuation and the interpretability of features. *In*: KARIMI, Simin; SAMIIAN, Vida; WILKINS, Wendy K. (orgs.). **Linguistik Aktuell/Linguistics Today**, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2007, v. 101, p. 262–294.

PHILLIPS, Colin. **Order and structure**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, 1996.

PHILLIPS, Colin. The Real-Time Status of Island Phenomena. **Language**, v. 82, n. 4, p. 795–823, 2006.

PHILLIPS Colin, LEWIS, Shevaun. Derivational order in syntax: evidence and architectural consequences. **Studies in Linguistics**, v. 6, p. 11–47, 2013.

PIRES, Roberta; MULEKANGOY, Francisco. Notas sobre a semântica do sufixo *-vel*: a expressão da modalidade no PB. **Revista Letras**, v. 73, 2007.

POLLOCK, Jean-Yves. Verb movement, Universal Grammar and the structure of IP. **Linguistic Inquiry**, v. 20, n. 3, p. 365–424, 1989.

PORTELANCE, E. **Genuine Verb stranding VP-ellipsis in Lithuanian**. Presentation at the 50th Annual Meeting of the North East Linguistic Society, Boston, MA, 2019.

R Core Team. **R: A Language and Environment for Statistical Computing**. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, 2020. URL: <http://www.r-project.org/index.html>

RESENDE, Maurício.; RECH, Núbia. S. F. Uma análise para os adjetivos em *-vel* à luz da Morfologia Distribuída. **ALFA: Revista de Linguística** (UNESP. ONLINE), v. 64, p. 1-21, 2020.

RIEMSDIJK, Henk van. **A case study In syntactic markedness: The binding nature of prepositional phrases**. [s.l.]: De Gruyter, 1981.

ROBERTS, Ian. Have/Be Raising, Move F, and Procrastinate. **Linguistic Inquiry**, v. 29, n. 1, p. 113–125, 1998.

RODRIGUES, Cilene Aparecida Nunes. **Impoverished Morphology and A-movement out of Case Domains**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Maryland, College Park, 2004a. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/1903/1882> >.

RODRIGUES, Cilene. Thematic chains. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 20, n. 1, p. 123–147, 2004b.

RODRIGUES, Cilene. Possessor raising through thematic positions. *In*: HORNSTEIN, Norbert; POLINSKY, Maria (orgs.). **Linguistik Aktuell/Linguistics Today**, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2010, v. 154, p. 119–146.

ROSE, Isabel Leslie. **Another crack at the tough nut**: a new approach to tough and other object-gap constructions. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ROSS, John Robert. **Constraints on variables in syntax**. Thesis, Massachusetts Institute of Technology, 1967.

ROSS, J. R. Guess who? *In*: BINNICK, R.; DAVISON, A.; GREEN, G.; MORGAN, J. (orgs.). **Papers from the 5th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago Linguistic Society, Chicago, 1969, p. 252–286.

ROUVERET, Alain. VP ellipsis, phases and the syntax of morphology. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 30, n. 3, p. 897–963, 2012.

RUIJGROK, Bobby. **Tapping into semantic recovery. An event-related potential study on the processing of Gapping and Stripping**. Utrecht: LOT, Netherlands Graduate School, 2018.

SAAB, Andrés L. **Hacia una teoría de la identidad parcial en la elipsis**. 2009. Tese (Doutorado em Lingüística) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<http://rgdoi.net/10.13140/RG.2.1.2451.0320>>.

SAAB, Andrés. ineffable narratives in Spanish: Another case of overgeneration by e-GIVENness. **Probus**, v. 28, n. 2, 2016.

SAAB, Andrés; LIPTÁK, Anikó. Movement and deletion after syntax: Licensing by inflection reconsidered. **Studia Linguistica**, v. 70, n. 1, p. 66–108, 2016.

SAG, Ivan A., **Deletion and logical form**, New York: Garland Pub, 1980.

SAG, Ivan A.; HANKAMER, Jorge. Toward a Theory of Anaphoric Processing. **Linguistics and Philosophy**, v. 7, n. 3, p. 325–345, 1984.

SAN PIETRO, Steve; MERCHANT, Jason; XIANG, Ming. Accounting for voice mismatch in ellipsis. *In*: ARNETT, Nathan; BENNETT, Ryan (ed.). **Proceedings of the 30th West Coast Conference on Formal Linguistics**, Somerville, Mass.: Cascadilla Press, 2012, p. 303–312.

SATO, Motoki. **The syntax of VP-ellipsis**. 2014. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculty of the Graduate School of Arts and Letters, Tohoku University, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10097/58745>>.

SAUERLAND, U. Implicated presuppositions. *In*: STEUBE, A (ed.). **Language, context and cognition**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008.

SCHER, A. P.; MEDEIROS, A. B.; MINUSSI, R. D. Estrutura argumental em morfologia distribuída. *In*: NAVES, R. R. *et al.* (orgs). **Estudos formais da gramática das línguas naturais**. Goiânia: Cânone Editorial, 2009. p. 123-138.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Paralelismo linguístico. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 7, n. 2, p. 29–59, 1998.

SCHLANGEN, David. **A coherence-based approach to the interpretation of non-sentential utterances in dialogue**. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Institute for Communicating and Collaborative Systems, School of Informatics, University of Edinburgh, 2003. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/1842/318>>.

SCHWENTER, Scott A.; SILVA, Gláucia. Overt vs. Null Direct Objects in Spoken Brazilian Portuguese: A Semantic/Pragmatic Account. **Hispania**, v. 85, n. 3, p. 577–586, 2002.

SHEEHAN, Michelle, Basic word order in brazilian portuguese: a hybrid extended projection principle (epp). **Estudos Linguísticos e Literários**, n. 58, p. 104, 2017.

SPELKE, Elizabeth S.; TSIVKIN, Sanna. Initial knowledge and conceptual change: space and number. *In*: BOWERMAN, Melissa; LEVINSON, Stephen (orgs.). **Language Acquisition and Conceptual Development**, 1. ed. [s.l.]: Cambridge University Press, 2001, p. 70–98.

SPROUSE, Jon; LAU, Ellen F. Syntax and the brain. *In*: DEN DIKKEN, Marcel (org.). **Cambridge Handbook of Generative Syntax, the**, Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 971–1005.

SPROUSE, Jon; ALMEIDA, Diogo. The empirical status of data in syntax: A reply to Gibson and Fedorenko. **Language and Cognitive Processes**, v. 28, n. 3, p. 222–228, 2013.

SPROUSE, Jon; SCHÜTZE, Carson T.; ALMEIDA, Diogo. A comparison of informal and formal acceptability judgments using a random sample from Linguistic Inquiry 2001–2010. **Lingua**, v. 134, p. 219–248, 2013.

STABLER, Edward. Derivational minimalism. *In*: RETORÉ, Christian (org.). **Logical Aspects of Computational Linguistics**, Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 1997, v. 1328, p. 68–95.

STOWELL, T. Subjects Across Categories. **The linguistic review**, p. 285-312, 1983.

STURT, P. The time-course of the application of binding constraints in reference resolution. **Journal of Memory and Language**, v. 48, n. 3, p. 542–562, 2003.

TAKAHASHI, Shoichi; FOX, Danny. MaxElide and the Re-binding Problem. **Semantics and Linguistic Theory**, v. 15, p. 223, 2005.

TAKANO, Yuji. Predicate Fronting and Internal Subjects. **Linguistic Inquiry**, v. 26, n. 2, p. 327–340, 1995.

TANAKA, Hidekazu. Syntactic identity and ellipsis. **The Linguistic Review**, v. 28, n. 1, 2011.

TEMMERMAN, Tanja. The syntax of Dutch embedded fragment answers: on the PF-theory of islands and the wh/slucing correlation. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 31, n. 1, p. 235–285, 2013.

TESCARI NETO, Aquiles. **On verb movement in Brazilian Portuguese: a cartographic study**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Linguagem) – Università Ca' Foscari, Venezia, 2013. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10579/3078> >.

THOMS, Gary. 'Verb floating' and VP-ellipsis: Towards a movement account of ellipsis licensing. **Linguistic Variation Yearbook**, v. 10, p. 252–297, 2010.

THOMS, Gary. Syntactic identity, Parallelism and accommodated antecedents. **Lingua**, v. 166, p. 172–198, 2015.

THOMS, Gary. Short answers in Scottish Gaelic and their theoretical implications. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 34, n. 1, p. 351–391, 2016.

VASISHTH, Shravan *et al.* Processing Polarity: How the Ungrammatical Intrudes on the Grammatical. **Cognitive Science**, v. 32, n. 4, p. 685–712, 2008.

WAGERS, Matthew W.; LAU, Ellen F.; PHILLIPS, Colin. Agreement attraction in comprehension: Representations and processes. **Journal of Memory and Language**, v. 61, n. 2, p. 206–237, 2009.

WASOW, Thomas. **Anaphoric relations in English**. 1972. Tese (Doutorado em Linguística) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1972.

WILLIAMS, Edwin S. Discourse and Logical Form. **Linguistic Inquiry**, v. 8, n. 1, p. 101–139, 1977.

WILLIAMS, Edwin. There-Insertion. **Linguistic Inquiry**, v. 15, n. 1, p. 131–153, 1984.

WINKLER, Susanne. **Ellipsis and Focus in Generative Grammar**. [s.l.]: DE GRUYTER, 2005.

WURMBRAND, Susi. Stripping and Topless Complements. **Linguistic Inquiry**, v. 48, n. 2, p. 341–366, 2017.

XIANG, Ming; DILLON, Brian; PHILLIPS, Colin. Illusory licensing effects across dependency types: ERP evidence. **Brain and Language**, v. 108, n. 1, p. 40–55, 2009.

YOSHIDA, Masaya. "Antecedent-Contained" Sluicing. **Linguistic Inquiry**, v. 41, n. 2, p. 348–356, 2010.

ZAGONA, Karen. **Government and proper government of verbal projections**. 1982. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Washington, Seattle, 1982.

ZOCCA, Cynthia Levar. **O que não está lá?** Um estudo sobre morfologia flexional em elipses. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

Apêndice A

Listadas a seguir, estão todas as sentenças experimentais usadas para execução do experimento 1, reportado na seção 4.1, capítulo 4.

- 1a. Poucas pessoas viram aquela estrela sem usar um binóculo, mas João viu, pois ele enxerga bem.
- 1b. Ver aquela estrela sem usar um binóculo era quase impossível, mas João viu, pois ele enxerga bem.
- 1c. Aquela estrela era quase impossível de ver sem usar um binóculo, mas João viu, pois ele enxerga bem.
- 1d. Aquela estrela era quase invisível sem um binóculo, mas João viu, pois ele enxerga bem.
- 1e. João tentou ver a estrela sem um binóculo, mas a estrela não podia ser, pois ela é muito pequena.

- 2a. Quase ninguém leu o documento sem usar uma lupa, mas José leu, pois ele tem a vista boa.
- 2b. Ler o documento sem usar uma lupa era quase impossível, mas José leu, pois ele enxerga bem.
- 2c. O documento era quase impossível de ler sem usar uma lupa, mas José leu, pois ele tem a vista boa.
- 2d. O documento era quase ilegível sem ajuda de uma lupa, mas José leu, pois ele tem a vista boa.
- 2e. José tentou ler o documento sem uma lupa, mas o documento não podia ser, pois as letras eram muito pequenas.

- 3a. Poucas pessoas pescariam aquele peixe com uma vara pequena, mas Davi pescou, pois ele é experiente.
- 3b. Pescar aquele peixe com uma vara pequena era muito difícil, mas Davi pescou, pois ele é experiente.
- 3c. Aquele peixe era muito difícil de pescar com uma vara pequena, mas Davi pescou, pois ele é experiente.
- 3d. Aquele peixe era quase impescável sem uma vara grande, mas Davi pescou, pois ele é experiente.
- 3e. Davi pescou muitos peixes naquela lagoa, mas os peixes não podiam ser, pois ali a pesca é proibida.

- 4a. Poucas pessoas contariam aquelas notas sem o auxílio de uma máquina, mas Lara contou, pois ela estava disposta.

- 4b. Contar aquelas notas sem o auxílio de uma máquina era quase impossível, mas Lara contou, pois ela estava disposta.
- 4c. Aquelas notas eram quase impossíveis de contar sem o auxílio de uma máquina, mas Lara contou, pois ela estava disposta.
- 4d. Aquelas notas eram quase incontáveis sem o auxílio de uma máquina, mas Lara contou, pois ela é disposta.
- 4e. Lara costuma contar as notas sem o auxílio de uma máquina, mas as notas não devem ser, pois assim demora muito.

- 5a. Poucas pessoas pagaram suas dívidas sem pedir ajuda, mas Marta pagou, pois ela é organizada.
- 5b. Pagar as dívidas sem pedir ajuda dos pais era quase impossível, mas Maria pagou, pois ela é organizada.
- 5c. As dívidas eram quase impossíveis de pagar sem uma ajuda, mas Maria pagou, pois ela é organizada.
- 5d. As dívidas eram quase impagáveis sem uma ajuda, mas Maria pagou, pois ela é organizada.
- 5e. Maria tentou pagar as dívidas sem ajuda do pai, mas as dívidas não podiam ser, pois eram muito caras.

- 6a. Pouquíssimas pessoas toleraram aquele homem nos finais de semana, mas Carlos tolera, pois ele é seu amigo.
- 6b. Tolerar aquele homem nos finais de semana é muito difícil, mas Carlos tolera, pois ele é seu amigo.
- 6c. Aquele homem é muito difícil de tolerar nos finais de semana, mas Carlos tolera, pois ele é seu amigo.
- 6d. Aquele homem fica intolerável nos finais de semana, mas Carlos tolera, pois ele é seu amigo.
- 6e. Carlos tolerou aquele homem por muito tempo, mas aquele homem não deve ser, pois ele é muito problemático.

- 7a. Poucos candidatos recusariam a proposta diante de tantas vantagens, mas Pedro recusou, pois ele é bobo.
- 7b. Recusar aquela proposta diante de tantas vantagens era quase impossível, mas Pedro recusou, pois ele é bobo.
- 7c. A proposta era quase impossível de recusar diante de tantas vantagens, mas Pedro recusou, pois ele é bobo.
- 7d. A proposta era quase irrecusável diante de tantas vantagens, mas Pedro recusou, pois ele é bobo.
- 7e. Pedro recusou a proposta diante de todas aquelas vantagens, mas a proposta não devia ser, pois ela era muito boa.

- 8a. Poucas pessoas superariam aquele problema naquelas condições, mas Vitor superou, pois ele é resistente.
- 8b. Superar aquele problema naquelas condições era quase impossível, mas Vitor superou, pois ele é resistente.

- 8c. Aquele problema era difícil de superar naquelas condições, mas Vitor superou, pois ele é resistente.
- 8d. Aquele problema era quase insuperável naquelas condições, mas Vitor superou, pois ele é resistente.
- 8e. Vitor tentou superar aquele trauma sem um apoio psicológico, mas aquele trauma não podia ser, pois era muito grave.

- 9a. Quase ninguém comparou os contratos antes de assinar, mas Sandra comparou, pois ela é cautelosa.
- 9b. Comparar os contratos antes de assinar era quase impossível, mas Sandra comparou, pois ela é cautelosa.
- 9c. Os contratos eram quase impossíveis de comparar sem uma ajuda técnica, mas Sandra comparou, pois ela é experiente.
- 9d. Os contratos estavam quase incomparáveis naquela situação, mas Sandra comparou, pois ela é cautelosa.
- 9e. Sandra comparou os contratos sem um auxílio técnico, mas os contratos não podiam ser, pois eles são complexos.

- 10a. Poucas crianças dividiram aquele objeto em duas partes, mas Lucas dividiu, pois ele é esperto.
- 10b. Dividir aquele objeto em duas partes era quase impossível, mas Lucas dividiu, pois ele é esperto.
- 10c. Aquele objeto era muito difícil de dividir em duas partes, mas Lucas dividiu, pois ele é esperto.
- 10d. Aquele objeto era quase indivisível com aquela ferramenta, mas Lucas dividiu, pois ele é esperto.
- 10e. Lucas dividiu aquele objeto em duas partes, mas aquele objeto não podia ser, pois ele já era bem pequeno.

- 11a. Poucas pessoas controlariam aquele fogo naquelas condições, mas Antônio controlou, pois ele foi rápido.
- 11b. Controlar aquele fogo sem uma ajuda era quase impossível, mas Antônio controlou, pois ele foi rápido.
- 11c. Aquele fogo era muito difícil de controlar sem ajuda, mas Antônio controlou, pois ele foi rápido.
- 11d. O fogo estava quase incontrolável naquelas condições, mas Antônio controlou, pois ele foi rápido.
- 11e. Antônio tentou controlar o fogo sem ajuda dos bombeiros, mas o fogo não podia ser, pois já havia se alastrado.

- 12a. Quase nenhum estudante terminou o relatório antes da meia noite, mas Bruna terminou, pois ela é esforçada.
- 12b. Terminar o relatório antes da meia noite era quase impossível, mas Bruna terminou, pois ela é esforçada.
- 12c. O relatório era quase impossível de terminar antes da meia noite, mas Bruna terminou, pois ela é esforçada.

- 12d. O relatório era quase interminável naquelas condições, mas Bruna terminou, pois ela é esforçada.
- 12e. Bruna tentou terminar o relatório antes da meia noite, mas o relatório não podia ser, pois era muito grande.
- 13a. Poucos analistas previram a queda da bolsa de valores naquele dia, mas André previu, pois ele estava muito atento.
- 13b. Prever a queda da bolsa de valores naquele dia era quase impossível, mas André previu, pois ele estava muito atento.
- 13c. A queda da bolsa de valores era difícil de prever naquele dia, mas André previu, pois ele é muito atento.
- 13d. A queda da bolsa de valores era quase imprevisível naquele dia, mas André previu, pois ele é muito atento.
- 13e. André tentou prever a queda da bolsa de valores naquele dia, mas a queda da bolsa não podia ser, pois havia muitas oscilações.
- 14a. Poucos vaqueiros domariam aquele cavalo sem uma ajuda, mas Luiz domou, pois ele é paciente.
- 14b. Domar aquele cavalo sem ajuda era quase impossível, mas Luiz domou, pois ele é paciente.
- 14c. Aquele cavalo era muito difícil de domar sem uma ajuda, mas Luiz domou, pois ele é paciente.
- 14d. Aquele cavalo era quase indomável sem um ajuda, mas Luiz domou, pois ele é paciente.
- 14e. O vaqueiro tentou domar aquele cavalo sem ajuda, mas aquele cavalo não podia ser, pois ele era selvagem.
- 15a. Quase ninguém adiou o compromisso naquele dia, mas Luan adiou, pois ele é desorganizado.
- 15b. Adiar o compromisso naquele dia era quase impossível, mas Luan adiou, pois ele é desorganizado.
- 15c. O compromisso era quase impossível de adiar naquele dia, mas Luan adiou, pois ele é desorganizado.
- 15d. O compromisso era quase inadiável naquele dia, mas Luan adiou, pois ele é desorganizado.
- 15e. Luan adiou o compromisso naquele dia, mas o compromisso não podia ser, pois era muito importante.
- 16a. Poucos gestores evitariam problemas naquela situação, mas Paulo evitou, pois ele é competente.
- 16b. Evitar aquele problema naquele dia era quase impossível, mas Paulo evitou, pois ele é competente.
- 16c. Aquele problema era quase impossível de evitar naquele dia, mas Paulo evitou, pois ele é competente.
- 16d. O problema era quase inevitável naquela situação, mas Paulo evitou, pois ele é competente.

- 16e. Paulo tentou evitar o problema naquele dia, mas o problema não podia ser, pois já estava muito evoluído.
- 17a. Poucas pessoas perceberam aquele detalhe olhando apenas uma vez, mas Fábio percebeu, pois ele é detalhista.
- 17b. Perceber aquele detalhe olhando apenas uma vez era bem difícil, mas Fábio percebeu, pois ele é detalhista.
- 17c. Aquele detalhe era difícil de perceber olhando apenas uma vez, mas Fábio percebeu, pois ele é detalhista.
- 17d. Aquele detalhe era quase imperceptível olhando apenas uma vez, mas Fábio percebeu, pois ele é detalhista.
- 17e. Fábio tentou perceber aquele detalhe olhando apenas uma vez, mas o detalhe não podia ser, pois era muito pequeno.
- 18a. Quase ninguém discutiria aquele assunto naquela ocasião, mas Gustavo discutiu, pois ele estava interessado.
- 18b. Discutir aquele assunto naquela ocasião era bem complicado, mas Gustavo discutiu, pois ele estava interessado.
- 18c. Aquele assunto era bem difícil de discutir naquela ocasião, mas Gustavo discutiu, pois ele estava interessado.
- 18d. Aquele assunto era indiscutível naquela ocasião, mas Gustavo discutiu, pois ele estava interessado.
- 18e. Gustavo tentou discutir aquele assunto sem bons argumentos, mas aquele assunto não podia ser, pois era muito polêmico.
- 19a. Poucas pessoas removeriam toda aquela areia sem ajuda de um trator, mas Marcos removeu, pois ele é forte.
- 19b. Remover toda aquela areia sem ajuda de um trator foi muito difícil, mas Marcos removeu, pois ele é forte.
- 19c. Toda aquela areia era muito difícil de remover sem ajuda de um trator, mas Marcos removeu, pois ele estava muito disposto.
- 19d. Toda aquela areia parecia irremovível sem ajuda de um trator, mas Marcos removeu, pois ele é forte.
- 19e. Marcos tentou remover toda aquela areia sem a ajuda de um trator, mas a areia não podia ser, pois era muito volumosa.
- 20a. Poucas pessoas reconheceriam Maria naquela festa, mas Emílio reconheceu, pois ele é o pai dela.
- 20b. Reconhecer Maria naquela festa era quase impossível, mas Emílio reconheceu, pois ele é o pai dela.
- 20c. Maria estava difícil de reconhecer naquela festa, mas Emílio reconheceu, pois ele é o pai dela.
- 20d. Maria estava quase irreconhecível naquela festa, mas Emílio reconheceu, pois ele é o pai dela.
- 20e. Emílio tentou reconhecer Maria naquela festa, mas Maria não podia ser, pois ela estava fantasiada.

Apêndice B

As sentenças experimentais, usadas para execução do experimento 2, reportado na seção 4.2, capítulo 4, estão listadas a seguir.

- 1a. Esse colar é precioso, mas aquele ali não é, pois ele é falso.
- 1b. Esses colares são preciosos, mas aquele ali não é, pois ele é falso.
- 1c. Esse colar é precioso, mas aqueles ali não são, pois eles são falsos.
- 1d. Esses colares são preciosos, mas aqueles ali não são, pois eles são falsos.

- 2a. O meu filho é curioso, mas o seu filho não é, pois ele faz poucas perguntas.
- 2b. Os meus filhos são curiosos, mas o seu filho não é, pois ele faz poucas perguntas.
- 2c. O meu filho é curioso, mas os seus filhos não são, pois eles fazem poucas perguntas.
- 2d. Os meus filhos são curiosos, mas os seus filhos não são, pois eles fazem poucas perguntas.

- 3a. Esse instrumento é perigoso, mas aquele ali não é, pois ele não tem pontas.
- 3b. Esses instrumentos são perigosos, mas aquele ali não é, pois ele não tem pontas.
- 3c. Esse instrumento é perigoso, mas aqueles ali não são, pois eles não têm pontas.
- 3d. Esses instrumentos são perigosos, mas aqueles ali não são, pois eles não têm pontas.

- 4a. Carlos é preguiçoso, mas o irmão dele não é, pois ele gosta de trabalhar.
- 4b. Os irmãos de Carlos são preguiçosos, mas Carlos não é, pois ele gosta de trabalhar.
- 4c. Carlos é preguiçoso, mas os irmãos dele não são, pois eles gostam de trabalhar.
- 4d. Carlos e os irmãos são preguiçosos, mas os primos deles não são, pois eles gostam de trabalhar.

- 5a. Esse produto é oleoso, mas aquele outro não é, pois ele não contém gordura.
- 5b. Esses produtos são oleosos, mas aquele outro não é, pois ele não contém gordura.
- 5c. Aquele produto é oleoso, mas esses aqui não são, pois eles não contém gordura.
- 5d. Aqueles produtos são oleosos, mas esses aqui não são, pois eles não contém gordura.

- 6a. Aquele hotel da zona sul é luxuoso, mas aquele da zona norte não é, pois é bem barato.
- 6b. A maioria dos hotéis da zona sul são luxuosos, mas aquele onde ficamos não é, pois é bem barato.
- 6c. Aquele hotel da zona sul é luxuoso, mas os hotéis da zona norte não são, pois são bem baratos.

- 6d. Os hotéis da zona sul são luxuosos, mas os hotéis da zona norte não são, pois são bem baratos.
- 7a. Antônio é estudioso, mas Vitor não é, pois ele não gosta de ler.
7b. Antônio e Bruno são estudiosos, mas Vitor não é, pois ele não gosta de ler.
7c. Antônio é estudioso, mas os amigos dele não são, pois eles não gostam de ler.
7d. Antônio e Bruno são estudiosos, mas os amigos deles não são, pois eles não gostam de ler.
- 8a. O anel dourado é charmoso, mas a pulseira não é, pois ela é velha.
8b. Os brincos dourados são charmosos, mas a pulseira não é, pois ela é velha.
8c. O anel dourado é charmoso, mas os brincos não são, pois eles são velhos.
8d. Os brincos dourados são charmosos, mas os anéis não são, pois eles são velhos.
- 9a. A proposta de Ana é aceitável, mas a proposta de Júlia não é, pois contém muitos problemas.
9b. As propostas de Ana são aceitáveis, mas a proposta de Júlia não é, pois contém muitos problemas.
9c. A proposta de Ana é aceitável, mas as propostas de Júlia não são, pois contêm muitos problemas.
9d. As propostas de Ana são aceitáveis, mas as propostas de Júlia não são, pois contêm muitos problemas.
- 10a. Esse colchão de casal é agradável, mas aquele de solteiro não é, pois é muito duro.
10b. Esses colchões de solteiro são agradáveis, mas aquele de casal não é, pois é muito duro.
10c. Esse colchão de casal é agradável, mas aqueles de solteiro não são, pois são muito duros.
10d. Esses colchões de casal são agradáveis, mas aqueles de solteiro não são, pois são muito duros.
- 11a. Bruno é responsável, mas o amigo dele não é, pois ele não cumpre com as obrigações.
11b. Os amigos de Bruno são responsáveis, mas Bruno não é, pois ele não cumpre com as obrigações.
11c. Bruno é responsável, mas os amigos deles não são, pois eles não cumprem com as obrigações.
11d. Bruno e Leo são responsáveis, mas os amigos deles não são, pois eles não cumprem com as obrigações.
- 12a. Essa tinta azul é removível, mas aquela vermelha não é, pois a composição dela é diferente.
12b. Aquelas tintas azuis são removíveis, mas a tinta vermelha não é, pois a composição dela é diferente.
12c. Aquela tinta azul é removível, mas as tintas vermelhas não são, pois elas têm uma composição diferente.

- 12d. Aquelas tintas azuis são removíveis, mas as tintas vermelhas não são, pois elas têm uma composição diferente.
- 13a. Esse colchão é agradável, mas aquele não é, pois ele é muito duro.
13b. Esses colchões são agradáveis, mas aquele não é, pois ele é muito duro.
13c. Esse colchão é agradável, mas aqueles não são, pois eles são muito duros.
13d. Esses colchões são agradáveis, mas aqueles outros não são, pois eles são muito duros.
- 14a. O meu erro é corrigível, mas o erro do meu amigo não é, pois ele destruiu uma vida.
14b. Os meus erros são corrigíveis, mas o erro do meu amigo não é, pois ele destruiu uma vida.
14c. O meu erro é corrigível, mas os erros dos meus amigos não são, pois eles destruíram uma vida.
14d. Os meus erros são corrigíveis, mas os erros dos meus amigos não são, pois eles destruíram uma vida.
- 15a. A atividade de ontem foi opcional, mas a atividade de hoje não é, pois vale ponto.
15b. As atividades de ontem foram opcionais, mas a atividade de hoje não é, pois vale ponto.
15c. A atividade de ontem foi opcional, mas as atividades de hoje não são, pois valem ponto.
15d. As atividades de ontem foram opcionais, mas as atividades de hoje não são, pois valem ponto.
- 16a. Esse cogumelo é comestível, mas aquele ali não é, pois ele é tóxico.
16b. Esses cogumelos são comestíveis, mas aquele ali não é, pois ele é tóxico.
16c. Esse cogumelo é comestível, mas aqueles ali não são, pois são tóxicos.
16d. Esses cogumelos são comestíveis, mas aqueles ali não são, pois são tóxicos.
- 17a. O João é trabalhador, mas o irmão mais velho dele não é, pois ele é preguiçoso.
17b. O João e o Carlos são trabalhadores, mas o irmão mais velho deles não é, pois ele é preguiçoso.
17c. O João é trabalhador, mas os irmãos mais velhos dele não são, pois eles são preguiçosos.
17d. O João e o Carlos são trabalhadores, mas os primos deles não são, pois eles são preguiçosos.
- 18a. Esse touro é reprodutor, mas aquele outro não é, pois ele é de pequeno porte.
18b. Esses touros são reprodutores, mas aquele ali não é, pois ele é de pequeno porte.
18c. Esse touro é reprodutor, mas aqueles ali não são, pois eles são de pequeno porte.
18d. Esses touros são reprodutores, mas aqueles ali não são, pois eles são de pequeno porte.
- 19a. O Paulo é investidor, mas o José não é, pois ele não poupa dinheiro.
19b. Os amigos do Paulo são investidores, mas o Paulo não é, pois ele não poupa dinheiro.
19c. O Paulo é investidor, mas os amigos dele não são, pois eles não poupam dinheiro.

- 19d. Eu e a minha esposa somos investidores, mas nossos filhos não são, pois eles não poupam dinheiro.
- 20a. O projeto do Marcos é inovador, mas o projeto do Lucas não é, pois propõe algo já feito antes.
- 20b. Os projetos do Marcos são inovadores, mas o projeto do Lucas não é, pois propõe algo já feito antes.
- 20c. O projeto do Marcos é inovador, mas os projetos do Lucas não são, pois propõe algo já feito antes.
- 20d. Os projetos do Marcos são inovadores, mas os projetos do Lucas não são, pois propõe algo já feito antes.
- 21a. O André é observador, mas o Fábio não é, pois ele não consegue se concentrar.
- 21b. O André e o Pedro são observadores, mas o Fábio não é, pois ele não consegue se concentrar.
- 21c. O André é observador, mas o Pedro e Fábio não são, pois eles não conseguem se concentrar.
- 21d. O André e o Pedro são observadores, mas o Fábio e o Bruno não são, pois eles não conseguem se concentrar.
- 22a. Esse livro é encantador, mas aquele outro não é, pois não conta uma boa história.
- 22b. Esses dois livros são encantadores, mas aquele ali não é, pois não conta uma boa história.
- 22c. Esse livro é encantador, mas aqueles outros não são, pois não contam boas histórias.
- 22d. Esses dois livros são encantadores, mas aqueles outros não são, pois não contam boas histórias.
- 23a. O pai do Matias é agricultor, mas o Matias não é, pois ele gosta de trabalhar na cidade.
- 23b. Os pais do Matias são agricultores, mas o Matias não é, pois ele gosta de trabalhar na cidade.
- 23c. O Matias é agricultor, mas os irmãos dele não são, pois eles gostam de trabalhar na cidade.
- 23d. Os pais do Matias são agricultores, mas os filhos dele não são, pois eles gostam de trabalhar na cidade.
- 24a. Esse partido político é conservador, mas aquele outro não é, pois ele aceita inovações.
- 24b. Aqueles partidos políticos são conservadores, mas esse outro não é, pois ele aceita inovações.
- 24c. Esse partido político é conservador, mas aqueles outros não são, pois eles aceitam inovações.
- 24d. Aqueles partidos políticos são conservadores, mas esses outros não são, pois eles aceitam inovações

Apêndice C

A seguir, estão listadas todas as sentenças experimentais, usadas para execução do experimento 3, reportado na seção 4.3, capítulo 4.

- 1a. Esse senhor é barão e aquele outro também é, mas eles não se conhecem.
- 1b. Essa senhora é baronesa e aquele senhor ali também é, mas eles não se conhecem.
- 1c. Esse senhor é barão e aquela senhora também é, mas eles não se conhecem.
- 1d. Essa senhora é baronesa e aquela outra também é, mas elas não se conhecem.

- 2a. Esse homem é príncipe e aquele outro também é, mas eles são muito diferentes um do outro.
- 2b. Essa mulher é princesa e aquele homem também é, mas eles são muito diferentes um do outro.
- 2c. Esse homem é príncipe e aquela mulher também é, mas eles são muito diferentes um do outro.
- 2d. Essa mulher é princesa e aquela outra também é, mas elas são muito diferentes uma da outra.

- 3a. Esse senhor é duque e aquele outro também é, mas eles não se comportam como nobres.
- 3b. Essa senhora é duquesa e aquele senhor também é, mas eles não se comportam como nobres.
- 3c. Esse senhor é duque e aquela senhora também é, mas eles não se comportam como nobres.
- 3d. Essa senhora é duquesa e aquela outra também é, mas elas não se comportam como nobres.

- 4a. Esse senhor é rei e aquele outro também é, mas eles são rivais.
- 4b. Essa senhora é rainha e aquele senhor também é, mas eles são rivais.
- 4c. Esse senhor é rei e aquela senhora também é, mas eles são rivais.
- 4d. Essa senhora é rainha e aquela outra também é, mas elas são rivais.

- 5a. Esse senhor é cônsul e aquele outro também é, mas eles são de países bem diferentes.
- 5b. Essa senhora é consulesa e aquele senhor também é, mas eles são de países bem diferentes.

- 5c. Esse senhor é cônsul e aquela senhora também é, mas eles são de países bem diferentes.
- 5d. Essa senhora é consulesa e aquela outra também é, mas elas são de países bem diferentes.
- 6a. Otávio é imperador e Tito também é, porém eles não governam pensando no povo.
- 6b. Ana é imperatriz e Otávio também é, porém eles não governam pensando no povo.
- 6c. Otávio é imperador e Ana também é, porém eles não governam pensando no povo.
- 6d. Ana é imperatriz e Cecília também é, porém elas não governam pensando no povo.
- 7a. Pedro é embaixador e Arthur também é, mas eles não são muito diplomáticos.
- 7b. Alessandra é embaixatriz e Pedro também é, mas eles não são muito diplomáticos.
- 7c. Pedro é embaixador e por isso a esposa dele também é, mas eles não são muito diplomáticos.
- 7d. Alessandra é embaixatriz e Raquel também é, mas elas não são muito diplomáticas.
- 8a. Esse senhor é sacerdote e aquele outro também é, mas eles são de religiões diferentes.
- 8b. Essa senhora é sacerdotisa e aquele senhor também é, mas eles são de religiões diferentes.
- 8c. Esse senhor é sacerdote e aquela senhora também é, mas eles são de religiões diferentes.
- 8d. Essa senhora é sacerdotisa e aquela outra também é, mas elas são de religiões diferentes.
- 9a. Antônio é um senhor de muitas posses e Pedro também é, mas parece que eles vão perder tudo.
- 9b. Maria é uma senhora de muitas posses e Pedro também é, mas parece que eles vão perder tudo.
- 9c. Antônio é um senhor de muitas posses e Maria também é, mas parece que eles vão perder tudo.
- 9d. Maria é uma senhora de muitas posses e Joana também é, mas parece que elas vão perder tudo.
- 10a. Paulo é tio e Pedro também é, mas eles não veem os sobrinhos faz muito tempo.
- 10b. Maria é tia e João também é, mas eles não veem os sobrinhos faz muito tempo.
- 10c. Paulo é tio e Maria também é, mas eles não veem os sobrinhos faz muito tempo.
- 10d. Maria é tia e Marta também é, mas elas não veem os sobrinhos faz muito tempo.
- 11a. Tiago é irmão de Marcelo e Pablo também é, mas eles são todos muito diferentes.
- 11b. Emilly é irmã de Marcelo e Pablo também é, mas eles são todos muito diferentes.
- 11c. Tiago é irmão de Marcelo e Maria também é, mas eles são todos muito diferentes.
- 11d. Emilly é irmã de Marcelo e Vanessa também é, mas elas são muito diferentes do irmão.
- 12a. Esse rapaz é sobrinho de Otávio e aquele outro também é, mas eles não se parecem com Otávio.
- 12b. Essa moça é sobrinha de Otávio e aquele rapaz também é, mas eles não se parecem com Otávio.

- 12c. Esse rapaz é sobrinho de Otávio e aquela moça também é, mas eles não se parecem com Otávio.
- 12d. Essa moça é sobrinha de Otávio e aquela outra também é, mas elas não se parecem com Otávio.
- 13a. Antônio é avô de dois meninos e Joaquim também é, mas eles não mimam muito os netos.
- 13b. Ana é avó de dois meninos e Joaquim também é, mas eles não mimam muito os netos.
- 13c. Antônio é avô de dois meninos e Ana também é, mas eles não mimam muito os netos.
- 13d. Ana é avó de dois meninos e Ruth também é, mas elas não mimam muito os netos.
- 14a. Marco é pastor em uma igreja e Paulo também é, mas são igrejas bem diferentes.
- 14b. Sonia é pastora em uma igreja e Marcos também é, mas são igrejas bem diferentes.
- 14c. Marco é pastor em uma igreja e Sonia também é, mas são igrejas bem diferentes.
- 14d. Ruth é pastora em uma igreja e Sonia também é, mas são igrejas bem diferentes.
- 15a. Luís é bispo e Cláudio também é, mas eles não parecem ser religiosos.
- 15b. Marta é bispa e Luís também é, mas eles não parecem ser religiosos.
- 15c. Luís é bispo e Marta também é, mas eles não parecem pessoas religiosas.
- 15d. Maria é bispa e Marta também é, mas elas não parecem ser religiosas.
- 16a. Juninho é neto da Dirce e Pedrinho também é, mas eles não gostam muito da avó.
- 16b. Aninha é neta da Dirce e Pedrinho também é, mas eles não gostam muito da avó.
- 16c. Juninho é neto da Dirce e Aninha também é, mas eles não gostam muito da avó.
- 16d. Aninha é neta da Dirce e Bia também é, mas elas não gostam muito da avó.

Apêndice D

A seguir, estão listadas todas as sentenças distratoras, gramaticais e agramaticais, utilizadas em todos os três experimentos reportados no capítulo 4. Todas as 48 sentenças listadas foram utilizadas para o experimento 2, reportado na seção 4.2 do capítulo 4. Para o experimento 1, (seção 4.1, cap. 4), as sentenças 21-24 e 45-48 foram retiradas. Para o experimento 3 (seção 4.3, cap. 4), foram retiradas as sentenças 17-24 e 41-48. Com isso, o número de sentenças distratoras em cada experimento foi exatamente o dobro de sentenças experimentais.

Distratoras gramaticais

1. Os celulares de hoje em dia descarregam muito rápido, pois eles têm muito mais funções que os celulares de antigamente.
2. Comer camarão é sempre um grande prazer, mas isso não acontece com muita frequência.
3. Nenhum dos meus colegas comprou uma casa de praia, mas todos têm condições e gostam de ir à praia.
4. Aquele vinho branco harmoniza bem com suchi, mas Joana não com comida japonesa nem de graça.
5. Comer aquele macarrão era uma missão quase impossível, mas todos nós conseguimos depois de colocar bastante molho.
6. Eu disse para Lucas resolver o problema, mas ele não moveu uma palha para resolver.
7. Os assaltantes desistiram de assaltar aquele homem depois que descobriram que ele era um policial disfarçado.
8. Poucas pessoas gostam de ler jornal, mas eu gosto e faço isso todas as manhãs.
9. O porteiro do meu prédio é um senhor muito simpático, mas falta o serviço com frequência.
10. Biologia era a minha matéria favorita, mas eu não gostava de estudar genética.
11. Ontem, Mario comprou uma casa no bairro mais caro da zona sul de São Paulo, próximo a um parque.
12. Nenhum Peixe é capaz de sobreviver fora d'água por muito tempo.
13. Os cursos das áreas de saúde e engenharia são quase sempre os mais concorridos.
14. O Everest é a montanha mais alta da Terra que está acima do nível do mar.
15. Hipopótamos são os mamíferos que mais matam seres humanos, principalmente na África.

16. Hoje em dia, poucas famílias têm telefone fixo em casa, e quase todo mundo possuem um celular.
17. Ultimamente, eu estou tendo muita dificuldade para me concentrar nas leituras do curso.
18. Eu respeito com todo cuidado pessoas que também me respeitam.
19. Eu pretendo visitar vários países da Europa e da Ásia pelos próximos cinco anos.
20. A escola onde eu estudei na infância ficou irreconhecível depois daquela reforma.
21. No caminho para a escola, eu pude ver, hoje, dois acidentes de carro na rodovia.
22. Eu dei de presente para a minha avó um caderno de pinturas, pois ela adora pintar.
23. Algumas crianças pesam que Papai Noel vai aparecer no Natal deste ano, com muitos presentes para todos.
24. Nem todo remédio precisa ser comprado na farmácia com receita e carimbo do médico.

Distratoras agramaticais

25. Os vendedores daquela loja sempre cansam de nunca abrirem loja na hora que o comércio todo abre.
26. Dormiram a filha da Joana no banco da praça com a roupa suja e sem documento ou qualquer informação pessoal.
27. Aquele rapaz que eu andei ontem de noite não reconheceu nem cumprimentou.
28. O cachorros do meu primo e o cachorros lá de casa são todos filhotes da mesma cadela.
29. Tiago bebeu aquele uísque e agora mal ficou passando todo o dia, durante o anoitecer.
30. Amanhã eu precisei ir ao médico para fazer consulta e perdi todo o meu dia.
31. O relógio abraçou a Maria desde que viu a primeira vez na vitrine do shopping, nas férias de verão.
32. Muitas houve mudanças na gestão da escolas desde que o novo prefeito assumiu o cargo.
33. Pedro deseja um país cheiasde esperança para um futuro melhor para os seus filhos.
34. Eu gostaria de saber se essa é uma teoria que com o que vai lidar.
35. Eu percebi hoje que essas bonecas são muito mais altas que cada uma.
36. Um emprego quer ser arrumado pela Maria enquanto ela não tem uma idade tão avançada.
37. Os deputados vai considerarem um novo projeto, pois o projeto anterior foi completamente rejeitado.
38. Os meninos vai comerem a feijoada rapidamente antes de sair, pois precisam passar na casa da avó.
39. Os meninos estavam comer uma maçã podre, mas a professora tomar assim que ele viu.
40. João gosta muito assistir filme depois que do trabalho ele chega em casa.
41. Quem você percebeu uma pessoa que roubou um carro, sábado, de noite?
42. Qualquer pessoa a Maria conhece uma pessoa que desenha sem nunca ter conhecido.
43. Sua mãe perguntou que quando você voltará para casa, nas férias do meio do ano.
44. Para quantos países você conhece uma pessoa que viajou no ano passado de graça?

45. O fato de que o queijo é sempre verde tropeçou radicalmente sem avisar.
46. A raiz quadrada da mesa bebe humanidades toda hora que está com sede.
47. Deseja estar chovendo sobre São Paulo nesta tarde o domingo mais escuro do dia do ano.
48. Não se sabe quando quantas pessoas compareceram na minha festa de aniversário sem convite.

Anexos



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Aspectos gramaticais e de processamento de elipse com mismatch sintático e morfológico

Pesquisador: FRANCISCO IOKLEYTON DE ARAUJO MATOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 02199418.7.0000.8142

Instituição Proponente: Instituto de Estudos da Linguagem

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.122.477

Apresentação do Projeto:

Em linguística, o fenômeno conhecido como Elipse consiste na omissão de material normalmente obrigatório na frase, que, no entanto, é recuperado a partir da estrutura local sintática e/ou semântica de um material linguístico antecedente (exemplo: eu comprei uma calça no shopping e Maria também comprou [uma calça no shopping], em que o material riscado é omitido/elidido, mas ainda assim é interpretado). O propósito central deste projeto é determinar, por meio de uma metodologia experimental, quais aspectos sintáticos e morfológicos podem e quais não podem ser ignoradas no cálculo de identidade/paralelismo entre o material elidido e o seu antecedente. Uma considerável literatura que trata desse fenômeno em termos de processamento (ARREGUI et al., 2006; FRAZIER, 2013; entre outros) tem levantado determinadas previsões que supostamente devem valer para toda e qualquer língua natural, mas que, no entanto, parecem não se aplicar ao Português Brasileiro (PB). E mesmo a literatura que se volta para o fenômeno no PB (ZOCCA, 2003; NUNES; ZOCCA, 2005, 2009) tem operado com suposições que ainda carecem de um escrutínio metodológico mais rigoroso. Partindo de uma certa literatura que discute o fenômeno no PB e em outras línguas, a nossa questão experimental é a seguinte: (i) em termos de processamento, quais são as condições estruturais de natureza sintática e morfológica (entre aquelas das quais trataremos) às quais a resolução de uma Elipse é sensível? Em relação a essa questão, operamos com a hipótese de que o processamento de alguns casos de Elipse não

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

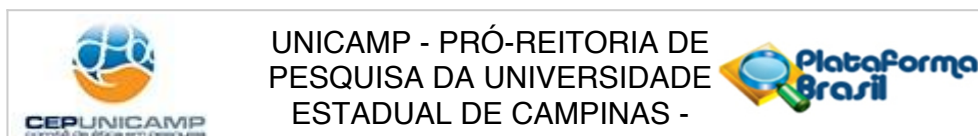
CEP: 13.083-865

UF: SP

Município: CAMPINAS

Telefone: (19)3521-6836

E-mail: epimenta@g.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.122.477

deve ser sensível a determinados tipos de (supostos) mismatches sintáticos e morfológicos entre o material que é elidido e o seu antecedente. Para acessar esse tipo de informação quanto ao processamento linguístico de estruturas elípticas, empregaremos duas técnicas experimentais bastante úteis em estudos de processamento de frases: uma técnica de leitura automonitorada, e uma técnica de rastreamento ocular. Alcançados os nossos resultados quanto às questões de processamento de frases com Elipse, teremos melhores condições de discutir questões teóricas relacionadas aos requerimentos estruturais que pesam, em termos de procedimentos gramaticais, para o licenciamento de estruturas elípticas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

O objetivo mais geral deste projeto é determinar, por meio de uma metodologia experimental, como a aceitabilidade, o custo de processamento e o estatuto de gramaticalidade de sentenças elípticas com mismatch sintático e morfológico podem estar relacionados, dentro de uma proposta que considera identidade sintática e morfológica como uma condição necessária para a resolução e para o licenciamento de Elipses.

Objetivos Específicos

Especificamente, planejamos a realização de dois experimentos com falantes do português como língua materna, usando como material experimental sentenças elípticas como aquelas expostas na introdução deste projeto. Por meio das técnicas de leitura automonitorada e de rastreamento ocular, que incluem como tarefa adicional o julgamento de aceitabilidade das sentenças, objetivamos analisar qual o custo de processamento e qual a avaliação dos participantes em relação ao grau de aceitabilidade dessas sentenças.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Registramos que não há riscos previstos aos participantes desta pesquisa, senão o de sentirem-se levemente desconfortáveis com a duração das tarefas. Atitudes que demonstram um esforço do pesquisador para minimizar esse risco são as seguintes: (i) o pesquisador avisará aos participantes a respeito da duração média de cada tarefa, de modo que possam se programar e se preparar para despenderem essa quantidade de tempo nas tarefas; (ii) os testes, tanto de leitura automonitorada quanto de rastreamento ocular, poderão ter um intervalo de 10 minutos⁷, se o participante assim desejar.

Registramos também que não há benefícios diretos aos participantes. Os benefícios indiretos da pesquisa estão relacionados ao caráter colaborativo do participante, que acaba por viabilizar a construção de conhecimento científico sobre a natureza de um fenômeno

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

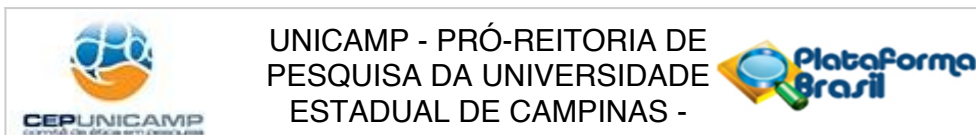
CEP: 13.083-865

UF: SP

Município: CAMPINAS

Telefone: (19)3521-6836

E-mail: epimenta@g.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.122.477

linguístico comum às línguas naturais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este protocolo se refere ao Projeto de Pesquisa intitulado “Aspectos gramaticais e de processamento de elipse commismatch sintático e morfológico”, cujo pesquisador responsável é o doutorando FRANCISCO IOKLEYTON DE ARAUJO MATOS, com o apoio dos pesquisadores participantes Juanito Ornelas Avelar e Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes. A pesquisa foi enquadrada na Área Temática Linguística, Letras e Artes. A Instituição Proponente é o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp. Segundo as Informações Básicas do Projeto, a pesquisa tem orçamento estimado em R\$ 180,00 (cento e oitenta reais). O cronograma apresentado contempla a coleta de dados em fevereiro de 2019. Serão abordados, ao todo 80 participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

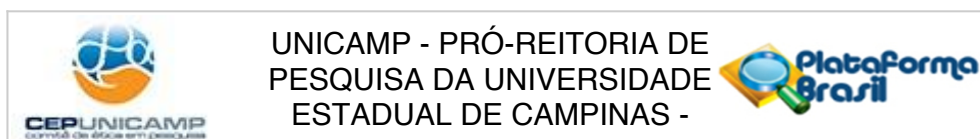
- 1) PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1238295.pdf 11/10/2018 19:19:17
- 2) Declaracao_de_autorizacao_UFRN_LEELing.pdf 11/10/2018 19:17:00. Contemplado
- 3) Declaracao_de_autorizacao_UFRJ_LAPEX.pdf 11/10/2018 19:14:25. Contemplado
- 4) atestado_matricula.pdf 11/10/2018 17:03:17. Contemplado.
- 5) TCLE_unificado_UNICAMP_UFRN.pdf 11/10/2018 17:02:09. Adequado
- 6) TCLE_TESTE_RASTREAMENTO_OCULAR_UFRJ.pdf 11/10/2018 16:51:35. Adequado
- 7) projeto_versao_final.pdf 11/10/2018 16:50:37
- 8) FOLHA_DE_ROSTO.pdf 11/10/2018 16:45:57, Contemplado

Recomendações:

1. Inserir o CAAE antes de imprimir os TCLE
2. Atualizar os contatos do CEP-CHS Unicamp:

"Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo,

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" **CEP:** 13.083-865
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-6836 **E-mail:** epimenta@g.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.122.477

you will be able to contact the secretary of the Committee of Ethics in Research in Humanities and Social Sciences (CEP-CHS) of UNICAMP from 08h30 to 11h30 and from 13h00 to 17h00 on Rua Bertrand Russell, 801, Bloco C, 2º floor, room 05, CEP 13083-865, Campinas – SP; telephone (19) 3521-8936 or (19) 3521-7187; e-mail: cepchs@unicamp.br"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo foi considerado APROVADO

Considerações Finais a critério do CEP:

- Cabe enfatizar que, segundo a Resolução CNS 510/16, Art.28 Inciso IV, o pesquisador é responsável por "(...) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (quando aplicável).

- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas e aguardando a aprovação do CEP para continuidade da pesquisa.

- Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente seis meses após a data deste parecer de aprovação e ao término do estudo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1238295.pdf	11/10/2018 20:19:17		Aceito
Outros	Declaracao_de_autorizacao_UFRN_LEELing.pdf	11/10/2018 20:17:00	FRANCISCO IOKLEYTON DE ARAUJO MATOS	Aceito
Outros	Declaracao_de_autorizacao_UFRJ_LAP EX.pdf	11/10/2018 20:14:25	FRANCISCO IOKLEYTON DE ARAUJO MATOS	Aceito
Outros	atestado_matricula.pdf	11/10/2018 18:03:17	FRANCISCO IOKLEYTON DE ARAUJO MATOS	Aceito

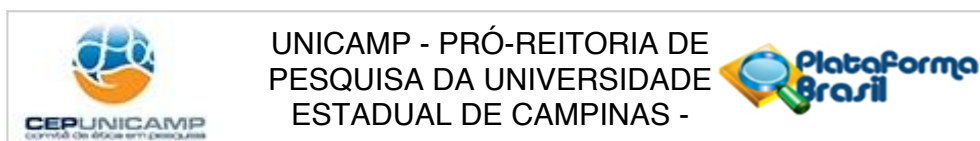
Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" **CEP:** 13.083-865

UF: SP **Município:** CAMPINAS

Telefone: (19)3521-6836

E-mail: epimenta@g.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.122.477

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_unificado_UNICAMP_UFRN.pdf	11/10/2018 18:02:09	FRANCISCO IOKLEYTON DE ARAUJO MATOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_TESTE_RASTREAMENTO_OCULAR_UFRJ.pdf	11/10/2018 17:51:35	FRANCISCO IOKLEYTON DE ARAUJO MATOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_versao_final.pdf	11/10/2018 17:50:37	FRANCISCO IOKLEYTON DE ARAUJO MATOS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	11/10/2018 17:45:57	FRANCISCO IOKLEYTON DE ARAUJO MATOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINAS, 26 de Janeiro de 2019

Assinado por:
Thiago Motta Sampaio
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" **CEP:** 13.083-865
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-6836 **E-mail:** epimenta@g.unicamp.br



THIAGO OLIVEIRA DA MOTTA SAMPAIO
PROF. DR. MS3, IEL – UNICAMP – 310 412

Coordenador do LAPROS
LAPROS – Laboratório de Aquisição e Processamento Sintático

Rua Sérgio Buarque de Holanda, 571 (IEL-UNICAMP) Sala D.3.21
Cidade Universitária – Campinas/SP – 13.083-859

thimotta@unicamp.br
55 21 98160 4087

22 de fevereiro de 2018

Autorização para utilização de laboratório e equipamentos

Eu, Thiago Oliveira da Motta Sampaio, um dos responsáveis pelo Laboratório de Aquisição e Processamento Sintático (LAPROS), declaro estar ciente dos requisitos das resoluções CNS 466/12 e 510/16 e de suas complementares. Declaro que tenho conhecimento dos procedimentos e instrumentos aos quais os participantes da presente pesquisa serão submetidos.

Tendo em vista a declaração acima, autorizo a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado “**Aspectos gramaticais e de processamento de eclipse com mismatch sintático e morfológico**”, sob a responsabilidade do doutorando Francisco Iokleyton de Araújo Matos e de sua co-orientadora Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes, a saber, **uma das coordenadoras deste laboratório, uma vez de que o mesmo já foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Unicamp.**

A handwritten signature in black ink, reading 'Thiago Oliveira da Motta Sampaio', is written over a horizontal line.

Thiago Oliveira da Motta Sampaio
Coordenador do LAPROS